



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

SEBASTIÃO EVERTON DE OLIVEIRA

**AÇÕES COLETIVAS, IDENTIDADES POLÍTICAS E FORMAS
CONTEMPORÂNEAS DE REPRESENTATIVIDADE JUVENIL**

BELO HORIZONTE
2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

SEBASTIÃO EVERTON DE OLIVEIRA

**AÇÕES COLETIVAS, IDENTIDADES POLÍTICAS E FORMAS
CONTEMPORÂNEAS DE REPRESENTATIVIDADE JUVENIL**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Conhecimento e Inclusão Social da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientador: Prof. Dr. Geraldo Magela Pereira Leão

BELO HORIZONTE
2022

O48a
T

Oliveira, Sebastião Everton de, 1987-

Ações coletivas, identidades políticas e formas contemporâneas de representatividade juvenil [manuscrito] / Sebastião Everton de Oliveira. - Belo Horizonte, 2022.

254 f. : enc, il., color.

Tese -- (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

Orientador: Geraldo Magela Pereira Leão.

Bibliografia: f. 246-254.

1. Educação -- Teses. 2. Movimentos estudantis -- Teses.
3. Movimentos sociais -- Belo Horizonte, Região Metropolitana de (MG) -- Teses. 4. Juventude -- Participação política -- Teses. 5. Estudantes -- Atividades Políticas -- Teses. 6. Estudantes -- Identidade social -- Teses. 7. Jovens -- Atividades políticas -- Teses. 8. Direitos humanos -- Aspectos educacionais -- Teses.

I. Título. II. Leão, Geraldo Magela Pereira. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 371.81

Catálogo da fonte: Biblioteca da FaE/UFMG (Setor de referência)

Bibliotecário: Ivanir Fernandes Leandro CRB: MG-002576/O



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL

FOLHA DE APROVAÇÃO

ações coletivas, identidades políticas e formas contemporâneas de representatividade juvenil

SEBASTIÃO EVERTON DE OLIVEIRA

Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL, como requisito para obtenção do grau de Doutor em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL.

Aprovada em 18 de fevereiro de 2022, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Geraldo Magela Pereira Leão - Orientador
UFMG

Prof(a). Rezende Bruno de Avelar
UEG

Prof(a). Jaqueline Gomes de Jesus
IFRJ

Prof(a). Shirley Aparecida de Miranda
UFMG

Prof(a). Bárbara Bruna Moreira Ramalho
UFMG

Belo Horizonte, 03 de novembro de 2022.

Professora Dra. Rosimar de Fátima Oliveira
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação:
Conhecimento e Inclusão Social - FAE/UFMG



Documento assinado eletronicamente por **Rosimar de Fátima Oliveira, Coordenador(a) de curso de pós-graduação**, em 03/11/2022, às 17:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1875615** e o código CRC **C3B69558**.

Dedicatória

*Aos que desejaram e não conseguiram
Aos que tentaram e desistiram
A nós que colhemos os frutos da luta e
os que ainda virão para melhorar essa curva*

AGRADECIMENTOS

Esta tese nasce do caos, mas também da esperança! Do caos, faço memória dos amigos que partiram nesta pandemia do COVID-19, Maria Lúcia, Marice, Janaína Firmino, Peterson, dentre tantos outros... Inumeráveis sonhos perdidos como resultado de um governo de morte que colaborou para que suas vidas fossem ceifadas.

Aos meus familiares e amigos, que me auxiliaram em toda caminhada, sendo pão, colo, energia e aconchego. Em especial à minha mãe e meu pai (*in memoriam*), aos quais dedico todo este percurso de superação da miséria, na criatividade e força de vontade para criar oportunidades que nos tornaram, minha irmã e eu, sujeitos éticos e sensíveis às desigualdades sociais. Por eles, que não conseguiram estudar, e pelos vários não alfabetizados de minha comunidade dedico toda essa fome de aprender, o desejo da justiça e a sede de mundo novo. Que meu sobrinho Théo encontre este mundo novo e o deixe melhor do que encontrou.

Aos tantos colegas de escola, muito mais inteligentes e esforçados, que não tiveram as portas abertas para sustentar sonhos ou garantir acesso a níveis de ensino mais elevados. Por eles busco cada dia mais superar minha dificuldade com a escrita e com os códigos que excluem e eliminam. Em especial, recordo aqui minhas colegas Rachel e, agora, Joyce Rafael, que nos deixou no mesmo momento que esse texto vinha sendo finalizado. Concentrar-me nesta etapa final e viver, ao mesmo tempo, sua despedida foi muito duro.

Ao meu grupo de orientação, em especial Helen, Jordanna, Priscylla, Ayana, Edna, Flávia e Juhlia, muito obrigado pela companhia. Vocês foram um presente do Observatório da Juventude, ao qual também agradeço pela oportunidade, pelo conhecimento e aprofundamento de questões tão necessárias para a amorosidade e a alegria na atuação com os jovens.

Ao Lucas, que me aturou nos momentos de estresse e de autocuidado, com amorosidade e com sua leitura crítica sobre o texto. Ao Gustavo, que tem sido fundamental em meu processo terapêutico. Aos queridos amigos: Eder, que me motivou nos momentos de entaves e se dedicou à revisão deste texto; e também a Juarez Dayrell, que conheci pelos escritos, depois na atuação nos movimentos sociais e que se tornou um grande amigo, um grande entusiasta e acompanhante deste percurso acadêmico.

Aos queridos companheiros de luta, de amor e de vida mais presentes neste tempo e que me fizeram acreditar neste caminho, em especial Susana Maia, Cérise Alvarenga, Arthur,

Danúbia, Priscylla, Giovanna, Mel, Glaucia, José Eustáquio, Áurea, Débora, Suzane, amigos da comunidade da Penha (Santíssima Trindade), Kate, Viviane, Nívea, Bruno, amigos das aventuras, do Instituto Tucum, do IPJ Leste 2, colaboradores do Fórum das Juventudes da Grande BH e lideranças comunitárias que tanto me ensinaram da educação popular e da formação política para cidadania.

À querida Andréa Marques, companheira de desabafos, de sonhos da docência, que finalizou sua travessia antes de terminar essa etapa. Em sua memória, estendo minha gratidão aos colegas das turmas e debates, da sala, do corredor e dos bares. Toda minha admiração pela conquista de lugares de conhecimento tão caros e preciosos.

A essa banca calorosa e afetiva, que tanto nos orientou para a complexidade e os recortes necessários. Uma dedicação especial a Análise de Jesus, que possibilitou minha primeira pisada na universidade, produzindo o desejo de continuidade. Com isso, meu muito obrigado aos aguerridos docentes que fazem da FAE/ UFMG, PUC-MG e FAE/ UEMG, lugares de utopia e de resistência. Por eles, e pelos professores de educação básica, tenho acreditado que é possível uma educação com sentido e transformação concreta na vida das pessoas.

Às coletivas e aos movimentos sociais que são coatores deste conhecimento, pois nenhum saber parte de lugar algum, como trabalhamos no texto. A vocês o meu respeito e minha admiração pelo entusiasmo e criatividade que sustentam uma luta enraizada e potente. Em especial às coletivas Pretas T, Manas e DiverCidade PL.

Não poderia esquecer dos corpos silenciados, naturalizados por uma violência bruta e padronizada, tanto daqueles que vi deitados no chão de minha comunidade, como os que não conheci, mas estão apagados da história; dos que muitas vezes precisam improvisar para sobreviver, como no caso dos que praticam condutas de risco e de uma inserção social precarizada.

Por fim, toda minha gratidão ao meu orientador Geraldo Leão, que me trouxe segurança, escuta e suporte para escolhas difíceis e necessárias na aprendizagem da pesquisa. Obrigado por ter topado se aventurar num processo intenso e prazeroso de descobertas. Muito obrigado por ter dividido afeto, sabedoria e por ter sido companhia num tempo em que você e sua família também tanto precisavam de serem abraçados e cuidados.

Axé, Awerê, Ubuntu!

RESUMO

OLIVEIRA, Sebastião Everton de. **Ações coletivas, identidades políticas e formas contemporâneas de representatividade juvenil**. Tese de doutorado. 2022. Universidade Federal de Minas Gerais, 2022.

Esta pesquisa investiga alguns coletivos juvenis de Belo Horizonte e Região Metropolitana de Belo Horizonte, buscando compreender as tensões, conflitos e conquistas quanto às práticas de representação em suas experiências de participação. Para isso, analisa como se constitui a representatividade sob a perspectiva das identidades políticas em espaços de participação social. O aporte teórico trabalha com categorias como representatividade, reconhecimento e participação, a partir da noção de contrato social, mas também de uma leitura da biopolítica e do necropoder, levando em consideração a perpetuação de uma racionalidade política que estimula e se coloca a serviço da eliminação da diferença de determinadas populações. Essas coletividades têm problematizado as orientações sobre quais vidas são “vivíveis” e protegidas e quais populações são desconsideradas e tidas como descartáveis e, portanto, têm seus direitos negados; também buscam negociar e criar táticas de superação das precariedades em que vivem e defender suas existências, a partir de uma educação voltada para os direitos humanos e da ocupação de espaços políticos que contemplam contextos plurais de socialização e negociação de demandas comuns, para além do sistema político, compreendido com o conjunto de normas e regras instituídas para a tomada de decisões e/ou influência sobre a governabilidade de um grupo de pessoas. O percurso metodológico partiu do mapeamento dos coletivos de Belo Horizonte e Região Metropolitana e selecionou três experiências para acompanhamento em profundidade, utilizando como instrumentos de coleta de dados observação participante, análise documental, diário de campo e conversações com integrantes das coletivas. Os sujeitos da pesquisa apontaram distintas compreensões sobre os sentidos políticos deste tempo, incluindo a democracia no cotidiano das relações e nas práticas coletivas das novas gerações, a experiência de participação como *lócus* de fabricação de subjetividades fora do padrão social e contra as forças de produção que as determinam, em expressões mais universais de “Outros sujeitos”, atuantes e com capacidade de construir alianças para desnaturalizar seus lugares subalternizados e silenciados em certo racionalismo político ao longo da história.

Palavras-chave: Representatividade. Identidades políticas. Ações coletivas. Participação. Juventudes.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Sebastião Everton de. **Collective actions, political identities contemporary forms of youth representation.** Doctoral thesis. 2022. Federal University of Minas Gerais, 2022

This research investigates some youth groups from Belo Horizonte and the Metropolitan Region of Belo Horizonte, seeking to understand the tensions, conflicts and achievements, as well as the practices of representation in their experiences of participation. For this, it analyzes how representation is constituted from the perspective of political identities in spaces of social participation. The theoretical contribution works with categories such as representation, recognition and participation, from the notion of social contract, but also from a reading of biopolitics and necropower, considering the perpetuation of a political rationality that encourages and places itself at the service of elimination. . It differs from certain populations. These communities have been problematized by guidelines on which lives are “lived” and protected and which populations are disregarded and discarded and, therefore, have their rights denied; From a negotiation system and create tactics to overcome the precariousness in which they live and defend their proposals, from an education for human rights and the occupation of spaces that contemplate the existence of socialization plurals and negotiation of common demands, beyond politicians Policy of a group of decisions and/or influence on governability. The methodological approach started from the mapping of collectives in Belo Horizonte and the Metropolitan Region and selected experiences for in-depth monitoring, using participants' data collection instruments, document analysis, field diary and conversations with members of the collectives. The research subjects pointed to understandings about the politics of time, including democracy in the daily life of relationships and the practices of collective participation of new generations, the experience of participation in collectives of new productions that differ in the fabrication of subjectivities outside the social standard and against forces determine them, in more universal expressions of “Other subjects”, and with the ability to build alliances for natural histories and silenced in political rationalism throughout history.

Keywords: Representativeness. Political identities. Collective actions. Participation. youths.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Campos de estudos em interlocução nesta pesquisa	28
Figura 2 – As coletivas: logotipos identificados	110
Figura 3 – Interlocutoras que facilitaram a pesquisa de cada coletiva	110
Figura 4 – Coelaboradoras da pesquisa, por coletiva	111
Figura 5 – Logotipo da coletiva Manas	119
Figura 6 – Camiseta de divulgação de um Slam das Manas	120
Figura 7 – Participação das Manas em eventos externos	121
Figura 8 – Registro fotográfico de uma das participantes da coletiva.....	121
Figura 9 – Participação em programas midiáticos I	122
Figura 10 – Participação em programas midiáticos II.....	122
Figura 11 – Logotipo da coletiva DiverCidade PL.....	127
Figura 12 – Cartaz-convite para a reunião de construção da 2ª Parada LGBTQI+ de Pedro Leopoldo.....	128
Figura 13 – Divulgação de reunião que teve como pauta o descaso no transporte público ...	128
Figura 14 – Símbolos político-partidários presentes em cartaz de atividade desenvolvida pela coletiva	129
Figura 15 – Chamadas para atividades e eventos	129
Figura 16 – Cartaz de divulgação do Sarau Amor Marginal, organizado pela Coletiva DiverCidade.....	130
Figura 17 – Símbolo encontrado em peças gráficas que representa o não binarismo	134
Figura 18 – Linguagem de comunicação das coletivas	134
Figura 19 – Foto de performance no sarau erótico	135
Figura 20 – Ensaio fotográfico de integrante da coletiva.....	136
Figura 21 – Campanha sobre a obrigatoriedade de inclusão do nome social nas políticas da PBH	136
Figura 22 – Imagens da campanha política de candidatura da Juhlia	137

LISTA DE ABREVIACÕES

AMAS – Associação Municipal de Assistência Social

CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente

CMJ – Conferência Municipal de Juventude

CMJ – Conselho Municipal da Juventude

CNJ – Conferência Nacional de Juventude

COMAD – Conselho Municipal Antidrogas

CONSEP – Conselho Comunitário de Segurança Pública

CRJ – Centro de Referência da Juventude

LGBTQIA+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuado e outros.

PBH – Prefeitura de Belo Horizonte

PEP – Programa de Enfrentamento à Violência Sexual Proteger é Preciso

PJ – Pastoral da juventude

PL – Pedro Leopoldo

PROJOVEM – Programa de Inclusão de jovens

RMBH – Região Metropolitana de Belo Horizonte

SEE/MG – Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais

SMSP/BH – Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção de Belo Horizonte

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1	27
APORTES TEÓRICOS PARA ABORDAR O PROBLEMA DA PESQUISA.....	27
1.1 A POLÍTICA COMO ARTE DAS RELAÇÕES.....	30
1.2 A DEMOCRACIA COMO BASE PARA A CONVIVÊNCIA NA DIVERSIDADE	33
1.3 AÇÕES POLÍTICAS COMO SISTEMA DE RELAÇÕES.....	38
1.4 DESLOCAMENTOS POLÍTICOS:.....	40
DO MILITANTISMO AO ATIVISMO E DO GRUPO ÀS COLETIVAS	40
1.5 AS SITUAÇÕES-LIMITES E O CONCEITO DE CRISE	44
1.6 JUVENTUDES, PARTICIPAÇÃO E REPRESENTATIVIDADE.....	46
1.7 EVIDÊNCIAS DE UMA CRISE	54
1.8 AS IDENTIDADES COMO <i>CATEGORIA POLÍTICA</i>	60
1.9 AS <i>IDENTIDADES</i> POLÍTICAS E AS <i>POLÍTICAS</i> DE IDENTIDADE: ALGUMAS CIRCUNSTÂNCIAS POLARIZADAS	64
CAPÍTULO 2	67
OPÇÕES METODOLÓGICAS	67
2.1 A PESQUISA MILITANTE COMO UM CAMINHO PARA A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO	68
2.2 O ACOMPANHAMENTO E A SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS DE CAMPO	73
2.3 OS REPERTÓRIOS DAS AÇÕES COLETIVAS	75
2.4 O QUE NOS REVELAM ESSES DADOS INICIAIS?	93
2.5 O CONTATO, A SELEÇÃO DOS GRUPOS E A CRIAÇÃO DO LAÇO PARA O TRABALHO DE CAMPO ...	93
2.6 ANÁLISE DOS DADOS.....	98
2.7 REFLEXÕES SOBRE A ADESÃO DAS COLETIVAS	100
2.8 INTERFERÊNCIAS DA PANDEMIA.....	104
CAPÍTULO 3	109
AS COLETIVAS E SUAS IDENTIDADES <i>TRANSVIADAS</i>.....	109
3.1 QUESTÕES SOBRE NOMEAÇÕES E SENTIDOS CAPTADOS NA COMUNICAÇÃO DAS COLETIVAS ..	117
3.1.1 O que seria a Coletiva Manas segundo o olhar das participantes?	118
3.1.2 Que leitura arriscamo-nos fazer sobre a Coletiva Manas?	123
3.1.3 O que seria a Coletiva DiverCidade PL segundo o olhar das participantes?	124

3.1.4 Que leitura arriscamo-nos fazer sobre a Coletiva DiverCidadePL?	126
3.1.5 O que seria a Coletiva Pretas T segundo o olhar das participantes?	130
3.1.6 Que leitura arriscamo-nos fazer sobre a Coletiva Pretas T?	132
CAPÍTULO 4.....	142
MOTIVAÇÕES PARA A PARTICIPAÇÃO, TERRITÓRIOS E O	
ENDEREÇAMENTO DAS LUTAS NAS COLETIVAS.....	142
4.1 AS MOTIVAÇÕES PARA A PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS	142
4.2 OS LUGARES EM QUE AS COLETIVAS ATUAM	175
CAPÍTULO 5	182
QUESTÕES SOBRE REPRESENTATIVIDADE E A EXPERIÊNCIA DAS	
COLETIVAS.....	182
5.1 A REPRESENTAÇÃO COMO ATIVIDADE POLÍTICA E CONTRATO SOCIAL	183
5.2 A REPRESENTAÇÃO COMO <i>RELACIONAMENTO</i>	186
5.3 OS DIFERENTES <i>NÍVEIS</i> DA REPRESENTAÇÃO	188
5.4 A <i>INCLUSÃO POLÍTICA</i> COMO POSSIBILIDADE DE DESESTABILIZAÇÃO DOS PADRÕES DE PODER	192
5.5 OS MOVIMENTOS SOCIAIS COMO REPRESENTANTES <i>NÃO ELETIVOS</i>	193
5.6 A REPRESENTATIVIDADE NUMA PERSPECTIVA <i>CONTRA-HEGEMÔNICA</i> E NO CONTEXTO DOS ESTUDOS <i>BIOPOLÍTICOS</i>	194
5.7 DILEMAS DA REPRESENTAÇÃO E O SENTIMENTO DE REPRESENTATIVIDADE NAS COLETIVAS	196
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	252
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	258

INTRODUÇÃO

“A visão é uma questão de poder ver”

Donna Haraway

Esta pesquisa investiga as experiências de participação de alguns coletivos juvenis de Belo Horizonte e Região Metropolitana, na tentativa de compreender as tensões, conflitos e conquistas relacionadas às práticas de representação dos sujeitos. Desta forma, analisa como se constitui a representatividade sob a perspectiva das identidades políticas em espaços de participação social.

As identidades políticas (CIAMPA, 2009; LINO, 2017) são compreendidas como construções coletivas que disputam um modo de existir na esfera pública, para dar visibilidade aos sujeitos e responder às lutas e demandas por direitos, dado que são *produzidas socialmente como inexistentes* ou estão subalternizadas numa hegemonia social. São atores coletivos, com identificações, formulações e causas militantes que produzem ações coletivizadas para o reconhecimento e a superação de *precariedades*¹ que enfrentam em suas condições e modos de vida. A partir de seus marcadores de diferença, esses atores denunciam as injustiças a que são submetidos e buscam negociar e criar táticas para defender suas existências. Desta maneira, problematizam as orientações sobre quais vidas são “vivíveis” e protegidas, e quais populações são descartáveis e tidas como inválidas na esfera pública e na agenda política. Por isso, olhamos para o grupo/coletivo – e para além dele – numa perspectiva *interseccional*², para examinar os deslocamentos, as fronteiras e os desafios em torno dos corpos válidos numa determinada realidade, a partir de suas experiências concretas.

Tendo isso em vista, consideramos os espaços políticos como aqueles que se expressam em contextos plurais de socialização e negociação de demandas comuns e do sistema político, ou seja, para além do conjunto de normas e regras instituídas para a tomada de decisões ou

¹ Segundo Butler (2018), a precariedade seria uma condição social e econômica, mas não uma identidade.

² Essa abordagem sugere um processo de caráter combativo que trata de opressões estruturais e certas formas de exclusão, permitindo perceber as coalisões e a inseparabilidade entre elementos como o capitalismo, o patriarcado e o cisheteropatriarcado, e formas de resistência epistêmica ao eurocentrismo na relação com os sujeitos, conforme trabalha Carla Akotirene (2018). Ver mais sobre essa discussão nas páginas 71 e 255.

influência na governabilidade de um grupo de pessoas. Nessa concepção de participação, incluímos os coletivos, os grupos e as ações coletivas juvenis que estão em curso com variáveis formas de prática política no contexto social e cultural.

Quanto às motivações para esta pesquisa, são diversas e especialmente fincadas na leitura de contexto e no debate sobre representatividade na dinâmica da democracia brasileira, na problematização sobre os espaços de poder de decisão e de participação. O desejo para este estudo surgiu da minha atuação em movimentos sociais e no exercício profissional em algumas políticas públicas, suscitados pela militância na Pastoral da Juventude, no bairro Palmital/Nova Conquista na periferia de Santa Luzia/MG, uma experiência que foi mola propulsora para outros processos de ação concreta, tanto na comunidade como fora dela. Naquele momento vivíamos a luta pela moradia, pela alimentação, pela luz elétrica e água, pelo acesso à educação e ao transporte que, de maneira significativa, foram lugares de aprendizagem para uma vinculação e consciência mais coletiva, além de uma motivação para que eu seguisse numa vivência junto aos movimentos sociais.

No espaço pastoral vivenciávamos uma formação política relacionada com o ensaio para novas realidades; nos encontros e demais espaços, exercitávamos a democracia, o revezamento da liderança e a garantia de representações democráticas nas mesas e debates públicos. Essa parecia ser uma demanda cada vez mais presente e só foi possível por uma série de rupturas e reordenamento dos espaços formativos, buscando coerência entre o que se discutia e o que se praticava.

Nas práticas no campo da educação popular, este debate também esteve como pano de fundo da minha travessia, especialmente nos projetos de alfabetização de jovens e adultos, nas ações para suporte em atividades de socialização para crianças e adolescentes e no exercício de representação, como ator da sociedade civil, em espaços de incidência política, como o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente (CMDCA), o Conselho Municipal Antidrogas (COMAD) e o Conselho Comunitário de Segurança Pública (CONSEP), dentre outros.

Isso também foi resultado de certo amadurecimento na trajetória social, resultado da participação de fóruns relacionados aos Direitos de Crianças, Adolescentes e Jovens, como o Fórum das Juventudes da Grande BH; atuações profissionais, como gestor nos Programas PROJOVEM Adolescente em Santa Luzia, e Técnico de projetos como na política de Trabalho Protegido/ Associação Municipal de Assistência Social (AMAS) em Belo Horizonte, Programa

de Enfrentamento à Violência Sexual Proteger é Preciso (PEP)/Oficina de Imagens, na Coordenação de Educação em Direitos Humanos/ Secretaria do Estado de Educação e, mais recentemente, como Gerente de Prevenção Social ao Crime e à Violência em Territórios/Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção na Prefeitura de Belo Horizonte (PBH). Dessa interlocução com os movimentos sociais, foi possível fazer a experiência de mestrado.

No mestrado, pesquisei as trajetórias de participação social de jovens, buscando compreender os caminhos para a constituição de suas identidades participativas a partir das narrativas de jovens de diferentes regiões da Região Metropolitana de Belo Horizonte, inseridos em modos e espaços plurais de atuação política pela cidade, como espaços circenses, de educomunicação, poesia, religião e hip-hop. E sua análise foi prescrita pelo levantamento de algumas categorias relacionadas ao *mapa de vínculos*³ dos sujeitos, na confluência dessas informações com seus percursos vividos.

Nesta pesquisa, identificamos que esses participantes foram se constituindo e se reconhecendo como sujeitos de direitos enquanto atuavam em grupos e espaços coletivos. Trouxeram inquietudes que advieram como resultado de sua participação em Conferências de Juventude⁴. Consideraram esses espaços como “nebulosos”, visto que pautavam a garantia de direitos que já deveriam ser minimamente garantidos pelo Estado; e apontaram como limitações, dentre outras, a burocratização que gerava dificuldade de envolvimento nos processos de organização política, trazendo a sensação de não avançar nos problemas que precisavam ser superados. Durante essa pesquisa foi possível constatar que algumas falas expressaram sentimentos de cansaço, exaustão e angústia acerca das estruturas políticas dominantes⁵ e da burocracia que as permeava. Estava presente também uma crítica sobre a não efetividade na aplicação dos recursos públicos nos territórios, pois consideravam existir muito dinheiro investido, mas que “não chegava nunca na ponta”, devido à ineficiência, aos desvios de verba pública e à corrupção política.

³ O mapa de vínculos é inspirado em estudos de Carlos Sluzki (1997), no qual analisamos as relações dos jovens com universos plurais da socialização política e relações com instâncias convênios e espaços não institucionalizados da prática política.

⁴ Conferências nacional e municipal em que os jovens participaram e trouxeram em suas narrativas.

⁵ Repetição de temas e processos sem avanço de uma conferência para outra, representações sem respaldo coletivo, linguagem difícil de compreensão, grupos organizados para benefícios próprios sem uma leitura mais ampla e sem compromisso com as pautas em exercício, dentre outros.

Além disso, elucidavam que nesses espaços havia uma tendência de supervalorização das crianças e adolescentes com mais recursos de linguagem, financeiros, educacionais, relacionais, etc. Neste caso, os jovens ouvidos expressavam as desigualdades entre aqueles que possuíam mais acesso a informações sobre os canais de decisão e os demais sujeitos que estavam em outros estágios participativos, com outras trajetórias e experiências de vida. Contudo, apesar das limitações da política “convencional/tradicional” apontadas por eles, os entrevistados reafirmavam a importância das conferências para a socialização política das novas gerações, cujas experiências vividas nesses espaços os afetou e os transformou.

Diante disso, eles e elas reconheceram suas participações como uma aprendizagem prática de participação política, onde o espaço institucional traz regras, rigidez, burocracia e corrupção, mas também pode ser considerado como espaço possível de acolher as demandas de reconhecimento de sujeitos diversos. Foi dessa fonte que compreendi a universidade como sustentação para embasar, alimentar e identificar algumas situações produzidas historicamente e naturalizadas na minha atuação como educador.

Num artigo que escrevi sobre a experiência da ocupação do Centro de Referência da Juventude (CRJ) de Belo Horizonte, outras inquietações e indagações surgiram, especialmente ao discorrer sobre práticas formais e menos formais de participação, com situações mais presentificadas sobre essa pauta da representatividade (OLIVEIRA, 2016).

Numa breve contextualização, o CRJ existia desde 2014, mas não estava em funcionamento. Após inúmeras e frustradas tentativas de construção democrática sobre os usos do espaço, os jovens resolveram ocupá-lo durante reunião extraordinária do Conselho Municipal de Juventude de BH, na noite de 23 de maio de 2016. Naquele dia, cerca de setenta jovens passaram a dormir no prédio e assumiram sua gestão, tendo como principal reivindicação a abertura imediata do equipamento. Com isso, duas frases de ordem ecoavam em suas construções: *#CRJ sem juventude não rola* e *Nada de nós, sem nós*. Como visto, as máximas discursivas que lideraram essa ocupação já apontavam para uma questão da representatividade, ou seja, tinham como eixo central a reivindicação pela presença dos jovens nos espaços que lhes eram direcionados. Não só a presença, mas participação e formas de representação mais direta.

Ao analisar essa ocupação, observamos que os ocupantes se encontravam em estágios diferentes de atuação, o que se refletia direta e indiretamente no que cada um buscava ou construía por ali. Os grupos mais tradicionais (estudantis, partidários, fóruns), por exemplo,

buscavam primeiramente organizar comissões (infraestrutura, comunicação, alimentação, etc.) e construir regras para o controle coletivo da ação, além de liderarem as conversas com as autoridades policiais e políticas. Porém, no decorrer da ocupação, essa condução por esses grupos mais institucionalizados ficou saturada e houve resistência por parte de outros grupos e outros ocupantes.

Diante dos desafios, novas estratégias precisaram ser repensadas – o que não significava a diminuição do teor que pairava na disputa entre os diferentes sentidos de *estar e conviver* nesta ocupação. Entre as nuances, havia sempre a busca por uma liderança, com sentidos diferentes, sobretudo pela ótica de gestão e de autogestão. Além disso, muitos não acreditavam em horizontalidade e nem no diálogo com esferas governamentais. O que percebemos era que as estruturas fixas e muito enrijecidas estavam sendo tensionadas para ficarem mais flexibilizadas.

Ainda sobre essa experiência, os grupos mais organizados detinham a palavra: concentravam as vozes e conduziam os espaços de deliberação para o funcionamento da ocupação, como as assembleias. Essas eram muito demoradas e seguiam um formato que não atraía a maioria das pessoas que estavam ali. Em meio a isso, perceberam que foi necessário desenvolver uma nova orientação, impulsionando um espaço cooperativo de convivência para a construção dos sentidos políticos coletivos que perpassavam por ali, além do revezamento da sua condução, para colaborar com a afetividade e conhecimento entre as pessoas.

Portanto, nesta experiência também foram recorrentes os conflitos, as reflexões e os debates sobre a inclusão de negros⁶, mulheres e LGBTQI+ nas atividades realizadas por ali. De maneira geral, as identidades não ficaram anuladas ao longo da ocupação. Muitos jovens nunca tinham tido relações com o poder público ou espaços de deliberação democrática e essa ocupação contribuiu para experimentações e construção de espaços políticos em múltiplas formas. Hoje compreendemos que muitos não se viam representados ali.

Ao refletir sobre esses sentidos, percebemos que o formato dos espaços de tomada de decisão, as relações grupais, as discussões sobre horizontalidade, auto-organização, gestão compartilhada, decisões individuais ou identidades coletivas, e o próprio desenvolvimento de

⁶ Para o IBGE, “negros” correspondem ao somatório de pretos e pardos. Nesse caso, pretos são considerados os que possuem a pele mais retinta e os pardos os que possuem a pele menos retinta (ou mais clara) (COSTA, s/d). Vale lembrar que muitas vezes esse termo é compreendido como pejorativo, mas significa força política para superar a depreciação e a diminuição deste e muitos outros discursos discriminadores que inferiorizam as pessoas negras.

poder político para tomada de decisões, vêm se constituindo como “meio” instigante de investigação, tanto para pensar sobre as práticas da democracia, como para relacioná-las com a atuação juvenil. Por isso, as questões surgidas durante a ocupação também mobilizaram novas perguntas que se tornaram objeto desta pesquisa, juntamente com outras incidências e transbordamentos observados na atuação das novas gerações, como em alguns momentos que vivenciamos em atividades do Fórum das Juventudes da Grande BH.

Uma dessas situações se deu através de convite para uma Audiência Pública sobre o extermínio da juventude negra no município de Ribeirão das Neves/MG; e a outra na mediação do encontro formativo promovido pelo Fórum das Juventudes da Grande BH, ambos em 2018. No primeiro caso, fui convidado para participar da audiência, mas não aceitei o convite porque, naquele momento, eu não me reconhecia como uma pessoa legitimada para conduzir aquela discussão. Apesar de ser de origem popular, conviver com as violências que atingem a população negra e jovem, atuar no campo de educação popular e conduzir reflexões sobre questões raciais para uma convivência antirracista, tinha consciência do meu lugar de fala: era lido como *branco*⁷ e entendia que são os jovens *pretos* – ou de pele retinta – aqueles que mais precisavam ser escutados naquela atividade. Neste caso, entendo precisar haver um protagonismo na luta, não dizendo de uma desresponsabilização social com o enfrentamento a essas estruturas de poder opressor, mas como legitimidade e autoridade daquilo que se deseja construir.

No segundo caso, convivemos com alguns “deslocamentos” no encontro imersivo do Fórum das Juventudes da RMBH. Neste encontro, as identidades políticas, sobretudo de jovens feministas, trans LGBTs e negras, se fizeram bem evidentes, com conflitos concretos, por exemplo, relacionando a estrutura do encontro à pauta da violência institucional. Essa evidência levou o grupo a uma reflexão mais profunda sobre a participação e inclusão de seus corpos e identidades nos espaços sociais, especialmente naqueles que se propunham a ver criticamente a realidade e incidir sobre ela. daquelas interações, algumas demandas ficaram acentuadas,

⁷ Essas terminologias são embrenhadas de sentidos, fundamentais para os movimentos sociais; por dizerem de processos desagregadores e de experiências sociais desiguais. Vale lembrar que tenho me autodeclaro Pardo, sem desconsiderar as limitações que convivem com essa abordagem. Conforme compreendemos, a classificação racial brasileira se dá, principalmente pelas características visíveis. Diante disso, ter a pele escura, numa sociedade que classifica racialmente a partir da cor, faz com que alguns sujeitos sejam sempre relacionados a atributos negativo; portanto, quanto mais escura a cor da pele (retinta), mais processos excludentes são percebidos. Nessa significação, obviamente, existem privilégios em situações concretas e em algumas circunstâncias para os negros de pele clara. Mas, sabemos também que existe também uma não participação e autorização plena para o gozo de direitos, uma vez que são recorrentemente confiscados, conforme sugerido pela Professora Shirley Miranda. A respeito deste argumento, ver COSTA e LABORNE.

especialmente para romper com as lógicas binárias (masculinos e femininos) de uso de banheiros e quartos, o respeito ao corpo e à forma de linguagem e à vida de transexuais negros, de pessoas *pretas*⁸, em espaços sociais. Esses estranhamentos trouxeram insegurança para a minha tarefa de mediação do encontro e se revelou, posteriormente, como um lugar de solidariedade e de escuta frente àquelas angústias que se apresentavam.

Ao reconhecer essas inquietações e relacioná-las com um contexto mais amplo, vimos observando que essa discussão da representatividade tem se alastrado. Alguns espaços institucionais, têm sido pressionados para lidar com este fenômeno por meio da criação de políticas afirmativas: *normativas* que obrigam partidos políticos a instituírem proporcionalidades de candidaturas femininas, pela existência de uma “sub-representação” dessas mulheres nos espaços de poder e na vida coletiva; cotas em *concursos públicos*⁹ buscam reparar as desigualdades sociais decorrentes da negação de direitos históricos de vários sujeitos, desigualdades que são também identitárias (negros, deficientes, indígenas, etc.); as *legislações trabalhistas*¹⁰ preveem a inclusão de pessoas com deficiência no mundo do trabalho, por considerar sua potencialidade.

Nas ações coletivas dos últimos anos, vemos a insurgência de movimentos como a *Geração tombamento*¹¹, na pauta da diversidade da beleza negra e seu empoderamento. Vemos surgir tendências como *Batekoo* e *Afrobapho*, que celebram a cultura negra¹², sua representatividade e sua diversidade sexual LGBT por meio de performances e festas, com referência a artistas que “lacraram” a sociedade, como Linn da Quebrada e MC Carol, que trazem musicalidade contra-hegemônicas e com expressões da sexualidade sem pudores e da valorização da periferia. Além da insurgência de intelectuais negros, como o rapper e

⁸ Como dissemos, esses marcadores de diferença têm sido um importante para os movimentos sociais por dizerem respeito a processos desagregadores e de destituição de algumas experiências, como no caso da cor. Portanto, esses movimentos buscam ressignificar os estereótipos negativados socialmente, positivando a noção de “coloridade” como elemento potencialmente político. Recentemente essa distinção tem sido reforçada, por alguns movimentos sociais radicais, a exemplo das tentativas de ascensão de grupos minorizados, especialmente em circunstâncias de avaliação de políticas reparatórias, pelos resultados de heteroidentificações fraudulentas para conquista de cotas nos ensinos superiores do país.

⁹ A Lei de Cotas no Serviço Público Federal, nº 12.990 de 09 de junho de 2014 institui a reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal.

¹⁰ A Lei nº. 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe o apoio da Pessoa com Deficiência sobre sua integração social.

¹¹ Segundo o GELEDÉS, a *geração tombamento* tem origem e se reafirma a partir da música “Tombei”, de Karol Conká.

¹² Importante lembrar que o movimento negro brasileiro se fundou fortemente como um movimento de cultura. Além disso, num direito à cidadania que passa por uma inclusão pelo consumo, precisamos lembrar que não é todo ativismo que trabalha a favor de grupos sociais desfavorecidos, apesar de muitos usufruírem de suas produções. Vem mais em Antônio Risério.

historiador Djonga, cuja poesia e musicalidade expressam fortes críticas ao sistema racista. Djonga participou e foi reconhecido nas disputas de rima, no *Duelo de MC's*, nos movimentos no viaduto Santa Tereza em BH como um dos grandes artistas de nosso país.

Nesses novos movimentos, observamos também a acentuação de um ativismo digital, com forte tendência de jovens *influenciadores digitais*¹³ que suscitam variadas questões, dentre elas, as tendências em contextos políticos¹⁴, além das problematizações sobre os lugares sociais e aspectos da representatividade, para além de um viés meramente consumista. Neste cenário, Professor Rezende (2021) chama-nos a atenção para a necessidade de observar e identificar as referências e lideranças que têm influenciado na formação das novas gerações e quais têm sido esses interlocutores digitais e os valores que defendem em suas interações. Sua reflexão passa pela alteração dessas formas grupais, com olhar especial para a ausência de porta-vozes e lideranças com poder de levar às juventudes os valores da coletividade e do pensamento crítico.

Ainda sobre os ambientes *online* e *offline*, a professora Jaqueline de Jesus (2021) aponta que vivemos hoje algumas especificidades nessas ações coletivas que produzem sintomas como do “*eutivismo*”¹⁵, uma espécie de espetacularização na qual os sujeitos precisam ser vistos, lidos e lembrados o tempo todo, como resultados imperativos de uma sociedade do consumo. Sobre isso, os sujeitos acabam constituindo um “espetáculo de si”, em que a centralidade da mensagem seria o próprio sujeito. Corroborando com essa reflexão da professora Jaqueline, essa reflexão acerca da “sociedade do espetáculo”, tem origem num livro tradicional, de Guy Debord, publicado em 1967, no qual,

O espetáculo é a ideologia por excelência, porque expõe e manifesta em sua plenitude a essência de todo o sistema ideológico: o empobrecimento, a subordinação e a negação da vida real. Na sociedade de massas, o espetáculo

¹³ Estudos recentes têm apontando que para considerar um influenciador digital devemos levar em consideração uma produção de conteúdo; uma consistência na produção (tanto temática quanto temporal); a manutenção de relações, e destaque em uma comunidade desenvolvendo então a influência (KARHAWI, 2021).

¹⁴ O jornalista e doutor em comunicação Vinícius Borges Gomes lembra-nos, alguns desses *influencers* políticos da contemporaneidade, como Galo de Luta, envolvido na polêmica da estátua do Borba Gato, <https://twitter.com/galodeluta>; Kim Kataguirí do Movimento MBL; o Chavoso da USP, que tem produzido conteúdo crítico nos estudos da sociologia para despertar em jovens da periferia o interesse pela política e pelos estudos <https://www.instagram.com/chavosodausp/>; além desses, lembramos também dos movimentos de torcidas organizadas antifascistas, entre tantas outras insurgências do tempo presente.

¹⁵ Ver mais sobre essa análise na página 249; e para aprofundamento do termo ver Jaqueline de Jesus (2022), disponível em: <http://desacato.info/jaqueline-gomes-de-jesus-fala-sobre-ativismo-intelectual-literatura-transfeminismo-e-feminicidio-trans/> Acesso em 20 jan. 2022.

cumpra uma função equivalente à que cumpria a religião nas sociedades tradicionais ou a arte na formação do capitalismo. Sua lógica consiste em fazer da representação, que mostra algo mais real que a experiência vivida, algo mais real do que nossas próprias necessidades, reduzindo o indivíduo à condição de espectador passivo na política, na produção e no consumo, na aceitação do estado de coisas existente. (UNISINOS, 2021)

Na concepção do “eutivismo”, este seria uma espécie de ativismo autoral, que transmite ideias, mas acentuaria muito o indivíduo particular, como nova forma de herói ou nessa relação espetacularizada como sugerido acima. Para Jaqueline, situações como essas colaboram para a polarização de ideias e a produção de outros tantos sintomas como tem acontecido na *cultura do cancelamento*¹⁶, e neste caso as denúncias de violação de direitos ficam restritas ao nível da denúncia, sem acionar as instituições e movimentá-las para que funcionem bem.

Nessas interações, que passam por essa centralidade do eu e por formas contemporâneas de interação, a cultura do cancelamento, tem sido considerada como uma forma de exclusão de uma pessoa, personalidade pública ou um grupo, após terem atitudes consideradas problemáticas ou erradas no ambiente virtual ou em algum perfil pessoal no espaço digital. Seriam uma espécie de “puxão de orelha” sobre determinados pontos de vista e leituras de mundo ou, em suas formas mais radicais, linchamento e massacre público, trazendo uma série de consequências para as pautas da diversidade e as relações sociais além de serem fatores de risco para a saúde mental das pessoas, como resultado de reações de indignação a atos e fatos criminosos ou relacionados a conceitos e preconceitos.

Com isso, de modo geral, surgem questionamentos importante sobre determinadas imagens e estigmas¹⁷ gerados e veiculadas em torno dessas participações em espaços de decisão, e também problematizações sobre as identidades políticas e suas diferenças na negociação da convivência na esfera pública, que muitas vezes passam por essa tensão central

¹⁶ Em algumas concepções a cultura do cancelamento tem a ver amplificação de vozes de grupos oprimidos e produzindo ações políticas contra marcas ou figuras públicas. Seria um ataque à reputação que ameaça o emprego e os meios de subsistência atuais e futuros do cancelado. Esse movimento surgiu nos estados Unidos e tem gerado questionamentos sobre a possibilidade de que injustiças sejam cometidas justamente na busca por Justiça, especialmente de tudo aquilo considerado “fora do padrão”, ou, ainda, sem direito à respostas ou proliferando a cultura do ódio. Seria diferente da *trollagem*, que seriam insultos ou zuações frequentes em disputas de opinião entre usuários das redes. Sobre isso, o Instituto IPCE realizou uma pesquisa sobre a política do cancelamento¹⁶ e concluiu que seis a cada dez jovens do país, preferem não comentar nada de política nas redes sociais por causa da polarização e radicalismo. Ver mais sobre a cultura do cancelamento em: <https://uniamerica.br/blog/a-cultura-do-cancelamento-e-suas-consequencias> e <https://www.bbc.com/portuguese/geral-53537542> -

¹⁷ Apresenta características diferentes das previstas. Há uma legitimidade que acontece nas políticas inclusivas, conforme nos lembra o professor Rezende (2021) em que a sociedade tem certa compaixão imediata, como no caso de crianças e deficientes, em que são mais aceitos, como em processos de construção de políticas voltadas para suas demandas, mas o mesmo não acontece com outros grupos vulnerabilizados. Olhar para isso pode ampliar nosso conhecimento sobre essa temática.

da representatividade ou da inclusão e respeito às diferentes formas de existir. Uma denúncia que não é recente, mas que ganha novos contornos na qualificação das violências e também na capacidade de resposta e grau de mobilização dos sujeitos que as sofrem. Nesse sentido, há questões que surgem, por exemplo, no âmbito de grupos oprimidos que questionam a noção de reacionamento constante de suas experiências de opressão e protagonismo para uma educação não violenta; por outro ângulo, a exigência social para que exista uma relação que seja menos radical e mais solidária com aqueles que não conhecem e não sabem nomear essas violências.

No trabalho de campo, vivenciamos também sintomas dessas expectativas que carregam certa racionalidade política, como em torno da ideia de *politicamente correto*¹⁸. Orientações essas que têm colaborado para aumento de polaridades políticas, de posturas de rejeição e fanatismo, negligência coletiva e/ou alienação, sobre questões fundamentais para garantia de direitos. Fato é que têm sido consideráveis os quadros de adoecimento político na militância, bem como cenas de reprodução de violências duras em conflitos desta espécie, merecendo mais estudos.

Para nós, esses são alguns exemplos que demarcam a latência e a vivacidade deste fenômeno. E, para tentar lidar com isso, focaremos aqui nas experiências de movimentos juvenis, na compreensão sobre os sentidos políticos deste tempo, com especial olhar para a democracia no cotidiano das relações e nas práticas coletivas das novas gerações. Neste intuito, buscaremos compreender a natureza, as motivações envolvidas, identificar deslocamentos e as orientações dessas identidades políticas nessas experiências investigadas. Diante disso, indagamo-nos: *Como os movimentos juvenis têm refletido e vivenciado o fenômeno de representatividade em seus espaços de participação? Quais desafios e possibilidades de incidência política e de inovação representativa no contexto das identidades políticas?*

No contexto sócio-político-cultural brasileiro, existe uma considerável descrença nas instituições sociais tradicionais; uma dificuldade de se reconhecer os jovens como atores políticos; e uma crescente crítica e afastamento das pessoas comuns dos processos da Política Institucional. Neste sentido, estamos vivendo uma evidente crise de representatividade, ainda que estruturalmente vivamos uma norma, oriunda do processo colonial. Sobre os espaços institucionais, podemos observar, por exemplo, a perpetuação de atores e grupos de interesses políticos que, com muita frequência, repetem ciclos e posições de poder, com considerável

¹⁸ Muitas vezes o discurso funciona como algo que intimida, trazendo a sobreposição da palavra ao significado da interação

distanciamento de seus papéis da representação e de defesa de projetos das demandas e necessidades reais da população. Ao olhar para essas composições nos espaços da política institucional, vemos uma ausência significativa de corpos de mulheres, negros, indígenas, deficientes, LGBT's, dentre outros, numa situação que sugere uma existência de sofisticadas estruturas de exclusão social e raciais e de proliferação das desigualdades no país, mesmo se considerados os avanços democráticos e a garantia de espaços participativos e de controle social experimentados nos últimos anos.

Dito isso, compreendemos que, mais do que lançar o olhar para esses processos eletivos, somos convidados a olhar para a estrutura social, para o sistema Democrático e para as condições da vida Humana, em sua integralidade. Como sabemos, essa não é uma situação nova, já que historicamente essa ausência de identidades políticas, em vários espaços sociais, sempre aconteceu e veio sendo interrogada, instigando-nos a conhecer mais sobre essas existências e resistências de sujeitos que se colocaram e colocam em luta no deslocamento dessas cenas comuns. Desta maneira, ao olhar para os espaços da política institucional, compreendemos que o sistema de representação eleitoral parece ser apenas um espelho retrovisor do que vem acontecendo em vários outros espaços sociais, sendo este um viés reducionista e insuficiente para uma leitura crítica dessas problemáticas das representações em sua natureza para além do parlamentarismo.

Numa ideia de globalização “europeizada”, de democracia liberal, numa lógica de representação por meio do *contrato*, acabamos desenvolvendo uma cultura política que culmina no apagamento de sujeitos e na eliminação de seus discursos dissidentes de uma hegemonia social. Neste cenário o conceito de democracia fica gasto e desacreditado, principalmente porque não existe democracia para os pobres, como sugere o Professor Rezende Avelar (2021). Sobre isso, temos uma desconfiança na democracia como única saída possível, principalmente porque a democracia propõe uma lógica de interesse entre aqueles que “já existem” enquanto sujeitos, e para existir precisa haver reciprocidade, como nos lembra a professora Shirley Miranda (2021). Além disso, como sugerido pela professora nessa reflexão, há uma total disparidade no contexto em que a democracia foi organizada. Portanto, quando dizemos dessas questões, estamos sempre dizendo também de particularidades, no entanto, algumas são reconhecidas e elevadas à universalidade, e outras, não. Dessa condição, cabe-nos, então, olhar para essas experiências que estão invisibilizadas e eliminadas do jogo político.

Nessa lógica hegemônica e universalista, parece-nos que a universalidade pode oferecer o risco de cristalização e limitação das identidades, fazendo com que todos se conformem, tentando lidar com uma realidade contraditória, onde o confronto não deve ser evitado, como vem problematizando os estudos de Assad (2019). Para ele,

A universalidade não existe em abstrato, como princípio prescrito a ser mecanicamente aplicado independentemente das circunstâncias. Ela é criada e recriada pelo ato de insurgência, o qual não reivindica a emancipação unicamente para aqueles que compartilham minha identidade, mas para todos; a universalidade diz que ninguém será escravizado. Ela igualmente recusa congelar os oprimidos num status de vítimas que necessitam de proteção de cima; insiste que a emancipação é autoemancipação (...) temos extrema necessidade de uma nova universalidade insurgente. [e para isso] faltam programas, estratégias e táticas]. (ASSAD, 2019, p. 148)

Da mesma forma compreende Mouffe (2015), atentando-nos para abriremos mão de falsos universalismos, numa possibilidade que permite formulações diferentes das que viemos construindo de acordo com as diferentes culturas, onde devemos procurar essas equivalências dos direitos humanos, cunhados no reconhecimento da dignidade humanam, como condição indispensável para a ordem política.

É preciso problematizar a ideia da universalidade dos direitos humanos tal como é normalmente compreendida. Conforme trabalha Boaventura, enquanto forem considerados “universais”, os direitos humanos serão sempre um instrumento do que ele chama de “globalização por cima, algo imposto pro Ocidente sobre o resto do mundo, e que isso irá alimentar o choque das civilizações.” Assim, o próprio debate acerca da “universalidade” dos direitos humanos indica que se trata de um debate cultural ocidental, próprio de uma cultura específica e que ela não pode ser apresentada como uma invariável cultural, por isso, muitas vezes as políticas de direitos humanos estão a serviço dos interesses econômicos e geopolíticos de países capitalistas hegemônicos. (MOUFFE, 2015, p. 121).

Portanto, Mouffe, como outros autores aqui trabalhados, sugerem uma reflexão sobre concepções que não se tornem uma imposição da hegemonia ocidental, mas tragam para estudo o seu caráter político. Desta forma, compreendemos que essas identidades, subalternizadas e silenciadas, não são conformistas, pois estão em disputa dos espaços e agenda política para seus questionamentos, tornando suas questões políticas. Por isso, compreendemos que as identidades são produzidas de maneiras diferentes, da mesma maneira como as ações coletivas oriundas das formas associativas e iniciativas por determinadas causas e demandas. Sobre isso, os dados de campo foram fundamentais para nos ajudar a perceber essa afirmativa com mais profundidade.

Além dessa problematização de causa e efeito da representatividade no sistema político brasileiro, percebemos que existem diversos estudos da sociologia da juventude que apontam uma dificuldade de se reconhecer os jovens como atores políticos, com a propagação social de discursos e imagens pejorativas que reforçam a ideia de que são despreparados, apolíticos ou

sem motivações para participação coletiva. Nesse sentido, os jovens são enquadrados num contexto em que têm que lidar com a experiência dos adultos numa prerrogativa de que são sempre um risco para democracia, dado que são tidos como instáveis e inabilitados para o exercício da política (GROPPO, 2018).

Questões como essas também podem nos remeter aos estudos de Philippe Ariès (1978), que elucidam a existência de uma historiografia tipicamente *adultocêntrica*, com sujeição das crianças e demais sujeitos, tidos como inferiores e não reconhecidos em suas peculiaridades de desenvolvimento e distinção no campo das relações sociais. Uma situação que perdura até hoje, mesmo com surgimento das ideias de criança e, posteriormente, de juventudes, numa socialização e educação manipulada por valores ideológicos dos adultos, como nos lembra Jaqueline de Jesus (2021). Nessa condição, vemos uma construção como se todos os demais fossem potência e objeto manipulado pelos adultos ou, ainda, como se os jovens passassem a ser cidadãos e alcançassem sua cidadania somente pela orientação dos adultos.

É nessa sociedade, na qual prevalece uma inserção precária e desigualmente múltipla de sujeitos como os jovens, num momento fundamental em que estão construindo suas identidades e trajetórias, num quadro que geralmente nega direito e reconhecimento de suas demandas, que percebemos a existência de limitações para o seu exercício pleno da cidadania. Por isso, concebê-los como sujeitos de direitos seria um primeiro passo, significando e qualificando quais valores manipulam e fabricam esse conceito. Além disso, olhar para suas experiências pode ser interessante, já que, por não se sentirem representados por alguns processos e espaços, denunciam e interpelam questões da representatividade e trazem a disposição para interrupção e inovações nos campos das continuidades institucionais e culturais. Ao pensar nesta problemática e na articulação entre os jovens e o desgaste de representatividade, podemos observar suas adesões e rejeições a determinados tipos ou espaços de participação, as condições e a qualidade dessas participações, além da percepção se eles têm participado ou não, têm se sentido representado ou não, e que discursos são construídos ou aderidos diante dessas conflitualidades;

Com isso, no desejo de compreender a produção dessas diferentes identidades entre os jovens e as ações coletivas, bem como as formas de participação e as tensões presentes nas práticas investigadas, desejamos investigar: *Como essas diferentes identidades políticas têm sido representadas e reconhecidas no grupo? Em que medida esses coletivos têm sido capazes*

de acolher e dar visibilidade para essa diversidade na esfera pública e também em suas cotidianidades?

Na necessária emergência para novas representatividades neste tempo, debruçarmo-nos sobre essas questões poderá colaborar para compreender os desafios de formação política das juventudes, os sentidos da política e os pertencimentos nos processos e espaços sociais, bem como os cenários do futuro e os caminhos para acolher e aprender sobre esses paradoxos, uma vez que são os sujeitos que vêm assumindo esses espaços de poder, de influência e de organização da vida coletiva, como nos indicou a professora Jaqueline de Jesus (2021).

CAPÍTULO 1

APORTES TEÓRICOS PARA ABORDAR O PROBLEMA DA PESQUISA

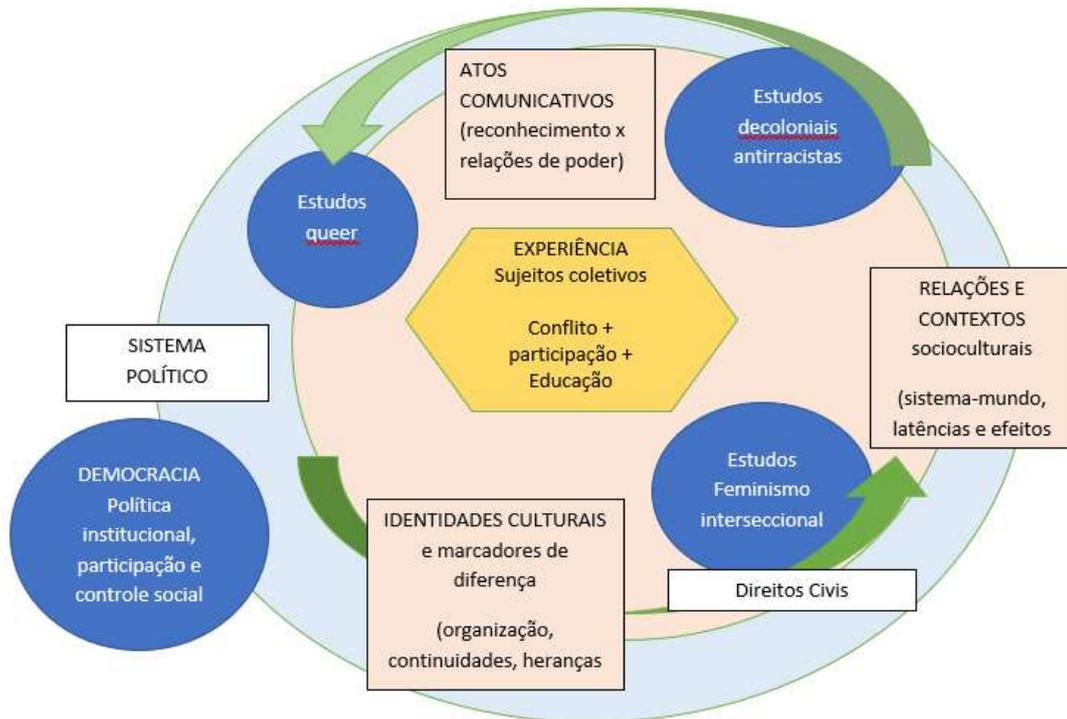
No intuito de compreender essas ações coletivas juvenis, apresentaremos¹⁹ a seguir as principais bases teóricas que sustentaram nossa pesquisa. Introduziremos a teoria e as opções metodológicas que orientaram o percurso investigativo; apresentaremos dados de campo, enfatizando como têm se dado as experiências de participação juvenil nos grupos acompanhados e na cena pública em que participam; discutiremos como esses grupos têm disputado e organizado suas formas associativas e quais capturas foram identificadas acerca das incidências políticas, dos sentidos políticos e das dinâmicas e questões que passam pela temática da representatividade, especialmente considerando o contexto em que estão inseridos. Para isso, estruturamos pontos como o Sistema Político no qual estamos inseridos; as discussões sobre os espaços institucionais de organização da vida coletiva; e as disputas por reconhecimento e participação relacionadas às experiências vividas pelos sujeitos sociais, com as demandas políticas vivenciadas no cotidiano.

Vale lembrar que, conforme apresentaremos abaixo, adentramos inicialmente nesta lógica da política e da representatividade no campo institucional na perspectiva democrática e posteriormente ampliamos esse pano de fundo conceitual, por entendê-lo como insuficiente para pensar a institucionalidade e a validação de formas distintas de negociação sobre os direitos de “ser” e de “existir”. Por isso, lançamos nosso olhar para essas lutas que se fazem presentes no campo dos Direitos Humanos e, no caso deste estudo, mais diretamente relacionadas às

¹⁹ Linguagem generificada – não ignoramos o caráter sexista da linguagem, nem a importância dos empregos inclusivos da linguagem neutra na comunicação. No entanto, não utilizamos aqui marcadores de neutralidade de gênero, ou, marcas distintivas masculino e feminino. Com isso, ressaltamos que a variação linguística revela que essas inclusões produzem inovação comunicativa, já que estão em uso e se apresentam para além dos códigos fixados, porém sabemos também que esses significados precisam ser coletivizados; precisam ser ampliados e não reduzidos ao universo intelectualmente dominante, obstáculo para uma prática de leitura, com uso sem reflexividade, ou, de maneira indistinta na forma gramatical. Assim, assumimos aqui a nossa limitação. Ver mais sobre isso em SCHWINDT (2020).

questões que envolvem os Direitos Civis, especialmente na revelação de outras institucionalidades para além do parlamentarismo.

Figura 1 – Campos de estudos em interlocução nesta pesquisa



Fonte: O autor, 2021.

Como vimos na figura, esses estudos buscam aproximações a abordagem desta pesquisa é transdisciplinar e busca interlocuções entre a ciência política (representação parlamentar na política institucional); os estudos da linguagem (representações simbólicas nas enunciações – semiótica); a psicologia (representação social dos comportamentos e desenvolvimento de personalidades); e os estudos multiculturais (identidade representada e constituída na diferença). Ancoramos essa malha conceitual nos conceitos foucaultianos, por meio das noções de *biopolítica* e *biopoder*. No primeiro caso, a biopolítica está relacionada com o bem-estar social, teria a ver com a mecanismos biológicos passando a ser gerenciados pelo Estado. O *biopoder*, seria a aplicação de um conjunto de tecnologias do poder, mediante técnicas disciplinares, normatização dos corpos e controle do comportamento da vida social, orientando os modos como a população vive e como deve ser regulada em seus aspectos de vida. No caso,

dessas noções, elas culminariam numa negligência sistemática que permite que as pessoas morram ou se tornem campos de testes para que outras possam viver, neste caso aplicando a *biopolítica* como forma de desenvolvimento de uma *Necropolítica*, que estaria relacionada com instrumentos e métodos para a defesa da vida de alguns, na contramão da preservação da vida de outros. Segundo a professora Shirley Miranda (2021), essas noções, são de ordens diferentes, mas possuem dinâmicas que confluem. São distintas, mas têm incidência sobre os mesmos corpos.

Para Mbembe (2018), pela biopolítica acontece uma divisão e segregação de grupos sociais, por meio de tecnologias destinadas a usar diversas formas de poder para controle desses grupos. Para ele, essas relações sociais que usam as dimensões da liberdade, a história e o poder de fala, constituem variadas formas de controle e poder sobre as vidas, decidindo quem pode ou não viver e em quais condições. Esse poder leva à construção não apenas de tecnologias mais sofisticadas, como justificáveis na tarefa do Estado em civilizar os modos de matar, trazendo o Outro como perigo absoluto. E, neste caso, a soberania consistiria numa vontade de matar afim de viver.

Desta maneira, o Estado, enquanto uma unidade de política, acaba se fundamentando numa legitimidade de poder, numa prática de vigilância e controle, ou ainda perpetuação da sensação de medo e apropriação de recursos públicos (dentre outros), que incide diretamente sobre as histórias e identidades locais, num domínio absoluto dos habitantes de determinado território, autorizados pela “violência contratual” para satisfação de uma “multidão” (MBEMBE, 2018, p. XX).

Corroborando com essas questões postas, consideramos a política como exercício da razão na esfera pública, como processo de negociação das liberdades, que também suscitam certa descortinação do saber, levando a normativas comportamentais e relações de poder que passaram a conduzir a vida social. Nessa ótica no qual reconhecemos a importância dos estudos das relações biopolíticas para esse problema em análise, existe hoje uma ampla composição de conhecimentos produzidos, por exemplo, pelas lutas feministas, especialmente do feminismo interseccional; os estudos *queer*; e estudos decoloniais e antirracistas, que vêm protagonizando questões impossíveis de serem desassociadas e teorizadas aqui, trazendo a crítica à razão social e tendo a experiência social em primeiro plano. Essas reflexões afirmam que a vida social dos grupos estudados é que nos ajuda a teorizar a problemática da convivência e encontrar as saídas

possíveis para valorização na diferença. São os grupos, suas culturas e heranças históricas que nos ajudam a dialogar, teorizar e compreender o modo como essas relações têm se dado.

1.1 A POLÍTICA COMO ARTE DAS RELAÇÕES

A política sempre fez parte da nossa vida, sendo que aqui a significamos como uma busca criadora e recriadora da liberdade, ou ainda, recusa ou recriação constante do real, sendo sempre um *processo* e nunca um *estado*. Nesta concepção, reconhecemos que sempre vão existir contradições, mas compreendemo-las como fonte de energias para uma destruição de suas características autoritárias, e não para o desenvolvimento de um poder dominante (FREIRE; BRITO, 1988).

Como desenvolvido por Safatle (2016), a política teria a ver com a capacidade de sentir (ou não), de perceber (ou não) e ver (ou não) determinadas coisas; sendo assim, a visibilidade organiza o campo político, constituindo a política como um campo social estruturado a partir de circuitos de afeto, que são diferentes dos ofícios apenas da razão e do racional. Para ele, o poder não é um problema, mas sim a dominação, pois quem controla esses regimes da visibilidade, da percepção e da sensibilidade seriam aqueles que definiriam a configuração do campo político. Ao compreender que a sociedade se organiza a partir dos afetos, tendo como base a constituição de vínculos sociais, e que somos sujeitos corporificados ao entrar nesses vínculos, Safatle acredita que seria impossível uma experiência política sem alguma forma de incorporação.

sendo o campo social organizado a partir do circuito de afetos, política é, antes de mais nada, um embate a respeito do que os afetos trazem no seu interior. Porque a maneira como eu sou afetado é socialmente constituída da sensibilidade, ela significa a adesão a uma certa forma de vida, a uma história da experiência, que se enraíza no seu interior na maneira com que os corpos são constituídos, com que a corporeidade é constituída. (SAFATLE, 2016)

Nessa reflexão sobre as experiências afetivas, o autor lança uma discussão em torno das diferenças de opinião na lógica do “circuito dos afetos”.

Nós não estamos falando de pessoas que têm opiniões diferentes. Nós estamos falando de circuitos de afetos completamente distintos, são pessoas que se afetam de uma maneira completamente diferente. Por isso elas organizam os argumentos de outra forma; por isso elas pensam de uma outra maneira; por isso elas não vão modificar a sua posição, porque então nós conseguimos estabelecer alguma forma de diálogo. Nesse tipo de circunstância, uma coisa é você acreditar que consegue reorganizar campos a partir do melhor argumento; outra coisa é você entender o que significa, em

política, entrar em confrontação: é desconstituir circuitos de afetos. Entender como o outro se afeta e desconstituir. Remontar esse processo, atravessar certas fantasias. Isso não tem nada a ver com a ideia de diálogo. (SAFATLE, 2016)

Concordamos com essa ideia de Safatle e lembramos também da discussão sobre o papel da diferença na construção da identidade, desenvolvida por Marian Ferrari (2006), em que na separação entre natureza e cultura, durante constituição da identidade, essa questão não passaria apenas pelos domínios da natureza. Segundo a autora, a identidade é geralmente associada a uma noção tradicional de significação por algo idêntico a si ou associado à natureza imutável no modo de ser; essa leitura não passa apenas por esse traço estático e domesticada em sua forma de representação. Sendo assim, compreende que “é a própria relação dialética com o conflito entre natureza e cultura, entre repetição e a superação destes impasses através da ruptura que gera o processo de produção de identidade” (FERRARI, 2006, p. 3).

Além disso, a autora comenta sobre o risco da característica cultural narcisista, na qual se tem uma atenção fixada na unidade e na homogeneidade, em que a posição de isolamento seria um valor. Mas compreende que na contemporaneidade estamos vivendo distinções peculiares, pois queremos ser “único, mas igual a todos: diferente como todo mundo quer ser”. Por isso a impossibilidade de se pensar em identidade sem o encontro com o diverso, do “não eu”, que o delimita e pluraliza. Esse encontro com a diferença pode estar no outro que vejo e é diferente de mim, ou em mim mesmo, naquilo que já diferencio do conhecido. No entanto, no tempo presente, com a escassez de possibilidades de “ser”, a negação se apresenta com frequência, por isso os momentos de conflito e crise pelo qual passamos ao longo da vida são importantes para nos ajudar a confrontar nossas demandas. Por fim, sensibiliza-nos sobre a necessidade do “esquecer-se de si”, como condição ao diálogo com o outro; uma posição num movimento de “misturar-se”, que amplia a própria identidade, permitindo metamorfose e plasticidade consigo e com o outro.

Sabemos que numa hegemonia social e na relação de poder dominante, muitos sujeitos vivem o imperativo necessário para “esquecer-se”, negar e não ter direito à sua própria história e acabam sofrendo um apagamento estrutural de suas identidades, mas, neste caso, compreendemos que essa abordagem de Ferrari, no âmbito das relações psíquicas e sociais, sugerem reflexões relacionadas aos laços de confiança para aproximações com um mundo que está fora de nós, reconhecendo que a articulação entre diferença e igualdade é que atualiza o sujeito. E que não existe identidade sem diferença.

Em diálogo com essas perspectivas de Safatle e Ferrari, lembramos também a ideia de Chantal Mouffe (2015), que compreende a Política como o conjunto de práticas e instituições por meio das quais uma ordem é criada, organizando a coexistência humana no contexto conflituoso produzido pelo político. Nessa concepção, **a política não seria uma troca de opiniões, mas disputa de poder.** Portanto, não podemos conceber a vida democrática como um diálogo, mas como disputa, e nenhuma política radical pode existir sem desafiar as relações de poder vigentes. Partindo dessa ideia, a política democrática não buscaria superar a oposição entre nós/eles, mas exigir um processo para outras formulações que aceitem o pluralismo.

Ao defender essa concepção, concordamos que o consenso não seria uma solução, já que todo consenso gera exclusão. Uma vez que o conflito não deveria ser tomado como um movimento que constitui inimigos e elimina os adversários. Essa condição desigual, que considera o diferente como inimigo, rompe com a possibilidade de diálogo. Por essa razão, seria importante que passássemos de uma política antagonista para uma política agonística, ou seja, transformar a relação entre inimigos (Antagonismo) numa relação entre adversários (Agonismo). Uma política agonística, ou de confrontação, acolhe o olhar diferente como posicionamento, como exercício analítico da realidade, mas também cria condições concretas para intervenções possíveis no mundo, já que as decisões e as soluções são sempre temporárias. Desta maneira, seria necessária uma democracia mais radical, que assume o dissenso, o antagonismo e o conflito como centrais, e não apenas um modelo político para promover silenciamentos.

Nessa concepção, Mouffe (2015, p. 126) compreende que a resolução de conflitos será sempre provisória e os grupos, para além dos espaços tradicionais da prática política, podem construir novas formas de concebê-las, sendo que “a radicalização da democracia exige a transformação das estruturas de poder e a construção de uma nova hegemonia”. Portanto, seria um papel da democracia construir espaços “vibrantes de discussão” em que as paixões possam ser mobilizadas e permitir criações de modos de identificação no qual os outros sejam adversários e não inimigos.

Para além da prática política tendo o modelo adversarial, e levando em consideração a desigualdade de condições e a diversidade de interesses nas lutas sociais, consideramos as diferenças entre as identidades como contraposições necessárias e como pauta política fundamental para alteração dos sistemas de poder e radicalização da democracia, precisando ser mais bem compreendidos. A formação de uma nova hegemonia social, conforme elenca

Mouffe, implica a criação de uma “cadeia de equivalência” entre as diversas lutas democráticas, velhas e novas, a fim de construir uma “vontade coletiva”.

Essa abordagem agonística não pretende abarcar todas as diferenças e superar as formas de exclusão, mas encará-las em termos políticos e não morais. A própria natureza dessas instituições também faz parte do debate agonístico, mas é indispensável a existência de espaços simbólicos comuns para que ele aconteça. Desta forma, a autora defende um pluralismo que diferencie reivindicações que devem entrar para o debate agonístico e aquelas que devem ser excluídas dele.

Além disso, uma sociedade democrática não pode tratar quem questiona suas instituições básicas como um adversário legítimo, pois o legítimo e o ilegítimo são sempre uma decisão política que, portanto, deve estar sempre sujeita à contestação. Porém, a autora reforça que uma sociedade democrática exige que seus cidadãos se submetam a um conjunto de princípios ético-políticos comuns, geralmente explicitados numa constituição e expressos em estrutura legal; assim, não é permitida a coexistência de princípios de legitimidade conflitantes em seu meio, pressupondo um exercício da cidadania que garanta a igualdade entre todos os cidadãos.

Sendo assim, a defesa e a radicalização do projeto de democracia exigem que se reconheça a dimensão agonística do político e se abandone o sonho de um mundo reconciliado que teria superado o poder, a soberania e a hegemonia. Por fim, seus estudos levam-nos a compreender que “a radicalização da democracia exige a transformação das estruturas de poder existentes e a construção de uma nova hegemonia”. (MOUFFE, 2015, p. xiii)

1.2 A DEMOCRACIA COMO BASE PARA A CONVIVÊNCIA NA DIVERSIDADE

Como sabemos, existe um campo de estudos relacionado à *Ciência Política*, que desenvolve e aprofunda muitas das questões elencadas aqui, e trata de complexidades que certamente infringimos nesse caminho da pesquisa; no entanto, esses elementos aqui apresentados são apenas uma aposta, diante de nossa compreensão teórica, para essa lida com o problema estudado.

Dessas questões, interessa-nos compreender o conceito de democracia, já que aqui partimos dessa premissa almejando que existam sentidos e responsabilidades para certa

concepção de direitos. Desta forma, trabalhamos aqui com a ideia de Democracia sintetizada por Marilena Chauí (2018), que considera a democracia como processo no qual se cria e conserva direitos. Neste sentido, o Estado, enquanto garantidor desses direitos, em sua condição de organizador das demandas coletivas, em meios às disputas de interesses e manutenção de privilégios das classes dominantes e do contexto capitalista, acaba privatizando e negligenciando essa oferta, num processo neoliberal que ressignifica esses direitos, tornando-os serviços para venda e compra na sociedade.

Nádia Urbinati (2004), que também nos auxilia em muitas reflexões neste texto, tem refletido sobre a *desfiguração da democracia*, compreendendo-a a partir de três formas: epistêmica, populista e plebiscita. Diante dessa concepção, comenta sobre o fato de a democracia ser tida como forma de governo baseada em recursos de opinião. Diante da desfiguração, à luz da noção desenvolvida acerca do “plebiscito de audiência”, sugere uma demanda de transformação da democracia, já que ela se transformou numa política de passividade. Sendo assim, acredita que existe uma complexidade na questão da formação da opinião e das liberdades de expressão e de associação, já que uma liderança populista, por exemplo, procura representar um povo inteiro, um fenômeno preocupante em tempos de comunicação de massa que necessitam democratizar as tecnologias de informação e os meios de comunicação aos cidadãos comuns, de maneira que possa colaborar para o conhecimento e a contradição.

Outra grande referência que tem discutido sobre participação democrática e movimentos sociais tem sido Boaventura de Sousa Santos. Para ele, seria necessária a construção de uma outra democracia, já que vivemos uma democracia autoritária como resquícios dos poderes autoritários constituídos, fincada numa ideia de representação liberal, cujo pilar é o Estado. Essa racionalidade teria surgido da ciência moderna e de um desenvolvimento global e excludente, conforme lembram Pereira e Carvalho (2008). Nessa configuração, a participação ficou restrita a uma noção da esfera pública, imposta por uma definição restrita do espaço da política. Para Santos, a democracia liberal é atualmente a forma difundida mundialmente e que tem como base o sufrágio universal vinculado a um conjunto de regras nominadas de Estado de Direitos. Entende, portanto, que existe uma democracia procedimentalista, que esvazia o sentido da democracia por estar relacionada a uma estrutura reduzida na definição de quem seja autorizado a tomar decisões e quais seus procedimentos. Sendo assim, fica restrita ao espaço institucional, mantendo uma divisão entre sociedade civil e sociedade política, ignorando um conjunto de práticas cotidianas. Essa situação traz insatisfação, como no caso do continente

americano, pela ineficácia desse modelo governamental em termos de justiça social e inclusão política. Compreende, portanto que existem muitas experiências, práticas e saberes que estão além desse modelo hegemônico. Com isso, considera importantes dois elementos a serem observados nessa discussão sobre um modelo participativo democrático: o procedimentalismo e o papel dos movimentos societários na institucionalização da diversidade cultural. Santos e Avritzer (2003) compreendem que existe aqui uma complementaridade, de modo que a nova ação política dos movimentos sociais teria como objetivo a ampliação do político e possibilitaria a ampliação do espaço da política, redefinindo a democracia e abarcando os excluídos do sistema político. Neste caso, um projeto-político participativo ampliaria a noção da política ao reconhecer a heterogeneidade de atores, práticas e temas, sendo um contraponto à própria noção de política por sua ênfase na disputa, já que o consenso liberal hegemônico nos levou ao dogma da falta de alternativas.

Ao discorrer sobre a democracia e a saída para o impasse político brasileiro, Avritzer (2006), compreende que estamos no final de um ciclo na democracia brasileira e reflete sobre as saídas possíveis construídas pela crise que ela mesma gerou. Diante disso, elenca quatro pontos importantes: os limites do exercício da oposição; os limites do presidencialismo de coalisão; os limites da participação; e os limites de combate à corrupção. Neste caso, para o autor, vivemos um impasse e não uma crise constitucional, apesar de atritos entre executivo e legislativo.

Para ele a oposição político-partidária vivida aqui pode ser denominada como “americanização da oposição” (AVRITZER, 2006, p. 113), a nova direita, que surge nesta última década, tem um perfil que mistura elementos clássicos aos contemporâneos, tendo como pauta principal a defesa da agenda econômica liberal e da propriedade privada bem como o foco na questão da corrupção. Neste sentido, “a oposição se deve à defesa da governabilidade e da tolerância, dois valores importantes da democracia. Com isso, a defesa da governabilidade passa por entender que certa agenda econômica e administrativa é necessária, independente de quem governa” (AVRITZER, 2006, p. 115).

Ao analisar os processos governamentais brasileiros, compreende que vivemos entre 1994 e 2014 um presidencialismo por coalização, que permitiu um governo sem maiores atritos. Pelo que vem estudando, compreende que essas duas décadas apresentam resultados positivos, entre os quais a democratização do acesso de bens públicos na cidade e a importância da

participação social, que trouxe o institucional e o não institucional como polos de mobilização para a democratização.

Avritzer acredita que a grande questão da mobilização social estaria em quem estabelece o campo de conflito, em torno do qual se dá o campo de mobilização social e quais são os pontos principais dessa mobilização. Conclui dizendo que os avanços, portanto, não livraram a democracia de algumas mazelas, como a problemática estrutura midiática que demoniza de forma seletiva alguns atores políticos. Para ele, a saída do impasse atual da jovem democracia brasileira “implica estabelecer um forte acordo procedimental sobre as formas de saída da crise” (AVRITZER, 2006, p. 132). Portanto, apenas a produção por meio das instituições políticas permitirá que a democracia saia mais forte em cada um desses impasses.

Como sugerido pelo Professor Rezende (2021), uma concepção teológica que pode também auxiliar nessa discussão sobre os avanços necessários para a qualidade de nossa democracia vem sendo trabalhada por Leonardo Boff (2005) a partir da noção de *koinonia*, que significa o contrário da democracia como a compreendemos hoje. Nessa concepção, Boff lembra a experiência fundadora da democracia na Grécia Antiga e ressalta que, apesar de sempre ter tido o princípio da predominância da maioria, era bem restrita no sentido daqueles que exerciam o poder da decisão: as cidades-estado eram pequenas e somente alguns da população exerciam a democracia, concretamente, os cidadãos livres, enquanto as mulheres, os escravos, os artesãos, os estrangeiros e os imigrados eram excluídos. Mas a experiência grega se tornou referência para toda a reflexão política posterior.

Entretanto, para Boff, há uma outra experiência de democracia muito mais radical que a Grécia viveu durante pelo menos duas primeiras gerações, embora abandonada na tradição cristã. Para ele, a experiência geradora da democracia radical cristã foi a prática de Jesus, com valores absolutamente antidiscriminatórios, anti-hierárquicos e de fraternidade universal. Qualquer que fosse sua situação social e de gênero, os indivíduos formavam comunidades fraternais que viviam a *koinonia* (comunhão), no sentido de “colocar tudo em comum”, repartindo os bens materiais “conforme as necessidades de cada um”. Essa democracia era radical, pois as decisões eram tomadas com a participação de toda a comunidade. A lei básica era: “o que concerne a todos deve ser decidido por todos”. Para ele, essa situação deslocou o sentido da comunidade de *ekklesia* em grego, *ecclesia* em latim e “igreja” em português; não era um sentido religioso, mas político: a assembleia popular. Para o autor, essa memória foi perdida, mas, a partir desses estudos teológicos, também podemos conhecer mais sobre o que

seria essa *koinonia* e quais de suas qualidades poderiam orientar uma ideologia de democracia radical.

De maneira geral, essas orientações e reflexões abordadas até aqui inspiram-nos para o desenvolvimento de outras formas de convivência social e manutenção da vida em sua diversidade. Inspiram-nos a pensar sobre o significado da arte das relações e das decisões que estão envolvidas no nosso cotidiano. Portanto, diante dessa base conceitual, entendemos a democracia e a participação como aprendizados que precisam ser transmitidos e vivenciados de geração a geração. Assim, ao olhar para as relações concretas e para os atores coletivos, com atuações no tempo presente, intentamo-nos “aprender” e aprender “como” e “o quê” ensinar dos saberes e processos produzidos por esses sujeitos, que na nossa leitura são potencialmente educadores. Neste caso, mais especificamente, estaremos numa aprendizagem junto às experiências juvenis, tendo os jovens e os novos movimentos sociais como centralidade na investigação, contando também com suporte no campo de estudos das juventudes; esses conceitos centrais serão bem desenvolvidos adiante.

Vale lembrar que a centralidade dos jovens neste estudo não remete à lógica ocidental do homem como centro do mundo. Como elucidado por Krenak (2020), uma importante liderança indígena, que temos que abandonar o antropocentrismo, pois há muita vida além da gente, não fazemos falta na biodiversidade. Enquanto essas listas aumentam, os humanos proliferam, destruindo florestas, rios e animais. Ancorados numa ideia africana de cosmologia, onde tudo está interligado, sugerimos a ampliação deste debate, dado que suas variáveis se encontram abertas e em curto-circuito, sobretudo no campo da educação, na tratativa e sensibilidade sobre o que esses sujeitos coletivos trazem de cientificidade e de proposições, e que construções de saberes populares passam por essas lutas que poderiam ser pautadas e garantidas numa oferta de Política Educacional pública, democrática e inclusiva.

Sobre isso, além dessa perspectiva de uma educação voltada para os direitos humanos, esse debate passa também pelos campos de representação conjugadas às dimensões jurídica, institucional e política. Chama atenção para o papel protetivo do Estado e a inclusão de sujeitos e demandas na agenda política, mas também nos convida para uma descolonização do saber que seja capaz de alterar um sistema de poder e de fundar novas relações. Portanto, essa representação não passaria apenas nessa leitura de produção de imagens e conceitos, mas estaria atrelada à necessidade de democratização da própria ideia de representação ou mesmo na problematização ocidental de Estado de Direito e também de Direitos Humanos.

Desta forma, a luta por reconhecimento e redistribuição de direitos (FRASER, 2006) sobretudo de sujeitos subalternizados e mais empobrecidos, vem sendo presentificada numa realidade que pode ser reproduzida ou interrompida de acordo com processos e enfrentamento que fazemos em torno das narrativas e práticas dominantes do tempo presente. Por isso, motivamos compreender mais sobre esses movimentos históricos e sociais que vão na contramão das injustiças sociais, principalmente naquelas experiências coletivas protagonizadas por jovens. Para nós, essas denúncias e lutas coletivas não estão adormecidas, mas socialmente vivas no cotidiano. Por isso, trazemos a seguir princípios que nos orientam nessa abordagem sobre as ações coletivas e os movimentos sociais.

1.3 AÇÕES POLÍTICAS COMO SISTEMA DE RELAÇÕES

Em sintonia com estudos de Melucci (1996) sobre os novos movimentos sociais dos anos 1980, acreditamos que nas sociedades complexas os movimentos sociais e ações coletivas, como formas de agregação social, coexistem com outras dinâmicas sociais. Elas abrem novas formas de solidariedades e conflitualidades para novos canais de comunicação para os agrupamentos e, por isso, redefinem as formas tradicionais de socialização política. Assim, mais do que uma crise ou contradição, **“as ações coletivas são sistemas de relações”**, podendo ser consideradas como resultado de uma crise econômica e de desintegração social, sobretudo, dos desamparados; ou ainda, expressão de interesses partilhados dentro de uma estrutura comum. Para chegar a essas lutas coletivas, consideramos, assim como Melucci (1996, p. 52), que essas ações constituem um sistema de relações em que os movimentos sociais não devem ser analisados à luz das aparências ou retóricas, mas como sistema de ação. Através de processos concretos, a ação tem de ser uma interação de objetivos, recursos e obstáculos, como uma orientação intencional que é estabelecida dentro de um sistema de oportunidades e coerções. Assim, os movimentos operariam num campo sistêmico de possibilidades e limites: (a) baseada na solidariedade, (b) desenvolvendo um conflito, (c) rompendo com os limites dos sistemas em que ocorre a ação.

Sobre isso, quando olhamos para os estudos dos movimentos sociais verificamos uma retomada da agenda dos movimentos sociais a partir de meados dos anos 2000, que haviam perdido potência na década de 1990, quando estudos mais amplos sobre a sociedade civil ganharam mais espaço, uma conclusão oriunda dessa análise de Valiengo (2020). Segundo o

autor, entre 2000 e 2006 foram defendidos 267 trabalhos sobre movimentos sociais ou redes; e, entre 2007 e 2012, 766 trabalhos, um aumento expressivo na produção sobre essas questões de campo. No entanto, nos anos seguintes, entre 2013 e 2018, houve ainda um aumento de mais de 300% se comparado com o período anterior, em que foram defendidas 868 teses e dissertações. Destes trabalhos, identificamos que apenas 35 analisam dois ou mais movimentos sociais, suas articulações e interseccionalidades. Pelo que se observa, há um crescimento em curso na pauta das interseccionalidades, mas ainda numa perspectiva que parece tímida e se encontra dissolvida (pelo menos na amostragem coletada). Neste estudo, as questões que mais se apresentaram estavam ligadas aos movimentos camponeses (99 trabalhos), ciclos de protesto (50 trabalhos), Ciberativismo (30 trabalhos), movimento negro (23 trabalhos), feminismo e mulheres (19 trabalhos) e LGBT (16 trabalhos).

Além disso, vários estudos têm reconhecido que, neste momento, algumas formas tradicionais de organização se mantêm vivas e em transformação, por exemplo, associações, movimentos estudantis; mas, há também uma insurgência em outras formas de ações coletivas e os grupos culturais, trazendo novas expressividade para a cena pública, como o reconhecimento das identidades políticas e das novas tecnologias de comunicação, que já vinham sendo presentificadas na atuação dos movimentos sociais nos últimos anos, especialmente diante de novos ciclos de protestos (BRINGEL, 2012); e novos caminhos de contraposição aos discursos hegemônicos e publicização de atuação e denúncia no campo dos movimentos sociais, como no caso dos ciberativismos, que estão muito presentes na cena societária, a exemplo do processo vivenciado nas *Jornadas de junho de 2013*²⁰.

Nesta concepção, os movimentos acenariam para um novo modo de constituição das relações sociais, que não constituem realidades ontológicas fixas e imutáveis, mas uma “rede de movimentos” (SPÓSITO, 1993, p. 108). Para conhecê-los um pouco mais, apostamos nessa formulação de Alberto Melucci (1996):, onde novos movimentos se recusariam a um *status quo*, no qual esses movimentos teriam como elementos a oposição (o elemento do conflito), a capacidade de identificar no conflito um “nós” (a identidade) e uma oposição a certa totalidade (que seria um elemento inegociável).

Nessas considerações, os autores têm verificado que as pesquisas, além de apresentarem limites no ativismo, também podem colaborar para construir horizontes e agendas de enfrentamento aos desafios que são postos nos conflitos sociais. Portanto, concordando com

²⁰ Ver mais sobre isso na página 42

essa afirmação, acreditamos que olhar para o processo em que as ações e iniciativas coletivas estejam acontecendo seja a grande riqueza desta pesquisa.

1.4 DESLOCAMENTOS POLÍTICOS:

DO MILITANTISMO AO ATIVISMO E DO GRUPO ÀS COLETIVAS

No diálogo com o campo de movimentos sociais e educação, apostamos numa reflexão que pudesse nos ajudar a perceber os deslocamentos entre as ideias de “grupo” e “coletiva”, devido às evidências e variações percebidas no trabalho de campo. Também foi necessário compreender melhor sobre as orientações que levaram esses sujeitos a distinguir em alguns momentos as suas atuações ora como militantes, ora como ativistas e, algumas vezes, se remetendo e acionando às duas concepções.

Para isso, tomamos como base a teoria de Pichon-Rivière (2000), segundo a qual o grupo existe enquanto um conjunto de pessoas movidas por necessidades semelhantes e que estão em torno de uma tarefa específica. Desta maneira, o grupo deixa de ser um amontoado de indivíduos para assumir-se enquanto participante de um propósito mútuo.

O *grupo* resultaria da “transformação de interesses ‘comuns’ em interesses em ‘comum’”, isto é, num enlaçamento em que seus integrantes se reúnem em torno de uma tarefa e de um objetivo comum, conforme trabalha Zanella (2001), diferentemente de um *agrupamento*, que seria caracterizado por um conjunto de pessoas que partilha um mesmo espaço e tem interesses comuns, podendo vir a tornar-se um grupo. Existe uma passagem de um *agrupamento* a um *grupo* propriamente dito, sendo que um grupo aparece como algo maior que a soma das partes e produto da interação de seus componentes, que só existe enquanto tal ao produzir algo.

No contexto que estamos trabalhando, levando em consideração a intencionalidade envolvida nos grupos juvenis, especialmente nos que lidam com ações coletivas, apostamos na concepção trabalhada pela professora Jaqueline de Jesus (2012), que sugere que, no âmbito dos grupos, acontece um estímulo com o qual o sujeito se identifica, passando a desenvolver a solidariedade, e a realização de ações por esse estímulo de uma identidade politizada. Portanto, há uma diversidade de formas de manifestação, que nos convidam a conhecê-las e compreender suas motivações, além de sua força de intervenção e transformação na realidade. Além de criativas, essas organizações sociais produzem sentidos e desejos de inovação. Numa análise

comparativa sobre o que teriam em comum alguns fenômenos aparentemente contraditórios entre si, como Marcha da maconha, Marcha para Jesus, Marcha das vadias, por exemplo, Jaqueline de Jesus identificou que esses novos movimentos se expressam em mobilizações, ocupações e marchas; vêm desenvolvendo ações coletivas nas ruas e, mais do que um movimento de massa na defesa de ideologias, promovem o fortalecimento das identidades sociais degradadas e a reconstrução de grupos historicamente discriminados; articulam questões privadas, como estigmas e discriminações com reivindicação na esfera pública; e contribuem para diversidade. Para ela, os movimentos sociais são muito mais que a soma de suas lutas, são processos contínuos que envolvem as pessoas para atuar juntas e de forma organizada. Por isso, acredita que mesmo os grupos marginalizados podem influenciar outros grupos dominantes, ainda que demarcando realidade diferenciada da maioria.

Em nosso caso, o campo revelou que ao invés de estudar *coletivos*, estudamos “*coletivas*”, que não se conheciam, mas traziam valores muito aproximados na sua forma de organização e compreensão da identidade. Diante disso, foi necessário também compreender essas imbricações e seus deslocamentos na sua nomeação, bem como distinções entre *grupo* e *coletiva* e também *militância* e *ativismo*.

Por isso, após um breve estudo, consideramos as coletivas como um dos tipos de grupo, que contêm especificidades próprias, sobretudo na orientação e organização política. Essa nomeação característica, que desloca – o por quê – no contexto em que essas identidades vêm sendo fabricadas. Assim, recuperamos as significações mais contemporâneas e percebemos que, apesar de ter um histórico desde os anos 1960 e 1970 principalmente no campo artístico-cultural, essa ideia de coletiva que aqui investigamos ficou demarcada mais fortemente em meados de junho de 2013, principalmente com os movimentos de ocupa mundiais.

Ao tematizar a institucionalização e contestação nos movimentos sociais, entre ruas e gabinete, e as pautas e práticas dos **coletivos**²¹, Perez e Souza (2017) compreendem essas

²¹ Os **coletivos** para Maia (2013) teriam pautas múltiplas, não permanentes na atuação. Com isso, não teriam um líder que fala em nome dos outros, nem um projeto de continuidade, além de forte presença nas mídias sociais; Para Borelli e Aboboreira (2012) teriam formas de mobilização social pequenas, não institucionalizadas, distante dos modelos de ONG's e associações; e para Gohn (2017), ao fazer uma abordagem sobre os movimentos de protesto do século 21, identifica que neste caso não teriam um projeto de continuidade, apenas o prazer momentâneo atendendo aos apelos e com eventos combinados nas redes sociais, isso para promover uma ação específica no tempo e no espaço, impactar um coletivo e se dissolver. (MAIA, 2013; BORELLI E ABOBOREIRA, 2012; GOHN, 2017 *apud* PEREZ e SOUZA, 2017).

formas de ação coletiva como distintos dos **movimentos sociais**²², por serem menos permanentes na ação, por considerarem que eles têm ligações com partidos e movimentos estudantis, mais flexibilidade na disponibilidade dos participantes e menos compromisso em permanecer num processo duradouro. Suas ações são menos centradas numa liderança e não têm temas tão fixos, nem necessidade de formalização ou estabelecimento de procedimentos contínuos ou focados em burocracia e hierarquias como os movimentos tradicionais. Assim, os movimentos sociais têm pautas mais fixas e duradouras, possuem estruturas mais hierarquizadas e burocráticas, e existência mais longa que um coletivo. Outra descoberta deste estudo foi que houve um pico de criação de coletivos entre 2012 e 2016, tendo como hipótese que seguem o crescimento exponencial da internet, mas também tem características de grandes eventos políticos no país, onde a visibilidade pode ter facilitado a criação de novos grupos e formas associativas.

No entanto, os autores também concluem que não há uma definição que abarque a variedade de organizações que se autoidentificam desta forma, além do que os movimentos sociais também não são homogêneos e coexistem com orientações distintas dentro de um mesmo movimento. Portanto, não é possível afirmar que são horizontais e sem lideranças, tampouco que não possuem características dos movimentos sociais (identidade coesa, projeto de sociedade, liderança, base, assessoria e laço de pertencimento), pois mesmo os movimentos sociais clássicos, como os estudantis, também vêm se nomeando como coletivos. Além disso, constataram que, desta diversidade, poucos trazem necessariamente a recusa ao Estado e a partidos, e concluem que poderiam ser melhor lidos a partir de referências dos “novos

²² Melucci (1989), baseado nos movimentos dos anos 70 e 80, define como **movimento social** uma forma de ação coletiva baseada no conflito (relação entre atores opostos, lutando pelos mesmos recursos aos quais ambos dão valor); solidariedade (capacidade de partilharem uma identidade coletiva) e limites (rompem os limites onde ocorre a ação). Teriam latência, pois experimentam e reinventam novos modelos culturais, e visibilidade, demonstrando na mobilização pública a possibilidade de modelos culturais alternativos. Para ele, **os novos movimentos sociais** teriam características como a fluidez, por possuírem curta duração e serem reversíveis; a horizontalidade e o apartidarismo. Gohn define três tipos de movimentos sociais: os identitários (lutam por direitos sociais, econômicos, políticos e culturais); os que lutam por melhoria de condições de vida e trabalho (pleiteiam acesso à terra, moradia, alimentação, educação, saúde, trabalho, salário, transporte, lazer); e os movimentos globais, como Fórum Social Mundial. Noutra definição, Richard Day (2005) entende os **novíssimos movimentos sociais** como aqueles de mobilizações sociais com pautas anarquistas e/ou capitalistas ligadas ao fenômeno da globalização. Seguem a lógica da afinidade e não da hegemonia. A hegemonia aqui seria a crença que a mudança social só pode ser alcançada simultaneamente e em massa. Nessa construção, com sua autonomia uma auto-organização, podem funcionar em paralelo com formas existentes de organização social, política e econômica. Têm característica de anarquismo libertário, trazem uma recusa ao Estado, mas cada grupo se desenvolve sociabilidades distintas sem obedecer a um único projeto comum. Para Augusto, Rosa e Resende (2016), teriam características como horizontalidade, a autonomia, o feralismo (vínculo com outras localidades), o apartidarismo e o ciberativismo. (MELUCCI, 1989; RICHARD DAY 2005; AUGUSTO, ROSA E RESENDE, 2016 *apud* PEREZ e SOUZA, 2017).

movimentos sociais”, mais heterogêneos, entrelaçando heranças em passado e bandeiras contemporâneas (MELUCCI, 1989). Nessa concepção, não seria possível tratá-los como unidade, apenas capturar sua diversidade. Porém, de maneira geral, podem expressar o distanciamento das formas de se fazer políticas de maneira hierarquizada e pouco participativas, por mais que possam reproduzir essas lógicas, sendo expressão de novas nomeações e práticas que almejam novas formas de se fazer política e conquistar a cidadania.

Esses movimentos trouxeram o caráter antissistema para o debate público, ao refutar a significação de militante como vinculação às estruturas historicamente imbricadas a partidos políticos e suas relações hierárquicas e centralizadas, conforme trabalhado por Faria (2020); portanto, pelo compreendido, podemos dizer que os coletivos são oriundos de

(...) matrizes e fundamentos na corrente dos autonomistas, no anarquismo, nos libertários, no movimento Zapatista dos anos 90 e na insatisfação com a esquerda tradicional e representam uma nova inflexão dos movimentos da década de 70 que criticavam a centralização, a hierarquia, defendiam a autonomia, a democracia de base e exigiam direitos sociais de acesso à saúde, de urbanização de bairros periféricos, transporte público, condições de trabalho, etc. (FARIA, 2020, p. 40)

Uma das principais características dos coletivos – ou das coletivas, em nosso caso – seria a “multiplicidade, desmesura e atualização singular” e com valores mais abertos, como revelam os estudos de coletivos na área cultural:

Essa é uma primeira característica que evita que tratemos os coletivos como um grupo, como algo fechado; melhor seria dizer que um coletivo é antes um centro de convergência de pessoas e práticas, mas também de trocas e mutações. Ou seja, o coletivo é aberto e seria, assim, poroso em relação a outros coletivos, grupos e blocos de criação – comunidades. (...) Os coletivos existem atravessados por fluidez e abertura, disponíveis a novas conexões, mas ao mesmo tempo dependem de pontos fixos de convergência. (...) O coletivo é um ponto na rede e, também, ele próprio uma rede. (...) os coletivos aparecem como uma tentativa micropolítica de sincronia com movimentos de redes que os ultrapassam e para as quais eles são fundamentais. (...) aparecem como centros de concentração de ideias, pessoas, criação, forças de onde novas conexões podem sair para compor outras redes. (...) Nesse sentido, sempre houve coletivos (...), mas eles existem enquanto se diferenciam no tempo, enquanto estão engajados com o que varia no presente e com as possibilidades de atualização criativa, política e subjetiva que não se repetem no tempo. Coletivos existem nos atos que afirmam o presente, em operações que não encontram resposta em outro lugar, mas nas próprias práticas. (MIGLORIN, 2020, p. 308-314)

Sendo um ponto da rede, essas coletivas deslocam a própria ideia que temos acerca delas. Já que também foi possível perceber que, mesmo nessas experiências investigadas, alguns sujeitos também alternaram essas autoneomeações, uma potência que pode ser mais bem observada no contexto desses deslocamentos e significados produzidos por novos sujeitos e novos movimentos sociais. Da mesma forma, buscamos também perceber a distinção entre militância e ativismo.

Ao distinguir a *militância* do *ativismo*, Leite (2019) considera que a militância remonta a algo militar e muita força de ação, enquanto o ativismo está mais voltado para uma ideia de adesão desde o aspecto mais individual. Desta maneira, o ambiente militante tenderia a valorizar disciplina, centralização e heteronomia, enquanto o ativista incentiva experimentação, horizontalidade e autonomia. Exemplos desses valores e as constituições das identidades serão apresentados nos capítulos de análise da pesquisa de campo. Além disso, também consideramos importante dizer sobre qual base estamos pensando nessa ideia de crise de representatividade.

1.5 AS SITUAÇÕES-LIMITES E O CONCEITO DE CRISE

Conforme viemos percebendo, essas alterações e os deslocamentos nessas configurações sociais que marcam as diferenças entre os grupos e os sujeitos entre si são tidas como fundamentais para compreender as dinâmicas das coletivas. Com isso, as crises, como no caso da representatividade e conforme nos lembra Leonardo Boff (2002), são compreendidas por nós como pontos ou momentos críticos nos quais a pessoa ou os grupos se questionam, questionam seu destino e são convocados a não apenas opinar, mas decidir acerca de algo. Seria, portanto, uma categoria da história da vida, uma descontinuidade e uma perturbação dentro da normalidade provocada pelo esgotamento de possibilidades de crescimento no arranjo existencial. A crise seria, portanto, um processo normal de todos os processos vitais. Com isso, essa dimensão, segundo Boff, emerge de tempos em tempos para permitir à vida permanecer sempre viva, poder crescer e irradiar. Portanto, seria um momento angustiante, mas profundamente criativo, que permite o evoluir histórico sobre outras bases e com outros valores.

Além disso, as crises também podem ser consideradas pela ótica das situações-limite, ou seja, situação objetiva e histórica que estabelece uma relação dialética com o sujeito. Uma situação que produz resolução sintética pode trazer resultados positivos ou negativos, desenvolvendo, por exemplo, virtudes que em outras circunstâncias não haveriam surgido. Nessa perspectiva, somos convidados a olhar para cenas concretas de conflito, porém considerando a elaboração dos atos para superá-las. Neste caso, as situações-limite não significariam uma barreira que impede o indivíduo de dar novos passos, mas sim uma dimensão que inaugura uma série de novas possibilidades. Por isso, elas anunciam outra possibilidade de organização da prática cotidiana, sendo que, de forma materialista, explicita seu compromisso

com a emancipação frente às diversas formas de opressão (OLIVEIRA; MOREIRA; GUZZO, 2014).

Conforme também trabalha Freire (1970), as situações-limite são geradoras de desesperança, como freio aos oprimidos, como se não pudessem ultrapassar alguma dificuldade. Assim, numa percepção crítica da sociedade, na ação, se desenvolve um clima de esperança capaz de empenho e superação dessas situações. Portanto, no sentido freiriano, também podemos compreendê-la a partir de sua reflexão sobre a “hominização”, um processo de evolução do mundo em que surge a capacidade de homem e mulher refletirem e atuarem sobre a realidade para transformá-la. Com isso, a realidade opressiva é experimento passível de superação. Nela, consideramos a educação para libertação, como práxis transformadora, como ato do sujeito organizado coletivamente (GADOTTI, 2004).

Na concepção freiriana de “inédito-viável”, ao considerá-los como sonhos coletivos, sonhos possíveis da humanidade, essas “situações-limite” da realidade e suas barreiras, depois de “percebidas-destacadas”, permitem também a realização da utopia, a concretização do SER MAIS e da autêntica democracia. Por isso, os inéditos viáveis são fundamentais da nossa sociedade, denunciando-os, contraditoriamente anunciando o anúncio esperançosamente viável” (STRECK, 2018, p. 265).

Pensadas essas concepções que sustentam nossa entrada no campo, trazendo elementos do aporte teórico e das interrogações necessárias para pensar as relações entre as representatividades, a crise de representatividade e as juventudes, vemos como importante destacar também que, numa concepção transversal na construção deste texto, reconhecemos os atos comunicativos como inclusivos ou excludentes, numa produção de linguagem que é, em simultâneo, produzida/produtora de relações sociais e institucionais. Uma linguagem que constitui hierarquias e acentua igualdades, desigualdades e, neste caso específico, reproduz formas perversas de administrar a vida social, de validar determinadas vozes e sujeitos e promover intencionalmente alguns silenciamentos e epistemicídios²³. Essas interações comunicativas constroem e materializam relações, revelam heranças culturais e lutas de sujeitos que não estão representadas, reconhecidas como humanidades possíveis, ou que se encontram

²³ **Epistemicídio** é um termo criado pelo sociólogo e estudioso das epistemologias do Sul Global, **Boaventura** de Sousa Santos, para explicar o processo de invisibilização e ocultação das contribuições culturais e sociais não assimiladas pelo 'saber' ocidental. Ver mais em: <https://www.ufrgs.br/jornal/epistemicidio-e-o-apagamento-estrutural-do-conhecimento-africano/>

sub-representadas nas arenas sociais e nas cenas públicas. Contudo, apresentaremos então as interlocuções que localizam os sujeitos jovens no contexto que aqui discorremos.

1.6 JUVENTUDES, PARTICIPAÇÃO E REPRESENTATIVIDADE

Ao pensar na relação interdisciplinar presente nos estudos e nos dilemas trazidos pelo problema desta pesquisa, buscamos delimitar o nosso repertório teórico numa produção acadêmica que se situa na confluência entre “juventude”, “participação” e “ação coletiva”. Quanto à participação política e às culturas juvenis, conectamo-nos com Dallari (1984), Perondi (2013), Spósito (2014), Abramo (1997), Caldeira (2008), Feixa (2003), Ferreira (2012), Baptista et al. (2013), Leão (2015) e Dayrell (2014); para compreender os movimentos sociais no contexto da educação, reportamo-nos às pesquisas de Brenner e Gohn (2014), Brigel e Pleyres (2015), Arroyo (2003), Lino (2017), Krischke (2011) e Melucci (1983); no que se refere à socialidade política, dialogaremos com as abordagens de Barros e Martins (2017) e Tomisaki e Daniluauska (2018) sobre ativismo, associativismo e militantismo.

Numa interlocução com o campo da sociologia das juventudes, concordamos com Carrano e Dayrell (2013, p. 111) quando afirmam que “a juventude é, ao mesmo tempo, uma condição social e um tipo de representação”. Para nós existem especificidades nessas experiências juvenis que inclusive denotam interrupções dessa condição na universalidade que a compõe. Conforme sugerem esses autores, “isso significa entender a juventude não como uma etapa com um fim predeterminado e muito menos como um momento de preparação a ser superado quando se entra na vida adulta”²⁴. Como sabemos, há diversas imagens e significações sobre o que seja essa experiência juvenil, tanto que conseguimos observar quais sujeitos cabem e quais estão fora dessa ideia socialmente produzida, que varia de cultura para cultura, com deslocamentos e novos significados de tempos em tempos.

Inicialmente temos percebido que há uma inquestionável motivação dos jovens em relação a temas culturais, em oposição ao seu afastamento das formas tradicionais de participação política (SPÓSITO, 1994). Desta forma, algumas pesquisas identificam que os

²⁴ Para esse aprofundamento sobre a categoria juventude, ver Pais (1993), Spósito (1993), Peralva (1997), Feixa (1998), Carrano (2000, 2003, 2008) e Dayrell (2003, 2005, 2007).

jovens, por não se verem representados nos espaços convencionais, têm encontrado nas microculturas²⁵ a oportunidade de se fazerem representados socialmente. Assim,

(...) esses jovens acabam por valorizar espaços alternativos de participação, intervenção e expressão social, dotados de recursos e canais de produção, mobilização e difusão mais apetecíveis que os convencionais, no sentido de anunciar as suas preocupações, valores e interesses e de atuar em conformidade com as suas expectativas e desejos, medos e anseios. (FERREIRA, 2012, p. 348)

É preciso ainda considerar uma realidade que vai na contramão do imaginário social que posiciona os jovens como apolíticos ou desinteressados pelas questões políticas. Diante desses estudos, temos entendido que tratar da apatia juvenil no tempo presente parece ser anacrônico, principalmente quando observados os dados sobre a participação dos jovens nas recentes manifestações, na atuação em grupos e redes de solidariedade e a partir da leitura de seus olhares, observados em pesquisas de opinião que têm tratado sobre este assunto. As pesquisas “Retratos da juventude brasileira” (2005) e a “Agenda juventude Brasil” (2013), ainda muito importantes por sua abrangência nacional, apesar de sua temporalidade, corroboram essa ideia e revelam que os jovens reconhecem a importância da participação política e dos espaços para a solução de seus problemas e demandas; porém, trazem também evidências de que não estão dispostos a se engajarem em formas tradicionais de participação, questionando esses espaços da democracia representativa.

Não menos importante, precisamos lembrar que existem jovens vocacionados para a militância, nas formas tradicionais de participação, na qual consideramos ultrapassadas ou que acreditamos não existir mais, mas existem jovens que não apenas participam, como ajudam a dinamizá-los. Nesse sentido, para Martins e Barros (2017) algumas pesquisas acadêmicas e de opinião estão em consonância com as tendências de um refluxo nas formas convencionais de participação política entre os jovens e um crescimento na adesão às modalidades de mobilização caracterizadas pela contestação e o protesto. Segundo esses autores:

Ao contrário do que diz o senso comum, estudos empíricos sobre engajamento e participação juvenil no Brasil revelam um perfil de jovens altamente engajados em atividades sociais, comunitárias, ambientais e em projetos de interesse local. Contudo, as mesmas pesquisas apontam para um baixo interesse na participação política convencional, ou seja, aquela pela via institucional dos partidos e do voto. Esse quadro se explica pela elevada desconfiança na política, em contraposição a um cenário de elevada confiança na família, nas igrejas e nas entidades não governamentais. Os estudos mostram que a política “não parece interpelar os jovens como atividade

²⁵ Este termo é problematizado tendo compreensões distintas, enquanto produções locais e socialmente situadas ou remetido à ideia de subcultura, que é criticado por hierarquizar as culturas.

criadora e transformadora do mundo” (CASTRO, 2009 apud BARROS E MARTINS, 2017, p. 403)

Portanto, levando em consideração essa problemática da participação pela via institucional, alguns autores têm destacado que essa atual descrença na política convencional tem advindo das novas gerações, mas não somente, pois dizem respeito a: a) constantes acusações de corrupção nos espaços instituídos tradicionais; b) esvaziamento dos poderes locais pelo fenômeno de globalização; e c) predominâncias dos interesses de mercado na cultura (SOUZA, 2006, p. 10). Nesta mesma linha, percebe-se a coexistência de diferentes concepções e práticas participativas:

Os novos terrenos ampliam, portanto, a formação de opinião e a participação política, que não se restringem a meios tradicionais como sindicatos, militantismo, movimentos sociais, partidos políticos, campanhas políticas e período eleitoral, como explicam Brenner e Carrano (...) no Brasil e em outros países, são as mutações nas formas e conteúdos da participação motivadas pelas novas configurações sociais que interferem nas motivações e condições objetivas que favorecem ou inibem os processos de participação. A atual juventude brasileira tem construído novos caminhos para superar as limitações dos mecanismos tradicionais de participação democrática. Não significa, porém, que os elementos tradicionais da democracia (partidos, congresso, militantismo, sindicatos, sistema de representatividade) estejam obsoletos, mas apenas que há outros elementos consideráveis para se atentar no processo de politização da juventude brasileira das duas últimas décadas. (OLIVEIRA et al., 2018, p. 14)

Como vimos, as mutações sociais alteram as formas e motivações de participação. Nesse contexto, os movimentos sociais deste tempo trazem novas configurações e caminhos de atuação, e uma leitura histórica possibilita entendermos o que seria realmente “novo”. Ao discutir essas mutações, diante das limitações tradicionais e pensando na relação entre juventudes e instituições, podemos perceber, conforme Martins e Barros (2017), que quanto mais confiança nas instituições, maiores as chances de desenvolvimento de um regime democrático satisfatório para a população²⁶. No sistema representativo, com parlamentos, isso adquire ainda mais importância. E é neste processo complexo que os jovens também vão construindo suas confianças e desconfianças quanto aos modelos trazidos pelos adultos ou que têm se perpetuado em certa cultura política do seu tempo.

Assim, ainda nos estudos de Barros e Martins, podemos dizer que os parlamentos não são o foco exclusivo da desconfiança da população, mas um ponto de concentração nesta desconfiança. Neste sentido, levantamentos mostram um alto índice (82%) de desinteresse pela política em suas modalidades institucionalizadas entre os jovens (BAPTISTA et al., 2013). Isso, conforme apresentamos, se deve a vários fatores, mas pode estar ligado, principalmente, à

²⁶ Ver mais sobre isso em Dahl (1989), Norris (1999), Lijphart (2001) e Tilly (2008).

recorrente associação entre política e corrupção, reforçando o pessimismo e a descrença da juventude:

Descrentes da política, desconfiados das instituições representativas, suspeitosos em relação à organização do processo eleitoral e com poucas expectativas de serem ouvidos pelas lideranças, os jovens acabam por participar pouco da vida política (...) Apenas 18,8% deles participam de organizações como partidos políticos, sindicatos, organizações não governamentais, associações de bairro, religiosas ou estudantis (...) O ingresso em partidos políticos (1,4%) ou mesmo em associações estudantis (2,6%) é praticamente nulo. (TELLES; DIAS, 2010 apud BARROS E MARTINS, 2017, p. 97)

Na dissertação desenvolvida em 2015, elencamos alguns pontos de partida no debate sobre juventude e participação social no Brasil, trazendo uma retrospectiva sobre importantes movimentos e significações sociais construídas em torno da socialização, organização política e intenção das ações coletivas juvenis mais comuns na literatura sobre o tema. No entanto, aqui nos interessa perceber alguns movimentos fundamentais que provocaram o transbordamento das questões vividas pelas juventudes brasileiras e a emergência de novos sujeitos na cena política do país, nos últimos anos. Dessas movimentações, destacamos as jornadas de junho de 2013 e as ocupações das escolas em 2015, nas quais os jovens foram atores centrais na luta pelo reconhecimento de direitos. Para nós, esses movimentos significaram uma intensificação da crise de representatividade da política institucional, cujo maior sintoma foi a ascensão de movimentos contestatórios, inicialmente motivados contra o aumento das passagens do transporte coletivo urbano, mas que se expandiram por meio de outras reivindicações difusas que buscavam a melhoria das políticas públicas e a qualidade do uso do dinheiro público.

Corroborando com estudos de Bringel e Pleyres (2015), compreendemos que das jornadas de 2013 participaram indivíduos e grupos sociais diversos e com uma ampla visão ideológica, sem mediação de atores tradicionais, como notado também em outras mobilizações de massa contemporâneas, a exemplo da Espanha e Estados Unidos²⁷. Assim,

compreendemos que junho não se constituiu como um evento de protesto, mas como um processo aberto e inacabado, que inclui uma ampla reconfiguração do ativismo social. Nele, emergiram novos espaços e atores que deram visibilidade a diversas demandas e conflitos sociais no espaço público. (NUSO, 2015)

²⁷ Na virada de 2010 para 2011, ocorreu uma série de movimentos na Tunísia, no Egito, na Líbia, em outros países do Norte da África, bem como na Síria e na Arábia Saudita, que se convencionou chamar de Primavera Árabe, marcada pela revolta contra regimes autoritários ou ditatoriais. Entre 2011 e 2012, manifestações eclodiram na Europa, com protestos na Grécia, Espanha, Portugal, Itália, França e Inglaterra, e nos Estados Unidos – onde as medidas de austeridade pós-crise de 2008 parecem ser centrais. Na América Latina, chamam a atenção os protestos estudantis no Chile, iniciados em 2011 contra as políticas liberais do país e as injustiças causadas pelo sistema privado de educação. Em 2013, a Turquia também foi palco de protestos, com a ocupação do parque Taksim Gezi contra um empreendimento privado que acabaria com tal espaço público (DOMINGUES, 2013, p. 11).

Para Bringel e Pleyres, essas mobilizações recentes, sejam de direita ou de esquerda, compartilham algumas formas de expressão, de ação e de organização que são comuns a muitos movimentos contemporâneos, caracterizando uma nova geopolítica da indignação global. Na ocasião, diversas leituras sobre os porquês das manifestações foram organizadas. As vozes das ruas estavam muito distintas, mas, em simultâneo, traziam em comum a constatação da baixa legitimidade dos representantes legislativos e governantes em exercício. Naquele momento, a violência policial e o modo como a mídia projetava os protestos, muitas vezes criminalizando-os, traziam a expressão da dificuldade das instituições para assimilar as reivindicações dos/as manifestantes que faziam das ruas um grande protesto. Esses movimentos foram a imagem da indignação contra a democracia representativa, o sistema político e os políticos, de maneira geral (BRINGEL E PLEYRES, 2015). Porém, nem todos os desdobramentos dessas mobilizações podem ser de fácil mensuração. Os impactos sociais e a reconfiguração dos grupos sociais fizeram surgir uma geração de novos enquadramentos sociopolíticos. Assim, segundo os autores, essas mobilizações recentes serviram, então, para “chacoalhar” as posições, visões e correlações de forças entre partidos, sindicatos, movimentos sociais, ONG’s e outras coletividades.

Diante disso, podemos dizer que os movimentos *alteromundialistas*²⁸, embora diversificados, também exibem novas modalidades de práticas e ações coletivas, que desnudam a frágil capacidade de compreensão da sociedade aos atores mais jovens, tidos geralmente de forma pejorativa pelo seu egoísmo ou individualismo narcísico. Esses movimentos e ações coletivas aparecem de forma descentralizada, se articulam e se separam como permanentes jogos de caleidoscópio. Assim, o que se observa é que se perde a proposta de unificação em organismos de caráter nacional, o que também pode ser motivação para que esses coletivos e grupos construam novas formas de ação coletiva e de movimentos não restritos à esfera do trabalho (SPÓSITO, 2014).

Bringel e Pleyres (2015) descrevem ainda algumas flutuações na forma de participação deste tempo. Destacam, por exemplo, que as mobilizações de massa passaram a ser menos controladas por organizações sociais e políticas, sob uma lógica que abre maior espaço para os indivíduos. Portanto, os principais atores mais estruturados que delimitavam o papel de formação e socialização política no Brasil vêm sendo deslocados, como no caso de instâncias centrais da socialização militante (sindicatos, partidos e alguns movimentos sociais,

²⁸ Mobilizações do Oriente Médio, os acampamentos em várias cidades norte-americanas – Occupy Wall Street, as mobilizações de jovens chilenos e os eventos de rua em Londres.

principalmente o estudantil). Este deslocamento, teria a ver com o descrédito nos partidos tradicionais e nas organizações hierárquicas e verticais; a diminuição do trabalho de base realizado junto às comunidades e territórios; a rejeição à delimitação organizativa muito estrita, com fronteiras bem definidas para entrada e saída de determinadas instituições. Nesta lógica, “os processos de engajamento militante tendem a se transformar, com destaque para a inserção em pequenas coletividades, redes e grupos de afinidades; a amizade, as emoções e as proximidades, mesmo que circunstanciais, animam rumos a serem tomados” (NUSO, 2015-página virtual). Além disso, as novas tecnologias de informação e comunicação (no caso brasileiro, principalmente pelo celular e internet) assumem um papel destacado pela capacidade de produzir um contradiscurso, de interação e difusão mais veloz, menos mediada por terceiros, e também pela possibilidade de aproximar a participação política da vida cotidiana.

Corroborando essa flutuação dos movimentos sociais contemporâneos, Perondi (2013) considera que nas últimas décadas tivemos a passagem de um paradigma do formal ao informal, apontando para o fato que as novas formas organizativas juvenis têm rechaçado cada vez mais as estruturas permanentes e formais, priorizando formas de sociabilidade menos rígidas, que lhes permitam vivenciar relações de tipo co- e pré-figurativo (mais horizontais e recíprocas) que as de tipo pós-figurativa (verticais)²⁹. Neste caso, segundo o autor, “o informal não significa que não se tenha uma organização, mas que as estruturas e as relações são mais flexíveis” (PERONDI, 2013, p. 61).

Diante do quadro que se estabelece, vemos que a maior parte dos atores políticos tradicionais tem questionado, por exemplo, a distância que os jovens têm demonstrado para com as suas proposições, bandeiras e formas de atuação política. Este cenário tem sido considerável para se pensar sobre os movimentos sociais contemporâneos e o engajamento juvenil que, apesar de algumas exceções, revisitam certa aversão aos espaços políticos tradicionais. Para Abramo (1997, p. 27), o que se observa é que essa preocupação vem acompanhada de um diálogo que identifica nos jovens um desinteresse pela política e de um

²⁹ Essa definição é oriunda dos estudos de Carles Feixa (2003) inspirado em Margaret Mead, ao estabelecer três formas culturais de transmissão geracional: As culturas **pós-figurativas** teriam a ver com os processos nos quais os jovens aprendem principalmente dos adultos, por isso, seriam verticais. Assim, o tempo é repetitivo e a mudança social é lenta, prevalecendo uma visão circular na qual cada geração reproduz os conteúdos culturais da anterior. As **culturas configurativas** corresponderiam às grandes civilizações estatais e aos processos nos quais tanto jovens como adultos aprendem uns com os outros. O tempo é mais aberto e acelerado; prevalece uma visão linear, em que cada geração instaura um novo tipo de conteúdo cultural. As **culturas pré-figurativas** seriam aquelas emergidas a partir dos anos 1970. Nessa concepção, os adultos também aprendem com os jovens. Os jovens assumem uma nova autoridade mediante sua capacidade de vislumbrar um futuro, ainda desconhecido. Essa seria uma visão virtual das relações geracionais, segundo a qual se invertem as conexões entre as idades e se chocam com os rígidos esquemas de separação biográfica.

modo mais geral pelas questões sociais, como resultado da acentuação do individualismo e do pragmatismo que se afirmam como tendências sociais crescentes, tornando-os “pré-políticos” ou quase que inevitavelmente “apolíticos”. Diante desta problemática, observa-se as organizações políticas e alguns movimentos sociais, em geral, mais preocupados em renovar seus quadros políticos internos do que em lidar e incorporar demandas próprias desses sujeitos.

Sobre essas formas de participação política, as pesquisas também revelam que os jovens têm se empenhado em instituir a informalidade e a reivindicação de um relacionamento “leve” nos grupos onde atuam, buscando rir, divertir-se, ser feliz na militância, como trabalhado por Caldeira (2008). Para a autora, este seria o contrário da nostalgia (introspecção e desmedido altruísmo), vistos como sentimentos de práticas políticas convencionais que não caberiam mais neste tempo.

É nesse contexto histórico, marcado também pela consolidação de espaços alternativos de participação política (movimentos populares, identitários e de lutas antidiscriminação em organizações não governamentais e associações profissionais, dentre outros), que surge também o fenômeno da “militância múltipla”, isto é, jovens que são simultaneamente lideranças no movimento estudantil, nos partidos políticos, nos grupos de igrejas ou em outros movimentos e organizações. Ou ainda, a configuração de uma sociedade em rede, onde a internet favorece a confluência de experiências simultaneamente reais e virtuais. Sobre essa última concepção, compreende-se que as experiências virtuais também produzem fatos e subjetividades num contexto real concreto, e novas sociabilidades estão em voga, trazendo novas questões para as relações entre jovens, participação política e engajamento social (SPÓSITO, 2014, p. 11).

Nos últimos anos os jovens têm tido mais oportunidades devido ao alto desenvolvimento tecnológico e à expansão do consumo, mas também vivenciam um crescimento das desigualdades sociais que geram medos, incertezas e privações (LEÃO, 2015). Em tal contexto, são convocados a fazer escolhas e a se constituírem como indivíduos (competentes, empreendedores e criativos), em leques de possibilidades que variam muito de acordo com as condições sociais de cada um. Por essa razão, os jovens em geral tendem a questionar os espaços institucionais que são pouco abertos a novas formas de participação. As instituições geralmente lidam com os jovens sempre numa relação instrumental ou que descaracteriza a sua fala, como elucidada Geraldo Leão (2018). Por isso, para muitas instituições os jovens não pensam, não sabem de política, não querem participar e são vazios de conhecimento. Com essa naturalização se consolidam algumas culturas “subalternas”.

Sabemos essas práticas participativas, podem também produzir silenciamentos ou invisibilidades, sendo utilizada pelos grupos mais influentes e ativos para a garantia de privilégios, mas também para ampliação de direitos. Conforme desenvolvido por Dallari (1984), o reconhecimento do direito surge de movimentos que problematizam as decisões políticas tomadas apenas por alguns. Nesta perspectiva, assumimos aqui a ideia de participação política como uma prática de transformação da história e, principalmente, revisão da manutenção dos privilégios históricos, já que para viver em sociedade seria necessária alguma forma de organização. Portanto, concordamos com a noção de que a participação se constitui como um direito político e social, mas também um ato de poder: ao falar em participação, estamos dizendo de “poder existir”, de poder decidir e ter voz validada em contextos plurais do desenvolvimento em grupo.

Nesta perspectiva, como interpela, Karl Mannheim, geralmente queremos ensinar aos jovens, que eles se ajustem a situações adversas a partir do já existente. Nessa concepção uma nova ordem social não se dá unicamente por novas técnicas sociais. Isso recai sobre as orientações que levam determinados grupos pelos ensinamentos dos mais velhos, mas que também trazem rupturas e inovações sociais na forma de conceber a vida e a tradição. Como aponta sua teoria, a sobrevivência depende de mobilização de recursos latentes. Por isso, é importante lembrar que a expectativa e teoria social formuladas pelos adultos será vivida na prática pelas novas gerações. Nela, os sentimentos e ações são transformadas em funções sociais. Portanto, os jovens constroem mudanças que questionam a naturalização do comum e a estigmatização de alguns procedimentos e repetições sem questionamento. Essa mistura entre presente e passado, subjetivo e coletivo, sugere ainda que a integração e unidade da sociedade não são alcançadas por um comportamento uniforme, conformista e homogêneo, mas por meio de complementação mútua entre as funções, num processo contínuo de benefícios das invenções em torno de novas criações (MANNHEIN, 1945).

Numa contracultura às formas tradicionais de participação política, que são limitadas, vemos a insurgência de grupos juvenis e ações coletivas, justamente por não aceitarem passivamente as condições históricas que lhes são prescritas, nem a naturalização das injustiças no âmbito das transformações sociais. Reconhecer esses ciclos é importante porque muitas vezes tendemos a enquadrar esses novos movimentos sociais em orientações bem definidas e desejos de organização e mobilização, que em certa medida não passam de saudosismo ou uma expectativa meramente reducionista do que seja e como alcançar a transformação social produzida pelas gerações e experiências anteriores. Esses grupos podem produzir atuações

organizadas, planejadas e a longo prazo, como também podem pensar ações coletivas em caráter eventual ou com outras formulações, o que não as tornam menos importantes ou significativas. Nessa perspectiva, a democratização política seria fundamental para uma participação das pessoas nas mudanças e organizações que lhes são dirigidas.

Esse questionamento das formas de participação e suas limitações, expressivamente denunciada pelos jovens, reverbera muitas vezes na cena pública, como evidências de um esgotamento dos modelos tradicionais.

Neste cenário, vemos como necessário compreender mais as imagens e modelos socialmente construídos sobre a juventude, voltando o olhar para eles próprios, jovens reais, atentos a sua diversidade sociocultural e as suas dinâmicas contínuas de transformação (DAYRELL, 2014). E, como sugerido por Geraldo Leão (2015), teríamos que compreender se esses jovens estariam mobilizados diante das desigualdades e da segregação a que são submetidos.

1.7 EVIDÊNCIAS DE UMA CRISE

“Na dúvida, fique ao lado dos Pobres”
Pedro Casaldáliga

Conforme vimos discutindo, estamos num cenário latente de questionamento da democracia representativa. Com isso, quando observamos a política institucional e os representantes eleitos para ocupar os espaços formais de decisão política, é possível constatar que esses atores políticos e seus projetos se distanciam consideravelmente das demandas cotidianas de grande parte da população. Ao olhar para esses contextos constatamos uma ausência de pessoas representativas dos diferentes sujeitos e sujeitas que compõem a sociedade brasileira: negros/as, mulheres, LGBTTQIA+, povos originários, quilombolas, ribeirinhos, povos das florestas, camponeses/as, jovens etc. Em geral, os espaços de decisão política tendem a ser ocupados por homens, brancos e adultos.

Esse descrédito nos espaços convencionais da política, como trabalha Castells (2017), traria graves efeitos, já que a *confiança* seria aquilo que aglutina a sociedade, o mercado e as instituições. Nessa concepção, sem confiança nada funciona e o contrato social se dissolve, já que as pessoas desapareceriam ao se transformarem em indivíduos defensivos lutando pela

sobrevivência. Para Castell (*idem*), as relações de poder são constitutivas da sociedade porque aqueles que detêm o poder constroem as instituições segundo seus valores e interesses. Por isso, a forma como as pessoas pensam determina o destino de instituições, normas e valores sobre os quais a sociedade é organizada. E, como a sociedade é contraditória, onde há poder há também contrapoder. Assim, a capacidade dos atores sociais desafia o poder embutido nas instituições da sociedade e com objetivo de reivindicar a representação de seus próprios valores e interesses. Sobre essas relações, quanto mais interativa e auto confiável for a comunicação, menos hierárquica será a organização e mais participativo será o movimento. Quanto mais as ideias são geradas de dentro do movimento, com base na experiência dos participantes, mais representativo, entusiástico e esperançoso será ele, e vice-versa.

Para o autor, a representação equivocada dos movimentos por seus líderes, ideólogos ou cronistas tem de fato consideráveis consequências, já que introduz uma clivagem irreversível entre os atores do movimento e os projetos elaborados em seu nome, muitos sem conhecimento ou concordância. Como atores coletivos, esses sujeitos não confiam nas instituições atuais e se envolvem no caminho incerto de criar novas formas de convivência, na busca de um novo contrato social.

É neste contexto de desconfiança que emergem ações coletivas que ressignificam as lutas e trazem para a cena pública novos atores, novas formas e mecanismos de participação, como resultado de mutações nas formas de vivência do planeta, como abordado por Igor Oliveira (2013). Assim, podemos pensar o fenômeno dos coletivos, que têm se intensificado e marcam a socialização e as formas de contestação política neste momento, como “*malhas subterrâneas*”, pouco visíveis, de agenciamentos que transitam por diversos matizes sociais do dissenso, da contestação, da crítica, da criação e da produção cultural alternativa.

Para o autor, as dificuldades que temos hoje de construir classificações para os coletivos decorrem da própria complexidade de constituição destes mesmos coletivos, em suas formas de agenciamento, que muitas vezes estão em constante mutação, maleáveis, pouco definidas e híbridas. Para Oliveira, um mesmo coletivo³⁰ pode organizar e orientar sua ação para mais de uma demanda ou questão e, mesmo distintos, podem conformar redes de ação e solidariedade. Essas redes de coletivos extravasam a dimensão local, a dimensão da cidade e se estendem por outras cidades, e até mesmo por cidades de outros países.

³⁰ Ver mais sobre a concepção de coletivos na página 33.

Sobre as novas formas de ações coletivas e de contestação política, num cenário de crise de representatividade em âmbito local, como no caso de Belo Horizonte e Região metropolitana, a partir desses estudos podemos destacar a insurgência de processos como os Carnavais de rua (2006), a Praia da estação (2009), o Movimento Fora Lacerda (2011), o Movimento ocupe a câmara (2011), o Comitê popular dos atingidos pela Copa (2014), dentre outros, que evidenciam importantes expressões para compreensão desse fenômeno.

No entanto, neste cenário de transformações, essas narrativas em disputa revelam também as sofisticadas estratégias de comunicação, munidas de uma racionalidade perversa, que têm feito emergir, por exemplo, candidaturas e posturas ideológicas de cunho extremista e regressoras. Este tem sido um grande desafio dos últimos anos, especialmente com a proliferação de informações falsas, as *fake news*, e a fragilidade de instituições em lidar com as desconfiças sociais, já que existe uma justiça seletiva que beneficia alguns em detrimento de outros, além de negar o que seja o político.

Dessa condição que muitas vezes é desprovida de ajuizamento e pelo discurso que “tudo pode” ou justificado como “liberdade de expressão”, vemos o crescimento de situações adversas que precisam ser problematizadas, especialmente no âmbito da violência política e de como socialmente podemos lidar com essas dinâmicas e desvios sociais. Para agravar ainda mais essa situação, impera ainda uma narrativa do não-político, ou seja, de atores políticos que têm se posicionado como “não políticos”, para ocupação de papéis representativos, uma condição que produz ainda mais rejeição e esvaziamento do próprio sentido político e do papel dos políticos no processo societário.

Sobre essas posturas repressoras e violentas no campo político, Rita Von Hunty (2021) comenta³¹ que, ao tolerar o intolerante, abrimos espaço para que os tolerantes padeçam, desapareçam, sejam silenciados. Essa seria uma questão fundamental para percebermos o que seria tolerável ou não numa sociedade democrática as sanções para esses casos desviantes, além dos efeitos produzidos por essas posturas da intolerância política. Na mesma perspectiva, Maturana (2021) considera que não há futuro sem cooperação e alteridade.

Por meio da teoria da *autopoiese*³², ele considera que a humanidade pode reconstruir o mundo, mas evolução só vem a partir do Cuidado. Ao estudar a história da humanidade, nos

³¹ com base na discussão de Karl R. Popper, que propõe que a autopreservação está acima da tolerância. Ver mais na obra: a sociedade aberta e seus inimigos, 1902.

³² Termo grego que significa autoprodução.

princípios biológicos e cultural, Maturana (2021) considera que os seres vivos estão permanentemente em estado de *entropia* (degradação) e *neguentropia* (regeneração). Esse fluxo, que é necessário e imprescindível para que o ser vivo mantenha uma espécie de harmonia com o meio no qual está inserido, só cessa com a perda da organização, ou seja, com a morte. Porém, a sociedade só poderia ser vista como autopoietica se satisfizesse a autopoiese de todos os seus indivíduos. Como vivemos hoje uma sociedade que descarta indivíduos vivos enquanto eles ainda estão vivos, tornamo-nos uma sociedade automutiladora. Sendo assim, só podemos manter nossa autopoiese e nossa congruência com o meio se aceitarmos o outro como legítimo e como outro na convivência.

No campo dessas rejeições e da violência política, vemos os impactos da resistência social sobre as relações de poder constituídas, identificadas em evidências como no caso do Brasil ser um dos países que mais mata defensores de direitos humanos no mundo; segundo o relatório da Anistia Internacional divulgado em fevereiro de 2018, com dados até agosto de 2017, 62 ativistas haviam sido assassinados nos últimos três anos. Neste contexto, uma das cenas lastimáveis destas fatalidades aconteceu em março de 2018, no Rio de Janeiro, com o assassinato da Vereadora Marielle Franco e seu motorista Anderson Gomes, hoje símbolos da impunidade e da perseguição aos ativistas que enfrentam esses poderes instituídos em nosso país.

Por essas e outras razões, vemos insurgir contrapoderes que muitas vezes têm a radicalidade como única forma de construção e enfrentamento aos poderes vigentes. Esses novos movimentos em rede têm o potencial de provocar mudanças no sistema político, criando a possibilidade de resistência à ordem atual ou apresentando projetos alternativos em termos de vida e democracia. Evidentemente, para que os movimentos sociais influenciem a política, eles precisam primeiro existir nessa prática. Portanto, ao discorrer sobre as redes e alianças deste tempo, Castells (2017) considera que os movimentos sociais são, no plano individual, emocionais e, sendo assim, a insurgência não começaria com um programa ou uma estratégia política. Por serem reativos, ou mesmo radicais em algumas posições ideológicas, muitas vezes esses movimentos são tidos como violentos.

Sobre isso, consideramos impossível que haja separação entre a realidade violenta e a reação violenta dos sujeitos em situações de violações de direitos. Recentemente, por exemplo, no decorrer de uma situação de contestação à estátua de Borba Gato, queimada por manifestantes dos movimentos sociais em São Paulo, vimos essa discussão emergir nos espaços

de formação de opinião. Na ocasião, num debate entre Safatle e Avritzer sobre os desafios da democracia e a legitimidade ou os equívocos da ação política que utiliza como linguagem a violência, os autores indagavam se seria essa a postura correta (colocar fogo na estátua) para essa disputa histórica. Na ocasião, Avritzer considerou que uma ordem política passa pela democracia e não pode haver sua radicalização em defesa de violência, argumentando que “quanto mais a esquerda a utiliza [a violência], mais problemas ela terá na construção de uma ordem democrática posterior”.

Para Safatle, a construção do novo exige não apenas um trabalho de destruição, mas também um trabalho de construção cujas características fazem parte de um debate em aberto. Como muitas vezes os sujeitos são rotulados nos debates de maneira desinformada e não reflexiva, a violência é um sintoma social do cenário brasileiro e, como sintoma, há algo que essa situação quer nos dizer, assim como também acontece no fato de as populações preferirem a violência genérica à impotência. Neste caso, afirma que a resposta a essa violência não será policial, mas política.

Freire (19??), ao discorrer sobre a violência e a não violência para a promoção das mudanças sociais, compreende a violência como uma categoria histórica, afirmando que “quem inaugura a violência não é o violentado, mas quem violenta”; portanto, o mais importante seria perceber sob que ótica estamos falando e compreender que é preciso fazer o aprendizado da abertura. Nessa ideia, a aprendizagem da abertura significa, em última análise, uma compreensão crítica do processo histórico. Significa também a compreensão da existência dos limites históricos. Para Freire, a abertura nasce com limites, e isto precisa ser compreendido. Por isso, indaga-nos: estaríamos falando de “violência de quem e contra quem?”. Neste caso, comenta que só consideramos a violência quando ela parte do oprimido, quando ela é uma resposta que o oprimido dá a uma violência institucionalizada, e conclui que quem inaugura o desamor não é o desamado, mas quem desama. Por isso, na lógica das desconstruções das diversas formas de dominação, Paulo freire nos lembra, em “Pedagogia do Oprimido”, que “Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor”, o que também revela a urgência de novas formas de convivência que não passem pela eliminação do Outro nem pela reprodução das violências que se viveu.

Nessa história contextualizada e repetitiva, vemos que os movimentos sociais têm sido fundamentais para mobilizar a opinião pública, como acerca de situações que têm configurado emergências, principalmente na culminância da intolerância e de crimes contra a vida, como

nos lembra Miguel Arroyo (2003). Cumprindo este papel central, os movimentos sociais articulam coletivos nas lutas pelas condições de produção da existência popular mais básica e, ao participar dos movimentos sociais, os sujeitos se descobrem e se aprendem como sujeitos de direitos.

Diante dessa reflexão, compreendemos que essas minorias sociais acabam também interferindo e desestabilizando poderes hegemônicos, como sugere uma reflexão oportuna sobre a “geografia da raiva” (APPADURAI, 1994). Vejamos:

A violência em grande escala não é simplesmente o produto de **identidades antagonizadas**, mas a violência em si mesma é uma das maneiras como a ilusão de identidades fixas e plenas é produzida, em parte para aliviar as incertezas sobre a identidade que os fluxos globais invariavelmente produzem. (...) Maiorias numéricas podem se tornar predatórias e etnocidas em relação aos *pequenos números* precisamente quando algumas minorias (e seus pequenos números) lembram àquelas maiorias a pequena brecha que existe entre sua condição de maiorias e o horizonte de um todo nacional imaculado um *ethnos* nacional puro e limpo. (...) o próprio limite entre diferenças menores e diferenças importantes tornou-se incerto. Nessas circunstâncias a raiva e o medo que a incompletude e a incerteza, juntas, produzem não podem mais ser tratados por meio da extinção ou expulsão mecânicas das minorias indesejáveis. A minoria é o sintoma, mas a diferença em si é que é o problema subjacente. (...) minorias e maiorias emergem explicitamente de processos de desenvolver ideias de número, representação e direito de voto em lugares afetados pelas revoluções democráticas do século XVIII, incluindo espaços-satélite no mundo colonial. (...) As minorias são o mais baixo ponto de ignição para uma série de incertezas, que servem de mediadores entre a vida cotidiana e um pano de fundo global que muda rapidamente. (...) É difícil saber quem poderá emergir como alvo minoritário. (...) É por isso, que as minorias não nascem, mas são feitas, em termos históricos. (...)em vez de dizer que as minorias produzem violência, seria melhor dizer que a violência, especialmente no âmbito das nações, requer minorias. E essa produção das minorias exige que se desenterrem algumas histórias e se enterrem outras (APPADURAI, 1994, p. 39-41)

Conforme vimos, as minorias sociais são alvo do padrão mundial e também são fonte de raiva global porque desafiam e deslocam a lei; tornam nebulosas as fronteiras, desafiam o seu policiamento; produzem uma série de incertezas e implodem, reposicionando lugares; demandam políticas multifocais e deslocam tensões, são sempre fonte de ansiedade entre os estados; possuem identidade incerta, a sua diferença (mundo da inclusão e do multiculturalismo) é um problema, são um obstáculo para interesses especiais (oligopólios, elites e tiranias), por produzirem incertezas e inseguranças são menos aceitáveis.

Neste contexto da opressão e exclusão que avançam, aponta Arroyo (2003) que a história dos movimentos sociais deve ser retomada, e suas pautas defendidas com mais radicalidade e não abandonadas, sobretudo, no princípio educativo, formador-deformador. Dessas conflitualidades sociais, um componente que os movimentos trazem para o pensar e fazer educativos e também para os problemas políticos seria reeducarmo-nos para a existência

de um foco nos sujeitos sociais em formação. Portanto, ainda nas reflexões de Arroyo, vemos que os coletivos entram para o embate com toda essa bagagem cultural, redefinindo e ressignificando a sociedade.

Como se vê, essas são algumas das situações em que as identidades políticas e as ideologias sociais se fazem presentes. Portanto, a luta por reconhecimento e redistribuição de direitos, sobretudo de sujeitos subalternizados e mais empobrecidos, tem sido presentificada numa realidade que pode ser reproduzida ou interrompida de acordo com os diálogos e enfrentamento aos discursos e práticas dominantes na cultura e no tempo. Por isso, motiva-nos compreender mais sobre esses movimentos sociais que vão na contramão das injustiças sociais, como essas experiências protagonizadas por jovens, em lutas coletivas que não estão adormecidas, mas “socialmente vivas”.

1.8 AS IDENTIDADES COMO *CATEGORIA POLÍTICA*

A partir de estudos de Odir Berlatto (2009), chegamos à concepção de que a identidade social precede a identidade política, já que essa primeira, enquanto fenômeno dialético, seria resultado da interação entre indivíduos e seu meio social, permitindo uma localização no mundo. Nesse sentido, todo grupo apresenta uma identidade que se situa no social, e somente de forma relacional podemos explicar, por exemplo, porque em determinado momento uma identidade é afirmada ou reprimida. Nessa concepção, seriam os contextos sociais que atribuem determinadas posições e produzem efeitos sociais reais sobre os grupos e suas identidades. Desta forma, essas posições mantêm e afirmam distinções culturais, já que sempre existe relação entre elas.

Neste caso, ainda conforme trabalhado por Berlatto (2009), os indivíduos não são livres para definir suas identidades. Esse seria o desafio das lutas sociais que aqui temos chamado de identidade política, compreendendo que existem estratégias e atores sociais que, diante dessas classificações, reformulam e criam estratégias de mudança social sobre a designação dos outros e de superação das relações de dominação.

Nessa ideia de imposição, o autor considera que as identidades negativas, são aquelas atribuídas a determinados grupos, tidos como minoria, produzidas carregadas de

estigmatizações e imagens negativas, em que esses grupos dominantes seguem padrões de relações, com posição de poder, na ligação com esses grupos que têm dificuldades para se relacionarem. Sendo assim, constituem padrões normativos que indicam e exigem como os demais grupos devem ser. Dessas relações, definidas pelas mesmas referências, o efeito do estigma lança descrédito, fraqueza e desvantagem na experiência das pessoas com a expectativa que é construída sobre elas. Por isso, concordamos que nem todo grupo dispõe da mesma capacidade e posição de poder que os liga aos sistemas que concede este poder.

É certo que toda identidade é política, porém algumas delas não são reconhecidas ou validadas socialmente. Assim, é importante reforçar este caráter político envolvido nas relações de identidades aqui tratadas, especialmente pela necessidade de evidenciar (re)existências e existências que abrem espaço para outros modos de ser e viver, que demandam reconhecimento pleno. Como alguns sujeitos são produzidos como inexistentes ou têm suas “identidades negadas ou apagadas historicamente”, de modo que a diferença tem se tornado desigualdade, o que faz-se necessário conhecer e aprimorar essas estruturas e buscar formas de superar essas violências estruturais (RIBEIRO, 2017).

Portanto, na articulação entre reconhecimento e identidade, conforme Butler (2018, p. 65), precisamos perceber que esta dimensão estaria justamente no “limite das pessoas serem reconhecíveis”, vivendo constantemente numa arena de negociação com o poder. Assim, consideramos que aqui nesta pesquisa o reconhecimento, além de estar relacionado com a arena pública, também tem a ver com “precariedades” sociais que, segundo a autora, não podem ser subentendidas como responsabilidades individuais, mas como aquelas que, diante das fragilidades das agências econômicas e políticas, mobilizariam os atores coletivos para a ação. Uma capacidade de ação que emerge das margens sociais, em condições de sujeitos em resistência, que produzem práticas performáticas e que também podem ser nomeadas como “agência”³³ (BUTLER, 2018).

Nesta concepção, ainda nas reflexões de Butler (2018), nenhum de nós age sem condições para agir, mesmo que algumas vezes tenhamos que agir para instalar e perseverar essas condições; por isso, ser radicalmente privado de reconhecimento ameaça a própria possibilidade de existir e persistir. Por isso, existir nesse limite significa que a própria

³³ Butler compreende a agência como potência ou capacidade de ação, que emerge dos sujeitos considerados não inteligíveis dentro de modelos sociais hegemônicos. Uma prática de articulação e de ressignificação imanente ao poder de fazer. Não é um atributo dos sujeitos, mas uma característica performativa de significado político. Desta forma, quando o sujeito se torna resistência ele se constitui agência (FURLIN, 2013).

viabilidade da vida de uma pessoa está em questão, pois viver e agir estão conectados de tal maneira que as condições que possibilitam a qualquer pessoa viver são parte do próprio objeto da reflexão e da ação política.

Além do reconhecimento, percebemos que existe uma tendência de as identidades serem incorporadas como processos hegemônicos, que buscam certa unificação na diferença. Porém, conforme viemos estudando:

O corpo político geralmente é postulado como uma unidade que ele nunca será. (...) sabemos que a “inclusividade completa” é impossível, mas para os quais a luta é permanente. Do mesmo modo, os direitos pelos quais lutamos são direitos plurais, e essa pluralidade não está circunscrita, de antemão, pela identidade; isto é, não constitui uma luta apenas de determinadas identidades, mas certamente seria uma luta que procura expandir aquilo que nos referimos quando falamos de “nós”. (BUTLER, 2018, p. 10)

Apostamos, portanto, que as identidades sejam resultado de processos socializadores sempre inconclusos, visadas ou herdadas pelos sujeitos, com experimentações infundáveis, já que são produzidas em experiências de dúvida e certeza, e tidas como fruto de novos sujeitos. Assim, toda identidade acaba sendo produtora de conhecimento enquanto resultado de uma experiência social (FARIA; SOUZA, 2011). Por outro lado, a identidade pode ser lida como uma metamorfose, sempre provisória pela articulação entre igualdade e diferença (CIAMPA, 2009) que orienta as ações conforme uma rede de relacionamentos ativos, entre atores que interagem, tomam decisões, são influenciados, influenciam e negociam entre si (MELUCCI, 1996).

Contudo, no bojo desta discussão, os sujeitos não apenas lidam com esses enquadramentos ou condicionamento históricos sobre os conceitos da identidade, como também são incorporados e são capazes de agir e criar alianças e romper com estigmas socialmente configurados.

Conforme nos lembra a professora Shirley Miranda (2021), quando falamos deste jogo das identidades, estamos recorrendo aos estudos culturais, principalmente na ideia de que o resultado da diferença das identidades demanda um olhar sobre como essa constituição funciona, de como essa identidade política vem sendo mobilizada, já que compreendemos que a identidade como diferença promove uma desestabilização de caráter aglutinador e, ao mesmo tempo, autossuficiente. Por esse caminho, essas identificações nos ajudam a interrogar como se constrói o sentido dessa identidade grupal atravessado não pela continuidade, mas pela descontinuidade e pela ruptura. Por isso, a professora sugere que seria fundamental darmos

mais luz para as rupturas, pois existe uma reformulação constante dos marcadores de diferença, no qual esses marcadores deslizam. Portanto, mais do que o estoque acumulado, ou seja, a ideia de uma identidade consolidada, o mais interessante seria perceber como esse fluxo vem sendo articulado nas entrelinhas das identidades.

Neste movimento de construção de um “eu” e de um “nós”, a identidade acaba sendo eminentemente o resultado de uma construção política. Assim, mais que um processo de identificação, essa construção biográfica e sócio-histórica também revela uma luta por **desidentificação** (OLIVEIRA, 2019), especialmente quando percebida a classificação e hierarquização das identidades reconhecidas e não reconhecidas socialmente. Neste caso, compreendemos que para a afirmação de uma identidade existe também um processo de negação, que demarcaria não apenas uma diferença em relação às demais identidades, como também desestabilizaria uma projeção trazida em certa normativa social sobre determinados grupos e posições naturalizadas.

Nossos estudos têm apontado que o direito de “falar” está bem relacionado ao direito de “poder existir” (RIBEIRO, 2017), sendo que o discurso silenciados/invisibilizados historicamente representa um dispositivo capaz de promover e romper com narrativas dominantes. E, por isso, essa pesquisa lança o olhar para esses sujeitos políticos e produzidos na contra-hegemonia, compreendendo que, por estarem às margens, não têm direito à voz e não podem “falar” ou “existir” porque suas humanidades não foram reconhecidas.

Diante disso, as representações e as identidades são colocadas para nós como questões em movimento. E essas dinâmicas estão muito relacionadas ao reconhecimento daquilo que se acredita *ser* e aquilo que *dizem que somos* ou *que não somos*. Uma atividade interativa e pedagógica por excelência, ou seja, no ato de negociar e construir processos coletivos, as pessoas aprendem e ensinam, ao mesmo tempo, ainda que estejam em estágios diferentes diante do conhecimento. Esses são alguns pontos centrais para o que viemos pautando, sobretudo, numa epistemologia sobre quais sujeitos podem existir e falar; e, ainda, que tensões esses sujeitos silenciados colocam ao conhecimento (ALVAREZ, 2018), na conjugação entre saber da experiência e produção científica.

É essa experiência social e a dimensão educativa dos movimentos sociais, que possibilitam uma leitura do tempo presente e sustenta o reconhecimento de outros sujeitos como sujeitos de direitos. Com isso, os movimentos sociais produzem aprendizagens expressadas e aprendidas das interações sociais e seus conflitos; e desenvolvem a capacidade de se repensar,

de reler o mundo, as práticas sociais, descobrindo, desconfiando e desconstruindo nossa própria formação opressora.

Essas questões são imprescindíveis para que os movimentos sociais sejam educadores. Além disso, essas experiências ajudam-nos a perceber que os atores sociais têm se articulado em processos coletivos em torno de questões comuns, como as identidades políticas, as opressões e violações de direitos presentes em suas travessias.

Desta ancoragem, apresentaremos a seguir outro debate que também está na ordem do dia e que fundamenta a diferença sobre as questões identitárias assumidas neste trabalho. De modo geral, elas dizem respeito a polarizações que emergem de reflexões complexas, necessárias de serem consideradas em nosso caminhar. Vejamos.

1.9 AS *IDENTIDADES* POLÍTICAS E AS *POLÍTICAS* DE IDENTIDADE: ALGUMAS CIRCUNSTÂNCIAS POLARIZADAS

Conforme dissemos, diferentes posicionamentos e correntes teóricas perpassam o diálogo entre identidade e representatividade. Neste sentido, há uma necessária distinção entre as significações de “políticas de identidade” e “identidades políticas” que estão na ordem do dia e também se fazem latentes nas construções aqui sugeridas. Essa discussão tem sido ligada às demandas no conjunto das liberdades individuais e dos direitos humanos, mas também está relacionada com o reconhecimento das pessoas pertencentes a alguns grupos sociais e do protagonismo das lutas e formas de superação das opressões pelos atores coletivos. De certo modo, há uma rejeição das pautas identitárias entre alguns atores, assim como existem tensões e movimentos que demandam sua inclusão na agenda política.

Sobre isso, Silvio Almeida (2019, p. 9) considera, que não há que se negar a importância da identidade na política, no entanto, a identidade não seria o único foco da política, mas “demonstraria a complexidade da vida social e das lutas que se desenrolam no cotidiano”. Neste sentido, propõe que devemos rejeitar essa ideia de identidade como base central para pensar a política. Ao tratar das encruzilhadas contemporâneas acerca dessa discussão, considera uma armadilha reduzir a política à afirmação de identidades específicas, como se fosse algo exterior às determinações materiais da vida social. Em sua reflexão, existiriam dois polos delicados, especialmente nos espaços progressistas e de esquerda: discutir somente as identidades ou se

recusar a falar delas. Neste caso, a política identitária sem horizonte geraria uma camisa de força, que no máximo traria uma versão melhorada e menos sofrida da história de opressão. Nessa perspectiva, a identidade desconectada pode também ser conservadora. Para o autor, a identidade como ideologia acontece nas relações concretas e se manifesta na prática de indivíduos assujeitados.

Assim, além de acentuar uma responsabilidade para alguns sujeitos, por questões que deveriam ser mais coletivizadas, o fato é que muitas vezes a ideia de políticas de identidades traz o risco de ficar num circuito voltado apenas para um grupo em particular. Essa abordagem nos chama a atenção porque aponta o risco de condicionar a atuação à experiência vivida – somente quem sofreu alguma violência e opressão é que teria a possibilidade de defini-la e combatê-la. Ou ainda desresponsabilizar o Estado, considerando que somente a sociedade civil é capaz de encontrar certas soluções ou repetir o erro do liberalismo tradicional, “ao acreditar que o Estado seja o maior problema e que todas as soluções se encontram na sociedade civil”, sendo necessário reconhecer as fronteiras para além de uma comunidade política (MOUFFE, 2015). Nesse sentido, existem muitas outras dimensões e fontes de autoridades que estão para além deste protagonismo na luta (fundamental), e que também precisam se fazer presentes no debate sobre as representações.

Além disso, alguns estudos apontam que muitas lutas ficam dispersas, cada uma envolvida em sua própria pauta e circuito, sem considerar questões estruturais na fabricação dessas violências. Sharon Smith (2008) indica que o próprio Sistema Financeiro e o Estado desenvolvem desigualdades que sustentam essas opressões.

Ainda sobre isso, entendemos, assim como Ciampa (2002), que as *políticas* de identidade seriam aquelas direcionadas a grupos com identidades discriminadas, marginalizadas ou oprimidas por setores dominantes da sociedade. Nessa abordagem, outra questão relevante seria considerar que neste tipo de enquadramento entrariam também as políticas de identidade das elites sociais, que não podem ser ignoradas.

Sob pontos de vistas parecidos, Butler (2018) também aponta as limitações nas *políticas* de identidade pelo desafio de se viver junto num contexto de diversidade. Para ela essa concepção seria também insuficiente, pois, de maneira geral,

A política de identidade não é capaz de fornecer uma concepção mais ampla do que significa, politicamente, viver junto, em contato com as diferenças, algumas vezes em modos de proximidade não escolhida, especialmente quando viver junto, por mais

difícil que possa ser, permanece um imperativo ético e político. (BUTLER, 2018, p. 34)

Diante dessas provocações, podemos inferir que esses pontos são sempre campos abertos por apresentarem porosidade e novas interpretações, tendo a história como tempo de possibilidade. Deste modo, os marcadores de diferença são fronteiras que trazem muitas oportunidades para a definição da categoria central que estamos trabalhando, principalmente porque ambas as discussões estão em torno da radicalização da democracia como estratégia de libertação das opressões humanas. Quanto às posições teóricas (políticas de identidade x identidades políticas), defendemos, como Sharon Smith, que essas lutas sejam intercambiáveis, já que ambas as teorias concordam no sentido de que todas as opressões são fundadas em desigualdades genuínas, sendo que os sujeitos não são tratados igualmente na sociedade. Assim, de modo geral, não haveria separação entre as relações pessoais e políticas, pois do contrário seria uma abstração. Concordamos ainda com a ideia de que não vai existir uma luta específica que seja contra “todas” as opressões e que a proposta de uma unificação dessas lutas talvez seja impossível, pois as contradições estão no envolvimento das relações humanas, reais e concretas; o sistema capitalista, por exemplo, também não é coeso e uniforme (SMITH, 2008).

Mesmo com uma unificação questionável e talvez impossível, ainda assim é possível “pluralizar o debate acerca dos direitos humanos de maneira que eles não sejam utilizados como instrumentos de uma imposição hegemônica ocidental” (MOUFFE, 2015, p. 126). Em sua concepção, a autora considera que deveria haver espaços, dentro do sistema discursivo, para que essas diferenças entre as diversas identidades encontrem ambivalências, possam se encontrar e, talvez em colapso, construir formas de identificação mais coletivizadas e vontades mais amplas, na radicalidade política e na oposição à conformidade da hegemonia neoliberal.

Essas são algumas perspectivas que compõem esse aporte e orienta para novas questões. Diante das experiências sociais, talvez identifiquemos campos de possibilidades nesta desarticulação das relações concretas, de exclusão e opressão, que venham ou possam vir a interferir no contexto das hegemônias sociais, produzindo novas culturas e aprendizados. De modo geral, essas são as bases conceituais nas quais apostamos no desenvolvimento deste estudo. Em seguida, apresentamos nossas opções metodológicas.

CAPÍTULO 2

OPÇÕES METODOLÓGICAS

Neste capítulo descrevemos o caminho que orientou nosso estudo, fundamentado na pesquisa militante e no diálogo entre procedimentos qualitativos e quantitativos que buscaram uma orientação de episteme crítica, que reconhece os sujeitos com seus saberes e como produtores de conhecimentos, diferentemente da prática usual que os invisibiliza na feitura das ciências e na validação do conhecimento hegemônico. Nessa perspectiva, apresentamos os elementos que caracterizaram as etapas pensadas, os critérios para composição do *corpus*, além de uma análise sobre a adesão das coletivas, os procedimentos realizados e as interferências da Pandemia do COVID-19 neste momento peculiar de desenvolvimento da pesquisa.

Figura 2 – Síntese do percurso metodológico



2.1 A PESQUISA MILITANTE COMO UM CAMINHO PARA A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

Conforme dissemos, a metodologia estruturada aqui e sintetizada no quadro acima foi organizada de maneira a responder às nossas indagações e desenvolver um trabalho com entusiasmo, com desejo de empenho num método mais participativo e dialógico com as vivências populares, as questões sobre sujeitos específicos e suas demandas e emergências no tempo presente.

Deste modo, contextualizamos que essa proposta de pesquisa esteve fortemente localizada num desenvolvimento do Sistema de Poder organizado – o Capitalismo³⁴, no qual estão em disputa, dentre outros aspectos, a autoria, as produções de conhecimento e suas formas de execução. E, por isso, enquanto pesquisadores no campo da educação, com olhar sensível à relação entre movimentos sociais, juventude e educação, dispensamos aqui uma concepção universalista e de suposta neutralidade sobre essa cultura da produção científica.

A respeito disso, sabemos que vários campos das pesquisas acadêmicas têm sido tensionados a realizar novos deslocamentos, por certo afastamento dos espaços de produção de conhecimento e emprego de uma epistemologia única, ou seja, de um único padrão de validade e de feitura científica, geralmente privilegiando “quem” pesquisa e “o que” se sabe, sem problematizar e reconhecer o “porquê” se sabe, “como” ou de “onde” veio esse conhecimento. Este é um processo recorrente que apaga culturas e identidades, sobretudo as populares, desvalorizando o conhecimento de populações da América Latina, sobretudo das periferias. E é por essas e outras razões que o papel “neutro” do pesquisador e suas intenções de pesquisa precisam ser questionados. Por meio de protestos e movimentos sociais na virada desse século, começaram a ser reavivadas novas sinergias e atualizações dos vínculos entre o investigador/intelectual e o compromisso militante, que leva a rumos para além da ideia de “intelectual orgânico”³⁵, tanto no interior das Universidades, quanto em espaços não-formais de produção de conhecimento (BRINGEL, 2011, p. 41).

³⁴ O capitalismo é entendido aqui como um sistema de poder globalmente organizado, fundado precipuamente em processos econômicos, mas que envolve dinâmicas políticas e culturais que possuem papéis centrais na estruturação e na legitimação do Sistema (BRIGEL; VARELLA, 2016).

³⁵ Termo utilizado por Gramsci (1968), em que compreende uma consciência e função para além do campo político. Seriam intelectuais completamente autônomos em relação à estrutura social. Sua ação estaria relacionada a uma prática dos subalternos para alteração das práticas e grupos dominantes.

Entendemos que “os conhecimentos são temporal e espacialmente situados e ligados a determinadas formas de organização social e política, e a específicas concepções de mundo, sendo inverídica essa universalidade que o discurso científico externaliza”, conforme Bringel e Varella (2016, p. 476). Por isso, este suposto saber *neutro e universal* precisa ser tensionado, já que geralmente classifica quem é “sujeito pensante” e define as condições e intenções que organizam “quem pode pensar” e “quem pode interrogar” ou até mesmo ressignificar certa condição “alienada”. Para além disso, precisa haver a desconstrução das hierarquias e a superação de certa arrogância científica, em considerar a racionalidade científica como única forma de conhecimento válido.

Para estimular essa discussão, perceber esses confrontos políticos e realizar uma leitura mais crítica sobre os conflitos e as dinâmicas de mobilização e negociação da ação coletiva, buscamos conjugar a capacidade criativa dos indivíduos num circuito de interação e de formas de ação política, considerando essa temporalidade específica, além de nos posicionarmos enquanto sujeitos pesquisadores e engajados no âmbito dessas relações sociais.

Nesta perspectiva, apostamos aqui na prática de pesquisa militante. Essa concepção de pesquisa surge dentro de um novo ciclo de lutas sociais, vinculadas ao movimento operário, adquirindo novos sentidos e características, especialmente suas identidades multirreferenciais, conexões “glocais”³⁶, demandas aglutinadoras e espaços criativos de convergência, sobretudo, de matrizes político-ideológicas dos novos movimentos sociais (BRINGEL; VARELLA, 2016, p. 486). Essa perspectiva elucida, pois, um posicionamento político na busca de um saber socialmente construído e um olhar comprometido para transformação de uma realidade socialmente desigual, realidade esta que requer conhecer alguns desses padrões de pesquisa e interpela por uma relação menos objetificada e mais participativa, assumindo assim a feitura de uma ciência que vai na contramão de um conhecimento passivo e unilateral, que nos instiga a uma constante interrogação sobre a qualidade das relações entre universidade e grupos pesquisados. Vemos aqui um caminho epistemológico interessante para problematizar a existência de neutralidade do pesquisador na produção de conhecimento, desconstruindo uma relação hierárquica entre sujeito pesquisado e sujeito que pesquisa (LEÃO; OLIVEIRA, 2019).

Comprendemos também que a unidade pertinente de análise das práticas de engajamento nessa pesquisa é o indivíduo, mas sem perder de vista a associação entre a leitura

³⁶ Termo usado por Boaventura de Sousa Santos que agrega as dimensões global e local ao mesmo tempo.

da realidade e as lógicas sociais das coletivas³⁷ e seu contexto histórico. Nessa tessitura, o engajamento militante ou do pesquisador militante seria uma experiência relacional em que se produz interação ao desenvolver novas socializações (BRENNER, 2016). O engajamento ou o militantismo seriam mobilizadores que originam a aproximação entre indivíduos e grupos de interesse constituídos.

Podemos perceber as características principais deste tipo de abordagem na seguinte composição:

Figura 3 – Características da pesquisa militante



Fonte: O autor, 2020.

Vale lembrar que a pesquisa militante surge da busca de uma ação transformadora, numa investigação situada nas práticas sociais, políticas e jurídicas de conhecimento a partir de uma lógica emancipatória. Assim, qualquer projeto de pesquisa que aborde as desigualdades e se comprometa a buscar vias para superá-las supõe uma postura política do pesquisador (BRIGEL;

³⁷ Todas as iniciativas que aderiram à pesquisa expressaram seus nomes em substantivo feminino, com uso do termo “Coletiva”. Pelo que inferimos, essa nomenclatura parece ser uma tendência dos movimentos sociais contemporâneos que politizam a linguagem machista e buscam, portanto, valorizar a mulher como primeira pessoa do discurso, recusando um papel subordinado que foi construído historicamente. Desta maneira, o próprio nome é uma opção política por identificar-se a partir de um marcador de diferença, revelando também as questões que motivam a atuação destas organizações.

VARELLA, 2016, p. 476) e indica caminhos para a construção de um saber, de fato, coletivo, compartilhado e socialmente comprometido. Por essa razão, este tipo de pesquisa busca

contemplar as linhas de pesquisas associadas a diversas formas de ação coletiva, que são orientadas em função de objetivos de transformação social. Nesse sentido, militância seria o compromisso ético e político com a mudança social e que, por isso, implica posicionamentos e atuações proativas em várias áreas da vida, como a profissional e a acadêmica, envolvendo a inserção em espaços coletivos de discussão, articulação e mobilização com objetivo de viabilizar e potencializar lutas políticas que representem a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Portanto, considerando a **impossibilidade de dissociação entre o científico e o político**, a pesquisa militante recoloca, em um patamar digno e legítimo, as investigações que envolvam a produção de conhecimento, a ação política e a mudança da realidade social. Trata-se, em suma, de investigações socialmente engajadas e politicamente posicionadas, que buscam, a partir da produção do conhecimento, entender a realidade para transformá-la, vinculando-se com a ideia de práxis. (BRINGEL; VARELLA, 2016, p. 475 – grifo nosso)

Essa articulação entre produção de conhecimento e lutas emancipatórias, como descrito pelos autores, implica em uma forte hibridez entre científico e político, a fim de compreender determinada realidade e transformá-la, o que também requer que a pesquisa militante desenvolva aspectos como: a valorização da experiência e da prática social como centralidade para o tratamento do problema; a participação dos grupos no processo de produção de conhecimento; a conexão entre os saberes locais com saberes mais amplos; e uma retroalimentação entre as “atividades de investigação” e as “ações investigadas”, para elevação da qualidade tanto da teoria quanto da prática dos seus grupos participantes. Esses são alguns princípios orientadores que também suscitam atenções neste tipo de pesquisa.

Por essa razão, optamos por aprender com a linguagem dos distintos atores participantes desta pesquisa, buscando evitar a imposição de um determinado código de análises e de interpretação. Um processo de investigação que está na interação e na comunicação com quem conhece, o que quer dizer que tentamos dar prioridade aos sentidos que os atores expressam e recuperam em suas narrativas de resistência, respeitando o seu tempo e suas dinâmicas próprias. Isso traz consigo o difícil, mas necessário, exercício da realização de análises conjuntas, sem perder de vista as diferentes funções e papéis na realização da pesquisa, mas valorizando as características de seus próprios textos e a coexistência de distintas formas válidas de conhecer.

Dialogando com a concepção de Melucci (1989), ainda que num contexto dos novos movimentos sociais, nas décadas de 1980 e 1990, compreendemos que as tensões trazidas neste estudo podem ser potenciais por revelarem mudanças nas estruturas sociais e por trazerem novas contradições, despontando projetos e anunciando para a sociedade a existência de um problema fundamental num contexto determinado. Nessa perspectiva, compreendemos que

essas lutas sociais não dizem respeito apenas a acessos e usufrutos de bens materiais e aumento da participação, mas induzem e produzem orientações diferentes para a vida social e trazem novas particularidades em suas formas de resistência, com distintas motivações para construção do reconhecimento e das ações como atores coletivos, conforme Maria da Glória Gohn (2013).

Nesta concepção, compreendemos que os atores coletivos têm mais forças e se potencializam, por isso, se agregam e constroem redes. Portanto, a noção de sujeito coletivo aqui desenvolvida tem a ver com a capacidade de interferência nos processos sociais. Eles criam sistemas de pertencimentos e se opõem a ideia de sujeitos como objeto, já que a noção de sujeito coletivo pressupõe ação e movimento, com desenvolvimento de um papel ativo ao longo de processos históricos. (GOHN, 2013 p. 18).

Nesta concepção, compreendemos que os atores coletivos têm mais forças e se potencializam, por isso, se agregam e constroem redes. Portanto, a noção de sujeito coletivo aqui desenvolvida tem relação com a capacidade de interferência nos processos sociais. Eles criam sistemas de pertencimentos e se opõem por construírem um papel ativo ao longo de processos históricos, pois têm uma função a desempenhar na estrutura sociopolítica de uma nação, território ou classe social (GOHN, 2013 p. 18).

Segundo estudos recentes, precisamos observar os diálogos de pesquisa com os movimentos sociais para que sejam menos disciplinares e mais dinâmicos, conforme aponta o dossiê organizado por Breno Bringel e Marília Spósito (2020). Além disso, chamam a atenção para a necessidade de se observar os movimentos numa ótica processual e relacional, além de análises mais bem desenvolvidas a médio e longo prazo. Sobre isso, os pesquisadores apontaram a necessidade de recuperação da historicidade das lutas e as continuidades nas variações políticas disputadas nos últimos anos. Sugerem, por exemplo, que identifiquemos as fontes de mudanças culturais e diversificação dos sujeitos coletivos, ambos no contexto elástico e na plasticidade das ações e práticas deste tempo.

Essas reflexões de Bringel e Spósito sinalizam a necessidade de contextualizar as ações que ocorrem nos circuitos dos grupos pesquisados, compreendendo também que essa demanda por representação está interligada a várias das lutas trazidas pelos novos movimentos sociais e podem assumir novos contornos.

2.2 O ACOMPANHAMENTO E A SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS DE CAMPO

A concepção que nos guiou no acompanhamento às coletivas esteve ancorada nos elementos **olhar, ouvir e escrever**, na tentativa de apreender determinada cultura ou fenômeno que se pretenda estudar e compreender (CARDOSO, 2000). Neste sentido, buscamos OLHAR atentamente, examinar com minúcia e estudar um determinado fenômeno e cenas oriundas destes contextos representativos; o ato de observar aqui não é um ato neutro, ingênuo, totalmente subjetivo ou intuitivo, mas impregnado de intermediações de várias ordens, sobretudo, constituídas a partir dos estudos que dão suporte a essa pesquisa, construindo cadeias de significação. Como olhar não é suficiente, também fomos convidados a OUVIR a realidade em estudo, a partir das conversas, dos documentos fornecidos e das informações veiculadas no ambiente virtual, dentre outras. Essa escuta foi uma estratégia importante para obter as explicações organizadas pelos próprios participantes da pesquisa, constituindo sua principal matéria-prima. Por fim, nos desafiamos a REGISTRAR as considerações pessoais e aprendizados coletivos que favoreceram interpretações e uma gama de reflexões sobre as cenas e cenários observados. Para tanto, elegemos os seguintes procedimentos ou instrumentais: a) observação participante; b) diário de campo; c) acompanhamento das iniciativas e expressões da coletiva e seus atores nas redes sociais; d) conversações com as interlocutoras e coelaboradoras deste estudo.

Assumimos a **observação participante** como uma estratégia central, que combina, simultaneamente, a análise de documentos, a entrevista de correspondentes e informantes, a participação e a observação diretas e o posicionamento nas deliberações e/ou debates realizados pelas coletivas. Quando mencionamos observação, não consideramos o pesquisador como observador (ativo) secreto, numa comunidade observada (passiva), na qual os sujeitos participantes não sabem o que será observado. Pelo contrário, os participantes da pesquisa são coautores dos processos e, portanto, participaram ativamente da seleção dos ambientes, das cenas que contribuíram para a pesquisa e dos aspectos mais interessantes a serem observados. Claro, contamos também com o olhar de estranhamento do pesquisador diante do não visível ou do “constrangível” e “não publicável”, do ponto de vista de uma experiência socialmente compartilhada. Assim, assumimos essa etapa como uma observação seletiva, com centralidade nos aspectos estruturados no nosso problema de pesquisa (FLICK, 2009).

Trabalhamos com as **conversações** centradas no problema (FLICK, 2009, p. 154), e as compreendemos, como sugerido por González Rey (2005), como um processo cujo objetivo foi conduzir o/a participante da pesquisa a campos significativos de sua experiência pessoal, capazes de envolvê-la no sentido subjetivo dos diferentes espaços delimitadores de sua subjetividade individual, facilitando o surgimento de novos processos simbólicos e de novas emoções. Desta maneira, ao conversar com a pessoa sobre a pesquisa, durante a conversação, foi possível dar continuidade à sua expressão sobre temas de interesse. Para isso, utilizamos as conversações ou depoimentos com centralidade na palavra falada, ou como representação dessas entrevistas. A condução dessas conversações se deu quanto às questões oriundas dos “ativos”³⁸ que surgiram em meio ao trabalho de campo, ambos no contorno dessa problemática. Essas conversas foram orientadas pelas informações iniciais recolhidas nos espaços virtuais e diante de elementos já identificados pelos grupos em outros momentos. As indicações para as conversações foram dos interlocutores, considerando diferentes posições e vinculações no grupo, incluindo participantes que não estão mais vinculados a ele. De maneira geral, realizamos as conversações considerando os antecedentes de campo. Foram realizadas 13 conversações com as coletivas, por adesão e com disparidade na qualidade dessas conversas, pelas precariedades tecnológicas e temporais de cada sujeito envolvido. As conversas foram individuais, por meio de videoconferências, telechamadas ou ligações telefônicas, com duração média entre 30 e 60 minutos e realizadas no período entre maio de 2019 e outubro de 2020.

Durante todo esse percurso, realizamos também os registros do **diário de campo**, anotando as impressões a respeito do encontro, da comunicação, das influências externas e ideias gerais advindas da interação durante a entrevista (de forma digital ou manuscrito). Este registro, conforme Flick (2009), foi útil para a posterior interpretação dos enunciados na entrevista: organizado de acordo com cada presença nas cenas em que as coletivas estavam atuando, trouxeram a memória do percurso com riqueza de detalhes e nos ajudou a analisar situações e questões surgidas ao longo da pesquisa, bem como comparar diferentes situações dessas conversações.

Além de estar em campo e em contato direto com as coletivas, realizamos um **acompanhamento das iniciativas e expressões da coletiva nas redes sociais**, com ciência das coletivas, e sistematizamos as informações a partir de uma linha do tempo, para descrever os eventos e perceber a temporalidade e conexão (ou falta dela) entre uma atividade e outra; com

³⁸ Questões “socialmente vivas” ou que “mobilizam ativamente” os sujeitos no contexto das coletivas e da questão central em estudo.

isso, identificamos as principais estratégias de atuação das coletivas e suas formas de mobilização em torno de diferentes pautas. Essa sistematicidade tornou possível recuperar algumas das indagações e vinculá-las a momentos vivenciados pelos grupos acompanhados ao longo da pesquisa. Também foi fundamental **o uso das imagens** na elaboração deste trabalho, pois, como nos lembra o Professor Rezende Avelar (2021), colabora para outros modos de leitura crítica do mundo³⁹. No nosso caso, além de solicitar ao grupo a autorização para este tipo de acompanhamento, tivemos o cuidado de enviar o material para as participantes mencionadas diretamente no texto antes da sua publicação, para que pudessem validar o conteúdo e consentir com sua divulgação, também como forma de evitar possíveis constrangimentos.

Como sabemos, o campo de pesquisa na internet tem crescido a cada ano, abordando especialmente dois temas fundadores, as comunidades virtuais e as identidades *online* (FRAGOSO et al., 2011). Este debate também convoca para o pensamento sobre a ética e a utilização de material dos sujeitos da pesquisa. Além do mais, vivenciamos um alargamento dessas questões num diálogo de uma experiência social que está profundamente marcada por uma relação *online* e *offline* que se ampliou com o isolamento social provocado pela pandemia do COVID-19. Para Fragoso et al., a internet constitui uma representação de nossas práticas sociais e demanda novas formas de observação, que requerem que os métodos de pesquisa e os/as cientistas sociais voltem a fabricar suas próprias lentes, procurando instrumentos e métodos que viabilizem novas maneiras de enxergar os fenômenos. As autoras acreditam que a internet nos permite ver mais interações sociais do que jamais esperávamos, pelo fato de ser tanto objeto de pesquisa (aquilo que se estuda), quanto local de pesquisa (ambiente onde a pesquisa é realizada) e, ainda, instrumento de pesquisa (por exemplo, ferramenta para coleta de dados sobre um dado tema ou assunto). Apesar das limitações e desafios desses canais de comunicação, eles foram primordiais para os resultados que aqui serão apresentados.

2.3 OS REPERTÓRIOS DAS AÇÕES COLETIVAS

³⁹ Para conhecer mais sobre as relações entre arte e política, suas mobilizações e diferentes efeitos; bem como têm sido produzidas agências e ações coletivas através de imagens, performances, dentre outras expressões criativas, práticas e corporalizadas, ver os trabalhos de Ferreira (2017).

Para chegar às três coletivas selecionadas, realizamos os seguintes passos: 1). Exame de dados de ações e iniciativas juvenis; 2). Levantamento de informações e categorização dessas iniciativas. 3). Tabulação focada nas identidades coletivas, organizando os dados por meio das autoidentificações (resumos, informações disponíveis nas redes sociais, análise de material), tendo como fonte informações extraídas do *Fórum das juventudes*⁴⁰, da *Gabinetona*⁴¹ e *indicações* de nomes por militantes e pessoas engajadas nesses movimentos em BH e RMBH. Com isso, foram utilizadas as seguintes fontes de dados:

- Plataforma Cê fraga: <http://gabinetona.org/cefraga/> (1ª Edição | 2018);
- Plataforma RE-JUNTE: Rede de Apoio e Promoção de Direitos das Juventudes – Fórum das Juventudes de Belo Horizonte e Região metropolitana de BH); <https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?mid=10FDauMGiN0il1pKySTcm7v5RAbxP8ddq&ll=19.911712733342334%2C-44.17561103327512&z=9>
- Indicações em “bola de neve”, constituindo “redes de referências” diante de indicações sucessivas de voluntários ou conhecidos com mesmo perfil para participar da pesquisa (ALUISIO, 2020).

Deste mapeamento, identificamos uma multirreferência ou, em alguns casos, uma **interseccionalidade**, isto é, a existência de ações coletivas que assumem mais de uma identidade política em suas atuações ou que conjugam diferentes lutas numa mesma ação coletiva. Neste caso, essa noção aqui trabalhada tem menos a ver com a ideia de soma e mais com a noção de *consustancialidade* (coexistência) de processos que estão presentes nas experiências sociais.

Sobre essa concepção da interseccionalidade⁴², Kergoat (2010) critica as definições realizadas de forma isolada, chamando-nos a atenção para a problematização feita por Kimberlé Crenshaw, no contexto jurídico, sobre a inseparabilidade das violências sofridas. Para ela:

⁴⁰ Criado em 2004, o Fórum é uma rede que defende os direitos da juventude e luta pela construção de políticas públicas com essa perspectiva em Belo Horizonte e cidades da Grande BH. Acesso a mais informações: <http://forumdasjuventudes.org.br/>

⁴¹ A Gabinetona é uma experiência de ocupação cidadã da política institucional. Este é um projeto, sem precedentes na política brasileira, reúne quatro mandatos parlamentares em um mandato coletivo com ações, estratégias compartilhadas. Ao todo, são mais de 90 ativistas, trabalhadoras e pesquisadoras em estreito diálogo e cooperação com cidadãos e movimentos, e em sintonia com as lutas populares. Acesso a mais informações: <https://gabinetona.org/site/>

⁴² Ver também em Gênero, sexualidade e Educação. Dayane N. Conceição de Assis (Nzinga Mbandi). *Interseccionalidades*. Salvador/ Bahia, Instituto de Humanidades, artes e ciências. Superintendência de educação à distância, 2019.

A definição de Kimberlé Crenshaw, das **relações sociais** como setores de intervenção, implica que as mulheres que enfrentam mais do que uma discriminação se acha em setores isolados. O conceito de interseccionalidade e, de maneira geral, a ideia de interseção dificulta pensar uma relação de dominação móvel e historicamente determinada. Em outros termos, a interseccionalidade é um instrumento de análise que coloca as relações em posições fixas, que divide as mobilizações em setores, exatamente da mesma maneira pela qual o discurso dominante naturaliza e enquadra os sujeitos em identidades previamente definidas. (KERGOAT, 2010, p. 98)

Sobre essa concepção, conforme problematiza Ochy Curiel:

não existe o ponto de vista lésbico, como não existe o ponto de vista das mulheres, como não existe o ponto de vista das negras, porque isso é homogeneizar. Então, eu diria que existem pontos de vista de acordo com o projeto político que se tem. (...) O problema é pensar que essas condições se dão separadas e são autônomas e que em algum momento se interseccionam. Parte-se da ideia de que há primeiro uma separação. (...) a ação política da interseccionalidade é precisamente liberal, pois visa ao reconhecimento de instituições, em questões jurídicas. (...) a interseccionalidade é uma proposta completamente liberal. Eu nunca falo de interseccionalidade, porque não me interessa a inclusão e a diversidade que implicam um projeto liberal. (OCHY CURIEL *apud* TEIXEIRA et al., 2017, p. 325)

Esta crítica é formulada por Ochy Curiel para as posições que assumem uma homogeneidade de identidades e projetos políticos que se limitam a questões institucionais e jurídicas e defendem uma ideia interseccional cunhada numa perspectiva liberal. No entanto, existem muitas questões a serem refletidas diante dessas teorizações: A concepção da interseccionalidade desenvolvida aqui segue como um princípio para a atuação no âmbito das políticas públicas, na perspectiva de incluir especificidades das vivências sociais sem excluir outras condições inerentes e presentes nessas experiências de cada sujeito. Neste sentido, como nos lembra a Professora Jaqueline de Jesus (2021), esse termo da interseccionalidade já era desenvolvido nas reflexões de Lélia, num pensamento teórico sobre a mulher negra na interseção entre raça, classe e gênero. Nessa concepção, conforme desenvolve Lélia Gonzalez,

As classificações sociais baseadas em hierarquias são, portanto, heranças diretas do processo de colonização, impostas por valores relacionados às formas de organização europeus, que não se findaram com o fim do colonialismo (...) O racismo e a opressão das mulheres baseiam-se em questões supostamente biológicas para justificar de forma ideológica a dominação e a hierarquização. O esquecimento do feminismo hegemônico das questões raciais explica-se pela visão eurocêntrica e neocolonialista do contexto social. (GONZALEZ, 1988, p. 134)

A intelectual, ao discorrer sobre as especificidades da mulher negra na cultura brasileira, comenta que

As condições de existência material da comunidade negra remetem a condicionamentos psicológicos que têm que ser atacados e desmascarados. Os diferentes índices de dominação das diferentes formas de produção econômica existentes no Brasil parecem coincidir num mesmo ponto: a reinterpretação da teoria do “lugar natural”. (GONZALEZ, 1984, p. 184-244)

Essa reflexão traz questões fundamentais para se pensar as identidades, as culturas dominantes e a naturalização de alguns processos violentos, o que diz respeito à necessária politização das questões vividas; nesse sentido, seguimos em sintonia com essas provocações, para aprender e compreender mais desses deslocamentos necessários e fundamentais para a emancipação de grupos subalternizados.

Retornando às análises do trabalho de campo, visitamos os enunciados nas plataformas e nas páginas virtuais dos grupos identificados, buscando compreender as bandeiras e lutas que estavam difundindo ou exercitando. Destas identificações, chegamos então a 323 iniciativas, grupos e ações coletivas mapeadas por autoidentificação⁴³, que nos levaram à seguinte classificação:

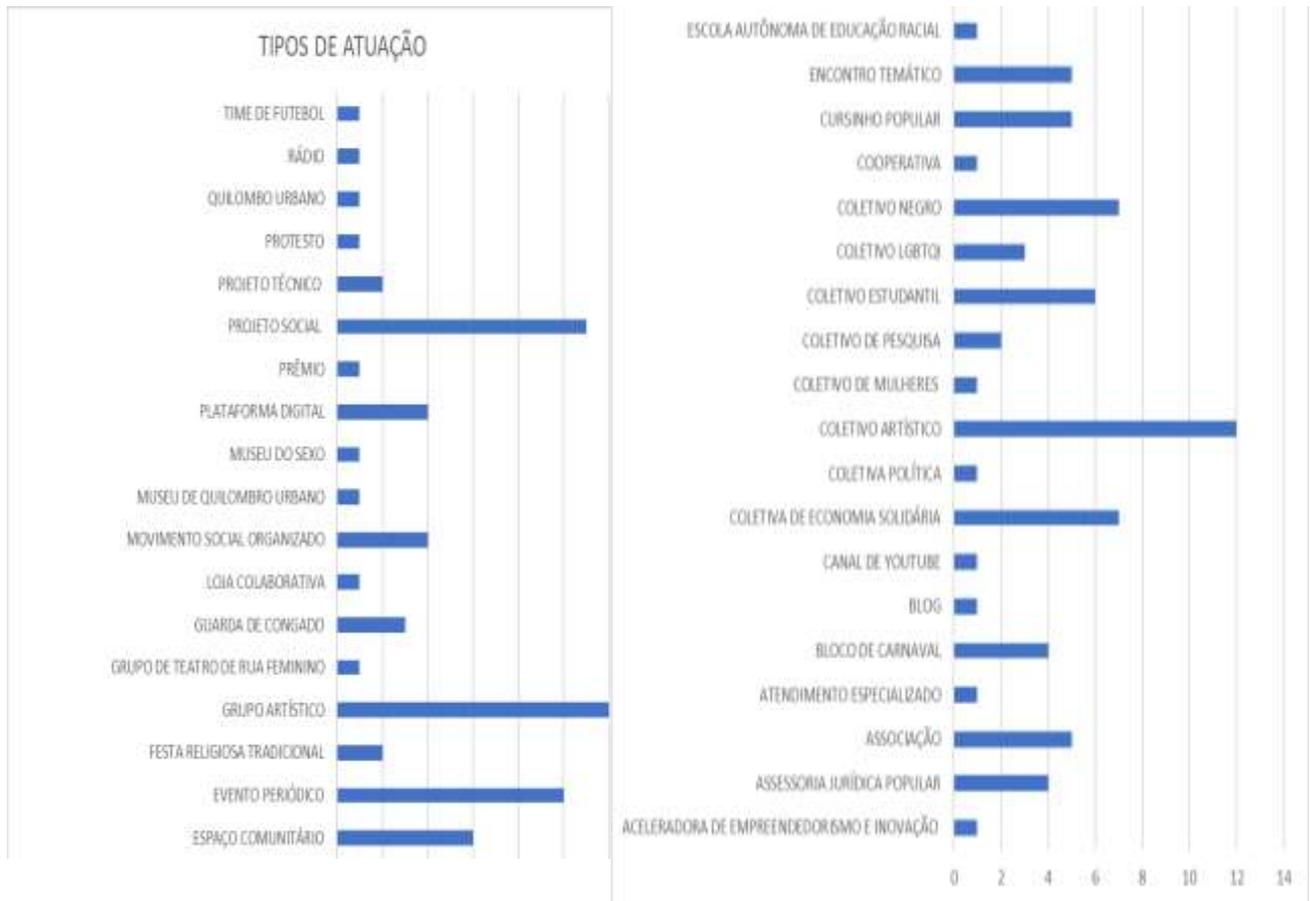
- 143 estavam vinculados a identidades coletivas, ou seja, atividades e associativismos diversos que tratam de processos grupais de modo geral;
- 131 tratavam de questões sobre identidades políticas, ou seja, possuíam ações pautadas diretamente em sujeitos coletivos que estão na luta por reconhecimento e superação de precariedades e invisibilidade na esfera pública;
- 49 eram ações e iniciativas mais amplas, organizadas a partir de plataformas, eventos diversos, atividades ou produtos de comunicação, dentre outros.

Para qualificar estas informações, realizamos um contato direto com parte destes sujeitos para complementar os dados, confirmando as experiências, identidades políticas envolvidas e interesse em fazer parte da pesquisa, buscando assim localizar aquelas iniciativas que mais se aproximavam da nossa proposta. Deste esforço de síntese e do contato com as coletivas, observamos que, das 323 iniciativas, 41 declararam ter a juventude como pauta e 20 disseram ser lideradas por jovens.

Além disso, estes dados da primeira fase da pesquisa tornaram possível verificar os campos de atuação e mensurar as pautas emergentes dos movimentos sociais organizados neste contexto local, constituindo certa fotografia da atuação dos movimentos locais relacionados às questões identitárias. Buscamos então direcionar a análise para as ações coletivas e iniciativas focadas mais propriamente em identidades políticas. Deste exame, chegamos à identificação dos seguintes tipos de atuação:

⁴³ Nomeadas e classificadas de acordo com as características enunciadas pelos próprios grupos e pessoas. Ver mais em Shirley Aparecida Miranda et. all. 2020

Gráfico 1 – Tipos de ações identificadas em torno das identidades políticas



Fonte: O autor, 2020.

Com esta amostragem, verificamos que não existe uma atuação uniforme e homogênea na realidade investigada. Assim, focamos nas identidades coletivas e suas variáveis, em vista de qualificar as informações obtidas no contexto dessas atuações voltadas especificamente para as identidades políticas e observar suas correlações autodeclaradas e as naturezas conceituais presentes em cada uma dessas iniciativas. Além de classificar as nomeações, verificamos também as recorrências presentes nelas. Vejamos:

Tabela 1 – Recorrências das identidades políticas e suas variáveis – repetição nas nomenclaturas por identificação de substantivos e adjetivos – RMBH – 2020

TOTAL	IDENTIDADE RECORRENTE	VARIAÇÕES NAS NOMEAÇÕES (* REPETEM-SE EM OUTRA CATEGORIA)	TOTAL PARCIAL	QUALIFICADORES
81	Mulheres	Mulheres	60	mulheres que sofreram violência ou exclusão 4 artesãs de diferentes gerações 1 mulheres vítimas de violência doméstica 3 curadoria de cinema feminina 1 meninas e mulheres 1 mulheres imigrantes, refugiadas e apátridas 1 estética feminina 1 mulheres 20 mulheres bordadeiras e costureiras 1 mulheres da periferia 1 mulheres de ocupações 1 mulheres na gestão de bares 1 psicólogas 1 mulheres artistas (dançarinas, compositoras, fanfarristas, palhaças, percussionistas, choristas, panderistas, musicistas, performer, autoras musicais) 13 mulheres na maternagem 2 maternidade compulsória 1 empreendedorismo materno 1 mulheres no teatro 1 mulheres do audiovisual 2 produtora 2 técnicas de som 1
		Mulheres LGBTQI*	02	mulheres LGBTQI 1 mulheres jovens 1
		Mulheres negras*	17	feminismo negro interseccional 1 mulheres negras, pretas e de periferia 10 mulheres negras na arte 2 mulheres negras na graduação 1 mulheres negras trans 1 solidão da mulher negra 1 mulher trabalhadora doméstica 1
61	Negros e negras	negros/pretos	29	afrodescendente e população afro-brasileira 3 artistas e produtores culturais negros e negros 3 comunidade negra 2 estética negra 2 literatura e mídia negra 3 narrativas jornalísticas e curadoria negra 1 negros nos espaços acadêmicos 1 pessoas negras 14
		jovens negros*	05	jovens da matriz africana 1 juventude negra 3 jovens negros 1
		Mulheres negras*	19	feminismo negro interseccional 1 mulheres negras, pretas e de periferia 10 mulheres negras na arte 2 mulheres negras na graduação 1

				mulheres negras trans 1 solidão da mulher negra 1 autoras negras 1 mulher trabalhadora autônoma e faxineira 1 mulher trabalhadora doméstica 1
		culturas tradicionais*	08	comunidades tradicionais de matriz africana ⁴ cultura africana nas escolas 1 mulheres, raizeiras e benzedadeiras 1 memória negra 1 quilombo 1
39	População LGBT ⁴⁴	identidade de gênero e pessoas (in) comuns	37	Ativistas LGBTIQs 1 bissexuais 1 lésbicas 2 população LGBTQIS+ 9** LGBTQI feminista 1 pessoas Trans Não Binárias 1 população LGBTQI no teatro 1 pessoas e população Trans 8 trabalhadoras trans 1 transgêneros 3 travestis 5 diversidade sexual e de gênero 2 pessoas (in)comuns 1 pessoas forrozeiras queer 1 (**) escrita com alteração recorrente nas letras, mas com uma mesma unidade de sentido, segundo a ABGLT
		Mulheres LGBTs*	02	mulheres LGBTQI 1 mulheres negras trans 1
38	Sujeitos de territórios vulnerabilidades	sujeitos de territórios vulnerabilizados	19	população pobre e periférica 5 estudantes 1 estudantes pós-graduação 1 moradoras de ocupações 2 periferias e comunidades de baixa renda 1 pessoas com resistência criativa pela sua subordinação 1 pessoas da favela ⁴ pessoas de vilas 3 descentralização e acesso aos espaços públicos 1
		Outros*	19	mulheres negras, pretas e de periferia 10 mulheres da periferia 1 mulheres de ocupações 1 comunidades tradicionais de matriz africana ⁴ pessoas do campo 1 quilombo 1 quilombo urbano 1
20	artistas e trabalhadores precarizados	artistas e trabalhadores precarizados	18	artistas independentes 2 dançarinos 2 DJs 1 empreendedores 1 grafiteiros e grafiteiras 1 MCs 1 novos públicos de arte urbana 1 pessoas artistas 1 pessoas do hip-hop 3 rap 2

⁴⁴ A categorização considerou as nomeações Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT)

				teatro 1 trabalhador carroceiro 1 trabalhadores ambulantes 1
		Trabalhadoras domésticas*	02	mulher trabalhadora autônoma e faxineira 1 mulher trabalhadora doméstica 1
16	Jovens	—	16	jovens comunicadores 1 jovens 7 jovens da matriz africana 1 jovens da quebrada 1 jovens das ocupações 2 juventude negra 3 lideranças jovens 1
13	Culturas tradicionais	—	13	comunidades tradicionais de matriz africana 4 cultura africana nas escolas 1 indígenas 1 memória negra 1 pessoas do campo 1 quilombo 1 quilombo urbano 1 sambadores e sambadeiras 1 mulheres, raizeiras e benzedeiras 1 jovens da matriz africana 1
08	peessoas com deficiência	—	08	cadeirantes 1 muletantes 1 pessoas cegas 1 pessoas com deficiência 2 pessoas com mobilidade reduzida 1 pessoas surdas 2

Fonte: O autor, 2020.

Assumindo o risco que implica quaisquer classificações e tipologias, consideramos que essas categorias precisavam ser lidas como produção de linguagem carregadas de sentidos e tensões à própria universalização dos conceitos assumidos. Por isso, a formulação apresentada esteve estritamente ligada à enunciação proferida pelas coletivas. Mas também buscamos discriminar o que foi possível, no exercício de validação da pluralidade/interseccionalidade presentes nelas. Desta maneira, seguimos a orientação de que uma mesma nomeação se relaciona com uma ou mais classificações, demandando algumas adições⁴⁵.

Para essas adições, consideramos o valor máximo atribuído pelos qualificadores (substantivos e adjetivos) trazidos pelos próprios grupos. Por exemplo, na categoria “mulheres negras”, “mulher” é o núcleo central, mas traz, em simultâneo, um aditivo que altera este termo ou lhe adiciona outras qualificações. Da mesma forma, existindo mais de um qualificador, como

⁴⁵ Adições aqui dizem respeito aos substantivos e adjetivos contidos nas nomeações das ações coletivas identificadas, o que faz parte, mas não se confunde com qualidade e reconhecimento das opressões desejadas no tratamento das pautas numa perspectiva interseccional, conforme trabalhamos anteriormente.

em “mulheres negras e de periferia”, consideramos o núcleo principal como determinante, o segundo e o terceiro como aqueles que recompõem e problematizam este núcleo central.

Percebemos, pelos dados analisados, que as questões de gênero (não restritas à lógica binária⁴⁶) e étnico-raciais saltam aos olhos, não apenas pela maior recorrência quantitativa, como também pela variação de nomes e qualificadores com que aparecem. Uma inferência é que essa situação reporta à considerável mobilização ou efervescência dessas pautas nos últimos tempos, mas também pode indicar supressão ou silenciamento no caso das categorias menos apresentadas.

Considerando essas autoidentificações e as conjugações arbitrárias (por terem sido induzidas por nós) dessas enunciações e unidades classificatórias, constatamos que as identidades mais recorrentes nesses campos de atuação (276 ao todo) estiveram mais relacionadas, de acordo com essa quantidade total, às demandas na categoria mulheres (81), negros e negras (61) e às identidades de gênero da população LGBTQI+ (39), como sintetizado no gráfico abaixo.

Gráfico 2 – Identidades recorrentes – Percentagem por associação de áreas afins – RMBH, 2020



Fonte: O autor, 2020.

⁴⁶ Que leve em consideração apenas duas possibilidades de identidades de gênero, masculina e feminina.

Da mesma forma, esses dados revelaram que essas iniciativas e ações coletivas sobre identidades políticas estavam mais relacionadas à área cultural, sendo mais recorrentes os grupos e coletivos artísticos (35), as ações de cunho formativo (24), os grupos de natureza política (24) e os projetos e grupos sociais diversos (20).

Gráfico 3 – Áreas de concentração – percentagem por áreas afins – RMBH, 2020



Fonte: O autor, 2020.

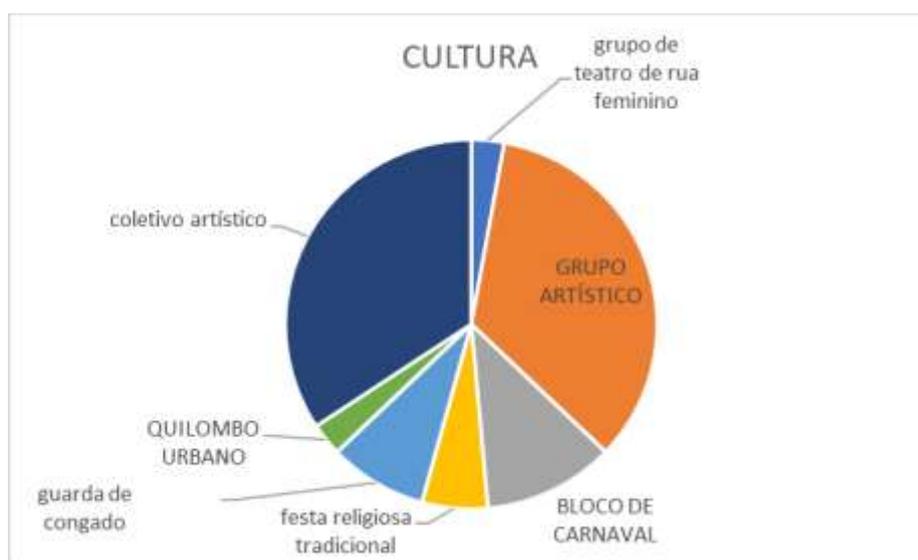
Por meio dessas áreas de concentração, verificamos a variedade de formas com que essas lutas têm acontecido. Isso nos permite um olhar global sobre alguns sujeitos ou mobilizações que estão em voga na cena pública e leva-nos a perceber, ainda que restritamente, o hibridismo e os condicionamentos históricos presentes nessas ações coletivas.

Conforme trazido na teoria que sustenta este estudo, esses dados reforçam as tendências percebidas nas formas de participação social e política, com aumento de atuações em torno do campo cultural, sobretudo na pluralidade de suas manifestações e na expressiva maneira de lidar com a institucionalidade e resignificá-la.

Ainda nesta leitura de cenário, verificamos que no campo da cultura, por exemplo, os grupos e coletivos artísticos foram maioria, seguidos de questões ligadas às culturas tradicionais e aos carnavais de rua. Vale observar que, apesar do destaque numérico das ações culturais, o carnaval sempre foi um espaço tradicional de criação e de “vida ao avesso” de uma cultura hegemônica e, lógico, se constitui como um evento político; no entanto, em Belo Horizonte isso

tem se acentuado nos últimos anos, à medida que os carnavais de rua assumem progressivamente um papel de protesto e de produção de diversas manifestações políticas, sobretudo na luta pelo direito ao espaço público. Mas, de maneira geral, os coletivos artísticos e culturais compõem essa maioria latente das ações identificadas neste processo. Essa é uma recorrência no âmbito das ações coletivas, conforme apontado no aporte teórico.

Gráfico 4 – Distribuição das ações coletivas no campo da cultura – Análise por áreas afins - RMBH, 2020

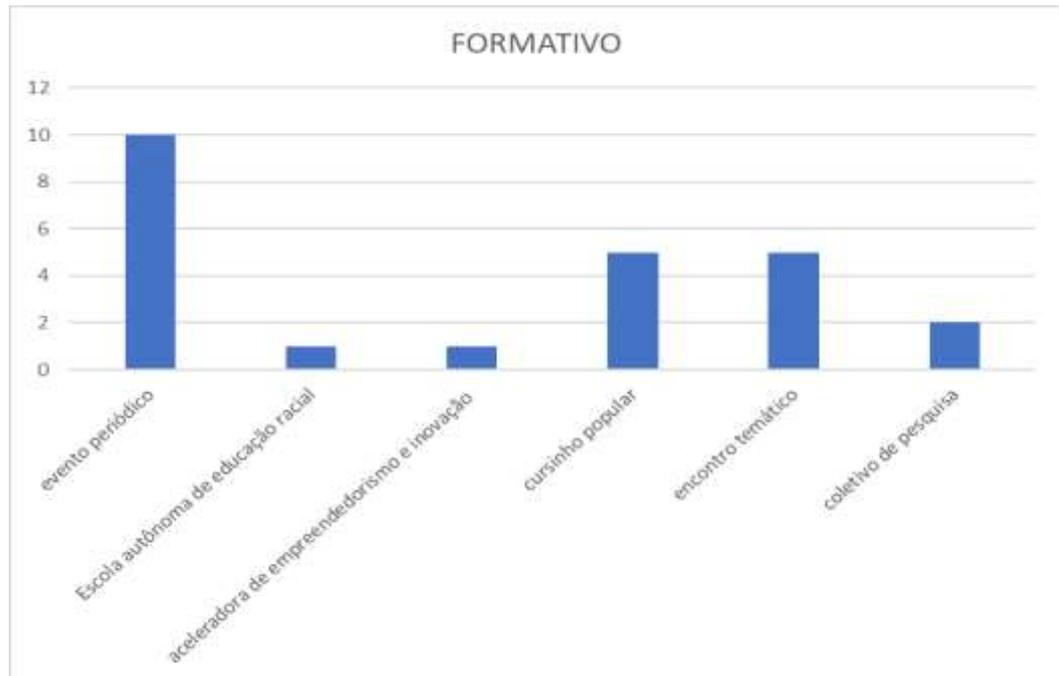


Fonte: O autor, 2020.

Na matriz cultural, precisamos considerar que as culturas tradicionais têm constituído variadas práticas de resistências e se apresentam como potências animadoras dessas ações na cidade, ao presentificar sua importância no espaço urbano e trazer a tradição como importante elemento para a continuidade da vida e da história dos povos originários ou mesmo para a vida das cidades. Nesses dados, elas estiveram relacionadas em algumas das nomenclaturas presentes no levantamento.

No gráfico a seguir, são apresentadas as especificidades daquelas ações indicadas no campo da formação:

Gráfico 5 – Ações desenvolvidas no campo da formação

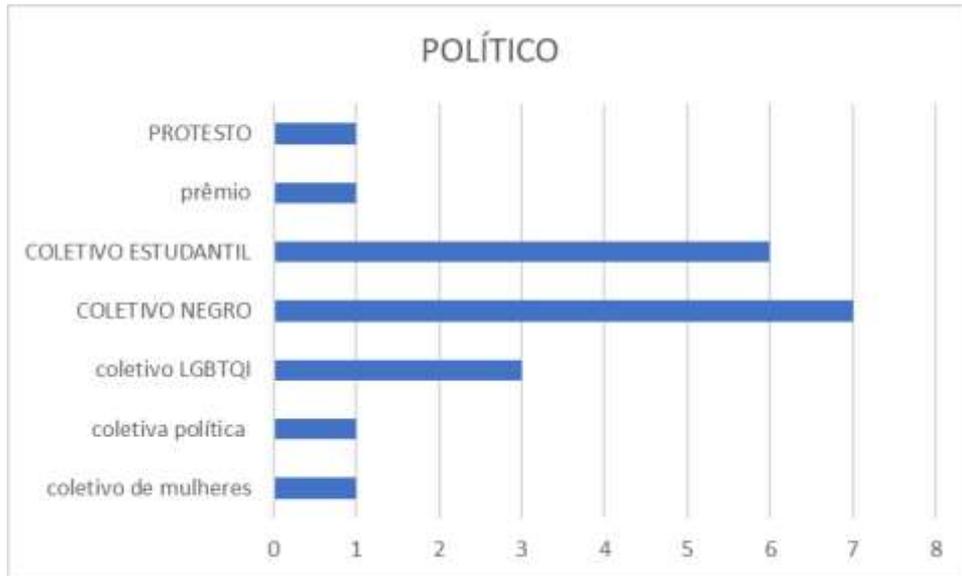


Fonte: O autor, 2020.

Verificamos que as ações de natureza formativa aparecem nos dados apoiadas em eventos periódicos, cursinhos populares e encontros temáticos. Chama-nos atenção que essas práticas formativas, em sua maioria, parecem indicar processos emergenciais ou a curto prazo. Isso porque sugerem atividades eventuais ou encontros esporádicos relacionados a determinadas temáticas, diferentemente da expectativa de ações mais sistêmicas e a longo prazo, como acontecia nos processos militantes das décadas de 1980 e 1990.

Com referência às ações relacionadas ao campo político, podemos observar a sobressaída de coletivos estudantis, negros e LGBT's. Vejamos:

Gráfico 6 – Distribuição das coletivas no campo político – Análise por áreas afins, RMBH 2020



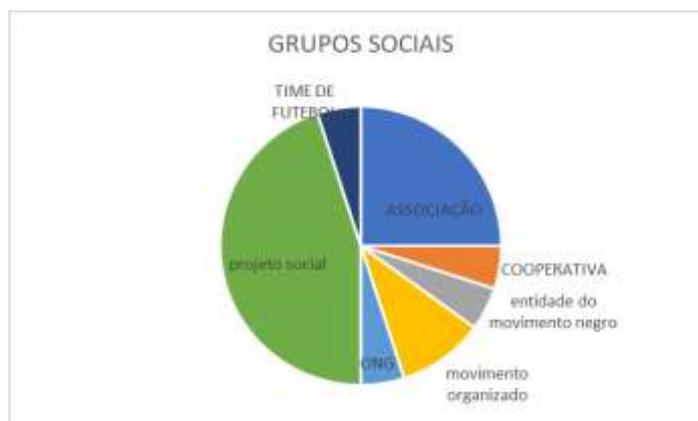
Fonte: O autor, 2020.

Essa informação reforça uma considerável presença desses movimentos identitários na cena pública, conforme apontam os estudos sobre os movimentos sociais vistos no aporte teórico. Além disso, os movimentos estudantis têm ressignificado sua atuação nos últimos anos, trazendo novas indagações e reformulação à tradição da participação estudantil. Um exemplo disso são as ocupações⁴⁷ acontecidas em 2015, que marcaram a efervescência e importância desta pauta para se compreender a condição juvenil na contemporaneidade.

Apresentaremos agora as ações que apareceram nas áreas relacionadas aos grupos sociais. Vejamos:

⁴⁷ Ver mais em GROppo, L. A. Novo ciclo de ações coletivas juvenis no Brasil. In: COSTA, A. A. F.; GROppo, L. A. (Orgs.). Movimento de ocupações estudantis no Brasil. São Carlos: Pedro e João Editores, 2018a. p. 85-117.

Gráfico 7 – Distribuição das ações coletivas por grupos sociais – Análise por áreas afins – RMBH, 2020



Fonte: O autor, 2020.

Nos dados analisados, as formas de associativismo mais recorrentes nas formações dos grupos foram os projetos sociais e as associações comunitárias. Neste caso, vemos certa presença do terceiro setor, em instituições organizadas, associações comunitárias e projetos sociais diversos, lembrando que esses movimentos são decorrentes de uma tradição da mobilização que ascendeu na década de 1990.

Quanto à natureza desses grupos, o campo da geração de renda foi indicado a partir da economia popular solidária e da organização de lojas colaborativas. As lojas colaborativas estão no envolvimento dos novos modelos de economia criativa que questionam o capitalismo e o empreendedorismo individual como valores sociais. Percebemos que essas lógicas diferentes de geração de renda também buscam outras maneiras de se relacionar com a produção e o consumo, apresentando novas perspectivas de trabalho.

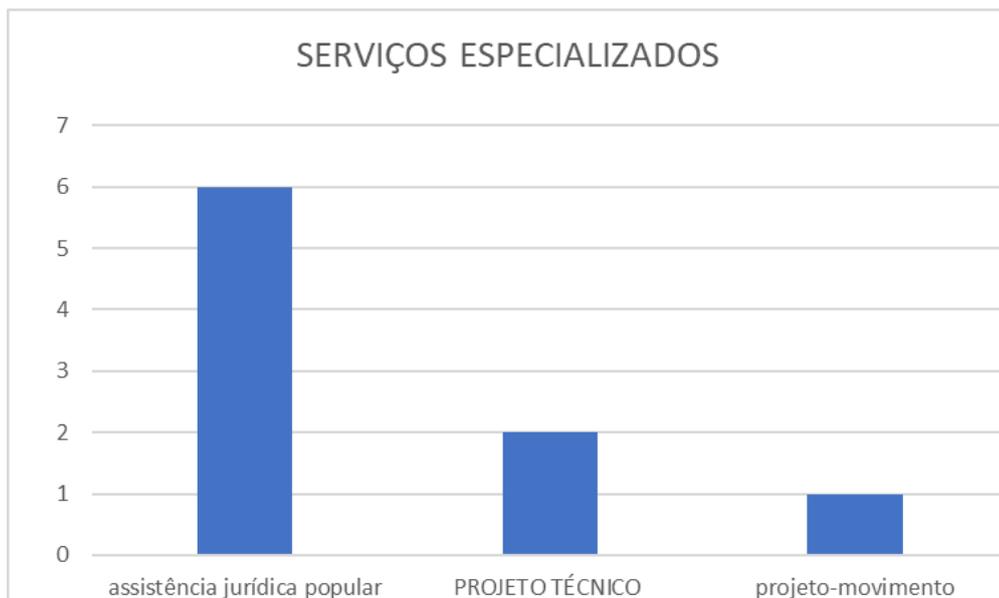
Gráfico 8 – Distribuição das ações coletivas no contexto da geração de renda – Análise por áreas afins – RMBH, 2020



Fonte: O autor, 2020.

Ainda neste sentido, constatamos também a presença dos serviços de assistência jurídica popular que podem indicar um promissor desenvolvimento no âmbito da reparação e garantia da cidadania, a partir da articulação com a área do Direito.

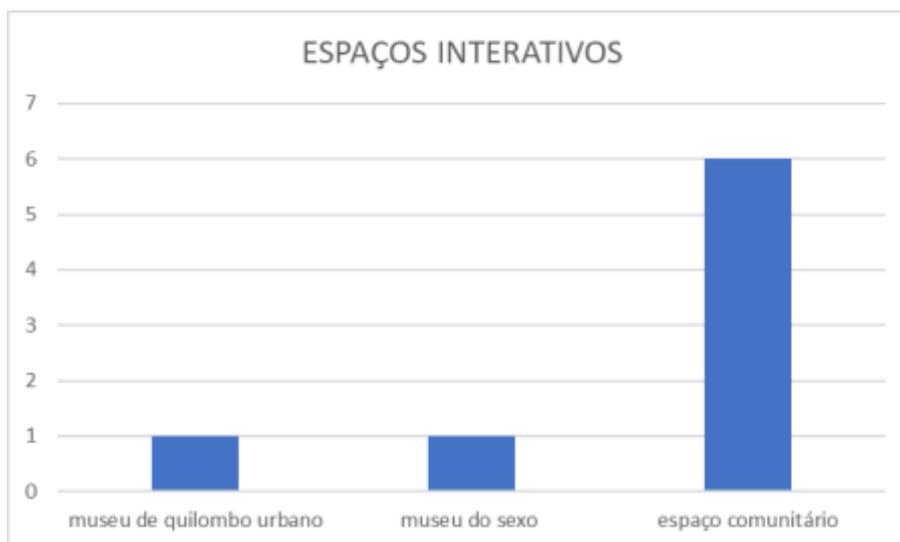
Gráfico 9 – Serviços contidos no levantamento – Análise por áreas afins, RMBH, 2020



Fonte: O autor, 2020.

Quanto aos lugares sociais de interação, os dados se diversificam em pelo menos dois tipos: os espaços de convivência e usufruto comunitário (que foram a maioria) e aqueles espaços de cultivo da memória. Nesta última identificação, aparecem espaços relacionados à memória de identidades subalternizadas (como de profissionais do sexo e quilombos).

Gráfico 10 – Distribuição dos espaços interativos nas ações coletivas – Análise por áreas afins – RMBH, 2020



Fonte: O autor, 2020.

No caso daquelas ações voltadas ao campo das comunicações, as plataformas digitais tiveram grande destaque. Ou seja, o ativismo digital tem crescido e se constituído como uma prática recorrente do militantismo contemporâneo.

Gráfico 11 – Distribuição das ações coletivas no campo da comunicação – Análise por áreas afins, RMBH, 2020



Fonte: O autor, 2020.

Esses dados⁴⁸ são propícios para a leitura do contexto no qual arriscamo-nos adentrar, pois ajudam-nos conhecer um pouco mais dos interesses e necessidades de ações coletivas nesta realidade investigada, além de revelarem aspectos sobre a diversidade de manifestações culturais e políticas nesta esfera pública.

A priori, não é possível mensurar sob qual posição político-ideológica essas iniciativas estavam sendo orientadas. Por isso chamamos a atenção para a importância de perceber o silenciamento de outros atores e ações coletivas que não apareceram ou apareceram pouco nesta cena restritamente analisada.

Ao olhar essas experiências concretas, percebemos que as ações contemporâneas têm se constituído como práticas coletivas plurirreferenciais, de modo que seus “marcadores de diferenças” suscitam e dão visibilidade a seus conflitos sociais e novas formas de ativismos que precisam ser mais bem compreendidos. Ao nomear uma categoria analítica, acabamos desvelando outros qualificadores que se fundem, são adicionais e transpõem a própria natureza do agir e, em alguma medida, interferem no próprio sentido elaborado e presentificado ali.

Com isso, segue como desafio compreender as ações e iniciativas sob o prisma da autoidentificação, já que trazem configurações para além do dito, ou seja, para além do que geralmente falam. E, mais ainda, quando inserida a noção da interseccionalidade, essas leituras

⁴⁸ Dados como esses também que podem ser extraídos por meio da análise de chamamentos públicos pelo poder público municipal, como a lei de incentivo à cultura ou outros que tenham relevância e adesão dos grupos sociais organizados para endereçar pautas e buscar financiamento de suas ações coletivas.

demandam novos repertórios e enquadramentos, visto que suas práticas trazem contornos e sentidos muito singulares, apesar de assumirmos algumas orientações políticas neste contexto local e mais globalizado.

2.4 O QUE NOS REVELAM ESSES DADOS INICIAIS?

No conjunto dessas experiências trazidas na seção anterior, verificamos que talvez o que as diferem de outras atuações militantes/ativistas seriam, principalmente, aquelas ações coletivas com uso da internet e uso das plataformas políticas, que têm tratado das identidades subalternizadas por meio do ativismo digital. Aparecem também serviços especializados e criação de prêmios voltados aos “subalternos”, ambos como ações focadas na disputa pelo reconhecimento e contra estratégia a uma história oficial e na construção de novos circuitos, que têm interpelado olhares para outros sujeitos hegemonicamente considerados como “não-humanos”, como aqueles em situação de privação de liberdade (e seus familiares) e profissionais do sexo, demandantes de espaços de memória sobre suas histórias.

Já no cenário urbano, ficam reforçados os carnavais de rua, que continuam como festividades de “avesso ao mundo oficial”. Ainda neste sentido das “experiências mais carnavalizadas”, destacamos, por exemplo, um time de futebol LGBT (*Bharbixas Futebol Club*), que marca uma ressignificação do futebol e sua cultura machista.

Mesmo reconhecendo outras possibilidades de leitura destes dados, estudos como este apontam novos sentidos para as práticas políticas das/os jovens contemporâneos. Essas são premissas importantes, já que, na concepção de Melucci (1983), as conflitualidades e resolutividades expressadas pelas diversas ações coletivas, não se enquadrariam somente na descrição clássica de movimentos sociais.

2.5 O CONTATO, A SELEÇÃO DOS GRUPOS E A CRIAÇÃO DO LAÇO PARA O TRABALHO DE CAMPO

Conforme já dissemos, o trabalho de campo desta pesquisa foi orientado pela revisão de literatura, identificação de lacunas nos estudos sobre os engajamentos militantes juvenis e

possíveis conexões com práticas de representatividade e de incidência na esfera pública, em vista de compreender como as coletivas lidam com a representação nos espaços de participação política e as questões que emergem nesse âmbito. Neste sentido, consideramos o trabalho de campo como um encontro, um caminho de aproximação intencional para, munidos de alteridade, chegarmos a “Outros sujeitos” (ARROYO, 2012).

Nessa premissa, esse ponto de partida permitiu um conhecimento mínimo sobre variáveis dos processos em estudo e características das práticas sociais pesquisadas. Assim, estabelecemos um quadro teórico de referência (revisão de literatura) que permitiu a escolha de técnicas mais adequadas para apoiar o trabalho e originou categorias de análises indutivas (aquelas orientadas do estudo sobre o tema) e dedutivas (aquelas oriundas das percepções e recorrências no campo), organizadas em uma perspectiva de análise quali-quantitativa dos dados coletados em campo, por meio da observação participante, das conversações e dos grupos de discussão.

Para chegar às coletivas e realizar um acompanhamento em profundidade, fizemos o levantamento de dados nessas plataformas-fontes, indicadas acima, e consideramos as indicações advindas de colaboradores e ativistas de movimentos sociais de Belo Horizonte e região metropolitana. Depois, para acessar as coletivas pré-selecionadas, realizamos contatos via WhatsApp e enviamos mensagens nas páginas do Facebook e/ou nos telefones localizados. Este foi um processo moroso, pois demandou tempo de articulação devido à peculiaridade das coletivas, principalmente quanto ao estabelecimento de alguma interação mínima para situar a proposta da pesquisa e efetivar as perguntas e respostas de aproximação.

A escolha das coletivas que seriam acompanhadas levou em consideração primeiramente a pauta das identidades políticas, numa leitura realizada através dos resumos e análise dos materiais identificados. Depois, foi necessário descobrir se as coletivas pré-selecionadas estavam mobilizadas por jovens, se foram iniciativas protagonizadas por eles ou se traziam a temática ou a participação dos jovens no bojo de suas ações. Levantados estes dados, elegemos aquelas coletivas que mais se aproximavam da perspectiva deste estudo, assumindo essa leitura num universo “possível” de informações, sendo necessário também contatá-los por telefone e e-mail para qualificação dos dados obtidos.

Nesta primeira fase, duas das coletivas contatadas se recusaram a participar da pesquisa, problematizando a ausência dos seus corpos/sujeitos nos espaços acadêmicos; expressaram um claro posicionamento político de rejeição à apropriação de suas culturas no âmbito da produção

científica. Numa dessas interlocuções, após diálogos iniciados (e uma aparente adesão), uma das representantes dessas coletivas enunciou:

Bom dia! Ô Everton tô até sem graça de falar com vc... Mas é que a galera meio que tem se posicionado contra esse tipo de trabalho. Fico de mãos atadas pq o argumento de teorização dos corpos T e a não efetiva participação dentro das universidades, pelo contrário a evasão escolar acontece em média no ensino fundamental. Procede, saca? Então os coletivos, a militância em geral, tem trocado ideia num sentido de pararmos de responder perguntas pra tcc e etc até que a gente realmente pertença a academia. Eu infelizmente não posso pela minha ética mesmo passar por cima dessa decisão coletiva. Te peço desculpas de coração mesmo pq boto fé em vc e no seu trampo, mas tá pra além de algo pessoal, entende? Bjo enorme, espero que vc compreenda.
(**Interlocutora contatada**)

Ainda que soubéssemos que poderia haver rejeições pela complexidade da temática ou pelo desconforto dos grupos sociais em fazerem parte de uma pesquisa, essa negativa foi um divisor de águas para pensar o nosso lugar como pesquisadores e orientar a nossa metodologia de trabalho. Ao refletir sobre esse fato, o Professor Rezende Avelar nos lembra que trazer os e as jovens pobres, as trans para a universidade seria algo subversivo e transgressor; em sua concepção, a universidade também é para eles e para elas, assim como para os filhos dos trabalhadores. Da mesma forma, a professora Shirley Miranda (2021) considera que, ao negar a universidade, esses sujeitos questionam e nos convidam ao deslocamento para o que seria preciso fazer; colocam a universidade para pensar e se implicar nessa presença, o que seria uma atenção necessária para nossos trabalhos.

Além disso, como sabemos, negros e negras, mulheres, pessoas LGBTQs e tantos outros atores sociais acabam sendo os principais alvos de determinados enquadramentos sociais, geralmente com estereótipos negativos e expressões de suas experiências subalternizadas, situação essa que também gera “movimentos de resistência” (SMITH, 2018). Por isso, neste caso mais específico, observamos uma denúncia notável sobre a relação utilitarista e de apropriação de suas culturas por parte de estudiosos da academia.

Mesmo diante desses desafios, passaram a compor este estudo as **coletivas Pretas T, DiverCidade PL e Manas**. Desta interação, mantivemos comunicação direta com algumas interlocutoras de cada coletiva, sendo elas Júhlia, da Coletiva Pretas T; Otávio, da Coletiva DiverCidade PL; e Thaís, da Coletiva Manas. E foi a partir delas que chegamos posteriormente às demais participantes da pesquisa.

Nesses primeiros encontros, dissemos dos objetivos iniciais da pesquisa, mas demarcamos a possibilidade de alterações conforme a realidade e as provocações oriundas do campo. Assumimos a ideia de que o projeto da pesquisa é apenas um caminho para saber aonde

queremos chegar, já que quem determina de fato os processos são os trabalhos em campo, os sujeitos e suas práticas.

Pela dificuldade de encontrar agendas comuns e dispor das informações dessas iniciativas com certa antecedência, foi necessário criar constantemente novas estratégias para manter um canal de comunicação, como encontros em locais e horários acessíveis “entre-horários”, de acordo com a disponibilidade das coelaboradoras⁴⁹. Destacamos a dificuldade de acompanhar as agendas na região metropolitana, especialmente pelo choque de horários, número de atividades em um mesmo período e constância de agendas nos dias letivos da semana. Em alguns encontros foi necessário pensar estratégias para viabilizar o deslocamento e potencializar o tempo entre uma agenda e outra, já que haviam sinalizado suas dificuldades de circulação devido ao custo das passagens. Além disso, sugerimos contrapartidas aos grupos, tanto para as temáticas e descobertas oriundas dos estudos, como em outras demandas das próprias coletivas, abrindo possibilidade para suporte ou colaboração nas atividades rotineiras, numa perspectiva de que os aprendizados e resultados da pesquisa pudessem se dar em via de mão-dupla.

Dentre esses esforços, buscamos também enviar a proposta do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) por e-mail e WhatsApp, para que o grupo pudesse se familiarizar e ter clareza dos objetivos da pesquisa, já que nos contatos as informações ficavam dispersas e frágeis. Com isso, as participantes não assinaram o TCLE no mesmo dia, para que pudessem conversar internamente e pactuar a adesão à pesquisa. Somente após estabelecida uma segurança no convívio com as coletivas é que solicitamos a assinatura do termo. Essas foram algumas sutilezas que tentamos desconstruir no que tange à presença-padrão do pesquisador conforme a ótica dos rituais lineares da academia.

De modo geral, era nítida a desconfiança que pairava no olhar, nas indagações e nos encontros realizados com essas interlocutoras. Num dos momentos, por exemplo, Giovanna⁵⁰ perguntou se a Juhlia já havia conversado conosco sobre a postura delas (Pretas T) diante das pesquisas acadêmicas. Após sua fala, expusemos algumas das questões trazidas pela Juhlia e exemplifiquei a negativa de duas coletivas como atos políticos importantes, deixando o espaço aberto caso ela quisesse comentar algo sobre isso (Caderno de Campo, Pretas T, 02/04/2020);

⁴⁹ Termo usado intencionalmente

⁵⁰ Uma das interlocutoras da pesquisa participante da coletiva Pretas T, que será mais bem desenvolvida a seguir.

Giovanna comentou do grande carinho que tem pela universidade e de seu desejo de seguir uma carreira acadêmica. Sua fala pode ser vista na página 223.

Como enunciado, existe uma relação de amor e ódio entre as trajetórias participantes e as pesquisas acadêmicas, mas percebe-se também nos atores dos movimentos sociais uma tomada de consciência e valoração positiva sobre formas de conhecimentos centradas na vivência real das pessoas. Nesse depoimento, parece existir ainda um certo receio de que essas experiências sociais “comuns”, ao serem compartilhadas, possam ser mal utilizadas ou não reconhecidas como válidas na interação com a universidade. A este respeito, percebemos que esses estranhamentos também estiveram presentes em diferentes ordens, por exemplo:

Desde os contatos iniciais Adriana estava bem receosa por talvez não saber conversar sobre as questões que eu fosse abordar. Conforme mensagens trocadas ela informa: “Ok. Marcado. Mas, lembro que tenho pouca experiência no grupo.” (Caderno de campo, Adriana, Coletiva DiverCidade, 18/02/2020)

Nesta mensagem Adriana indica que poderia colaborar, mas acentua seu pouco tempo de participação na coletiva. Conforme veremos à frente, existem outros elementos relacionados a tal receio, já que no acompanhamento às coletivas identificamos tensões, discordâncias e formas distintas de se pensar a ação, incluindo disparidades sobre quem diz e quem é autorizado a dizer pela coletiva.

Este estranhamento relatado acima também nos gerou muito desconforto. Porém, aos poucos, fomos entendendo que essa desconfiança perpassaria toda a pesquisa e seria reduzida enquanto a confiança e os objetivos fossem compartilhados. Desta forma, após a análise das conversações, entendemos que, apesar de serem delicadas, essas interlocuções foram positivas, conforme avaliação de algumas dessas participantes. Parece que colhemos bons resultados nas conversações, como descrito abaixo:

Tô me sentindo mó importante hoje. (...) Eu me senti importante. (Conversação Mabe, coletiva Manas)

Ou...valeu! Eu fico feliz com a entrevista. Eu gosto muito quando eu sou convidada para falar disso. Pelo menos do que eu posso falar a respeito, do que eu tiver propriedade para falar a respeito e eu tô sempre aberta. Pode chamar, pode procurar saber, pode me procurar de novo pelo WhatsApp e, posteriormente, pode fazer a ligação. Principalmente nesta quarentena né? que ando muito disponível pra isso e vamos que vamos. Tamo junto. (Conversação Bruxa, coletiva Manas)

Acho que é importante também frisar essas tretas, esses trem... que é a realidade né? E acho que a pesquisa vai ser bom pra gente entender a nossa própria... se localizar né? E nos outros também né? (Conversação Otávio, coletiva DiverCidade)

Capturadas essas narrativas, entendemos que a intenção desta metodologia já deveria ser compreendida por nós como um dispositivo útil para uma leitura de realidade, que não está dada, mas possui contradições, possibilidades e apelos.

Diante das tensões trazidas pelo campo, defendemos que o melhor caminho seria o desenvolvimento de metodologias participativas, trazendo as questões e assegurando técnicas, processos e percursos investigativos que respeitassem, reconhecessem e validassem a pertença, a história e a identidade de cada participante, sobretudo, como coautores dos textos.

Como já mencionado, uma das questões emergentes foi a necessária ruptura com uma lógica instrumental da pesquisa, que apaga os sujeitos pesquisados, os contextos em que atuam e as interações que caracterizam o processo da pesquisa. Essa é uma questão importante trabalhada por González Rey (2005), que nos leva a pensar os ritmos e condições próprias de cada interlocutor. Para ele, “às vezes os grupos que aceitam fazer parte de uma pesquisa não conseguem, em um primeiro momento, participar dela; porque as pessoas e os grupos, em determinadas ocasiões, necessitam de tempo para amadurecer sua expressão no espaço da pesquisa” (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 85).

A necessária abertura dos sujeitos para os focos e categorias a serem trabalhadas é de fundamental importância tanto quanto os modelos esboçados conforme a intencionalidade da pesquisa. Assim, alterar o curso da pesquisa, construir ou incluir novas categorias não tornaria menos rigorosa a investigação, já que sua validade vem da interação e é daí que se produz esse conhecimento. Considerando que uma pesquisa é sempre uma representação da realidade, ou tentativa de representá-la, buscamos guiar o trabalho da pesquisa pela abertura a uma construção coletiva que permitisse a maior aproximação possível de um olhar compartilhado sobre essa realidade.

2.6 ANÁLISE DOS DADOS

A **análise e interpretação dos dados** seguiram o preceito de Flick (2009, p. 214): “Os métodos se encontram subordinados à prática”; assim, nos esforçamos para gestar junto às coletivas caminhos de validação do conhecimento construído e das formas de representá-los. Por isso, apostamos inicialmente na ideia de que:

[As pessoas] se expressam livremente, envolvendo-se, mediante seu relato em diferentes zonas de sua experiência pessoal, as quais são inseparáveis do sentido envolvido [no tema], são relatos carregados de sentido subjetivo (...) são estes relatos abertos, cheios de emoção e experiência vital que permitem construir as configurações de sentido das pessoas estudadas, as quais aparecem por meio de tais relatos como sujeitos produtores da experiência e não como respostas pontuais, induzidas por uma lógica, uma sensibilidade e uma experiência, diferente da vivida: a lógica do pesquisador. É nesse sentido que afirmamos que a pesquisa qualitativa recupera a pessoa estudada em condição de sujeito ativo na construção de sua experiência. Esses núcleos de sentido, que organizam os modelos de produção, orientando o conhecimento sobre a configuração subjetiva e o objetivo central da pesquisa. (GONZÁLEZ REY, 2005)

Para tentar ler e compreender essas relações subjetivas e objetivas ao mesmo tempo, porque lidam com uma racionalidade, mas também com o inconsciente, o emocional e outros campos menos objetificados, apostamos nessas diferentes zonas de sentidos que têm a ver com as experiências e questões trazidas livremente pelos sujeitos ;também apostamos em uma organização que desse conta de pontos interrogados nesta pesquisa, como as **estratégias de atuação**, tentando captar as lutas mais evidentes, os processos sobre reconhecimento e visibilidade na cena pública; as **questões sobre as identidades e pertencimento**, na observação de diferentes funções, processos vivenciados, rupturas e alianças no desenvolvimento da experiência coletiva dentro ou fora das coletivas; e, por fim, **as questões próprias da representatividade**, capturando cenas e questões latentes a partir dessas experiências grupais.

Inicialmente enviamos os textos elaborados para as interlocutoras participantes, mas percebemos que a linguagem acadêmica trouxe distanciamento e dificultou o diálogo. Por isso, apostamos em outras maneiras de discutir as questões centrais que apareceram. Além disso, no uso e tratamento desses dados que poderiam provocar desavenças pessoais, exposição de violências ou constrangimento pelo conteúdo exposto, optamos por preservar a identidade dos sujeitos, possibilitando ao próprio participante solicitar e/ou autorizar ou não sua publicização, conforme percepção a respeito dos sentidos ali elaborados.

Devido à dificuldade de acesso à tecnologia e aos desafios de estabelecer uma comunicação mais efetiva e eficaz com os grupos, buscamos produzir uma análise em colaboração com os participantes de forma processual por contatos mais individualizados. Para isso, indicamos um espaço de debate sobre os resultados da pesquisa, aberto à participação, e disponibilizamo-nos para colaborar com reflexões sobre a pesquisa em seus espaços de atuação, no desejo de aprofundar as questões surgidas nas etapas desta pesquisa.

2.7 REFLEXÕES SOBRE A ADESÃO DAS COLETIVAS

As três coletivas acompanhadas demonstraram grande abertura para participar deste estudo. Com isso, criamos oportunidades para aprender a lidar com a forma dessas manifestações contemporâneas, que têm se organizado de maneiras bem específicas.

Deste acompanhamento, listamos os seguintes produtos ou procedimentos:

- Construção de uma Linha do tempo, no período de maio de 2019 a outubro de 2020 (18 meses);
- Registro das principais estratégias de atuação das coletivas por meio dos eventos e suas formas de mobilização em torno de diferentes pautas;
- Conversações individuais e devolutivas para cada coelaboradora;
- Envio de subsídio base sobre discussão – caderno temático produzido sobre os dilemas da representatividade;
- Exame de material e interações nos espaços virtuais de cada coletiva;
- Transcrição e sistematização do material coletado.

Durante esse período de acompanhamento, identificamos 90 atividades, eventos e demais agendas das coletivas, desenvolvidas entre maio de 2019 e outubro de 2020; participamos mais ativamente de 31 destas atividades, priorizando aquelas mais focadas nos temas da pesquisa ou em que a participação foi possível. Assinalamos que tivemos uma coletiva com maior número de atividades, em comparação com as outras duas, porque congrega diversos grupos com ações autônomas e, por isso, utiliza diferentes estratégias de mobilização, o que resulta em um grande número de atividades em torno da sua atuação.

Devido à dinâmica e espaçamento das agendas, bem como à diversidade de atividades, insuficiência de amostragem nas ações presenciais e respeito ao tempo peculiar de cada coletiva, precisamos redirecionar o caminho do estudo e alterar a metodologia, investindo mais nas conversações individuais. Além disso, a situação da pandemia do COVID-19 demandou a interrupção do acompanhamento presencial.

Uma das maiores dificuldades no campo de pesquisa foi manter vínculos com esses grupos, pela latência nas comunicações e dinâmicas próprias de seus *modus operandi*, o que nos desafiou no exercício de acompanhá-los. Para montar as agendas dessas atividades,

sugerimos inicialmente datas abertas, com dias e horários mais flexíveis, mas sentimos a necessidade de potencializar essa mobilização e adotar um direcionamento mais firme para garantir a realização dos encontros. Diante da dificuldade inicial de adesão das participantes (para além das interlocutoras), sugerimos outras alternativas de participação, como conversas virtuais ou presenciais, buscando dialogar com a pluralidade de coelaboradoras ali presente.

Os níveis de participação das coelaboradoras também foram bem variados. Quando consultadas sobre a pesquisa, inicialmente acolhiam a iniciativa e ficavam entusiasmadas, mas também passavam uma sensação de que não tinham, até aquele momento, informações suficientes sobre a pesquisa, acendendo um alerta para os furos na comunicação entre interlocutores e demais integrantes dessas coletivas.

Essa questão também nos ativou para uma interlocução mais direta com os sujeitos, já que, nas atividades públicas e agendas, as coletivas alternavam ou ainda não estavam apropriadas da ideia e da função do pesquisador naquela presença. Portanto, para reparação ou atenção, em busca de uma comunicação mais democratizada, buscamos envolver cada participante individualmente e compartilhar cada passo do processo em curso. Enquanto inferência, identificamos vários sentidos nessa não comunicação, que podem estar relacionados à dinâmica das coletivas, especialmente no que tange às relações internas e formas de priorizar informações e ações mais ou menos relevantes para sua caminhada. No caso, a pesquisa era “mais um trabalho” dentre as várias iniciativas em curso nesses grupos.

Nessas interlocuções, buscamos diferentes estratégias para lembrá-los do acompanhamento e descobrir formas não invasivas de interação em seus tempos-espacos, sobretudo no sentido de acessar aqueles momentos de preparação e planejamento de suas práticas, tentando manter em alguma medida a conexão, mas permanecendo de forma afetiva, na difícil tratativa da corresponsabilidade e solidariedade assumidas por essas participantes na gestação deste estudo. Assim, foi necessário reinventar o modo de comunicação. Algumas expressões estiveram mais presentes, por exemplo, quando interpelávamos questões como: “Ei, temos algo pra essa semana?”, “Temos agenda por agora?”, “Surgiu alguma novidade por aí?” “Tô por aqui se precisarem”. Além disso, percebemos que os nossos tempos como pesquisadores e os tempos dos sujeitos e das ações em acompanhamento muitas vezes não se encontravam.

O *WhatsApp* foi um importante aliado para essas interlocuções, principalmente para acompanhar o planejado e para apreender os sentidos e tensões por trás disso. No entanto, não

funcionou em todos os casos. Conforme dito, a linha do tempo e o encaminhamento do TCLE ajudaram a concretizar a mobilização e a ideia de uma pesquisa compromissada com a coletiva e com a universidade, trazendo certa formalidade aos grupos.

Os períodos de férias e datas comemorativas, como Natal, Ano Novo e carnaval, fizeram com que os contatos e as atividades fossem levados em outro ritmo, já que foram períodos em que as integrantes estavam menos envolvidas em suas atividades. Neste caso, percebemos que, na passagem de um período para o outro, as *Manas*⁵¹ estiveram envolvidas apenas em ações de outros organizadores, a *DiverCidade PL* canalizou energias para um bloco de carnaval na cidade e as *Pretas T* mobilizaram a Semana de Consciência Trans.

Pelas dificuldades dos encontros presenciais, apostamos também nos espaços virtuais das coletivas como “esfera pública” potencial para compreender as ações e o caminho percorrido em suas atuações ou em torno de seus posicionamentos políticos no mundo. Com isso, compreendemos que existem muitos espaços comunicativos que colaboram para a fabricação de suas subjetividades e um ativismo que muitas vezes foge aos nossos olhos. Isso confirmou a necessidade de adotar estratégias de acompanhamento das ações que fossem para além da presença em campo.

Dos aprendizados adquiridos, ressaltamos que a identidade de pesquisador militante, ainda que desconhecido por essas coletivas convidadas, trouxe-nos certa abertura e funcionou como um passaporte para uma proximidade comunicativa e favoreceu o estabelecimento de vínculo com as intermediadoras das coletivas. Houve uma certa “segurança” e “autorização” para o acompanhamento.

Sobre isso, Thaís, coelaboradora pela Coletiva Manas, apontou a comunicação como um desses desafios colocados ao acompanhamento:

Se você for acompanhar vai ser pelo whatsapp. Hoje é tudo pelo whatsapp, cê sabe? Mas, então, seria através do whatsapp e do email. Mas, é assim... eu estou totalmente sobrecarregada mentalmente, com preocupação em relação à coletiva mesmo, inclusive, né? pode até colocar na sua pesquisa (risadas) (Diário de Campo – Thaís, Coletiva Manas 15.07.2019)

Com este aval, transitamos pela intimidade, por sentidos não externalizados, mas sempre atentos em preservar e respeitar aquilo que era próprio de cada relação estabelecida, o que sempre trazia certa sensação de fusão/interseção neste “estar” presente. Este é um dos

⁵¹ A apresentação dessas coletivas segue abaixo na página 99

exemplos de limites nitidamente demarcadas pelo corpo e posição social enquanto pesquisadores (homens e *brancos*) durante este trabalho de campo. Nas relações raciais e de gênero, por exemplo, tivemos que repensar o tempo todos os efeitos e as lacunas presentes nessas interações, já que estávamos “autorizados a poder saber”. E, mesmo demarcando a função no acompanhamento, apenas uma das coletivas possibilitou o acesso ao núcleo de mobilização (aquele no interior da comunicação), sobretudo incluindo-me na rede de *WhatsApp*, por meio da qual se gestavam os trabalhos e se falava mais intimamente sobre os procedimentos e decisões. Sobre isso, inferimos que, pela própria especificidade de identidade de gênero, essa interlocução ficou mais restrita e mais centrada nas conversas individuais com cada participante.

Talvez uma pesquisa convencional, com tempo linear e métodos tradicionais, a serviço de uma objetividade científica que pressupõe um padrão de saber-fazer, tivesse desistido desses grupos e apagado ou atropelado o tempo dessas experiências investigadas. Se tivéssemos feito isso, não teríamos dado conta da vida presente entre as interrupções e retomadas nas ações das coletivas, como veremos nos capítulos a seguir. Foi dessas trocas concretas que concebemos essas coletivas como operadoras de dinâmicas inesperadas, com curtos-circuitos em seus planejamentos, de demanda de respostas às suas realidades e motivações de atuação no tempo presente numa tensão também marcada por uma normativa.

Em vários momentos as coletivas enunciavam questões como as trazidas abaixo.

(...), mas aqui vou te falar... vou ser bem sincera. Nós não temos tido reuniões. Tem sido muito difícil nos reunir. A última vez que conseguimos reunir foi no nosso último evento pela Manas, então assim, não sei o que eu consigo fazer. (...). Não, sério mesmo! É muito desgastante. Ter que fazer as coisas voltadas pra mulheres, com mulheres. Nós estamos assim, quase todas nós com problemas de saúde mental. Cada vez mais piores. Porque esse governo Bolsonaro... Misericórdia! já tinha e agora está cada dia pior. Então, a gente realmente não tá dando conta de levar esse barco adiante. Mas, aí é assim. Só atualizando mesmo. A gente não sabe o que vai ser das Manas em 2020 e provavelmente o Slam das Manas não vai mais existir. De verdade, assim. Pode ser que um dia ele volte, mas tá foda. Principalmente pra mim, que segura essa bronca, então... é isso assim... se eu não conseguir marcar para esse encontro, porque pra falar a verdade tem sido difícil resolver os nossos problemas internos, então esse encontro presencial vai ser bem difícil. Mas, eu posso ir numa boa e a gente troca essa ideia. (Conversação, Thaís, Coletiva Manas)

Diante disso, não acatamos a tese de que essas coletivas sejam desorganizadas. Ao contrário, percebemos que suas relações e interações marcam uma forma própria de organização, na vivacidade e diálogo com suas experiências juvenis. E concordamos com a ideia de que, apesar deste estranhamento ser mitigado com a aproximação gradual e conquista da confiança, por mais bem-sucedido que seja, essa (in)disposição dos sujeitos “não é capaz de

eliminar jamais, por si só, a assimetria inerente ao posicionamento investigador-investigação” (FERREIRA, 2017, p. 52).

Além disso, esse contato constante pode ter inibido as participantes ou produzido certa pressão, até mesmo pela sensação de vigilância. Certamente, a situação gerou estranhamentos e movimentos sentidos tanto pelo grupo como por quem interagiu com a produção e desenvolveu a pesquisa. Por outro lado, pode ter havido também uma secundarização em torno da tarefa da pesquisa, já que ela não era central para o que o grupo vinha vivendo.

Diante desses diferentes tempos da vivência das coletivas, optamos por descrever abaixo sobre os impactos específicos do isolamento social e das urgências contidas por efeitos da propagação do Vírus COVID-19 no país e no contexto deste acompanhamento.

2.8 INTERFERÊNCIAS DA PANDEMIA

O contexto da pandemia trouxe-nos um cenário impensável, impactando em todas as dimensões da vida, e na pesquisa não foi diferente. Pelo que observamos, essa situação fez emergir novos motivos, acirramentos e polarização sobre o tema das representações políticas institucionais do país.

De modo geral, ainda está por ser mais bem entendido esse período durante o qual tivemos que reaprender a conviver numa nova rotina e lidar com uma condição desigual e estruturalmente violenta, além do desafio de arcar com as responsabilidades assumidas num curso normal da vida, mantendo, ao mesmo tempo, o isolamento social.

Esse contexto trouxe certa imprevisibilidade, além de sensações e sentimentos como ansiedade e medo por não saber o que estava por vir e qual o impacto deste fenômeno na nossa vida. Essa instabilidade fez com que muitas pesquisas precisassem reconfigurar seus caminhos e, na universidade, professores e colegas relatavam ter testado positivo pelo vírus e as condições para uma certa normalidade ficavam mais distantes. As instituições educativas passaram por muitas discussões, testavam possibilidades, em vista de compreender o acontecimento e garantir o cuidado com a vida durante esse período, tanto no enfrentamento ao vírus do COVID-19, fomentando o isolamento social, como também na tarefa de ensinar e garantir o direito à educação.

Neste cenário de incertezas, aproveitamos para nos dedicar ao cuidado pessoal que, num curso normal da vida, trazia uma rotina de impossibilidade. Sentimos este tempo de isolamento como exaustivo e expressão concreta de tudo o que a temática desta pesquisa vinha problematizando: uma cultura governamental sem as pessoas, sem reconhecer as maiorias sociais e sem assumir a defesa da vida de sua população.

Já próximos ao final da primeira etapa deste estudo, conseguimos contatar e recolher depoimentos complementares das integrantes colaboradoras das coletivas, mas enfrentamos limites na qualidade da interação, seja pelas plataformas virtuais ou pelo esgotamento das formas de comunicação com as interlocutoras.

Considerando os fenômenos presentes em campo, realizamos então os seguintes deslocamentos: alteramos a gestão de tempo e os caminhos da investigação. O acompanhamento, previsto para 12 meses, foi estendido para 18, trazendo um espaçamento de tempo das atividades presenciais das coletivas, considerando o período de pandemia e o período eleitoral, com eleições municipais ao final do ano.

Durante o momento inicial do isolamento, a comunicação com as coletivas, que já era desafiadora, ficou ainda mais prejudicada por acontecer virtualmente, porque consideramos insubstituíveis as relações presenciais e reconhecemos o risco de redução e encobrimento de sentimentos, expressões e outras dimensões sensitivas que a investigação tentaria captar. Mesmo assim, buscamos manter alguma comunicação, sentir o que estava acontecendo e como as coletivas estavam sendo afetadas. Depois, colaboramos com algumas delas, como, por exemplo, na doação de crédito de internet, divulgação de oportunidades e serviços para proteção social.

Percebemos a existência de um padrão de atuação entre as coletivas: uma mobilização diante de uma situação pública emergencial, que unificou certo olhar sobre as estratégias e condições de atuação. Pelo que observamos, as coletivas constituíram novos empenhos para as articulações necessárias. Além disso, foi expressiva a preocupação com o cenário político, já que foram mantidas as eleições municipais.

Essa situação disparou novas iniciativas e níveis distintos de articulação nos grupos acompanhados, contando também com o agravamento de algumas condições de ativismo e militância que já vinham sendo identificados. Com isso, houve pelo menos três movimentos mais expressivos nas coletivas: 1. Conversas entre si sobre o que estava acontecendo e

tentativas de envolver a comunidade na prevenção ao COVID-19; 2. Mobilizações – ação em meio à pandemia em níveis distintos de articulação; e 3. Empenho e busca de incidência eleitoral nas eleições municipais.

Se por um lado algumas dessas coletivas já traziam a precariedade de direitos, de trabalho e renda, crises e certo adoecimento, essa situação ficou ainda mais evidente. Por isso, apresentamos a seguir algumas das questões identificadas que traduzem um pouco desses impactos na experiência de vida das sujeitas participantes.

Do acompanhamento realizado, identificamos que nem todos os colaboradores da pesquisa tiveram o mesmo direito à proteção social e medidas de isolamento social durante a pandemia, considerada a principal forma preventiva do vírus COVID-19. Num intervalo necessário, realizamos uma pausa nas comunicações, inclusive para situarmos-nos e esperar as coisas se estabilizarem um pouco mais. Pelo que constatamos, as vivências se revelaram complexas durante este período, mas só pudemos observá-las melhor com a retomada das comunicações, quando se confirmou a extensão da quarentena pelas agências de saúde (em torno de duas a três semanas após o início da pandemia no país).

Sebastião: E como que ‘tá’ esse período aí da quarentena? Vocês estão se cuidando? Tá todo mundo tranquilo? (...) é assim... eu tô sabe? meu serviço liberou para trabalhar em casa, né? no *homeoffice*, então estou de boa. (...) Ou... tô ‘tentando’. Exceto comprar das coisas eu não saio do portão não. Mas assim... Tá foda! Ansiedade ‘corta na mil’, a vontade de sair, de você voltar ao normal... Mas a gente tá tentando, ‘bloqueio criativo’, altas paradas (...) A gente tava com essa iniciativa e a gente aí começar a dar prosseguimento com isso, mas aí a pandemia e a quarentena chegou (...) A gente tinha alguns projetos de criar, de criar não, mas de começar a fazer fixamente, para além do Slam, que é mensalmente e para além dos saraus, criar feiras da Coletiva, umas feiras bem abrangentes com vários tipos de produtos e não apenas produtos voltados para a literatura, não apenas livros assim, mas aberto para as outras mulheres da Coletiva que trampam com outras coisas, como roupas, como bordados (...) Porque infelizmente não tem como fazer um slam durante a quarentena (...) Mas, tô fazendo parte de um projeto está ajudando a galera está sendo impactado que é quarentena, né? que tá sendo demitido, por causa do vírus. (Conversação com Bruxa, Coletiva Manas).

Eu saio do serviço à tarde. Tenho aula online. Então... a vida é assim... (Conversação com Rebecka, Coletiva Pretas T).

Véi, tá osso né? Tipo (risadas) tentando lidar aqui com esse isolamento, mas tô ficando só dentro de casa (risadas). Só minha mãe que está saindo mais, porque ela trabalha no supermercado, né? Mas de resto, estou quietinho em casa, entendeu? (Conversação com Gael, Coletiva DiverCidade)

Nestas interações, nos deparamos com situações complexas vividas por alguns dos participantes da pesquisa, como novos enquadramentos trabalhistas e alterações significativas em seus projetos de vida e atuação pública, trazendo adversidades em contexto de caos. Numa

força-tarefa conseguimos difundir e incluir algumas dessas participantes no cadastro da PBH para suporte emergencial.

Algumas das participantes começaram a perder o trabalho ou ter contratos interrompidos. Uma das integrantes da coletiva Pretas T, que tinha acabado de passar por uma cirurgia, ficou em repouso domiciliar e, no novo cenário, perdeu seu trabalho em uma renomada agência de comunicação, condição enunciada pouco antes da pandemia uma conquista importante.

Assim, se num primeiro momento aparecia como legítimo o reconhecimento profissional, nesta nova situação a perda do trabalho revelou um sentimento de sujeitos descartáveis nas relações institucionais. Isso porque, pelo relatado, se compreende que, em uma crise ou necessidade de intervenção pública, talvez sejam esses corpos os primeiros a sentirem o peso das decisões. Essa reflexão representa a condição de muitas outras pessoas, sobretudo as mais empobrecidas e negras.

Apesar do caos, foi possível perceber aspectos positivos também, como o fato de Giovanna, da coletiva Pretas T, receber uma boa notícia como obtenção do título de produtora de conteúdo sobre questões raciais pelo Twitter; também participou de um programa da Globo falando sobre africanidades, numa reportagem em que, inclusive, aparece usando a máscara. Algumas colaboradoras como Rebecka e Juhlia, também da mesma coletiva, estiveram em teletrabalho. Neste período, realizaram algumas *lives* com atores políticos reconhecidos (Juhlia com a deputada Andrea de Jesus, Giovanna com a Vereadora Bela Gonçalves), trazendo para a cena pública seus pontos de vista sobre assuntos importantes. Essa foi uma reanimação enquanto coletiva, já que estavam sem muitas ações públicas há algum tempo, e puderam também trazer uma tônica sobre seus lugares de fala e contribuição para a formação de opinião pública.

No caso da coletiva Manas, uma das interlocutoras passou por uma gravidez não planejada e, passada a surpresa da notícia, alegrou-se e focou no autocuidado. Outra integrante desta coletiva expressou sua identidade transmasculina. Essa participante conseguiu dizer publicamente – em rede social – sobre algumas turbulências em sua vida, como no caso de complicações de saúde, resultando na paralisia facial, em detrimento de um derrame. Na sequência, soubemos de sua saída da coletiva. Ambas relataram ser um momento atípico e que estavam sob atenção.

A coletiva DiverCidade PL, enquanto buscava construir mobilizações para angariar alimentos e material de higiene pessoal para famílias pobres afetadas pela pandemia, também se empenhou nas eleições municipais. Além da campanha, realizaram incidência para o não retorno do comércio na cidade. Sobre as alianças programadas para construir uma unidade de atuação política nas eleições, as coisas não aconteceram como desejado e a iniciativa se dispersou, fazendo com que cada candidato (pela coletiva) buscasse formas próprias de difundir a sua candidatura.

Estas informações, que detalham as opções metodológicas pensadas e as mudanças necessárias no percurso da pesquisa, são fundamentais para compreender o trabalho de campo e a análise dos dados, que apresentamos em seguida.

CAPÍTULO 3

AS COLETIVAS E SUAS IDENTIDADES *TRANSVIADAS*

Neste capítulo apresentamos características da identidade das coletivas investigadas e análise dos dados de campo, levando em consideração como elas se veem ou se reconhecem e as nomeações e formas de comunicação que têm construído para se apresentarem e (re)apresentarem, para interagir e se comunicar dentro do grupo e fora dele.

A este respeito, a apresentação das coletivas segue a concepção de “identização” trabalhada por Melucci (2004, p. 48), que pode ser compreendida como a capacidade de falar de si no tempo, expressar o caráter processual, autorreflexivo e construído de si mesmo, já que os grupos também produzem e refletem conhecimentos sobre suas existências.

Ao olhar para os grupos e coletivos juvenis, vemos como importante atentar para as suas nomeações, já que essas nomeações da linguagem também são reproduzidas e fabricadas de forma a revelar hierarquias iminentemente vivas e que revelam disputas pelo ser e pelo poder viver. Se consideramos que ao nomear as coisas elas passam a existir, se reconhecemos que a natureza se altera e está em constante mudança, também precisamos reconhecer que a fixação é “meio” provisório para a interação com o mundo, as pessoas e as coisas, já que a inscrição no mundo está sujeita a essas mudanças. No caso desta pesquisa, consideramos também essas nomeações e autonomeações, mas não trabalhamos com uma definição reducionista que tentasse superar as questões postas para a categoria de estudos “identidade”, ao contrário: apostamos num ponto de partida para essa discussão, na ciência de que as palavras manuseadas na linguagem trazem consigo contextos próprios de produção e interação. Buscamos alguns desses significados e processos capturados nesse paradoxo entre “ser” e “não ser” sustentado em nosso aporte teórico, a partir do material analisado e as conversações realizadas com as três coletivas em acompanhamento: Manas, DiverCidade PL e Pretas T.

Figura 2 – As coletivas: logomarcas identificadas



Obs. No caso da Coletiva Pretas T, o slogan é meramente ilustrativo

Fonte: O autor, 2020.

Conforme já mencionado, chegamos a essas três coletivas por meio das interlocutoras, que além de favorecer uma porta de entrada, estiveram em diálogo permanente durante o desenvolvimento do trabalho de campo, sendo elas: Thaís, representando a coletiva Manas; Otávio, pela coletiva DiverCidade PL e Juhlia pela coletiva Pretas T.

Figura 3 – Interlocutoras que facilitaram a pesquisa de cada coletiva



Fonte: O autor, 2020.

Na coautoria deste estudo, estiveram juntas 13 coelaboradoras, incluindo as interlocutoras Thaís, Bruxa, Mabe e Jazz, pela coletiva Manas; Adriana, Otávio, Ingridy, Kelsen, Gael e Silvia, pela coletiva Divercidade PL; e Giovanna, Júhlia e Rebeka pela coletiva Pretas T.

Figura 4 – Coelaboradoras da pesquisa, por coletiva



Fonte: O autor, 2020.

Das conversações e análise documental, selecionamos passagens que reportavam a essa noção de identidade desenvolvida nesta tese. Não foi uma opção da pesquisa trabalhar com dados biográficos como fonte primária, pois partimos da perspectiva de acompanhamento coletivo; porém, na análise documental, identificamos sua importância enquanto fonte secundária de dados e reconhecemos as narrativas nos aportes oferecidos pelas coletivas ou sujeitos acompanhados, bem como no material coletado durante o acompanhamento. A expressividade das exposições, menções e trajetórias saltaram aos olhos, por trazerem aspectos importantes desta formulação de identidade coletiva. Assim, foram selecionadas aquelas enunciações e cenas que tiveram mais a ver com o percurso e problema desta pesquisa, trazendo evidentemente a questão da subjetivação como uma questão relevante.

Sobre isso, Juhlia, interlocutora pertencente à coletiva Pretas T, perguntada sobre quem era, numa participação no espaço sofá azul⁵², respondeu a partir da sua sabedoria popular munida de cientificidade:

Vou falar do estado em que eu estou porque este rolê que a “a gente é” é muito estático né? Eu estou artista, estou jornalista, tô tantas outras coisas. Estou atriz, mas eu acho que tudo que a gente é vai mudando... sei lá... a partir dos nossos acúmulos, nossos atravessamentos... a gente vai sendo. Então é isso, acho que é uma coisa mutável assim, mas também eu não posso garantir muito porque eu sou travesti (risadas). E preta! Porque preta eu não vou deixar de ser nunca! (risadas) (...) E pensar que daqui a trezentos anos as pessoas vão acessar esse material e eu vou estar ali presa. (risos). (Análise documental, Sofá Azul, Juhlia Santos, Coletiva Pretas T)

A síntese extraída deste diálogo reforça a ideia de que estamos sujeitos em construção e almejamos sempre boas representações de nós mesmos, com nomeações e definições mais positivas e socialmente aceitas. Ao dizer “eu não posso garantir”, por ser preta e travesti, Juhlia registra a barreira que diz de uma autorização social que marca “quem pode” e “quem não pode” falar sobre determinada questão. Neste caso, ela nos chama a atenção para a identidade clássica da transição – a travestilidade – numa norma que traz significado social marcado por mudança, visivelmente expressada e alterada, mesmo que estranhamente não aceita pela sociedade. Assim, ela parece dizer que, por ser preta e travesti, é “suspeita” para se posicionar em determinados assuntos.

Relacionando esta menção de Juhlia a uma concepção da psicologia social, sabemos que o comparecimento pessoal, frente aos outros, sempre envolve algum tipo de *representação*. Com isso, conforme trabalha Ciampa (1989), represento enquanto estou sendo *representante* de mim; enquanto *desempenho papéis*, ocultando outras partes de mim; enquanto *reponho* no presente o que tenho sido, enquanto *reitero* a representação de mim. Assim, muitas vezes existe uma identidade posta e que nega a leitura do sujeito de maneira mais plena e, conseqüentemente, toda a humanidade presente nele. Nessa perspectiva, “só posso comparecer no mundo frente a *outrem*, efetivamente, como representante do meu ser real, quando ocorre a negação, ou seja, deixar de presentificar uma apresentação de mim que foi cristalizada em momentos anteriores” (CIAMPA, 1989, p. 74).

⁵² A série sofá azul é idealizada e apresentada por Evandro Nunes, de forma que a prosa acontece com pessoas pretas, na Casa dos Borboletas (casa do Evandro), no centro de Belo Horizonte. Fonte: Uma corpa trans no mundo... Parte 1. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=jqmcnI_STIM – Acesso em 18 nov. 2019.

Neste desafio da representação de si, Juhlia enuncia que as identificações, bem como a consciência racial e de classe, são construções em desenvolvimento, adquiridas conforme os acessos vão sendo possíveis de serem construídos.

É... eu nasci aqui em BH. Num bairro de classe média alta. Onde ali eu nunca fui preta. Nunca fui gay talvez... eu era moreninha, era afeminada, delicada, educadinha demais né? (sarcasmo). Aí graças ao universo e às Deusas nós nos mudamos para Ribeirão das Neves e lá eu pude ter contado direto de onde eu vinha, da onde eu era constituída, assim.... Lá em Neves foi um processo delícia, assim, de aprendizado... No bairro Veneza. Terra vermelha. Terra batida (risadas). É... onde não tinha muito o discurso racial presente, mas a gente já acessava, bem esse discurso da classe. Éramos todas niveladas pela classe. Todo mundo muito pobre. Então, independente desse recorte racial era todo mundo muito pobre. (Análise documental, Sofá Azul, Juhlia Santos, Coletiva Pretas T)

Dessa confrontação do “eu” com os “outros”, Juhlia faz referência à escola como um lugar de resistência para seu percurso de individuação, já que os desafios da construção de si pareciam ser mais favorecidos por contar com um grupo de apoio ou uma comunidade protetiva vinculado à sua travessia. Vejamos:

... hoje eu super entendo quando as pessoas me falam desse negócio da escola ser o lugar mais agressivo né? O ambiente escolar, como ambiente mais violento para pessoas LGBT's, para pessoas negras, como um todo... eu falo que eu tive uma sorte porque eu sempre estudei com a mesma galera do pré-primário à oitava, terceiro ano. Estava com as mesmas pessoas. Então, isso é uma delícia. E hoje a gente se cobra, a gente se fala e vê como que a vida mudou, assim, né? Até quando rola um encontro dessa turma eu falo: gente vocês estão muito diferentes. E eles: nossa e você então, né? (risadas) (Análise documental, Sofá Azul, Juhlia Santos, Coletiva Pretas T)

A impressão que Juhlia traz sobre a escola como ambiente “desprotetivo” está relacionada à presença de alguns corpos nos espaços sociais e ao risco à sobrevivência deles por suas performatividades ou identidades. Assim como experienciado por Juhlia, pesquisas recentes⁵³ sinalizam que a escola corrobora a opressão de determinadas identidades e, consequentemente, colabora para a retenção, desistência ou evasão de estudantes, sobretudo desses sujeitos mais subalternizados. Neste sentido, conforme trazido pela interlocutora: quantas professoras trans nós temos? Esta seria uma boa indagação para perceber o abismo presente nesse tipo de socialização e vivência.

Experiências como essas vivenciadas por Juhlia podem ser consideradas num sentido da sociologia do desvio, na significação de que são *Outsiders*, ou seja, sujeitos que desviam das regras do grupo, que fogem ao que é mais comum e que rompem com a estabilidade, sendo

⁵³ Ver mais em Garcia Castro, M., & Abramovay, M. (2020). Marcas de gênero na escola- sexualidade, violência e discriminações: representações de alunos e professores. *Revista Brasileira De Sexualidade Humana*, 14(2). <https://doi.org/10.35919/rbsh.v14i2.567>

considerados como disfuncionais, infratores e/ou desobedientes das regras grupais. Porém, apesar de uma conotação negativa, sabemos que os desvios têm motivações de caráter social, mesmo que estejam inscritos numa prática particularizada e ocorram constantemente por diferentes sujeitos, com múltiplas significações.

(...) o desvio é criado pelas reações de pessoas a tipos particulares de comportamentos, pela rotulação desse comportamento como desviante, devemos também ter em mente que as regras criadas e mantidas por essa rotulação não universalmente aceitas. (...) Se ignorarmos a diferença, poderemos cometer a falácia de tentar explicar vários tipos de coisas da mesma maneira e ignorar a possibilidade de que exijam variadas explicações (...) não há razão para se supor que somente aqueles que finalmente cometem um ato desviante têm o impulso de fazê-lo (...) Desvio em relação a certas normas pode ocorrer não porque as normas sejam rejeitadas, mas porque outras normas, consideradas mais prementes ou envolvendo maior lealdade, ganham procedência (BECKER. Howard Sal, 1928, p. 30 a 40)

Enquanto experiência tida por nós como “desviante”, por essas sujeitas não seguirem uma normativa imposta por uma hegemonia social, percebemos que o fato de Júhlia ter mudado expressivamente a sua aparência foi provocadora de estranhamento entre “os comuns”, e a afirmação da sua identidade como negação do “eu” construído pelos outros, além de um tipo de desvio, acaba também se tornando uma grande descoberta.

Eles não acompanharam esse meu processo de transição. Então, foi um processo tardio. (...) começou de uma forma muito errônea, assim... hoje eu me dou conta disso. Fui estudar gênero e ali eu me identifiquei. (...) [estava organizando um] vídeo documentário, como trabalho de conclusão de curso e eu falei: Me fale um pouco sobre esse universo de vocês travestis, né? pessoas trans... Aí ela falou: meu não, nosso! Porque você também é trans. Aí minha ficha caiu na hora. Caramba! Eu sou travesti também. E aí eu comecei a me investigar. Não só investigar academicamente, mas a me investigar. Até que o meu orientador falou: Esse trabalho está muito pessoal. E a princípio eu fui bem arredia. Discuti com ele e depois eu fui me conter: que realmente era muito pessoal, que realmente aquilo se tratava muito de mim. E aí eu começo o processo de hormonização e externo (Análise documental, Sofá Azul, Júhlia Santos, Coletiva Pretas T)

Ao trazer essas memórias, Júhlia enfatiza que as identificações experimentadas e articuladas ao longo da vida são transitórias e mudam conforme seus caminhos. Ao enunciar esses confrontos na construção de uma “outra” sujeita, Júhlia é interpelada e entra em conflito com essa nomeação trazida de fora, numa interação corriqueira para organização de um trabalho de faculdade. Um choque cultural, com elementos afetivos, simbólicos ou até mesmo físicos, que dispara um trabalho diante de outras referências identitárias – neste caso a travesti. Ao enfatizar sua idade (36 anos, que inclusive ultrapassa o limite da idade definida para a condição juvenil nessa pesquisa⁵⁴), Júhlia entende hoje seu pertencimento a partir dessa identidade sexual mais amadurecida – o que não reduz a conflitualidade posta na relação com a cena pública, na

⁵⁴ Neste caso, não reduzimos a categoria juventude a uma faixa etária.

luta pela vida diante dos protocolos e violências contidas nos imperativos para se “ser”, além das interrogações que estão nesse exercício da construção de si.

Sobre esse processo violento e educativo da construção de si, a participante comenta:

Todo esse discurso em ser gay, em ser trans, não chegava dentro da minha casa. Ela preferia não dar conta dessas questões, porque é muito comum, né? Muitos pais, hoje, preferem não dar conta dessas questões. Não é que não aceitam os filhos e as filhas, é porque eles não dão conta dessa discussão, né? (...) Eu acho que hoje, com 36 anos, eu posso me dar esse luxo porque eu rompi a expectativa de vida. Então, hoje eu falo bem mesmo o que eu penso. É... faço bem o que eu quero... no meu ritmo, no meu tempo. Entendendo que socializar também requer outros ritmos, outros tempos. Mas aí a gente faz concessões com essa socialização. É basicamente quase que cisgênera. Essas normas são normas cisgêneras⁵⁵. E da grande maioria branca. É... porque a gente enquanto preta também funciona num outro ritmo. É... mas entendendo disso é que penso que tudo é muito fugaz. E que eu vou me permitir viver mesmo. Porque como eu já passei da expectativa, amanhã eu posso não estar mais aqui. (Análise documental, Sofá Azul, Juhlia Santos, Coletiva Pretas T)

Juhlia constata que a vida é curta para uma Trans. A possibilidade de morrer em função da transfobia (seja morte direta, seja a falta de atendimento médico) é real. Isso ressalta os dispositivos de um biopoder que negligencia e extermina determinadas identidades em contextos onde algumas vidas importam mais que outras.

Além disso, na prática, Juhlia expressa⁵⁶ o que chamamos de Teoria *Queer*, que vem sendo debatida desde os anos 1980, compreendida aqui como a teoria do “estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário”, ou, ainda, uma ideologia ou “uma prática de vida que se coloca contra as normas socialmente aceitas”, considerando a identidade como transitória e mutante, ou seja, uma teoria que defende certa negação de identidade fixa (LOURO, 2004, p. 38 apud COLLING, 2019). Essa teoria tem incidido sobre o olhar da inclusividade no próprio movimento LGBT, conforme desenvolvido por Colling:

Apesar de unidos em uma série de aspectos, movimentos gays e teóricos *queer* nem sempre pensam da mesma maneira. Uma das tensões é a estratégia, adotada por muitos ativistas, de tentar demonstrar que os homossexuais são iguais aos heterossexuais, ou seja, de que todos são “normais”. (...) a política *queer* adota uma postura de não

⁵⁵ A palavra *cisgênero* é atribuída ao indivíduo quando sua identidade de gênero está em consonância com o gênero que lhe foi atribuído ao nascer, ou seja, “quando sua conduta psicossocial, expressa nos atos mais comuns do dia a dia, está inteiramente de acordo com o que a sociedade espera de pessoas do seu sexo biológico”. Porém, como se sabe, essas diferenças são sociais, sendo que “a sociedade em que vivemos dissemina a crença de que os órgãos genitais definem se uma pessoa é homem ou mulher. Porém, como se sabe, gênero está para além disso.” Disponível em <https://www.labeurb.unicamp.br/endici/index.php?r=verbete/view&id=80> Acesso em 30 dez. 2020.

⁵⁶ Ela também trata disso ao apresentar a coletiva na página 99 e também na página 227 quando a coletiva comenta não se sentir representada pelos movimentos de esquerda, trabalhadores, feministas e negras, ou até mesmo LGBT, já que mesmo nesses grupos considerados progressistas elas ainda lutam por existir.

assimilação e se opõe aos objetivos inclusivos do movimento por direitos humanos gays dominantes. (COLLING, 2019, p. 02)

Essa não assimilação de uma igualdade a partir de um outro tido como padrão ou comum também tem origem nos estudos sobre a teoria da performatividade de gênero, na qual Judith Butler defende que a nomeação e adequação das pessoas às expectativas de gênero gera sofrimento e violência, propondo o princípio da liberdade de gênero. Para a autora (2002, p. 64), “o gênero é performativo porque é resultante de um regime que regula as diferenças de gênero. Neste regime, os gêneros se dividem e se hierarquizam de forma coercitiva”.

Levando em consideração essas diferentes maneiras de manifestação de gênero e as normativas que as prescrevem,

podemos dizer que a teoria da performatividade tenta entender como a repetição das normas, muitas vezes feita de forma ritualizada, cria sujeitos que são o resultado destas repetições. Assim, quem ousa se comportar fora destas normas que, quase sempre, encarnam determinados ideais de masculinidade e feminilidade ligados com uma união heterossexual, acaba sofrendo sérias consequências. (...) Apesar do rigor conceitual, a teoria *queer* pretende mais é provocar o estranhamento nas próprias formas de pensar, inclusive as acadêmicas. (COLLING, 2019)

E, na luta contra a norma social e no movimento pela vida, Juhlia lembra que existem corpos abatidos no contexto das militâncias sociais que, mesmo não estando presentes, permanecem vivos numa simbologia de existência e resistência coletiva:

A gente só deixa de estar quando a gente morre. Só que nem isso. Pois, mesmo essa corpa que foi abatida, ela ainda assim ela pulsa, ela vive, ela fala. Né? a gente vê muito e nitidamente com Marielle [Franco]. Mariele não morreu, assim. (Tá presente né?) Aquela corpa sim. Foi abatida. Mas ela continua viva. O discurso continua vivo. Os ideais continuam vivos. Então, por mais que... então nem ela né? (e... nem depois de morta) ela não é... ela está. Ela está sempre aí. (Análise documental, Sofá Azul, Juhlia Santos, Coletiva Pretas T)

Por isso, experiências como a da Juhlia não apenas representam alguns sentidos trazidos ou desenvolvidos na relação com seus grupos, mas também que interpelam e interrogam sua própria associação e travessia das experiências pessoais que passam por essas identidades coletivas.

A partir de sua rica narrativa, percebemos que a participação e interação no grupo podem se dar na consciência de que eles também produzem subjetividades: os sujeitos passam a se perceber de maneira diferente a partir das coletivas, e atuam de forma diferente para além dela, trazendo outras referências de socialização que também formam e deformam nossos conhecimentos sobre as relações sociais.

Por isso, no grupo, os sujeitos fazem-se e se refazem numa qualificação que vai se alargando e, nessas interações, as autonomações nem sempre darão conta de representá-los. Por isso, a cada atuação desses sujeitos eles e seus grupos vão se renomeando, ampliando seus adjetivos e produzindo novos substantivos, incabíveis nessas nomeações, como veremos a seguir.

3.1 QUESTÕES SOBRE NOMEAÇÕES E SENTIDOS CAPTADOS NA COMUNICAÇÃO DAS COLETIVAS

A seguir apresentamos como as coletivas investigadas se leem a partir de elementos extraídos na análise do conjunto das escutas realizadas neste estudo. Optamos por, antes de dizer o que são as coletivas, reconhecer a palavra das participantes para que elas mesmas digam de si.

O modo como vemos as coletivas diz muito da maneira como lidamos com elas ou as representamos na relação com a cidade e com as pessoas. Elas podem ser vistas, por exemplo, como festivas, carnavalescas, alienadas ou desinteressadas pela estrutura social mais ampla ou pelas questões políticas tradicionais. Porém, essas leituras podem encobrir, invisibilizar e criminalizar modos de ser e também as culturas produzidas por elas, além de homogeneizar a experiência social dos/as jovens com a cidade e com os seus grupos, desconsiderando essas experiências em sua integralidade.

Pelo que constatamos, as participantes desta coletiva são reconhecidas pela atuação na cena pública, mas desejam ser reconhecidas em sua plenitude, em outros aspectos da vida para além da temática central das identidades. Há uma luta necessária que as mobilizam para que seus conhecimentos e visão de mundo não passem apenas por um tema em que são mais vistas ou precisam pautar mais. Esse reconhecimento identifica um eu que nem sempre quer ser capturado.

Por isso, na análise sobre as representações, tentamos fazer uma leitura do registro do que elas próprias têm construído dessas identidades, enquanto agentes coletivas, mas também com essas leituras externas, sobre o que viemos compreendendo dessas ações no campo de investigação. Ambos explicitam a complexidade presente no envolvimento dessas experiências em desenvolvimento. Desta forma, buscamos apresentar algumas circunstâncias relacionais,

simbólicas e materiais que compõem a natureza dessas coletivas, trazendo um pouco sobre como elas têm se apresentado e (re)apresentado na cena pública.

3.1.1 O que seria a Coletiva Manas segundo o olhar das participantes?

Pela escuta à Coletiva Manas, observamos que o enigma sobre as identidades reforça a ideia de que “estão” em atuação – e não estáticas. Vejamos o que elas trazem:

(...) você olha pra ela [a coletiva], você nem sabe o quê que é. Se ela acolhe mulheres que está em situação de abuso; se ela faz roda de conversa. Mas o que marca as Manas é a poesia. Acho que isso ficou visível, assim. (...) É uma comunhão e... e a poesia! É isso! Que às vezes tem a Amora, que é de lá da região metropolitana, que tá precisando de alguém para recitar tal dia porque ela consegue um evento. Olha na rede, quem conseguiu uma poeta da rede. Amora, Jezz, Bruxa... mas, tá... Bruxa já foi muitas vezes. Jezz também! “Gente... chama a Amora!”. Amora tá na região metropolitana. Vamos dar uma atenção pra região met... vai trazer ela pra cá... sabe? então, Amora vem... no centro... e representa isso, sabe? (Conversação, Jazz, Coletiva Manas).

Para Jazz, a coletiva é indefinida, sobretudo quando observada de fora, pela quantidade de coisas que mobiliza. Pelo que percebemos, as coletivas trazem múltiplos sentidos para o que são e, neste caso, a coletiva Manas partilha uma marca comum na mobilização do grupo pela poesia. Da mesma forma, outra colaboradora, a Mabe, entende que um dos propósitos do grupo é educar, e que seus trabalhos estão para além da poesia. Para ela, todo o movimento realizado pelas Manas significa um processo de cura, com acessos a atividades tanto pela periferia quanto pelo centro.

Ah, eu acho incrível. A proposta das Manas é justamente educar. Sabe? Não só levar roda de poesia, agregar, levar alguém, uma psicóloga, uma delegada da delegacia de mulher, mas isso são coisas que as Manas fazem. Mas também agregar essa ideia de cura, sabe? De poder trazer e levar pras periferias que a maioria de onde a gente veio, que é Serra, que acaba... que Morro das Pedras, Venda Nova, e por aí vai... levar para essas comunidades, ensino. Educação. Sabe? Cultura. (Conversação, Mabe, Coletiva Manas)

Pensando nessa significação do que seja a coletiva, Bruxa reconhece que há valores comuns compartilhados entre elas, como a autonomia, a independência e a divisão das decisões e benefícios diante dos seus trabalhos realizados.

Nós somos todas autônomas e escritoras independentes (...). Então, no meu conceito de coletivo, do que eu acredito que é o conceito geral de coletivo, (...) não tem uma liderança propriamente dita, porque tudo tem que ser igualmente decidido, igualmente dividido e ser benéfico pra todo mundo, não só para alguém, não só pra um grupo mais restrito. (Conversação com Bruxa, Coletiva Manas)

Além da disparidade de olhares, distintos valores marcam essas experiências coletivas que serão mais bem apresentadas nas próximas seções.

Pela análise documental, na observação sobre as suas formas de comunicação, identificamos que a coletiva utiliza como símbolo o nome “Manas” escrito em caixa alta e traz, em sua composição, um efeito de escrita na junção entre uma letra e outra, em estilo pixo⁵⁷. Logo acima do nome, um balão de conversação com a palavra “M” constrói a impressão de movimento ou alusão a um exame cardíaco, que pode inferir vida em movimento.

Figura 5 – Logomarca da coletiva Manas



Fonte: Instagram da coletiva

Figura 6 – Cartaz de um Slam das Manas



Fonte: Instagram da coletiva

⁵⁷ Expressão usada para dizer da intervenção urbana – pichação

Pelo examinado, Manas é uma gíria que significa irmã e seria uma contraposição ao apelido mano, muito usado no universo masculino, sobretudo nas periferias e no movimento hip-hop. Do que compreendemos, inicialmente a coletiva utiliza os nomes híbridos, manas e monas, endereçando a identidade também às mulheres LGBTQs, como podemos ver na imagem da camiseta abaixo. Esse símbolo híbrido também se conjuga ao símbolo do espelho de Vênus, representativo tradicional do feminino e muito comum em algumas lutas feministas. Este símbolo também está incorporado num balão de conversação sugerindo diálogos sobre gênero.

Figura 7 – Camiseta de divulgação de um Slam das Manas



Fonte: Instagram da coletiva

Sobre o modo como se representam, vemos que as imagens veiculadas pela coletiva reforçam a expressividade pela oralidade (apresentação e disputa de rima) e pela escrita ou divulgações de poesias de caráter político-social, trazendo como centralidade a abordagem de gênero.

Figura 8 – Participação das Manas em eventos externos



Fonte: Instagram da coletiva

As imagens em suas redes sociais apresentam as participantes nos espaços de atuação, como os círculos de sarau, nos quais recitam com oralidade livre, com suporte de livros ou utilizando o celular; além disso, utilizam múltiplas linguagens, por exemplo, utilizando *bottons* e camisetas com mensagens politizadas, além de vendas de material de produção independente, sendo mais comuns os fanzines.

Figura 9 – Registro fotográfico de uma das participantes da coletiva



Fonte: Instagram da coletiva

A estética do espaço e mesmo dos corpos dessas integrantes é constituída na significação de “marginal” – pixos, ambientes públicos do baixo centro da cidade e escrituras pelo corpo,

como nas atividades presenciais. Outro elemento importante, que trabalharemos mais adiante, é o corpo como significação que também representa o espaço.

Figura 10 – Participação em programas midiáticos I



Fonte: Instagram da coletiva

Figura 11 – Participação em programas midiáticos II



Fonte: Instagram da coletiva

Por fim, encontramos ainda nessas comunicações os registros sobre participações especiais e reconhecimentos através da mídia, como nos casos dos programas Rolê das Gerais, da Globo Minas, e Agenda, da Rede Minas.

Após trazer um pouco da maneira como a coletiva Manas têm se apresentado e que simbologias são incorporadas no seu dia a dia, passaremos agora para a leitura das coletivas, através do nosso olhar.

3.1.2 Que leitura arriscamo-nos fazer sobre a Coletiva Manas?

Podemos compreender a coletiva como uma rede de mulheres jovens de Belo Horizonte e Região Metropolitana que pratica e ocupa espaços sociais por meio da arte da palavra, da poesia marginal e intervenções em Saraus e Slams. Nessas atividades, geralmente produzem conteúdos e pautam questões relacionadas, por exemplo, ao universo machista e racista, cultural e economicamente desigual. Constituem-se como uma rede de proteção. Defendem ainda a arte como ato político e como profissão, como sugere Thaís, produtora da coletiva: “as Manas saíram do campo de fazer sarau só por amor e prazer, para tentar viabilizar seu sustento financeiro por meio da arte”.

De modo geral, a coletiva se estrutura a partir de duas frentes de trabalho, a primeira mais voltada para a mobilização do grupo de contatos entre elas e a segunda, para a produção da coletiva. Essa segunda frente colabora no planejamento, articula os eventos, define a prioridade e as participações nos espaços definidos. Segundo as interlocutoras, essas mulheres são diversas, mas, ao mesmo tempo, vivem processos similares, como aproximações em torno de superação de casos de violência, atuação artística e superação de precariedades devidas ao desemprego ou subemprego. Mabe, integrante da coletiva, considera que “o grupo é mais que um espaço de poesia, é um lugar de cura, que tem por função apoiar outras mulheres, colaborar umas com as outras e se fortalecer”.

De maneira geral, fazem parte desta rede aproximadamente 265 mulheres, 75 delas conectadas mais fortemente. Essa rede acontece sobremaneira via contato virtual, numa interação que passa principalmente pela rede social WhatsApp. Possui na equipe uma produtora cultural e um grupo de apoio de base integrada, no qual as participantes mais ativas se distribuem em tarefas como gestão das redes sociais, gestão de valores proeminentes dessas

atividades, além de aspectos da ordem de poetas, no sentido de agenda e intervenções que serão realizadas.

Das diversas atuações, a coletiva também compõe o Comitê gestor do CRJ (gestão 2018-2020), faz parte do Fórum das Juventudes da Grande BH e desenvolve, a cada dois anos, o Slam das Manas, um reconhecido evento na cena cultural de Belo Horizonte e RMBH. Com essas considerações, que serão mais bem apresentadas adiante, passaremos agora para a apresentação da coletiva DiverCidade PL.

3.1.3 O que seria a Coletiva DiverCidade PL segundo o olhar das participantes?

Nas conversações com a coletiva, Adriana considera a DiverCidade diferente de outros grupos, já que é como uma rede que busca mobilizar a comunidade para o interesse comum e propõe mudanças na Cidade de Pedro Leopoldo. Vejamos:

Somos uma rede, uma rede de apoio. Uma coletiva artística que trabalha com o apoio direto na vida de cada uma. No grupo nos articulamos para cada um não pensar no seu próprio umbigo; (...) você vê as pessoas querendo mudança, querendo algo melhor para Pedro Leopoldo, entendeu? (...) A primeira vez que eu fui, foi assim, eu vi que de imediato eu me identifiquei... porque quer mudança. É difícil ter esperança? Mas vamos tentar. Entendeu? O grupo é mais assim. (Conversação, Adriana, Coletiva DiverCidade PL)

Além de ter se identificado com a coletiva desde o primeiro momento, Adriana considera que o desejo pela mudança talvez seja o valor central de sua atuação. Otávio identifica que a DiverCidade faz incidência na política institucional da cidade e, por isso, na verdade sua atuação está para além de apenas fazer uma denúncia:

Mais que questiona! ... Acho que... propõe! (pausa) Sei lá! Acho que é ... propõe construir também!!! Propõe reconstruir, na verdade; mais do que questiona. (...) A gente tá querendo na verdade é construir junto, assim. Mas o sistema não permite. Não quer escutar. (...) Na política institucional existem 3 ou 4 famílias que governam a cidade, sem muita novidade. Poucas pessoas trouxeram uma voz diferente. Há uma falta de confiança no velho sistema político e a política para as pessoas sempre ficou a desejar. Então, acredito que a DiverCidade vem trabalhando pra isso. (Conversação, Otávio, Coletiva DiverCidade PL)

Otávio compreende que existem limites institucionais para a promoção de uma política voltada para todas as pessoas da cidade e, por isso, acredita que a coletiva está neste propósito de construir junto e afetar o sistema excludente, que mantém privilégios e é governado por poucas pessoas. Buscando compreender o perfil que compõe a coletiva, ele comenta:

É tenso meio que definir o perfil, porque a coisa está muito maluca. Assim, tá meio definida! Porque... primeiro porque, por exemplo, a batalha do WB⁵⁸, na batalha tem muitas pessoas que falam que são da DiverCidade, que aparecem só nos eventos, mas falam que fazem parte da DiverCidade, mas elas não colam no grupo que é da organização, e quase não colam nas reuniões que são de organização. Muito por falta de grana, assim, às vezes. Porque não têm passagem mesmo para o busão e tal. Algumas pessoas, mesmo. Mas são da DiverCidade. (...) Igual... se você pegar as reuniões mais gerais, que são aquelas que tentam ocorrer todo mês, que é o encontro de organização de todas as comissões juntos, você tem a ideia de como é que a DiverCidade está se reunindo... se você pegar o perfil, acho que é um perfil de maioria de jovens que tá participando. E tem gente que destoa, igual a Silva, ela tem 43 anos, eu acho. O Gleisson tem 40 anos, e desta reunião geral acho que são os mais velhos assim que destoa. (...) Na politicidade, que estão sendo as reuniões para as eleições, tem colado uma galera mais velha, tipo o Wanderlei que tem quase 40, a Consuela, a Silvia, o Gleisson, é... Moninha que é mais velha e professora, acho que deve ser o lugar que mais tem gente velha. De resto são pessoas mais universitárias. Mas acho que o fator que mais aparece é ser jovem. Tanto de escola, como de faculdade, como de nada! Mas que é jovem. E acho que de periferia, de bairro mesmo. Ou do campo mesmo, da roça. Do jeito que eles se consideram assim. Prevalece assim. Tem participação muito grande desta galera. Dos que estão participando. Não é uma participação muito grande dessa galera, mas dos que estão participando, é esse perfil. (Conversação, Otávio, Coletiva DiverCidade PL)

Conforme socializado, Otávio compreende que o grupo seja misto ou até mesmo indefinido, se observadas circunstâncias como pertencimento e rotatividade. Essas questões sobre a qualidade da participação e também a forma de atuação virão diante. Dialogando sobre essa caracterização dos participantes da coletiva, Gael destaca:

Em se tratando da DiverCidade.... Cara! eu acho que.... a DiverCidade ela... eu acho que... é o meio político mais efetivo na cidade, mais até mesmo que o próprio poder público, sabe, às vezes, sabe? Porque principalmente na questão da mobilidade que eu sou... um dos idealizadores da comissão de mobilidade urbana. Ou até era né? (risadas) porque a coletiva ela deu uma pulverizada ultimamente por causa do ano novo e tal... A gente custou reunir, mas agora estamos na ativa de novo. Mas, por exemplo, a gente conseguiu puxar um ato, depois uma audiência pública, depois a gente conseguiu participar de uma comissão junto com o poder público pra decidir sobre o transporte público aqui na cidade, sabe? (Conversação, Gael, Coletiva DiverCidade PL)

A partir dessa enunciação, vemos também em outras partes do texto que a coletiva é bem reconhecida por sua atuação na cidade e vem almejando bons resultados, como nesta campanha pela qualidade do transporte público. Na relação com o poder público, eles têm lidado com a tarefa de incidir sobre demandas e políticas públicas na cidade. Terminada essa apresentação, passaremos agora às nossas compreensões.

⁵⁸ WB advém de White & Black, nome dado à banca de hip-hop que deu origem a essas batalhas na cidade.

3.1.4 Que leitura arriscamo-nos fazer sobre a Coletiva DiverCidadePL?

Tendo como pauta a representação social na política institucional, a Coletiva DiverCidade PL tem desenvolvido sua atuação desde 2018 na cidade de Pedro Leopoldo/MG, região metropolitana de Belo Horizonte. O grupo se mobiliza a partir do slogan “A Pedro Leopoldo que queremos”, tentando se articular para que a população leopoldinense tenha usufruto e acesso integral à cidade.

De maneira geral, atuam no incentivo a uma política mais afetiva e educadora nos territórios de Pedro Leopoldo, compreendendo que a cidade gestada com amor não produz violência, como dito numa de suas expressões: uma cidade construída com amor “*não fecha com o ódio*”. Motivados por essa concepção, compreendem que:

A luta institucional também é um caminho a ser trilhado para garantia dos nossos direitos. A falta de representatividade é gigante e é necessário que o povo ocupe estes espaços de poder, ajudando inclusive a quebrar por dentro essa engrenagem, que é historicamente comandada por homens, brancos e ricos. Ocupá-la, mas propondo uma outra forma de fazer política: radicalmente democrática, afetiva, pautada pelo respeito à vida e ao meio ambiente. Uma política que não só ouça, mas seja espaço onde a população tenha real poder decisório sobre aquilo que lhe diz respeito.” (Análise documental, Coletiva DiverCidade PL, 2019)

A coletiva é composta majoritariamente por jovens, mas traz uma variedade de participantes em sua composição. Hoje fazem parte da coletiva mais de 104 pessoas, que se conectam via WhatsApp, principal canal de interlocução e mobilização. Nessa organização, estão mais diretamente envolvidos uma média de 10 participantes. Em sua estrutura organizacional possuem 17 comissões, que são autônomas e produzem ações interdependentes em conexão com vários grupos da cidade, mas que, no conjunto de suas mobilizações, constituem uma identidade comum, com convergências e fortalecimento das agendas políticas tidas como prioritárias.

Propõem uma organização interna horizontal e atividades como o “Sarau Amor Marginal”, “Slam das Manas”, campanha pelo “Transporte Universitário” para as estudantes pobres que vêm acessando a universidade, organização da Parada do Orgulho LGBTI+, dentre outras.

A coletiva possui natureza suprapartidária – seus participantes possuem diferentes filiações ou suas lutas estão acima de interesses político-partidários –, mas o grupo vem amadurecendo a necessidade de incidência mais direta no sistema político local. Assim, mais

recentemente, formaram uma coordenação colegiada para colaborar nas deliberações, liderar os rumos do grupo e discutir a possibilidade de se tornarem uma instituição jurídica.

Pelo que compreendemos, essa coletiva tem se inspirado na experiência da Gabinetona em Belo Horizonte. Enquanto forma de comunicação, o símbolo da coletiva é a própria palavra, que engloba vários sentidos: Diverso + Ver + Cidade. Nos campos da linguagem, essa construção configura-se como uma perífrase, figura de pensamento na qual usa-se uma única palavra pra dizer muitas coisas – sendo acrescida ainda com uma imagem de árvore ao meio, podendo significar plantio, colheita, cuidado, com uma seta direcionando para a Pedro Leopoldo desejada.

Figura 12 – Logomarca da coletiva DiverCidade PL



Fonte: Instagram da coletiva

Desta maneira, o nome da coletiva traz a ideia de uma cidade plural e inclusiva. Além disso, produz material de comunicação usando linguagem informal, com gírias, pensamento sistematizado/acadêmico e textos complementares em mídia local, indicando também artigos para aprofundamento.

Além disso, as peças gráficas para comunicação virtual utilizam como padrão elementos escritos e imagéticos, com chamadas objetivas e diagramação chamativa, veiculados no Facebook, grupo de WhatsApp, Instagram, jornais locais.

Figura 63 – Cartaz-convite para a reunião de construção da 2ª Parada LGBTQI+ de Pedro Leopoldo



Fonte: Instagram da coletiva

Também percebemos que a coletiva utiliza *hashtags* e informações sobre o tema e local da atividade, além de divulgar nessas peças comunicativas os endereços das redes sociais do grupo, conforme imagem a seguir.

Figura 14 – Divulgação de reunião que teve como pauta o descaso no transporte público



Fonte: Instagram da coletiva

Nesta coletiva também percebemos a utilização de símbolos partidários, que são oriundos das articulações e propostas desenvolvidas na mobilização do grupo com outros grupos de interesses constituídos na cidade.

Figura 15 – Símbolos político-partidários presentes em cartaz de atividade desenvolvida pela coletiva



Fonte: Instagram da coletiva

Geralmente se encontram nesses materiais imagens de pessoas reunidas, erguendo cartazes, discursando em autofalante manual, falando ao microfone em reuniões públicas, infográficos explicativos, punhos erguidos ou imagens com sentido de ocupação e de luta com foco na cidade, como nas cartas abertas para incidência na Câmara Municipal.

Figura 7 – Chamadas para atividades e eventos



Fonte: Instagram da coletiva

Cada evento da coletiva tem identidade visual própria e sempre inovadora, caracterizados de acordo com sua natureza, como se vê na divulgação do Sarau Amor Marginal. Desta forma, cada comunicação fica embrenhada de sentido na articulação entre a chamada e o recurso de imagem utilizado.

Figura 17 – Cartaz de divulgação do Sarau Amor Marginal, organizado pela Coletiva DiverCidade



Fonte: Instagram da coletiva

Muitas das estratégias aqui mencionadas serão retomadas com mais profundidade, pois compõem unidade de sentido dessas ações que estamos examinando. Assim, tendo apresentado algumas dessas considerações sobre a coletiva Diversidade PL, seguimos agora com a apresentação da seção que trata da coletiva Pretas T.

3.1.5 O que seria a Coletiva Pretas T segundo o olhar das participantes?

Veremos a seguir que as participantes da coletiva compreendem esse grupo como espaço de articulação para lidar com suas identidades, especialmente relacionadas às tensões enquanto mulheres trans.

Eu acho que a coletiva traz um contraponto na cidade, identidade (...) Ela tinha uma preocupação e a maior tensão de reunir mulheres negras por serem transexuais, tanto no contexto de mulher quanto da idade, né? (...) É entendendo que a gente tem uma demanda específica, nossa! Então, a gente entendeu que é a gente se reunir. (...) Me sinto muito representada. A coletiva foi fundamental para a construção do meu “eu”, pra quem eu sou hoje. Tenho muito afeto com as meninas e isso foi fundamental, pra eu ser hoje artista, produtora de conteúdo, comunicadora. (Conversação, Giovanna, Coletiva Pretas T)

Para Giovanna, essa participação no grupo tem contribuído para a construção da sua identidade, além de dar suporte para suas atividades formativas e artísticas. Assim como elas, vemos que existe uma transferência positiva em reconhecer que a coletiva as representa, num universo onde poucos grupos conseguem fazer isso. A coletiva se articula para que elas próprias

se fortaleçam e lidem com essas barreiras da convivência e do pertencimento a uma coletividade.

No relato abaixo, Rebeka indica que a coletiva respeita a vivência de cada participante, como também estimula a criatividade e a inserção em outros espaços de direito, sinalizando outras abrangências de atuação para além do grupo. Vejamos:

A gente sempre tá tendo movimento. Tá tendo atividade, só que cada uma vai pra uma direção, sabe? Porque todas estão buscando um emprego formal, e tal... e cada uma foi pegando as suas causas mesmo. Sabe? Acaba lutando por isso, e acaba que a gente tenta superar, só que... é complicado né? Porque... acho que pode acontecer tanta coisa. (...) A gente faz espetáculo, às vezes a gente conversa, então eu me acho representada sim. Acho que cada uma tem uma personalidade. (...) Acho que é bem isso. Cada uma traz uma vivência. Não vejo muita diferença entre nós. (Conversação Rebeka, Coletiva Pretas t)

Ao indagar sobre a diferença identitária que mobiliza a coletiva, Juhlia nos convida a uma reflexão onde descreve a interferência interna sobre a suas condições de mulheres trans, vistas como um problema enquanto o problema deveria ser o que as pessoas pensam delas.

Nossos corpos (ou corpa, como chamamos) não são violentos. Conosco está tudo bem. O problema são as pessoas. A linguagem academicista não pode ser barreira, precisa ser ponte e precisamos lidar com essa linguagem como potência. Na verdade, o que deveria ser pesquisado era a cisgeneridade, por uma reparação histórica. Os Cis não são estudados. Neste sentido, não queremos ser reconhecidos como trans, mas como um coletivo de arte foda. Querem nos chamar de panfletários? Pode. Não gosto de categorizar. Dou tanta aula na UFMG que eu deveria ter um título de notório saber. Hoje amadureci muito e enxergo o coletivo como uma plataforma (tenho dúvidas, mas acho que é isso mesmo). Não queremos apenas sobreviver, precisamos viver. Precisamos de dinheiro para viver. Por isso, inserimos as meninas em vários espaços de trabalho. (Conversação, Juhlia, Pretas t)

O relato de Juhlia revela a amplitude e consistência do que consideram ser a atuação da coletiva. Relaciona os saberes produzidos e seu reconhecimento enquanto docente nos espaços científicos, embora, na contramão, saibamos da situação estrutural na qual a maioria da população trans não alcança terminar o ensino fundamental. Com isso, resgata não apenas a valorização da vida, que é centro de suas mobilizações, como também o direito de se viver plenamente.

Os tensionamentos trazidos demarcam essas demandas pessoais como fundamentais para a sobrevivência e como uma pauta tida em primeiro lugar na atuação social. Por isso, na sequência apresentamos também um pouco do que apreendemos dessa experiência coletiva.

3.1.6 Que leitura arriscamo-nos fazer sobre a Coletiva Pretas T?

A coletiva Pretas T é composta por jovens travestis e mulheres trans pretas. Ela adveio da necessidade de proteção coletiva, além do intuito de realizar processos e experimentos artísticos com centralidade em suas vivências.

Tendo como finalidade fortalecer a identidade transexual negra, a partir da interseção entre as categorias raciais e de gênero (autointitulado núcleo rígido), essa coletiva tem problematizado o direito de ser, de sobreviver e viver plenamente como mulher preta numa cidade excludente e violenta.

No campo da arte, um dos experimentos realizados pelo grupo foi o Festival TransVivas, realizado em 2019 com recursos do Fundo Municipal de Cultura. Neste festival, segundo relatos das interlocutoras, 90% das pessoas trabalhando na produção, incluindo transporte e alimentação, eram travestis ou transexuais. O Transvivas na verdade foi resultado de um dos projetos da coletiva, e Giovanna Heliodoro, uma das integrantes, fala sobre os sentidos por detrás das intervenções deste festival:

Eu relutei contra diversos ideais antes de construir isso aqui. Precisei desprender dos pudores que nos cercam pra falar de dor, lamento e afeto. Na mira, seguimos perseguidas. Se corta, mutila, muda, hormoniza. São estas regras dadas pra decretar meu fim; ou meu, seu, nosso desejo de ser plenamente reconhecida, mulher. Meu corpo carrega consigo cada trans vítima, cada irmã, cada amiga. Cada verso que descobre a escrita nos torna arte e política. Transformamos as estatísticas em ocupações. E sim, estamos presentes, cada vez mais próximas de vocês em corpo, alma e vida. (Análise documental, Festival Transvivas. Giovanna, Coletiva Pretas t)⁵⁹

Além do festival e da participação em outras atividades políticas pela cidade, a Coletiva vem investindo em Translogias⁶⁰, experimentos cênicos para transcender suas práticas para além do fazer artístico. De modo geral, o grupo funciona por autogestão e busca dividir entre si os custos necessários para a atuação e produção das atividades culturais.

Na perspectiva da ampliação de oportunidades de geração de renda para as pessoas trans pretas de Belo Horizonte, a coletiva vem estruturando uma loja cooperativa, com nome inicialmente pensado como “TraveKa”, com o intuito de trabalhar com customização de acessórios e peças para roupas.

⁵⁹Disponível em # FESTIVAL TRANSVIVA - <https://www.youtube.com/watch?v=zsc96DmJyI4>

⁶⁰ Significa trilogia de pôsteres inspirados na estética de cartazes poloneses de filmes durante a Guerra Fria. Os símbolos usados como o batom e a navalha trazem uma identificação direta à comunidade trans, não exatamente pelo seu uso, mas pelo seu significado. Fonte: <http://narede.codigo.xyz/translogia/> acesso 14/04/2021 às 00:30

Figura 18 – Formação em empreendedorismo – organização da cooperativa Traveka – Coletiva Pretas T

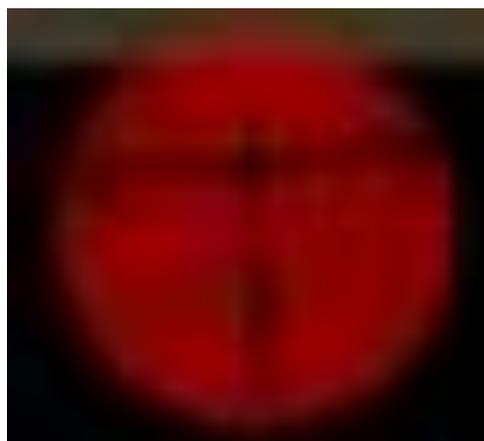


Fonte: O autor (2020)

Além disso, atuam em encontros esporádicos ou garantem representações quando convidadas para outros espaços, sempre por meio de ações diretas ou intervenções artísticas. Trazem também, como pano de fundo, o Dia da Visibilidade Trans (29 de janeiro) como um marcador importante de suas atuações.

Depois de diversas interlocuções com as coelaboradoras da coletiva, chegamos à conclusão de que a Pretas T não possui logomarca. Este foi um diferencial, considerando nosso risco de construir padrões para essas práticas sociais. Apesar de não ter um símbolo comum que represente a sua atuação, a coletiva geralmente utiliza a ideia de “corpas” como significação ao enfrentamento a dicotomias masculino-feminino, ou seja, constroem uma defesa do não-binarismo; também identificamos a representação desta proposta em algumas artes do grupo, como nos lambe-lambes pregados pela cidade durante o Festival Transvivas.

Figura 8 – Símbolo encontrado em peças gráficas que representa o não binarismo



Fonte: Festival TransVivas

Figura 9 – Linguagem de comunicação das coletivas



Fonte: Instagram da coletiva

Como se pode visualizar nas imagens, o nome da coletiva demarca a interseção entre as identidades políticas de gênero e racial, que são focos centrais de sua atuação. Desta maneira, entendemos que a comunicação é expressada na oralidade, com linguagem crítica focada no campo dos direitos; produzem vídeos com chamadas sobre suas atividades e outros assuntos,

geralmente postados e difundidos no Instagram, Facebook (página pessoal de cada integrante e também na página da coletiva) e YouTube, sempre acompanhados de pequenos textos. Neste caso das Pretas T, podemos perceber enunciações sobre atividades artísticas com uso de sarcasmo e erotismo, além de performances corporais em atividades presenciais, como a Quarta Erótica, realizada pelo aniversário da Juhlia, cuja imagem vemos abaixo.

Figura 21 – Foto de performance no sarau erótico



Fonte: Facebook pessoal da Juhlia

As peças gráficas para comunicação escrita e imagética de eventos promovidos pela coletiva ou para eventos em que são convidadas como representantes das Pretas T utilizam fotografias e textos das próprias sujeitas e o tratamento visual, com foco nas trans, trazendo também questionamentos aos padrões de feminilidade.

Figura 22 – Ensaio fotográfico de integrante da coletiva



Fonte: Festival TransVivas

Além disso, participam de campanhas publicitárias ou ligadas à cidadania no campo da diversidade sexual, por exemplo, nas campanhas de inclusão trans em espaços institucionais e na política, como se vê abaixo.

Figura 23 – Campanha sobre a obrigatoriedade de inclusão do nome social nas políticas da PBH



Fonte: Facebook pessoal da Giovanna

Também aparecerem em suas redes sociais símbolos partidários. Na proposta de incidência política, uma das integrantes disputou as eleições de 2018. Sobre isso, trazemos abaixo alguns dos materiais utilizados durante esta campanha.

Figura 24 – Imagens da campanha política de candidatura da Juhlia



Fontes: site da campanha e rede social pessoal da Juhlia

Sobre essas interlocuções com o campo da política partidária, Juhlia Santos, então pré-candidata a deputada estadual em Minas Gerais, menciona num vídeo biográfico⁶¹:

Esses corpos dissidentes, esses corpos tidos às margens da sociedade que cada vez mais passam a ocupar o hipercentro, que passa a ocupar lugar que também nos pertencem, então nós entendemos que a partir daí os espaços de poder também são os nossos espaços. Foi onde eu decidi, junto com outras pessoas, outras parceiras, outras irmãs, a colocar o meu corpo à disposição para mais essa luta. (Análise documental, sofá azul, Juhlia Santos, Coletiva Pretas T)

E diante da convergência de lutas de esquerda na cidade, Juhlia⁶² traz a seguinte argumentação em um dos eventos presenciais de lançamento da campanha:

É acreditando que nós podemos sim mudar a nossa realidade, eu coloco o meu corpo à disposição de mais essa luta. A primeira condição para mim e que entendo que é inegociável, eu leio Sueli Carneiro e vejo que ali: a nossa condição humana tem que

⁶¹ Vídeo institucional “muitas pela cidade que queremos”, disponível em: https://youtu.be/2Nv_2Q1bPLQ acesso em 04/05/2020

⁶² Vídeo institucional “vote trans”, Benfeitoria, em Belo Horizonte, produzido em 31.07.2018, acesso em 04/05/2020

ser inegociável. Porque nós ainda não temos uma condição humana. Nós ainda não somos tidas como mulheres, enquanto travestis, homens trans, transexuais, negros e negras, nós não temos ainda a condição humana. (Análise documental, sofá azul, Juhlia santos, Coletiva Pretas T)

Além dessas comunicações, observamos divulgações relacionadas ao reconhecimento da coletiva na mídia, como a participação de Giovanna na campanha das Casas Bahia, na titulação e reconhecimento como produtora de conteúdo negro no Twitter, na concessão de entrevista ao programa Rolê das Gerais, dentre outras.

Nessas experiências analisadas, essas participantes da coletiva vêm reivindicando as suas identidades como sujeitos históricos e políticos e se tornando sujeitos de modo muito peculiar. De forma geral, trazem muitas questões nessas interações que sugerem a prática interseccional. Identificam-se, elaboram suas identificações ativando essas reflexões enquanto processo de subjetivação aberto e em desenvolvimento, sendo que as coletivas tratam da construção de um “eu” para um “nós”, em um desenvolvimento gradativo que envolve experimentação e busca de maturidade. Entendemos que esses grupos, a partir de suas formas de expressão e organização e dessas experiências vividas, têm encontrado caminhos para resistir e inaugurar novas possibilidades de inclusão e pertencimento.

Essas coletivas incidem ainda sobre os espaços de discussão nas cidades, trazendo questões antes silenciadas e dando visibilidades a corpos e modos de ser e viver transgressores, que procuram ampliar a esfera pública para além dos espaços formais e legitimados de representação e debate político, onde alguns atores com determinado perfil (homens, com maior acesso a renda e informação etc.) são mais reconhecidos. Neste sentido, é importante reconhecer que as identidades são construídas em uma interação de interação entre um “eu” e o “outro”, e sua existência depende de algo que vem de fora dela, ou seja, de outra identidade. Essa busca do “eu” nos “outros” se expressa na linguagem e colabora para a construção dessas diversidades e orientações de vida. Por isso, olhar para essas identidades e reconhecer esses campos que estão em disputa, além de possibilitar pensar sobre as integrações e desintegrações sociais nas quais estão inseridas as formas de coletividade e associativismo, ajuda-nos a compreender as práticas sociais que têm sido produzidas e quais grupos têm se conformado ou distinguido de outros grupos diante de certo *status quo*.

Ao olhar para essas experiências e analisar o racionalismo político presente nas interações sociais, concordamos com Foucault (1979): o poder é uma forma de ação que vai operando mediamente nos outros, a partir de sua atuação pela comunicação. Neste sistema de

ação, os sujeitos atuantes (e com capacidade de atuação) trazem campos mais ou menos abertos de possibilidades para a construção de novos relacionamentos, e as identidades são fabricadas de forma contextualizada e resultam da ação comunicativa dos sujeitos e de processos interativos produzidos na manipulação da linguagem. Para Stuart Hall⁶³ (2016), a linguagem fornece funcionamento da cultura e da representação. Assim, os sentidos são produzidos em um conjunto das práticas sociais e são construídos significados compartilhados. Por isso, para esse autor representar seria transmitir e expressar sentimentos, pensamentos, dentre outros, e o caráter político da representação seria sua abordagem discursiva, em seus efeitos e consequências. Portanto, a representação da diferença seria munida da noção de um “Outro” pela ideia da estereotipagem.

Sobre isso, existe uma “política da imagem” na cultura (HALL; WOODWARD, 2012) que faz com que essas representações sejam disputadas e necessitem criar espaços autônomos de visibilidade pública. Desta forma, as representações sociais seriam sempre constituídas socialmente. Não estaria contido somente no campo da identidade, mas na qualidade existencial, ou na ontologia dos valores, posicionamentos e prioridades das comunidades representadas. Com isso, não ter voz e não se ver representado seria uma opressão existencial, pois a representação se refere ao que as pessoas pensam sobre o mundo, sobre o que “são” neste mundo e que mundo é este, trazendo uma análise crítica do “real”.

Em diálogo com essa perspectiva, alguns estudos culturais acreditam que o conflito entre grupos está relacionado, principalmente, às heranças históricas, relações vantajosas e condições de exclusão, trazendo também a *oposição sobre aquilo que não são*; diante disso, os grupos produzem novas identidades e afirmações baseadas no passado, reafirmando uma história numa redescoberta deste passado, contestando e se opondo a uma história oficial e intencionalmente inquestionada (HALL; WOODWARD, 2012).

Sobre isso, a professora Jaqueline de Jesus (2021) nos lembra que não é só porque se tem um corpo que ele é representado, sugerindo que examinemos qual jogo está por trás da significação estabelecida nesta representação. Isso porque, no campo do *marketing* e da propaganda, por exemplo, assistimos à sexualização do corpo feminino, com leituras homogeneizadoras, e a construção de representação pela imagem do padrão da mulher como objetos de desejo.

⁶³ Acadêmico negro, vindo da Jamaica e que analisou criticamente a representação do negro nas imagens do capitalismo e do imperialismo britânico (STUART HALL, 2016, p. 12).

Nessa mesma linha, a professora Shirley Miranda (2021) indica esse risco de restringir a representação à lógica da imagem e destaca que muitas vezes podemos ficar presos em determinados pontos, compreendendo que a visibilidade seja a única forma permitida e até prevista neste debate. Ao questionar por que a visibilidade é diferente de representatividade, sugere um alargamento dessa ordem e que pensemos sobre o que precisa ser deslocado pra que a representatividade ocorra.

Corroborando esses estudos, o trabalho de campo revelou a identidade pessoal ou coletiva como um processo de constante negociação entre as diferentes partes do eu, tempos diversos do eu e ambientes ou sistemas diversos de relações, nos quais cada um está inserido (MELUCCI, 2004). Por isso essas coletivas não podem ser enquadradas numa leitura hegemônica no contexto dos repertórios de ação coletivas em que estão inseridas, ainda que a participação e o endereçamento das lutas contribuam para sua definição identitárias, como veremos no capítulo seguinte.

No propósito de descrever as formas associativas captadas nessas experiências investigadas, apresentamos abaixo uma síntese de como essas coletivas tem se organizado:

Quadro - síntese

Coletiva	Retomada sobre as formas de atuação observadas nas coletivas
MANAS	A coletiva é mobilizada a partir de uma participante que é a produtora cultural. Essa pessoa da produção fica responsável por articular atividades para apresentação artística das poetas, bem como negociar agendas, pró-labores, critério de convite às poetas e divisão de recursos entre as participantes, dentre outras possibilidades. A coletiva participa de diversos espaços que cultuam a poesia e constroem também suas próprias ações, como o Slam das Manas, evento bem conhecido em BH e RMBH. É composta por 265 mulheres, de diversas orientações e territórios de Belo Horizonte e região metropolitana, que se comunicam mais fortemente por grupo de WhatsApp. É a partir deste grupo de rede social que a mobilização entre as integrantes acontece, em que dialogam e priorizam seus campos de atuação. Nos formatos de saraus e intervenções artísticas possuem papéis sociais distintos, por exemplo, o papel de MC master (mestre de cerimônias), de Comunicadora digital, Slam (Mensal), de mobilizadora do Grupo no WhatsApp (mobilização e convites), etc. Portanto, é por meio dessa conexão que tem sido possível acompanhar e fortalecer os desafios encontrados por essas mulheres no dia-a-dia.

<p>PRETAS T</p>	<p>A coletiva é composta por uma média de 6 participantes, organizadas em quatro comissões centrais, sendo elas: Produção de conteúdo, comunicação, atrações e logística. O foco principal da organização está em torno do acompanhamento das trajetórias sociais das participantes, sobretudo na inclusão dessas mulheres em espaços de trabalho e demais oportunidades no campo dos seus direitos e cidadania. O seu engajamento acontece inicialmente em acionamento de uma participante para outra. Essas integrantes lidam diretamente com a participação e incidência na política institucional, sobretudo a partir de campanhas publicitárias e formação de opinião pública na mídia convencional e/ou nas redes sociais. Na relação com a política institucional, já disputaram uma candidatura ao parlamento estadual, e atualmente uma de suas integrantes compõe a Gabinetona, na assessoria de uma Deputada Estadual. Além disso, estão na construção de uma cooperativa de renda solidária, a Traveka. Em suas atividades de rotina organizam espetáculos performáticos e buscam também incidir nos espaços de formação e articulação comunitária. Ao mobilizar atividades e participar de outros momentos para os quais são convidadas, o grupo se amplia, buscando sempre agir e atuar politicamente por e através de seus corpos, com uso da arte e da cultura. Suas ações são transmutáveis, ou seja, não são programáveis de forma linear e fechada.</p>
<p>DIVERSIDADE PL</p>	<p>A coletiva tem como perspectiva a incidência política, em caráter suprapartidário, isso para melhoria da qualidade de vida na cidade de Pedro Leopoldo. Para organização das atividades, possuem 17 Comissões. Cada um participa de uma ou mais comissões, de acordo com a afinidade e interesse. Além disso, possuem também 1 Coordenação colegiada, chamado de “grupo da Laje” e desenvolvem atividades como participação com matérias de opinião na Coluna no jornal PL. Essa coletiva se mobiliza principalmente a partir do Grupo no WhatsApp, trazendo repasses de informações e divulgação de eventos e atividades de interesse da cidade. Desenvolvem formação política, encontros de mobilização e reuniões em espaços públicos da cidade, além de eventos públicos em instituições locais; ou ainda, operam na organização de grandes eventos como a Parada Gay da cidade e na caminhada pela vida das mulheres. Neste propósito, pressionam o poder público municipal através de pautas emergentes, como: melhoria do transporte universitário; não fechamento da biblioteca municipal; proteção a mulheres vítimas de violência; dentre outra que são identificadas no cotidiano da cidade. Nesta problematização da política institucional, a coletiva também já disputou eleições municipais, com participação de quatro candidatas: Silvia, Ingrid, Kelsen e Gael. Um deles foi o segundo mais votado, na candidatura, mas pela legenda partidária não foi eleito.</p>

Desta síntese, trouxemos abaixo algumas considerações das conversações, com uma especial atenção aos estímulos que levaram esses sujeitos a participarem das coletivas e como essa participação tornou-se uma grande descoberta para essas coautoras da pesquisa, especialmente no contexto dos debates políticos.

CAPÍTULO 4

MOTIVAÇÕES PARA A PARTICIPAÇÃO, TERRITÓRIOS E O ENDEREÇAMENTO DAS LUTAS NAS COLETIVAS

4.1 AS MOTIVAÇÕES PARA A PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS

Sobre a motivação para participação nas coletivas, Gael comenta que começou na DiverCidade PL de maneira informal, quando houve o aumento do valor das passagens na cidade. Naquele momento, a coletiva começou a criar uma rotina de encontros, ampliando as pautas e fazendo com que a coesão e a construção de identidade grupal passassem a existir. Foi dessas experimentações que criou laços com as pessoas e seguiu nessa participação até o tempo presente.

Eu não lembro muito bem quando que a gente começou, mas que enfim, eu me lembro que eu fui um dos primeiros a entrar nela. Na verdade, surge um grupo de jovens aqui na cidade. Quem estava meio que nesse rolê mesmo da crise de representatividade. Tipo, Pedro Leopoldo é uma cidade bastante conservadora. E a gente sentiu meio indignado porque a gente queria cultura, transporte e a gente não tinha como se organizar pra poder alertar o poder público, de uma forma mais efetiva. Porque uma coisa é tipo eu Gabriel chegar lá, chegar lá no prefeito e falar, e isso, se ele me atender né? o preço da passagem está alto e tal...e outra coisa é a coletiva né? ver que é um grupo de pessoas representados e aí é que a gente tentou articular né? a gente ficou um tempão para tentar fazer a primeira reunião, né? Depois de uns 2 meses de tentar fazer essa reunião que a gente conseguiu fazer ela. E depois disso, o grupo meio começou a ganhar uma organicidade. A gente começou a ter reunião mais regulares, a gente começou a pensar o que que era o grupo. Porque a gente passou pelos processos de criar comissões pra tratar sobre isso, tipo mobilidade urbana, a gente começou a tratar sobre a mulher né? LGBTQI+ e até sobre outras pautas, até sobre os homens. Mais recentemente a gente começou mais uma comissão, pra tratar sobre masculinidade tóxica, e tudo mais. Então é meio que esse processo. Eu faço geografia na UFMG. Já estou no oitavo período. Tenho 22 anos. Vou fazer 23 agora em agosto. O que mais que eu posso contribuir neste sentido? (Conversação, Gael, Coletiva DiverCidade PL)

Gael denuncia uma representação política que não os representa na cidade, e esta tensão foi recorrente nas demais conversações com os colaboradores desta coletiva, que parece bem consolidada, conforme apresentado anteriormente. Como relata Gael, a identidade do grupo só se definiu após a realização de algumas iniciativas e ações, o que sugere uma ação pós-reflexiva, uma feitura distinta de grupos tradicionais, que tendem a planejar e criar antecipadamente suas identidades e plataformas de atuação, para depois atuar. Nessa busca de alternativas de representação, comenta que uma das tarefas mais difíceis no trabalho desenvolvido foi a mobilização das pessoas.

Noutra interlocução, Adriana, também da coletiva DiverCidade, comenta sua identificação com o grupo, já que o encontrou por acaso nas redes sociais e percebeu sua importância por ser “diferente” de outras organizações sociais nesta mesma cidade.

Eu moro numa região que é área rural, né? Eu tinha alguma proximidade com associações e tal, só que eu me afastei disso um pouco. Mas, assim, outros vieram e eu vi que na comunidade algumas coisas se perderam. Sabe? É... lutar pela melhoria assim... por muitas coisas de comunidade. Eu tava mexendo lá no Facebook e vi, não sei como, que eu cheguei na página do DiverCidade e... vi que tinha uma reunião. E assim... com uma série de coisas sabe? E me interessei. Aí conversei com meu marido e nós fomos participar. E gostei do grupo. E daí tive uma reunião aberta, nesta reunião aberta era... precisava de gente na comissão de mulheres, eles fizeram um convite e eu aceitei. Primeiro assim, o princípio da comissão foi pra discutir... porque a comissão estava se estruturando ainda... o quê que a gente ia começar a trabalhar aqui em Pedro Leopoldo, né? No geral. Que era a segurança da mulher, que era (...) É porque eu faço parte do CONSEP⁶⁴ [Sim] Mas, sinceramente nossa. E aí... Esse negócio está mais voltado pra rede de vizinhos protegidos. Eles não pensam muito em projetos sociais não! na verdade... Eu já estive lá e saí porque... não dá... é porque eu cheguei a fazer propostas. Entendeu. Pra eles... então, sem pensar no outro, aí me chamaram de volta eu caí e entrei de novo. Mas foi mais por causa da segurança da mulher, sabe? porquê... era pra ver como trabalhar e tudo... Aí... mas as coisas se perdem lá [na coletiva]. [Entendi!] Ah, princípio eu pedi... eu pedi para... eu conversei com as meninas que... a gente teria que... se tiver qualquer tipo de ameaça, quem que você vai chamar, sabe? É a polícia, né? Então, assim a gente tem que sentar com eles, com a Civil, com a Militar, com o próprio CONSEP pra ver o que que tá falhando, entendeu? Assim, é... elas... eu senti que assim, no grupo... elas são temerosas, à polícia, sabe? Mas é necessário. Tem que ser necessário. (Conversação, Adriana, Coletiva DiverCidade PL)

Conforme relatado pela integrante, nem sempre os espaços de que participou demonstraram abertura para construção ou desenvolvimento positivo de pautas que desejava construir. Na coletiva, no entanto, percebeu uma área comum de atuação que convergiu para as pautas de gênero e de segurança pública, o que a animou para novos processos de atuação na cidade. Vejamos:

[essa ideia surgiu] Né?... foi pra discutir o quê que a gente ia começar a trabalhar aqui em Pedro Leopoldo, né? No geral. Que era a segurança da mulher. O que era a saúde da mulher? e, antes disso o quê que aconteceu?... eu tive um problema. Numa pessoa da família minha teve um problema com relação a... ter que buscar ajuda na polícia porque estava tendo ameaça de um companheiro... aí começamos meio que do zero... e assim eu achei que o tratamento dado não foi legal, sabe? poucas informações para gente saber o quê que tinha que fazer, neste caso. E... eu até levei essa questão para o grupo. Porque não tem, eu acho, um protocolo ou um programa, que nestes casos, em que a violência ainda não aconteceu o que deve fazer? onde que deve buscar é na Polícia Civil, é na PM ? é no ministério público? nos finais de semana tem atendimento? como é que faz? Quem tinha essas informações? Então, a gente ficou rodando Pedro Leopoldo e eles... aí dá encaminhamento... mesmo lá o atendimento foi horrível horrível! Horrível (ênfatisa). Foi constrangedor! depois deste relato lá no grupo e aí a gente decidiu tá trabalhando a segurança da mulher. No mesmo dia a gente elaborou algumas perguntas né? que melhorou com o passar do tempo e começamos a pesquisa. Para a pesquisa não foi assim um número expressivo

⁶⁴ Os CONSEP's são Conselhos Comunitários de Segurança Pública, instituição jurídica de natureza privada, organizados pela PMMG desde a década de 1990, voltados para integração da comunidade com a Polícia Militar.

(ênfatiza) não. Não foi um número êxpressivo aqui pra cidade de Pedro Leopoldo, mas como se diz, nós tivemos 76 respostas. E são respostas que a gente tem que trabalhar porque foi também o que aconteceu com elas. E tem muita coisa séria, sabe? envolvida. E o quê que a gente tá tentando fazer... tamo tentando reunir pra ver se pelo menos, de início, a gente possa ter um programa, um protocolo de atendimento, onde a gente saiba qual procedimento fazer pra fazer uma ocorrência e tudo mais. E, assim... pedi também para as autoridades que tenha uma sala com uma pessoa treinada, observada para a vítima chegar lá e não precisar de expor na frente de todas as pessoas o que aconteceu. (conversaão, Adriana, Coletiva DiverCidade PL)

Apesar da resistênça do grupo em construir alianças junto com a PM, Adriana se sentiu acolhida e participou de ações importantes como a organizaão do diagnóstico sobre o atendimento e sensaão de insegurança de mulheres, uma das iniciativas da Coletiva. É perceptível que nesta atividade a ação surgiu de uma dificuldade concreta identificada na cidade. Além disso, como sabemos, os movimentos sociais expressam grande rejeiãõ à construãõ com as forças policiais, especialmente por representarem um projeto de opressão e uma desconfiança em sua função histórica de proteãõ do patrimônio privado. No caso de Adriana, o grupo acolheu às suas experiências anteriores, e delas foram construídas novas ações como programa de atuaãõ.

Segundo Otávio, o grupo geralmente se mobiliza “*quando o coro come!... “quando dá efeito no bolso da galera”*”. Para ele, com o aumento da passagem, as pessoas acabam percebendo que: “*nó! tenho que participar!*”. Segundo sua posição, isso também aconteceu no período eleitoral, e essa motivaãõ para participaãõ, na experiência da coletiva, vem sempre relacionada a algumas questões concretas que estão na necessidade em que as pessoas enfrentam, ou seja, neste caso, uma mobilizaãõ que está diretamente relacionada ao contexto de ameaça à vida da populaãõ ou qualidade dela.

O interlocutor também nos lembra que, nesta experiência da DiverCidade PL, a Universidade embasou muito do que aprenderam de movimentos sociais e do que cultivam no dia a dia das construões. Para ele,

Tudo o que a gente faz... acho que na UFMG aprendi isso né? (risadas) Eu passo pra galera assim: “Oh véi cês são educadores!” “Oh galera...Gente cês tão fazendo política pública”...tipo assim... o rap...”o busão! O busão (cantando)”... tá...literalmente fazendo política pública, né. (Conversaão, Otávio, Coletiva Diversidade PL)

Vimos neste relato que experiências variadas compõem seus processos de organizaãõ e também induãõ para engajamento político e no âmbito das políticas públicas. Nessa direãõ, noutras conversaões, em relato de experiências de colaboradoras dos demais grupos acompanhados, essa motivaãõ para participaãõ também apareceu, apresentando uma atuaãõ

mobilizada por sentimentos pessoais e lacunas existenciais, como elucidado por uma das integrantes da Coletiva Manas. Vejamos:

... apoio do meu pai eu tinha! Apoio da minha família eu tinha. Cresci com ausência da minha mãe. Cresci..., mas, é isso! É isso sabe? Esse sentimento de vazio e ausência maternal é uma coisa que gera muito vazio na sua vida você só vai perceber depois. Você só vai perceber que você é reprimida e tão acuada por causa de uma certa rejeição de algo. Então, ou você é intocável. A rainha da cocada preta, pra esconder essa rejeição, ou você é miúda, miúda, que de tão humilde chega a ser humilhada. Que é o meu caso. Eu não sei se eu posso chamar de humildade, mas eu preferia ficar calada. Assim, sabe? Aí uma das virtudes da fraternidade [experiência vivenciada numa congregação religiosa], que eu tive, muito foi essa! Sabe? Da humildade, do silêncio. Do silêncio na hora certa. Da oração. Da reza. E aí você vai ver que não está só na fraternidade, tá na macumba. Tá nos meus ancestrais. Tá lá dentro da minha casa de Umbanda. Sabe? Da minha reza. Que é isso também...eu tô na umbanda, mas eu sou de lá? Sou. Me identifico. Mas, acho mesmo que sou de lá. Agora se vou ficar lá eu não sei. Porque eu tenho muita fé sabe? Então, eu tive esse pique...de espiritualidade...de Freira a macumbeira (risos). [Literalmente macumbeira né? Risos] passei de freira a macumbeira de fato, sim! (Conversação, Jazz, Coletiva Manas)

Pelo que percebemos, existe aqui uma consciência de participação muito atrelada com sentimentos e busca de felicidade para se viver em grupo. Neste relato o participante da Coletiva Manas, ao dizer de suas identificações, expressa uma múltipla conjugação entre seus espaços participativos, especialmente os desafios familiares, a negação da identidade, mas também de apoio e motivação para melhoria da qualidade de vida, entendendo a religião como uma busca de cura, além do apoio do seu pai, após a perda materna. A saída encontrada, neste caso, para lidar com as dores da vida, foi expressar seus pensamentos por meio da palavra. Com isso, o participante fala uma situação captada por nós durante um dos Slams, em que transportou essa experiência vivida para um poema: “Passei de freira a macumbeira”, um registro biográfico de sua relação com as religiões. Sobre isso, o participante comenta:

Eu fui vocacionada, religiosa. Freira Franciscana, dois anos de minha vida. **Sebastião:** É mesmo? Você sabe que sou de pastoral também? **Jazz:** Não! Você tem cara! Você tem cara! (..) Porque assim...se eu não tivesse fazendo isso da minha vida minha juventude tinha sido roubada pelo crime ou por qualquer outra coisa. Eu estaria dando problema pra sociedade agora. (Conversação, Jazz, Coletiva Manas)

Na conversação de jazz foi nítido perceber como neste relato existe certo sofrimento, enfatizado por um silenciamento social, uma consciência de violência que agora está mais elaborada, e é traduzida e ressignificada diante das humilhações vividas. Por mais que esse sentimento de tristeza se fizesse presente, Jazz conseguiu alterar os sentidos, ao ponto de promover momentos necessário de silêncio e reza, ou seja, aquilo que era negativo e que a violentou (o silêncio), passa a se tornar um valor positivo para seguir em frente. É nessa lacuna da vida e na busca de cura que vem procurando espaços para lidar com suas buscas, lacunas e encontrando sentidos para continuar vivendo.

Bruxa, também da coletiva Manas, partilha como começou sua participação, uma motivação, dita por ela, como resultado de sua passagem por outros espaços formativos. Neste caso, encontrou a arte como possibilidade de profissão e como meio de ampliação dos laços afetivos.

Eu tinha começado mais ou menos com a poesia. Na verdade, eu já fazia poesia há muito tempo, mas eu não tinha descoberto o movimento de poesia que existia na cidade, né? Que inclusive já é muito antigo. Eu conhecia muito pouco de saraus, mas eu não conhecia os Slams, por exemplo. Eu ouvia pela internet, mas os de outros estados. E eu não sabia que aqui existia esse mesmo movimento. Essa circulação dessa arte também em BH. Daí, quando eu entrei para os Valores de Minas, eu conheci o Rogério Coelho, que é o idealizador e organizador e criador do Slam Clube da Luta...E era diretor, vice-diretor do Valores de Minas, na época. Eu comecei a ter um pouco mais de contato, meu primeiro Slam foi, meu primeiro sarau que eu coleí com no Clube da Luta, com o Coletiva Mana, foi no dia da mulher, eu acho que foi 2017 ou 2018. E desde então, eu comecei a frequentar muito, mas eu não tinha muito as 'caras' pra poder falar, né? Tomar o espaço para poder falar ali...um...eu sou capaz de fazer isso também. (Conversação, Bruxa, Coletiva Manas)

Bruxa não conhecia a cena da poesia na cidade e, inicialmente, também não enxergava esse ofício poeta para além de uma paixão. O poder da fala pública, ou seja, “tomar o espaço para poder falar”, foi resultado de sua frequente participação nesses ambientes, majoritariamente masculinizados. Ter essa convivência, nas cenas poéticas da cidade, resultou numa maior segurança para conseguir se expressar e participar mais ativamente dessas produções. Pelo que comenta, esse processo criativo e artístico não apenas trouxe aperfeiçoamento na prática da poesia em si, mas também favoreceu momentos de socialização, novos desejos e também oportunidades, para inclusive, ampliar sua circulação pela cidade.

Eu acho que eu nunca olhei para poesia como um trampo, além de uma paixão. Até que eu comecei a conhecer as meninas da Coletiva, sem saber de todas... Como é que funcionava e tal assim, comecei a fazer amizade simplesmente por colar nos saraus mesmo. Simplesmente por apreciar o que elas escreviam. E aí depois de participar do primeiro Slam Manas, o primeiro que eu participei pelo menos, no Armazém do Campo, eu comecei a ir em todos que tinham, durante o mês e tal. E pouco a pouco, tendo esse contato mais físico com as meninas de sempre tá conversando na porta dos Slams, durante as rodas, bebendo uma junto. É...Eu entrei para um grupo da rede, porque o Coletiva Manas, foi a coletiva que trampa mais com a produção e os convites para trabalho, é mais voltado para eu, a Thais e a Giuliana, mas também tem uma rede que é mais aberta, que é mais de troca de ideias, de conhecimento e tal. E mais voltada para o Trampo. Eu entrei primeiramente nessa rede. Aí eu descobri também tipo, que havia propostas de trabalho com a poesia e tudo mais. E circular pela cidade. E aí depois de tocar umas duas vezes eu comecei a ir com mais afinco. E aí eu demonstrei a minha disposição tipo pra tramar mesmo. Claro! Ou tô na disposição! Ninguém se manifestava. Aí eu acabei criando um vínculo muito forte com Thais que era, até então, a única produtora do trabalho da Manas. E acabou que nós começamos tramar junto, por tudo que a Manas tava em volta. Tipo entrar nos editais, entrar nos projetos, e tramar junto! Pra não pegar a resposta sozinha e desde então eu tô em tudo que envolve a Coletiva. (Conversação, Bruxa, Coletiva Manas)

Através dessa conversação, vemos como a dimensão “sensível” está presente nas relações que são produzidas, reforçando o laço para continuidade de uma experiência coletiva. Elementos esses que parecem bem sutis. Essas sensibilidades, conforme o relato, estão no “encontro” - às vezes à porta dos eventos, às vezes bebendo juntas após a atividade, que acabam por marcar laços afetivos que culminam em continuidade. Neste sentido, esses campos de oportunidades, que surgem de demandas emergentes e de disposição para preencher essas demandas do grupo, colaboraram, como vimos acima, para a insurgência de novas referências ou até mesmo alteração dos papéis sociais construídos nessas coletivas, como aconteceu no fato de Bruxa passar de “mera expectadora” para uma liderança, ou, na concepção delas, como “produtora da coletiva”.

Essa motivação de estar junto, e ao mesmo tempo, tecer expectativas pessoais com o coletivo fica explicitado também nas conversações com Mabe, outra colaboradora da Coletiva Manas, que elucida suas conexões com essa iniciativa.

Eu tenho tido outros trabalhos... acho que faz uns dois anos já...que são projetos de ginecologia natural, dolagem, produção e venda de produtos naturais, porque eu trabalho sabe? eu trabalho com webdesigner pra poder gerar renda pra poder abrir o meu empório. O meu empório se trata de trazer acesso aos que precisam gratuitamente e de contemplar sabe as pessoas com a ideia de que mundo é nosso e ele precisa ser cuidado, sabe? E esse projeto que eu tô tentando... assim... fazer pegar com as manas, porque eu trabalho muito com mulheres, tem essa associação agora, tô fazendo essa ponte entre Venda Nova e Barreiro. [Helena Pocs] e a gente tá tentando elaborar um projeto voltado para mulheres ali no barreiro também e eu tô muito feliz (Conversação, Mabe, coletiva Manas)

Na vontade das coisas darem certo, trazendo outras experiências de participação, Mabe veio incidindo sobre o que acredita ser um caminho necessário, como discussões sobre autocuidado e gênero, para conjugar sua expectativa pessoal com essa atuação pensada coletivamente. Diante disso, veio ganhando adesão e também coletivizando desejos que se tornaram mais comuns. Pelo que observamos, todas coletivas investigadas, parecem ser bem abertas a essas proposições e inventividades como aqui identificada, com uma participação coexistente, entre pessoas mais ativas e que participam à sua maneira, e também propositiva da ação coletiva. Esta também tem sido uma característica dos novos movimentos sociais, que atuam de maneira menos arbitrária e para além de pautas fixas e fechadas.

Noutros relatos, percebemos que as motivações para essa participação estavam localizadas na criação de vínculos e necessidade de respostas mais imediatas frente à ameaça da vida, conforme experiência vivencial fortemente expressada pelas interlocutoras da coletiva das Pretas T.

Vamos atuando de acordo com a nuance da vida. E são questões que surgem noutra contexto, por exemplo, muitas estavam desempregadas. Hoje estão todas trabalhando. Júhlia na gabinetona, eu numa grande agência de comunicação, que é referência para América Latina⁶⁵. Rebeka como estagiária no CRJ, e isso também interferiu na nossa atuação, pois antes estávamos muito mais disponíveis para criar as ações e construir as intervenções artísticas. Hoje, continuamos como coletiva, mas buscando proteger a vida e subtrair as estatísticas. (Caderno de Campo, Giovanna – Coletiva Pretas T, 31.03.2020)

Apesar de também atuarem conforme os desafios que vão surgindo, um elemento comum dos novos movimentos sociais, observamos que o sentido da “reunião” trazido aqui é específico e se fundamenta em necessidades emergenciais comuns, pelo direito de viver e de se alterar uma realidade cruel e violenta, que mobiliza essas participantes para uma reversão das *estatísticas de mortandade de pessoas trans*⁶⁶. Isso aparece ao final da fala, mas passa por toda a luta desse grupo, especialmente quando Giovana comenta que estão “buscando proteger a vida e subtrair as estatísticas”. Conforme já analisamos em outras partes desta pesquisa, as pretas T têm como ação primária a proteção e construção de mecanismos para sobrevivência, uma insurgência destoante das demais aqui analisadas. Assim, na medida que se conquista espaços de cidadania e trabalho, essa inserção também interfere em suas disponibilidades e, logo, para uma atividade mais disponível e possível de ser ampliada pela coletiva.

Ainda no contexto das motivações para participação, Rebeka comenta que começou a participar da coletiva quando:

Ah, eu acho que foi por aproximação da Juhlia, por me conhecer, saber a pessoa que eu sou e também a partir do festival TransViva né? Logo depois disso a gente começou a dar início...Foi inovador! Foi o primeiro festival que teve. (Conversação, Rebeka, Coletiva Pretas t)

Neste caso, Rebeka lembra que a composição da coletiva acontece porque “uma trans preta aciona a outra”. Pelo que compreendemos essa é a principal forma de inserção nesta coletiva. Além disso, seu relato explicita que uma boa experiência de participação, traz valor positivo para continuidade e vontade de participar de outros momentos como vivenciado por ela no caso do *Festival TransViva*⁶⁷.

⁶⁵ Infelizmente Giovanna foi desligada deste trabalho durante o processo da pandemia. Uma realidade, já tratada nos impactos da pandemia na vida dessas jovens, trazendo imprecisões e improvisos no campo profissional.

⁶⁶ Segundo relatório anual da Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA), o Brasil lidera a posição do país que mais mata transexuais no mundo, com 175 assassinatos em 2020; uma média de morte a cada 2 dias, a maioria jovens entre 15 a 29 anos. Neste ranking, Minas Gerais é o quarto estado mais violento do país. **Fonte:** <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>

⁶⁷ Falamos sobre essa experiência na página 99.

Juhlia, que também faz parte desta coletiva, *comenta*⁶⁸ que seus estímulos para participar tiveram a ver com uma referência comunitária, que foi importante para se nomear, ou seja, definir seu nome social e também sua forma de agir no mundo. Vejamos:

Aí eu me lembro de uma referência minha da infância, da adolescência e até mesmo da juventude que era uma vizinha da minha tia que se chamava Júhlia e é uma mulher preta, maravilhosa, forte e que todos aqueles processos que a gente via num lugar muito distante eu comecei a analisar que eram muito próximos, mas que eu não dava muito conta. (...) Aí eu vejo uma mãe solo, muito foda. Que não tinha acesso à discurso racial, não tinha acesso a discurso feminista, mas foi uma das primeiras feministas que eu tive contato sem saber que era feminista. (Análise Documental, Júhlia Santos Série sofá azul, Coletiva Pretas T)

Juhlia vê em sua vizinha uma referência que se sente representada, especialmente por compreendê-la como uma experiência negra e feminista popular, de uma teoria – que às vezes pode estar distante, mas que é refletida e vivida no cotidiano. Assim, percebe que os discursos e a formulação dos pensamentos vão sendo possíveis (e associados), na medida que vão sendo acessados e assimilados. Pelo que enuncia, mesmo sem usar nomenclaturas, ou, certo pensamento organizado/sistematizado (como feminismo), sua vizinha trazia outras formas de consciências das desigualdades e das violações de direitos. Essa cultura da cotidianidade foi fundamental para sua formação e que hoje associa esses conhecimentos aos conhecimentos femininos e raciais.

Como nos lembra bell hooks (2019), muitas vezes o feminismo é culpado por toda insatisfação que a mulher moderna encara, mas nunca falam do patriarcado e a dominação masculinas. Mulheres individuais que lutam pela liberdade em todo o mundo já batalharam sozinhas contra essas estruturas. É vital que pais e mães aprendam a maternagem e a paternagem não violentas. Sendo assim, considera que o feminismo seja para todo mundo, uma vez que o movimento avança sempre que qualquer homem ou mulher, de qualquer idade, trabalha pelo fim do sexismo. Essa reflexão de bell hooks atenta-nos para a problematização realizada pela interlocutora nos trechos trazidos acima.

Além disso, Juhlia, que vinha contando de sua experiência, noutra momento, na procura de referências e grupos que fizessem mais sentido para sua participação, relata-nos que a “experiência vivida” no coletivo, é marcada por acolhimentos, mas também desamparos.

... uma das primeiras fugas talvez é a igreja! Né? Aí eu vou me valer também desse lugar! Mas, aí, mais uma vez eu tive uma sorte porque eu caí numa galera muito massa. Uma galera que não tinha esse discurso de ódio, que não tinha esse discurso

⁶⁸ Este depoimento completo de Juhlia pode ser visualizado nas páginas 226 e 227

violento que a gente vê nesses últimos tempos. E era uma galera muito massa, antenada e artista. Então, eu conheço e caio num grupo de teatro. Da igreja. É... ali eu pude experimentar, experienciar várias prosopopeias cristãs artísticas (risadas). (Análise Documental, Juhlia Santos Série sofá azul, Coletiva Pretas T)

Na procura por espaços e lugares positivos onde pudesse viver os dilemas no campo da sexualidade, a coelaboradora percebeu que esse era um desafio na sua trajetória de participação. Ainda que naquele momento essas demandas não estivessem bem elaboradas, existiam questões pessoais que passavam pelo coletivo, muitas vezes com repressões ou condicionamentos. Pelo que percebeu, existem grupos mais presentes e acolhedores, mas outros que acabam apresentando condições desiguais, sendo mais ou menos favoráveis a uma continuidade de participação.

Diante desses relatos, vimos que essas experimentações são sempre campos de oportunidades, mas também de conflitos. Isso, porque a experimentação nesses grupos, as entradas e saídas, os sentimentos e os fatos envolvidos, fazem com que sejam próximos ou distantes daquilo que o sujeito deseja pertencer, se identificar ou ser identificado, especialmente na expectativa do que seja um “nós”. Um jogo aberto de relações, onde as práticas vão fazendo e se sentido na exposição (colocar-se para fora), mas também tomada de consciência de si (quem se é, como é visto, e quem se deseja ser) nessa interação com os espaços sociais.

Pelo que observamos sobre os elementos que mobilizam a para participação, outro elemento que se repetiu muito nessas conversações estava relacionado às condições econômicas dos jovens, apresentando inclusive uma demanda recorrente de participação coletiva capaz de também gerar renda. Vejamos:

Sebastião: Na coletiva, a questão do trabalho tá pegando né? **Mabe:** Tá! E graças a Deus e venha a nós, porque não vai tirar a gente do jogo não. (risadas) Acredito que nós temos Deuses maravilhosos. (Risadas) **Sebastião:** com certeza (risadas). Agora, essa questão da dimensão financeira parece que é uma questão que marca também a participação de vocês né? **Mabe:** Marca muito. **Sebastião:** Neste momento a maioria de vocês está sem trabalho ou procurando trabalho? **Mabe:** A maioria está sem trabalho! ou fazendo bico de freelance. Mas, eu acho que o que mais nos deixa decepcionado é a falta de entendimento externo, sabe? por exemplo, Não há como você chamar uma coletiva, seja ela qual for, seja afrolíricas, seja a Manas, seja coletivoz, qualquer coletiva e falar assim oh, posso te oferecer sua passagem e alimentação porque fica puxado, sabe? É...eu faço poesia por amor. Eu cuido de pessoas por amor. Eu sou doula por amor. Mas, eu ainda preciso pagar minhas contas. Então, fica complicado isso. Com esse tanto de poetas e de pessoas sem trabalho e mesmo assim investe em arte, investe em seus sonhos e faz coisas maravilhosas. Inscritas por amor, mas se não consegue se manter... um Pouquinho complicado a gente precisa se manter, até pra manter a nossa arte também. **Sebastião:** E você acha que vocês têm investido um pouco neste caminho da arte, como profissão também? **Mabe:** Sim. Arte é profissão! mas, eu acho que a arte é uma das maiores profissões. Porque sem arte a agente não estaria aonde a gente tá no mundo. Nossa, tudo, chato, tudo igual. Sabe? então a arte ela é profissão. E o pintor vai precisar expor as suas

obras e ser pago por isso. Arte não é só amor. Também é amor, mas não é só amor.
(**Conversação, Mabe, Coletiva Manas**)

Para Mabe, existe uma necessidade de conjugar participação e trabalho. Isso, porque as participações das coletivas tendem a ser voluntárias e, mesmo que remuneradas existe uma cultura social que não valoriza a arte como profissão. Pelo enunciado, muitas vezes a coletiva é convidada a participar de espaços e eventos sem auxílio para que isso aconteça, sendo sempre “amor à causa”. Pela enunciação, essa consideração coloca em tensão a profissionalização e a geração de renda com a cidadania das mulheres, uma necessidade desejada no desenvolvimento da coletiva.

Ao mencionar essa questão econômica e de sustentabilidade da coletiva, Bruxa, outra participante das Manas, demanda um reconhecimento da atuação, que supere as ideias de que participam apenas por *hobby* ou *passatempo*.

Uma boa parte de nós, pelos menos as que vivem pela poesia e trampam com isso, então é um meio de renda e não de hobby, né. Não é um passatempo... É... nós que trabalhamos como autônomas e realmente tentamos chegar num ponto da vida de crescer como escritora e fazer uma carreira com isso, nós tipo, precisamos de grana, velho. Tipo...Tipo...O amor é lindo, mas amor não paga conta. Nós somos todas autônomas e escritoras independentes. Então a galera esquece de colocar isso na balança, porque não dá pra ser todas junto? porque somos muitas! Aí a gente bota como prioridade quem tem mais acesso àquilo e quem tá precisando mais, pra também não ser muito fechado. (...) Mas, quando a gente é convidado como entretenimento pra algum evento, a gente avalia de forma financeira sim, porque como algum vai convidar algum poeta, ou um MC; um poeta, como é o nosso caso; como quando alguém vai convidar um cantor, músico ou um MC, se essas pessoas tem direito a uma renda e na hora de fazer uma proposta o produtor de tal evento, pensa na renda dessa pessoa, faz uma proposta e oferece para pagamento, tem que ser o mesmo com a gente. A galera tem muito a mania de achar que a gente só precisa de... do cachê básico. Que no final das contas, a gente vai gastar com o deslocamento...Então a gente tenta fazer um preço mínimo de tipo, R\$ 50,00. Que tipo é uma mixaria. Mas dependendo muito do evento, tipo assim que parece muito absurda a proposta, a questão de dinheiro (...) gente avalia pela visibilidade. E isso na verdade não é, tipo assim... o trabalho que você pega pra fazer e o joga pela coletiva. É só trabalho, é só produz para você mesma e não produz pela coletiva, cê não tá lá pra todo mundo poder produzir, a gente pega e produz para a coletiva não morrer ou pra não perder alguma oportunidade e algumas pessoas ficam incomodadas por não ter a oportunidade de tá a frente. Mas não é sobre estar à frente! É sobre entregar um trabalho que as pessoas sempre utilizam de proveito (...?) Como ter um contato de uma produção, negociar, combinar, repassar, convidar para peças e tal... galera quer ser a poeta chamada como eu a oportunidade de trampo, mas a galera não quer fazer a produção que é a parte chata. Pelo menos o que fica claro. Até que a gente já teve atrito relacionada a esse tipo de coisa, do tipo alguém acha ruim de não ser chamada por causa do trampo e tudo mais. Mas é porque todas as propostas que a gente recebe, não vai ter algo de um evento que a gente vai ter como convidar quarenta poetas, que é o tamanho é a proporção das pessoas da rede, geralmente, é no máximo umas cinco poetas, seis poetas, e a gente divide como quem mais tá na disposição, quem tá mais precisando e a gente sabe quem mais tá precisando. (...) Só que aí tem aquela questão novamente! A maioria de nós, pelo menos, também trampa de forma individual. É chamada individualmente.
(**Conversação, Bruxa, Coletiva Manas**)

Assim, conforme trazido por Bruxa, existe uma desvalorização das poetas frente a outras categorias profissionais presentes no campo cultural. Desta forma, é importante tratar dessas questões, não apenas no dia a dia da coletiva, como também nas articulações de outras atividades e eventos. Neste último caso, além da avaliação financeira para decidir em quais atividades a coletiva vai participar ou não, elas também refletem sobre vantagens como relevância e a visibilidade que tal atividade pode trazer ao grupo.

Nas considerações da participante, existe um trabalho de mobilização e articulação que também muitas vezes não é levado em consideração, além de ser uma parte chata que ninguém deseja assumir. No entanto, são nesses espaços que surgem mais oportunidades de trabalho remunerado. Essa questão tenciona uma discussão na coletiva sobre o que seja uma atuação pessoal remunerada ou uma atuação remunerada pelo grupo. Para ela, as oportunidades de renda aparecem para as integrantes, mas nem sempre acontece uma devolutiva ou reciprocidade nessas remunerações. Sendo assim, percebem que a questão financeira também gera atritos entre as integrantes, pelos critérios de participação, ou ainda, convites recebidos individualmente.

Portanto, além dessas motivações para participação, identificamos que essa circulação gerada pelas coletivas, acaba colaborando para que os jovens participem, construam outros caminhos e referências sociais e de lugares. Por isso, pelo que percebemos na pesquisa, muito do que os jovens têm acessado ou conhecido está relacionado com espaços coletivos que vieram participando, conforme afirma Juhlia no trecho abaixo.

Eu começo a acessar outros espaços artísticos, principalmente quando eu conheço o Quilombo Manzo, né? chego lá com 14, 15 anos, é...e aí eu sou adotada, literalmente, né? (...) e nessas experimentações o reconhecimento parece ser importante para o sentimento de que se "é", eu fiz alguns trabalhos pela cidade, mas que ainda assim não eram legitimados enquanto artísticos. (Análise Documental, Juhlia Santos Série sofá azul, Coletiva Pretas T)

Além disso, conforme problematizado por Juhlia, o trabalho que é feito passa por "reconhecimento desse fazer" por um outro que certifica, valida ou também pode apagar e silenciar essa atuação. Então, neste caso, parece que o fazer artístico só é reconhecido se estiver em padrões aceitáveis ou em condições próprias de produção e, diante disso, tudo aquilo que não cabe na hegemonia, não seria um fazer artístico. Então, assim como Bruxa trouxe anteriormente, Juhlia reforça a não legitimação dos trabalhos artísticos.

Com isso, nesse encontro com o outro, na interação com a diferença e busca de reconhecimento, essas experiências também resultam em não participar somente daquilo que

se gostaria. Algumas participações, mesmo que indesejadas, diante da necessidade pautada pelos grupos, acabam precisando ser negociadas. Essa renúncia de estar em espaço similar e seguro, ou seja, esse contato com a adversidade, parece expressar algo que está para além dos limites do grupo e das próprias relações dos participantes entre si, mas que indicam uma mobilização em outras vias, por valores que se fazem na conexão com outras realidades, conforme mencionado por Bruxa:

Thaís era a que mais tava tendo que lidar com essa resposta, né? tava pensando essas respostas de Comitê Gestor e uma pessoa da cidade que a gente não gostaria de ter nenhum contato, gostaria de não ter nenhuma ligação, mas que infelizmente em alguns rolês, às vezes a gente se depara em alguns momentos e não dá pra correr. A não ser que a gente escolha perder algo que a gente precisa, pra não trabalhar com a pessoa [neste caso, pessoa se refere a alguém que não se tinha boa relação]. (Conversação Bruxa, Coletiva Manas)

Além dessas motivações para a participação, analisamos um pouco sobre as formas de atuação desses grupos. Com isso sistematizamos essas informações abaixo, para nos ajudar a compreender os principais campos mobilizados em cada uma dessas experiências acompanhadas.

Quadro-síntese sobre os campos de atuação observados	
MANAS	Atuam em cenas de Sarau e Slam na luta por igualdade de gênero
	Participam do Fórum das juventudes da RMBH (Direitos das juventudes)
	Fazem parte do Grupo Gestor do CRJ – Centro de Referência da Juventude BH
PRETAS T	Atuam com respostas imediatas e com centralidade nas vulnerabilidades de suas participantes
	Produzem conteúdo formativo-interativo e colaboram para a formação da opinião pública em espaços de direitos humanos, movimentos sociais, na universidade e na mídia (redes sociais e espaços de comunicação de massa).
	Realizam Interlocação com a universidade problematizando os saberes dos movimentos sociais e de suas experiências vividas

	Atuam para ampliação de representatividade e reconhecimento de suas identidades e demandas pelos movimentos de esquerda, movimentos negro, LGBT e Mulheres
DIVERCIDADE PL	Mobilizam moradores, comerciantes e a mídia local para manifestações públicas e criação de oposição na política institucional da cidade.
	Acompanham e se posicionam a favor da população diante de contradições políticas, especialmente no controle social de atores políticos municipais (vereadores e prefeito)
	Ofertam minicursos; Cine papo; Rodas de conversa no projeto política na praça; promovem eventos temáticos e inéditos na cidade, como na realização da primeira parada gay de PL; realizam Campanhas para qualidade de serviços públicos, por exemplo, “fora UNIR” e “SOS biblioteca”; realizam diagnósticos locais como no caso de violência contra a mulher; além de seminários sobre a situação política local, dentre outros.

Para qualificar aspectos sobre essas interações, examinamos as experiências para perceber como vinham acontecendo as inserções e também como estavam estruturando as suas atuações no campo da participação política. Sobre isso, ao observar a Coletiva Divercidade PL, as evidências demonstraram que essa mobilização para participação tem passado primordialmente por interação nas redes sociais, sobretudo, quando as pessoas da cidade participam de alguma ação da coletiva e se interessam em entrar para o grupo. Em virtude disso, um dos interlocutores comenta:

(...) a pessoa que quer entrar no grupo da Divercidade, ou, então participar de alguma comissão – tipo, é livre! – faz como...por exemplo, a gente tava lá no rolê do transporte, que rolou na segunda-feira na câmara...aí uma pessoa falou assim: “nó cês tem grupo? me bota aí? ...e aí a gente coloca na comissão e a comissão é meio que livre, assim. (...) os grupos das comissões são meio que mais livres...aí a gente vai botando. (...) Mas normalmente bota no grupo e na medida que a pessoa vai participando a gente chama pro “laje” também, chama pras comissões e tal...(...) Acho que nunca chegou no meu ouvido [outras pessoas de fora da rede social que se identifica]. Alguém fora de rede social, não conversei com ninguém específico. Também não tenha ninguém da DiverCidade que não tenha pelo menos *WhatsApp* né? (...) o grupo laje é esse grupo das reuniões gerais. É o grupo que teoricamente...assim, como no grupão, que é o que você está, por exemplo, é muita gente... a galera manda muita corrente e tal e pra não pesar a gente fez um grupão, mas com uma galera mais fechada, que vai ali na reunião e tal, que vai nas reuniões gerais e tal. (...) No *WhatsApp* tem tipo 20 pessoas no grupo, mas na reunião vai 10,

assim. Às vezes vai quatro (risadas). Mas, no geral, geralmente vai 10 ou 8. (Conversação, Otávio, Coletiva DiverCidade PL)

Conforme vimos neste relato, nesta experiência, há uma entrada gradativa das pessoas, que passam por uma aproximação às informações e atividades, até adentrar às comissões e espaços mais estratégicos de participação. Mas existe também um desafio posto por esse interlocutor: muitas vezes as pessoas querem participar, mas não desejam construir ou se responsabilizar por aquela atividade. Vejamos

... a galera tá colando no rolê, mas no rolê que é pra organizar... depende deste rolê pra organizar, fraga?... pra acontecer a batalha, pra acontecer a... Nem todo mundo vai. Só decepção mesmo. Mas é entendido, assim, tem vários motivos assim (...) “política na praça” também eu acho que ele é muito interessante também, sabe? Porque as comissões vão entrar um pouco em algumas identidades e algumas questões que nas outras comissões a gente acaba discutindo um pouco. É claro que são transversais né? Isso não se separa. (Conversação, Otávio, Coletiva DiverCidade PL)

Diante disso, e dos desafios da participação direta na produção das atividades da Coletiva, conforme apontado por Otávio, essa coletiva vem se organizando de maneira a pluralizar as pautas, descentralizar as lideranças e fazer registros e repasses para coletivizar o que cada comissão vem discutindo. Contudo, buscam também construir suas prioridades a partir desses espaços de construção grupal, levando em consideração o interesse de cada participante.

Semanalmente as comissões discutem temas e pensam as suas demandas e também essas prioridades surgem naturalmente no contexto da cidade. Um exemplo disso foi o caso da biblioteca pública, que passou a ser uma prioridade porque estava pra ser fechada. Além de ter essa pauta como prioridade conseguimos ainda um melhor lugar para que ela continuasse. Temos as comissões e elas são criadas de acordo com a afinidade de cada um. Essa é a forma que a gente se organiza, a partir do interesse inicial de cada participante. Em cada comunidade surgiram porta-vozes. Quando falo que essas pessoas surgiram é porque foram percebidas como representantes dessas comunidades. Assim, essas pessoas são convidadas para participar de alguma das comissões e depois do grupo da “Laje”, que é um grupo mais ativo e que não se dispersou. A reunião geral com o representante de cada comissão é uma vez ao mês. Eles trazem seus relatos do que discutiram e diante dessas reuniões no grupo de *WhatsApp* da laje é que são tiradas as prioridades. Essa relatoria traz elementos que indicam ações para curto, médio e longo prazo. Daí são traçadas as ações. (...) a gente discute mais em reuniões e faz um relatório, pra... sobre a reunião e posta no *WhatsApp* do grupo. (Conversação, Otávio, Coletiva DiverCidade PL)

Pelo compreendido, o esforço da coletiva tem sido em aperfeiçoar suas formas de comunicação e seus espaços de participação, demarcados de maneira significativa pela formação do grupo em *WhatsApp*. Desse aperfeiçoamento, os participantes também levantam questões que poderiam ser mais bem trabalhadas.

No dia o pessoal até me perguntou “como você ficou sabendo desta reunião?” falei com eles isso. E falta muita divulgação também. Isso pra mim também é uma falha. Acho que falta mais divulgação da coletiva, sabe? (...) Essa coisa comunicação é um desafio, né? Por exemplo, você tá no grupo de *WhatsApp* então, né? [Oi?] você também tá no grupo de *WhatsApp*? [tô, tô...] O *WhatsApp* tem sido uma das principais

formas de comunicação entre vocês não têm? é o principal meio. [os encontros das comissões] fica restrito no mesmo dia... o grupo é enorme! tem gente demais na DiverCidade e acaba sendo a comissão. No grupo que eu tô tem 17 mulheres. E são 4 mulheres que tomam a frente disso tudo...correm atrás...ontem mesmo era pra ter tido reunião, eu parei tudo pra ir e aí eu recebi a notícia que não ia ter porque não tinha córo [quórum]. Em decisões que são tomadas... o grupo é 17 pessoas...e são 4 pra tomar decisão? (Conversação, colaboradora, Coletiva DiverCidade PL)

Conforme enunciado, existe aqui uma questão importante para a coletiva que é pensar sobre a participação e a deliberação. Diante disso, a representação numérica parece sugerir as interpretações de uma representação pela maioria, ao mesmo tempo, que na experiência concreta parece apontar para o fato de que quem participa mais ativamente deve ter soberania ou poder de deliberação sobre as decisões do coletivo.

Ainda sobre as formas de comunicação, no caso da DiverCidade PL, a maneira que encontraram de melhorar a qualidade dessas participações foi organizar grupos de comunicação mais reduzidos, para as tarefas mais operacionais. Pelo visto, parece que o grupo mais amplo do whatsapp, que conta com muitas pessoas, apesar de uma identificação pela coletiva, traz uma problemática que é a não estarem no cotidiano das ações. Nesta experiência, além dessa estratégia de comunicação, cada comissão também pensa num nome para significar o grupo como enfatiza um dos colaboradores, dizendo: “tem a comissão de mulheres também! e de homens! Tem as duas comissões agora. A das mulheres chama Diversas, inclusive, foram elas que escolheram esse nome... (Conversação Otávio, Coletiva DiverCidade PL 2020)”.

Conforme trabalhamos na página 147, sobre os lugares que as coletivas atuam, o grupo também tem pensado sobre a abrangência das ações e necessidade de descentralização dos processos, mas também vêm percebendo que essa seja uma demanda difícil no qual caberá as pessoas a induzir e também puxar sobre esses desejos. Em sua concepção,

também é importante valorizar os rodízios né? Porque tem os outros bairros que também pertencem a nós. **Sebastião:** E eu lembro que tinha aquela discussão do centro né? De descentralizar as ações na cidade. Enfim, isso tem sido uma pauta de vocês? **Otávio:** É pauta, mas eu acho que...é um trem que na maioria das vezes...fica difícil de ser praticado, assim... tem rolês que a gente tem ido... tipo... com o CRAS rolou um recentemente. O CRAS norte, na região norte. Acho que...é...(pausa) recentemente está bem pouco. Tem ficado bem central porque acaba que assim... por exemplo, se organizar uma reunião, igual a gente já fez reunião que tinha umas 30 pessoas, se falar que é lá na praça CEU, que é lá na regional norte, uma praça muito bonita, inclusive. É foda porque se for lá, a galera de lá vai participar, mas às vezes a galera de lá não tá podendo participar. Aí, pra galera que... pra sair eu do meu bairro, pegar outro busão no centro... e um busão pra lá é tipo 8 conto [oito reais]. Eu iria de mais, porque eu tenho o privilégio da bike. Não pago passagem nem nada né? Igual...por exemplo, nossa última decisão sobre a reunião geral era que seria todo segundo sábado, 6 horas, aí assim... poderia mobilizar sem definir um local, data e horário. Quer dizer...o local não, o local ficaria...a gente poderia meio que ir lá...a vamos fazer a reunião hoje lá na praça CEU, aí a reunião, seria lá na praça CEU e se

ninguém discutir nada com uma semana aí a gente fechava na praça Tancredo Neves, que é aquela praça que... aquela praça tem mesa assim, é uma praça curinga. Aí normalmente, tipo assim... as pessoas que são da coletiva que são da regional aqui, por exemplo, elas não pautam o rolê das coisas aparecerem lá e acho que não tem que ser meu papel pautar isso porquê, acho que se vocês são de lá e quiserem pautar que a reunião tem que ser lá, vocês podem pautar. Então, acaba que assim... meio que ninguém pauta e então fica meio que acontecendo nesta praça mesmo. (Conversação, Otávio, Coletiva DiverCidade PL)

Figura 25 – Trabalho de campo: Encontro no CEPPEL – Coletiva DiverCidade PL



Fonte: O autor

Conforme vimos, o grupo já tem praticado essas estratégias de alternar os locais de promoção das atividades, porém também parecem ter adquirido maturidade para perceber que essa ideia de descentralização precisa ser melhor avaliada para que a proposta tenha efetividade. Neste sentido, há também uma ciência da necessidade de se aprimorar as atividades, com dias e horários flexíveis, além de pensar desdobramentos das ações que são fomentadas, já que de uma atividade o processo acaba puxando outros.

Na última reunião, isso também foi pauta né? Essa coisa da participação. Aí na ideia da Michele e da questão de o Política na Praça virar minicurso, em escola e tal... ela também teve ideia de fazer um encontro sábado de manhã, já definido com as escolas e tal...e tentar fazer essa descentralização e tal. Tentar nas escolas públicas aí... Aí é doido fazer em escolas porque... você troca uma ideia ali com o diretor, qualquer estudante que você trata aí você mobiliza uma comunidade inteira. E... (pausa) aproveitar que seria um rolê que chamaria mais atenção, que teria inscrição, é um rolê de formação, fazer o quê e a gente vai dar um papo internamente também. (pausa). Ai a Michele teve a ideia e todo mundo que era porque ali na reunião geral apareceu que ... depois deste evento assim... fazer um evento... com uma almoço... desembolar um almoço lá na escola e... fazer almoço na escola e aproveitar e fazer a reunião. Tendo

um evento para participar. Assim.... tem muito o lance das ideias incríveis, mas pra praticar é muito difícil né? (Conversação, Otávio, DiverCidade PL)

Ademais, ao pensar sobre como estão organizados na Coletiva DiverCidade PL, Ingrid enfatiza a liberdade das pessoas para entrarem nas comissões que elas mais se identificam, mas também das habilidades que vão sendo descobertas, investidas e que podem ser melhor representadas em determinadas participações.

Na verdade, as tarefas acabam sendo tentativas a partir de que as pessoas entrem por afinidade. Vamos descobrindo habilidades e investimos nisso. Eu mesma gosto de ser mediadora de debates. Teve um evento que eu nem tinha pensado em nada e de repente estava lá mediando. As pessoas esperam e gostam e eu também. Então, vai acontecendo naturalmente no processo. (...) Já teve planejamento com mais participantes (pensar um mês de atividades), mas foram ficando menos engajados e aí acabamos tendo encontros mais pontuais. Hoje isso depende do que é que é discutido nas comissões e também do que cada um traz para as reuniões. Geralmente temos aquelas demandas que estão dentro da pauta e também têm aquelas que as pessoas que participam apresentam, porque é importante para determinada representatividade (Conversação, Ingrid, Coletiva DiverCidade PL)

Pelo que vimos aqui, nessas experiências também aparecem características dos novos movimentos sociais, numa relação muito mais presentificada no campo de atuação, do que numa estratégia fixa e contínua de participação a longo prazo, que correspondem a identidades grupais mais tradicionais. Além disso, o prazer no que se faz e a reciprocidade das pessoas em se perceberem nos lugares mais aceitáveis de participação também sugerem uma dimensão para o reconhecimento e essa disposição para militância.

Sobre o planejamento e as prioridades de atuação da Coletiva DiverCidade PL, Gael comenta que o grupo de *WhatsApp* e as muitas comissões acabam trazendo também dificuldades para o fazer coletivo, além disso, também para a ideia de horizontalidade que vêm construindo. Ao mesmo tempo, apresenta que existe uma liberdade para cada pessoa puxar os processos e que a disponibilidade é o que conta mais para qualidade dessa participação.

Sebastião: como vocês elege as prioridades? **Gael:** a tá, depende...é tipo a pauta no momento sabe? sei lá...tipo...antes a gente até discutia um calendáriozinho né? que...quando as coisas estavam bem definidas cada comissão definia as suas prioridades e repassava para os outros geral. Agora, como a gente tá com essa defasagem de militantes orgânicos, assim, a gente até fez uma comissão de coordenação da DiverCidade e, de acordo com cada necessidade, assim, a gente vai jogando as pautas e vai... acho que você até está no grupo né? coordenação da diversidade. [tô! aham... tô sim], aí a gente vai tentando elege as prioridades conforme o dia a dia mesmo, sabe? sei lá... pela importância, então... tipo... a gente consegue fazer alguma coisa sobre... entendeu? boto fé. Ou, então, eu acho que mais a questão do, como que eu falo, da intimidade que o militante tem no grupo, sabe? porque como... eu e o Otávio, a Silvia, a gente tem mais oportunidade de participar mais das ações e a gente é meio que...acaba que puxando as coisas, assim. Por um lado eu acho bom porque pelo menos tem algum grupo mais concreto que tá puxando o rolê da diversidade. Por outro eu acho ruim porque às vezes eu acho que perder aquele quê de horizontalidade sabe? [aham] e aí a gente fica meio que num dilema,

tipo... a pessoa foi numa reunião uma vez e... já tá querendo , sei lá, decidir sobre as coisas.... sabe? sei lá... isso é um pensamento meio que meu. Eu tenho meio que essa impressão. Pois é... esse é um dilema nosso que a gente tá tentando lidar com ele ainda né? A gente tá tentando buscar respostas. Até que tipo uma das alternativas, que a gente teve nas últimas ações, seria tentar enxugar as comissões, né? porque algumas continuam ativa e tudo mais, mas a gente tentou priorizar a coordenação. É... um sentido maior e ser mais articulado né? Então, meio que é o cérebro da DiverCidade, que acaba sendo a coordenação e o grupão que era pra ser da DiverCidade, hoje meio que está um grupo de repasse, assim, sabe? mas, tipo...por um lado é bom porque tem gente que se identifica pela diversidade, porque ...né? é um vetor norte e tal. Mas o ruim é que realmente tem muita gente que não participa. Então, mas só de já tá levando a palavra da DiverCidade já é bom né? O critério maior e fundamental acho que é a disponibilidade mesmo, fraga? tipo é quem está disponível. E a gente tenta o máximo de diversidade possível. Quanto mais pessoas melhor, sabe? Tanto é que ontem a gente teve reunião da DiverCidade com a Nossa BH, que é uma coletivo de BH né? que tem um material bem bacana, com projetos sociais da região metropolitana e tudo mais. E aí a gente falou no grupo que teria essa reunião, e a gente perguntou quem gostaria de participar, e aí acabou que eu tava e decidi participar. Mas, a gente tenta dar prioridade, o máximo de mulher, sabe? tentar dar o máximo de diversidade possível... porque... entendeu? (Conversação, Gael, Coletiva DiverCidade PL)

Além de garantir diversidade e representatividade de mulheres nas atividades, Gael compreende que quanto mais pessoas estiverem participando melhor. Além disso, para fluidez dos trabalhos o grupo entendeu como necessário criar uma equipe de coordenação. Em virtude disso, muitas reflexões que apareceram nas conversações passaram por essa demanda dos valores da horizontalidade. Numa dessas enunciações, Otávio comenta:

A coletiva foi criada como horizontal. Mas, sempre precisa de pessoas para puxar e ter iniciativa. Acaba que a coletiva precisa de lideranças e elas surgem, como falei antes, a partir do seu reconhecimento, na importância por seu engajamento, e, querendo ou não dependendo da pauta a pessoa se sobressai. Acaba que a coletiva é co-organizada através de cada comissão. Então, em 2020 a coletiva deu uma enfraquecida, porque estamos muito focados nas eleições. Mas, temos colhido muita coisa boa como neste caso que comentei da biblioteca que impedimos o fechamento e ainda conseguimos um lugar muito melhor, além disso, as discussões sobre transporte público, etc. (Conversação, Otávio, Coletiva DiverCidade PL)

Nesta enunciação, percebe-se que diferente de outros grupos tradicionais no qual a liderança já orienta o trabalho grupal, neste caso existe uma descoberta dessas vocações, que quando reconhecidas acabam sendo convidados a assumir outros trabalhos. Além disso, há um imperativo criado pela própria noção de horizontalidade que muitas vezes desfigura a legitimidade da existência de lideranças, como se elas não pudessem existir. Sobre essas iniciativas que têm dado certo, Gael lembra como que a incidência da coletiva tem sido possível em processos concretos na Cidade de Pedro Leopoldo.

teve um momento tipo, que eu tô lembrando agora que foi um momento bem específico que foi quando a prefeitura tirou a biblioteca do centro da cidade e passou pra um bairro mais afastado aqui. Que não tinha tanto acesso. Eu lembro que a gente apoiou um projeto que era SOS biblioteca, que ele era basicamente puxado por uma galera conservadora, daqui de Pedro Leopoldo, sabe? Então, a gente meio que deu um apoio, assim, sabe? porque a gente entendia que o que a prefeitura tava fazendo

era...a questão não era o ato de mudar a biblioteca do centro, pro bairro. A questão não é essa. A questão era que foi de uma forma bem autoritária, não teve uma consulta popular, sobre o que a população queria fazer com a biblioteca, entendeu? E aí a gente chegou a apoiar o momento mais conservador e também o no movimento Fora Unir, foi um momento que une as tribos aqui em Pedro Leopoldo. Porque todo mundo é descontente com a empresa de ônibus. Então, a gente tá sempre puxando esse movimento fora UNIR, né? pela diversidade, e tipo, muita gente que tipo discorda da gente ideologicamente apoia, porque tipo, acho que...todo mundo pega ônibus. Pelo menos a classe trabalhadora né? (Conversação, Gael, Coletiva DiverCidade PL)

Dessa conversação, identificamos um esforço para construção de alianças que se apresentam num contexto de divergência de ideias e também de pautas que estão para além dos interesses grupais. Sabemos que existe um risco de as alianças significarem a entrada em relações de domínio que podem presumir essa busca por governo de coalização ou construção de alianças, num jogo que pode presumir e o domínio do *status quo*. No entanto, no caso apresentado acima, interessa-nos perceber o fato de a Coletiva ter conseguido unir forças com grupos conservadores, ou, até mesmo adesão de pessoas menos politizadas para defesa do bem comum, como acontecido na campanha para redução das passagens.

Nessa tratativa, de lidar com a diferença para uma atuação que esteja para além dos interesses do grupo, os integrantes descrevem melhor essa proposta da construção de uma aliança da esquerda para disputa ao processo eleitoral. Vejamos:

a gente tá no corre de pensar a diversidade nas eleições também né? Que é um espaço institucional que seria interessante da gente participar. A gente tá até discutindo como que vai ser, se a diversidade vai apoiar alguns pré-candidatos a vereador a prefeito. E aí a gente tá nessa conversa ainda. (...) a gente tá maio que tentando fazer paralelo conversando e tentando definir mesmo. Não, agora eu tô falando pela diversidade, agora eu tô falando Gael como pessoa. Então, eu basicamente eu tenho dificuldade porque não tem como separar o Gael da diversidade, e do PT, porque tipo é o mesmo militante, é a mesma pessoa. E... o bom em certo sentido é que ...porque como é...as eleições agora é municipal, então, paralelo a ambos os partidos, eles já lutam juntos pela diversidade, então, a questão fica mais burocrática, mesmo. Sabe?... qual que vai ser a legenda? como que vai ser? quantos candidatos? saca? Essa coisa mais burocrática, porque na coisa da militância o que eu acredito que está aí caminhando é que a gente vai fazer tipo uma frente de esquerda aqui no município mesmo. Uma frente mais progressista que tenha os ideais da DiverCidade, entendeu? [entendi] Tanto é que sei lá...quando você fala...a gente tem mais em comum neste momento que diferença, netão a gente tá meio que nessa também. (...) ultimamente a gente tá até tendo um problema por...bom...o ano vai passando e a galera não tem só a diversidade tem outras coisas, tem faculdade e tal, e aí meio que tem um rodízio, assim, de militantes mais orgânico sabe? Então, tipo, acaba que tem momento que só ficam os mesmos de sempre. Eu, Otávio, a Sílvia, a gente tenta ficar puxando as coisas em nome da diversidade, e aí tem uma hora que tipo assim, um momento xis, outros integrantes vêm e participam do momento. E aí outro momento, tipo, já são outras integrantes, sabe? mas, meio que...os mais orgânicos assim, que eu diria, são eu, o Otávio, a Sílvia, a própria Di, Então a gente, meio que, na época que a gente era mais, como que eu falo, mais orgânico assim, de uma forma mais orgânica, a gente conseguia separar as comissões, a gente deixava algumas pessoas mais responsáveis pra puxar o rolê e tal e com o passar do tempo a gente meio que vai se desgastando, também sabe? a militância ela cansa um pouco. Então, a galera elege outras

prioridades, que é super justo, entendeu? E aí a gente vai levando meio que do jeito que dá mesmo. (Conversação, Gael, Coletiva DiverCidade PL)

Ainda sobre esse processo da aliança, Ingrid considera que essa proposta de apoiar os candidatos para as eleições municipais, pelo que vieram construindo, passa muito mais por uma dimensão coletiva do que pessoal.

Somos filiados a partidos diferentes, então estamos pensando muito menos em apoio pessoal, mas num mandato coletivo, com um conselho político. Estamos tentando construir isso, mas ainda não deu muito certo. Nosso apoio será a pessoas com nossas bandeiras ideológicas. Construindo uma plataforma democrática em Pedro Leopoldo. Mas, o processo está bem devagar, pois as pessoas ainda são muito apegadas a partidos. (Conversação, Ingrid, Coletiva DiveCidade PL)

Para consolidar essa aliança, além da concepção que enfatiza os valores políticos e democráticos da coletiva, vemos também a explicitação da orientação ideológica que culmina na incidência sobre a política institucional na cidade, conforme mais bem desenvolvido na página 192.

Consonantes com essa construção, quando perguntados se usavam alguma estratégia ou pessoas específicas para essas interações mais sensíveis e com tendência de mais conflitos, Otávio comenta:

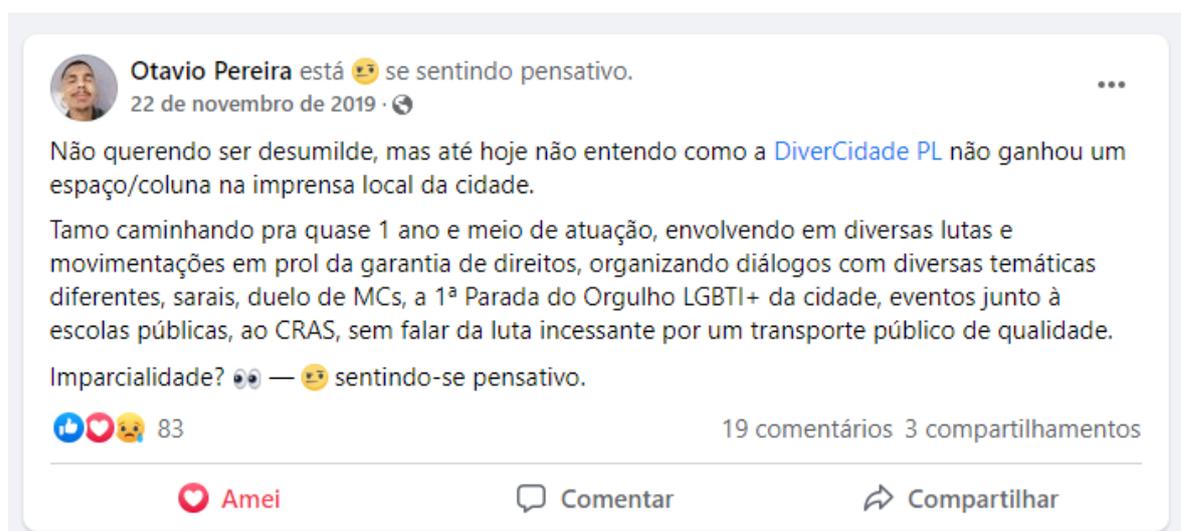
Nunca foi um rolê meio que raivosos. pra essas alianças, assim... (...) Todo mundo faz tudo. Todo mundo negocia. Todo mundo...Acho que cada um do seu jeito... tem aquelas pessoas que são mais: peraí!..."sai daqui!" (risadas). E... tem gente que já consegue trocar ideia, assim. Tem gente que também já mexe com isso a mais tempo e em mais chance de trocar mais ideia. Mas, eu acho até que...por exemplo, a Silvia que é uma pessoa que ela vem de ocupação, né? Vem do MLB, então, meio que assim... ela é muito que stalinista (risadas). Mas, até nesse... no início desse rolê ela... na aliança entre PSOL e PT ela era mais encucada... "Não! Peraí. Tem que ver esse trem..." como assim, hoje não... ela tá assim, "não gente vamos fazer essa aliança que vai rolar", não sei o quê... tá tipo trocando ideia, chamando a rede também. Acho que tem esses papéis. Tem as pessoas que dialogam mais, assim, que tão, mas que... acaba que, por exemplo, como eu tenho mais tempo na militância e sou conhecido por mais gente, acaba que as pessoas ficam vindo muito em mim, assim. E eu ficando tentando... não vê... pára! (Conversação, Otávio, Coletiva DiverCidade PL)

Como se pode ver, mais uma vez a pluralidade de perfis que compõe o grupo, é tida como um valor positivo para lidar com as diferentes situações na qual a Coletiva é desafiada. Seguindo nesse caminho, sobre a operacionalização das ações no espaço público, as conversações também expressaram elementos que elucidam algumas questões para complementar nossas reflexões. Nessa situação que apresentaremos abaixo, por exemplo, vemos como que o diálogo com atores do campo da comunicação na cidade, ainda que pelas redes sociais, fomentaram outras possibilidades de incidência política nesses espaços de

formação da opinião pública, além de apresentar um reconhecimento que a coletiva já vem colhendo na cidade, como fruto de seu trabalho. Vejamos:

Sebastião: vi a sua provocação lá dos jornais da cidade [pedindo mais espaço para se comunicar nos meios de comunicação local]. E aí o que cada um foi colocando. Aí eu fui vendo ali o que foi aparecendo. E, dá pra ver que vocês fazem uma incidência política na cidade né? **Otávio:** O povo fica ali mexido: “como assim?” Não... vocês já têm espaço né? E é isso que você tá dizendo: “não é este espaço!... não é esse espaço como se diz, de beirada né? Eu quero é o centro! Eu quero é que a gente precisa é de uma pauta mais...né? (Conversação, Otávio, Coletiva DiverCidade PL)

Essa situação interrogada anteriormente, pode ser visualizada nos trechos abaixo, capturados nas redes sociais de uma das lideranças da coletiva, lembrando que o acompanhamento às redes sociais foi concedido para divulgação pelo participante.



Facebook – perfil pessoal Otávio - 22 novembro 2019

Interagindo com suas publicações, um dos interlocutores da Cidade, vinculado ao jornalismo local comenta que sempre abre esses espaços de comunicação, que foram problematizados por Otávio, para a coletiva. No entanto, conforme elucidado em sua postagem, o mesmo comenta que não estava se referindo à abertura dos meios de comunicação, mas a um trabalho contínuo no campo da formação política e produção de notícias na cidade. Vejamos:

Não sei de qual espaço está falando amigão. Você mesmo já teve no Cidade Urgente da Rádio PLFM várias vezes para falar comigo. No Portal Mix Notícias já foram várias reportagens sobre temas diversos. Hoje mesmo, 22/11, falei da pauta sobre o "Busão" e ainda te enviei o áudio. Seja honesto com você mesmo, está querendo qual espaço?

1 h Curtir Responder



Otavio Pereira

Oi [redacted] falo de espaço de coluna nos jornais da cidade, ainda botei "coluna" na postagem 🙌 por favor, não compreenda mal! ❤️

1 h Curtir Responder



Otavio Pereira

entendido! De minha parte tudo que vocês escreverem, em sendo assunto de interesse público ou coletivo, entrará na minha pauta. 🙌❤️ 2

1 h Curtir Responder



Otavio Pereira

Agradecemos pela atenção de sempre! 😊

Vocês podem me mandar uma coluna toda semana. 📄

3 h Curtir Responder

Otavio Pereira

Agradecemos, vou encaminhar pra galera! ✨🙌

Vou te chamar inbox também, só pra fechar direitinho.

Noutra interação, a interlocutora comenta que vem abrindo espaços para a Coletiva, e diante de sua enunciação, Otávio problematiza novamente sobre o que acabamos de dizer



Não é verdade. Já ofereci trocentas vezes. O Kelsen já fez artigo e você só não faz porque não quer. Continua de pé, agora no site.

3 h Curtir Responder



Otavio Pereira

Espaço assim nós tivemos [redacted] 😊 mas digo sobre uma coluna mesmo, da Coletiva, isso nunca nos ofereceram.

Mas se puder dialogar sobre isso temos muito interesse! ❤️

3 h Curtir Responder

Conforme mencionado por Otávio, o espaço reivindicado, neste caso num veículo de jornal local, não deve ser marginal ou de cunho apenas informativo, mas um espaço de direito à fala e de construção constante de consciência crítica. Portanto, apesar de terem entrada nos meios de comunicação do município, compreendem que a formação de opinião está para além da divulgação de eventos, ou, de participação pontual em entrevistas quando são convidados para opinar sobre determinado assunto.

Como resultados destas iniciativas, também apareceu nas conversações certo reconhecimento do trabalho da coletiva pelo poder público local, quando falam que:

(...) até a própria prefeitura, vereadores assim, eles **não** tratam a gente tipo assim... “ah! esses bagunceiros!” Eles trocam ideia, eles fazem piadinha. Eles falam: “você estão de parabéns. Pra esse projeto aí que vocês estão apresentando” ... tem tipo... uma galera lá que tem uns doze anos e nunca fez nada pra essa coisa do busão. “Não, nós tamo aqui com vocês, não sei o quê... tamo com vocês!” (Conversação, Otávio, Coletiva DiverCidade PL)

Além disso, existe uma satisfação na produção que o grupo tem realizado, já que concretamente tem havido boas atividades conforme relatam:

Eu fico pensando... a gente fez a primeira marcha LGBT de Pedro Leopoldo. É uma coisa que eu jamais imaginaria, assim. A cidade que retrógada do jeito que é ...A gente puxou a marcha das mulheres aqui também na cidade, sabe? a gente pauta muito essa questão da diversidade mesmo. No nosso dia a dia da militância, fraga? Então, eu acho que a gente tá dando voz pra muita gente, sabe? Então, tipo, a gente tá incluindo os marginalizados pela sociedade leopoldence, na sociedade de novo, sabe? Eu vejo assim, essa questão. (Conversação, Gael, Coletiva DiverCidade PL)

Conforme vimos nesta experiência da DiverCidade PL, a forma como vieram construindo suas experiências participativas e se constituindo como Coletiva teve muito a ver com as circunstâncias e com as parcerias que foram encontrando pelo caminho. Nesta mesma perspectiva, traremos abaixo algumas considerações, desta vez observando a experiências das Manas.

No relato de Bruxa, participante dessa coletiva, ela salienta sobre a idealizadora dessa coletiva e como essa liderança tem sido importante para a funcionalidade do trabalho proposto.

A Thaís foi a visionária que criou as manas. Ela...ela é a Thaís...eu vou falar pelo coração... mas... você pegou pelo coração. Na verdade nós somos um coletivo. E a gente toma as decisões juntas. mas, querendo ou não a cabeça da coletiva é a Thaís. [Você acha que tem]... e as invejosas é que mudam! (...) por exemplo, a Thaís, ela é tanto a criadora das Manas, quanto a organizadora chefe! tudo tem que passar pela Thaís. Assim como tudo vai passar, claramente você vai ver uma mesa redondinha aqui, claramente você vai ver uma de cada lado conversando. Aí vai ter as pautas nos nossos caderninhos, é claro. E aí a Thaís vai falar as pautas que chegaram até ela, eu

vou falar pautas que chegaram até mim e assim por diante. Assim, sucessivamente. E com esse discurso e com essas conversas que a gente determinou o quê que ia ser melhor para cada uma. Eu tenho muito acesso às redes sociais por eu trabalhar com webdesigner e designer. E por isso eu acabo tendo mais facilidade. E acabou criando essa vertente pelo menos no meu trabalho igual de mídia social. E eu acabei pegando esse cargo, essa tarefa dentro das manas. Na sarau comum de trabalhar nas mídias sociais, no e-mail, Instagram, divulgação e tudo isso. (...). Dividimos tudo bonitinho. Assim... Então, por exemplo, rede social a última palavra é sua. Quando o assunto é poetas e ordem de poetas é Jazz. A Thaís... **Sebastião:** O que é ordem de poetas? **Bruxa:** saber qual a ordem que cada poeta vai se apresentar. Quais as poetas que nós vamos chamar. Qual representação nós teremos para este sarau? pra essa intervenção poética. Se o tema for, sabe, de acordo com o tema temos que encontrar poetas. A Thaís é a idealizadora e produtora. É com ela que todas as pessoas chegam né? para pedir todas as informações. Chamar para eventos e tal. E tem a... a Bruxa! Ela fica por conta das papeladas. Basicamente o RH. (risadas). De ver a grana né, essas coisas? É. E a Giu, bem a Giu fica quase como eu ali... pelas mídias sociais, e tal, mas nem tanto. A Giu, ela migra entre as funções. (Conversação, Bruxa, Coletiva Manas)

Pelo elucidado, há um exercício para se pensar formas de gestão coletiva do grupo, mas, no entra e sai de pessoas, acaba que essas coisas precisam ser reconduzidas. Quando indagadas sobre como se mobilizam e comunicam entre si, Jazz entende que:

[a articulação] agora é pelo *WhatsApp*. Pelo *WhatsApp*! (...) Tem funcionado! Porque que nem o nosso último...teve um evento que a gente fez...que acho que você estava...final do Slam das Manas. [Ah sim! que foi no Espanca]...aquilo ali, a maioria das coisas foram por *whatsapp*. [Que doido!] a maioria das coisas. Aí é... quem vai lá combinar com o Espanca... a Thaís vai! Quem vai fazer tal coisa?... eu, apresento! Quem vai pocket? Quem vai não sei o quê... foi pelo *WhatsApp*. Nossa comunicação... eu não apareço tanto no *WhatsApp*... a Thaís me liga porque ela sabe que eu não gosto! Tanto é que eu não estou no grupo das Manas (risos) [Ah, entendi – fala ao fundo]. E eu tô nas Manas, mas eu não tô no grupo das Manas porque elas sabem. Eu saio! Eu saio! Eu saio porque eu não dou conta de grupo. Olha, Sebastian... eu não ou conta de grupo... é muita falação! É muita coisa. Tem hora que perde o foco. A pessoa manda uma coisa... e [setenta pessoas no grupo... então, certamente... – fala ao fundo] eu não... funciono assim, sabe? (Conversação, Jazz, Coletiva Manas)

Conforme vimos, a integrante da coletiva comenta que além de um trabalho de comunicação mais homogêneo entre as pessoas do grupo, existe um tratamento diferenciado para as demandas individuais, como no caso de quem não adere aos grupos de *WhatsApp*, pelo número de pessoas e velocidade de informações trocadas. Pelo que percebemos, as Manas não apenas vão se transformando, como também vão se indagando e qualificando na medida que a atuação acontece.

Sobre isso, Jazz, da coletiva Manas, comenta que a liderança, no caso delas, é assumida como produção e tem sido fundamental, pois sem esse papel definido as coisas parecem não funcionar.

A última reunião que nós tivemos foi ano passado, que foi pra tentar montar um gestor novo, uma gestão nova pras Manas. Então, quem vai tomar conta da produção? Vai ser tal pessoa! porque a Thaís tava ficando sobrecarregada. Quem vai tomar conta disso... vai ser tal pessoa... Mas, como a manas vem... a Thaís é cofundadora das

Manas né? A Thaís e a Piêta. Mas, a Piêta não faz parte mais, tanto assim. Ela não participa mais. Aí ela... aí a carreira dela foi tomando outros rumos, mas então, ficou tudo muito agarrado. Assim, aí a gente fez essa reunião pra montar esse comitê gestor. Então, a gente tá tentando fazer funcionar...tá cada uma com suas metas individuais... e também é isso sabe? Tentar alinhar o tempo, tentar alinhar a vida, assim... é muito difícil (Conversação Jazz, Coletiva Manas)

Sobre a reflexão do papel da liderança, observam que as diferentes envolvidas no grupo, praticam relações de poder que variam com as habilidades, ou, divisão do trabalho na qual cada uma dessas pessoas passa, à depender da situação.

acaba que tem uma relação de poder aí. Assim... uma pessoa que é mais liderança que a outra...depende do quê, por exemplo. Quando as Manas circular em mídia social a última palavra é a minha. Então quer dizer: para algumas decisões! (Conversação, Bruxa, DiverCidade PL)

No caso expressado acima, há uma outra significação para o poder da liderança, que passa pela autoridade empregada em cada uma das funções estruturadas por elas. Nessas circunstâncias, também refletem sobre a participação e como estão organizadas na Coletiva:

A gente dividiu as Manas em duas funções. A rede de contatos que tem ali mais de 265 mulheres, que é uma lista de contatos bem grande e a produção das manas, então a gente conseguiu separar isso de uma forma saudável, sabe? A produção das Manas, as manas, em si seria eu, claro, estamos aí em algum tempo. Jazz, Giu, enfim...e acaba ficando nisso, sabe? A bruxa! A bruxa é incrível. Ela puxa as outras. É uma administradora. Eu acho que as manas ficariam um pouco perdida assim sem a Bruxa, pelo que ela faz. Dá aquela segurada. Mas, a gente dividiu assim... a organização, a equipe, que faz os projetos, que elabora, e a rede de contatos. Quando nós precisamos de mais poetas e sabemos que tem mais poetas também precisando de trabalho, um freela, aí... e aí apareceu uma intervenção. Aí por exemplo, tem sete vagas, seis são as poetas da organização, mas a gente costuma chamar as de fora, sabe? mas querendo ou não a organização das manas somos só nós ali. É um grupo seletivo pequeno. Até então! Justamente por a gente ter tentado várias vezes fazer com que as manas fosse esse grupo todo, essas 265 mulheres todas e a gente vê que não dava pra segurar. Não dava pra administrar. Porque no final das contas, eram sempre as mesmas pessoas que acabavam fazendo tudo acontecer. As outras acabavam ficando só... de fora olhando. Então, foi melhor mesmo assim, separar (Conversação, Mabe, Coletiva DiverCidade PL)

Sobre os diferentes papéis, foi possível também identificar a função de MC Master, que geralmente é uma das participantes da coletiva e durante os Slams faz a mediação entre público e a atração poética, conforme ilustra a imagem abaixo.

Figura 26 – Trabalho de campo – Coletiva Manas, CCBB – 16.08.2019



Fonte: o autor

Ainda neste contexto de como estão organizadas nessa experiência, mencionam que a “cura”, através de auxílio afetivo, tem sido um dos elementos importantes e que as motiva para a participação, chamando a atenção por não terem apoio financeiro e por ter limitações em desenvolver projetos financiados.

só que de certa forma, sem ajuda monetária, né? A gente não consegue se inscrever em vários editais, e tal. Mas eu realmente acredito que as Manas não é só poesia. Não é só roda de conversa. As meninas é ajuda emocional. É ajuda psicológica; e acho que tem tanto fora da coletiva, quanto dentro, umas com as outras, neste espaço de cura. E essa é minha proposta durante todo o tempo nas manas, que é a proposta de cura sabe? Não tem como a gente se ajudar todo o resto, todo mundo que está em volta, todo o externo, se a gente não ajudar o nosso interno. E acho que essa essência da cura é essencial. Por isso que a gente tem alguns projetos muito voltados para as mulheres, em geral, assim, tanto as mulheres que são trans quanto as mulheres que não são trans. (Conversação, Bruxa, Coletiva Manas)

Também foi relevante perceber que a coletiva valoriza a identidade das mulheres trans e as incluem em suas atividades. Além disso trazem perspectivas de continuidade e explicita a criação de novos projetos.

A gente tinha alguns projetos de criar, de criar não, mas de começar a fazer fixamente, para além do Slam, que é mensalmente e para além dos saraus, criar feiras da Coletiva, umas feiras bem abrangentes com vários tipos de produtos e não apenas produtos voltados para a literatura, não apenas livros assim, mas aberto para as outras mulheres da coletiva que trampam com outras coisas, como roupas, como bordados, Mas assim, é... inicialmente os projetos que fizeram...que a gente começou a planejar durante o início de 2020, se tratavam de ter mais eventos do que apenas o Slam Manas, porque o Slam Manas, infelizmente não tem uma repercussão muito grande, o que é muito triste. Porque o mesmo público de mulheres cola nos outros eventos(...) vão lá e não

colam no que é feito por mulheres para mulheres. Que inclusive uma coisa muita paia, né. (Conversação, Bruxa, Coletiva Manas)

Uma dificuldade apresentada aqui é que geralmente existe uma rejeição dos públicos que participam normalmente de outros espaços, mais masculinizados, participarem também do Slam das Manas, neste caso, segundo Bruxa isso pode acontecer pelo motivo de ser uma atividade especificamente produzida por mulheres.

Sobre as especificidades em que as Manas trabalham, Jazz entende que a maior delas seria atuar para além de um grupo. Com isso enuncia que:

Que várias Manas foi abusada, foi agredida, isso é fato! Isso é fato! Que a violência tá aí exposta. Ela já tá aí. Falta outra coisa ser exposta, sabe? E o que mais? O quê que eu sou além de Manas? O quê que sou além de preta? O quê que sou além de poeta? Sabe? Eu sou muito mais que isso. Eu estou nos espaços, mas eu não sou... não sou daqui... sabe? eu não sou desse... dessa... bolha! porque é isso que acontece: as pessoas criam coletivos e ficam bolhas nos coletivos, tá ligado? O coletivo tá tão dentro dele que ele não consegue compartilhar, ele não consegue exercer a coletividade. Nem com os que estão dentro do coletivo e nem com os que estão fora. As Manas, graças a Deus a gente é muito coletiva entre nós. Faltou passagem... mana, “não! eu empresto”. Faltou Uber, pra você ir embora 3 horas da manhã... “Fortaleço”. Tem essa coletividade...esse coletivo...de...das Manas sair para fora e ser coletiva com as pessoas, é isso que é difícil acho que pra qualquer coletivo, assim. Então, o meu rolê é... “eu faço parte, mas eu não sou só isso!” nas Manas... tem indígena, tem branca, tem preta, tem amarela, tem azul... tem... é diversa! (Conversação, Jazz, Coletiva Manas)

Conforme mencionado, parece que a coletiva tem um papel intermediário no campo da proteção de mulheres em contextos violentos. Sendo assim, parecem lidar mais com o suporte e a apoio às mulheres para que consigam garantir responsabilização e proteção. Neste caso, usam não apenas o discurso, mas também outras ações concretas de intervenção no mundo. Com isso, Jazz vê na coletiva a solidariedade para momentos que umas precisam das outras e enfatiza a diversidade na sua composição. Do mesmo modo, Mabe, outra colaborada, enfatiza o contexto de violação de direitos das mulheres e os limites que elas têm enquanto coletiva para garantia de certa proteção.

[no caso de uma situação de violência] o máximo que eu posso fazer é estender o meu braço. Se necessário, e se você aceitar, vou pedir. Mas, além disso eu não posso fazer muita coisa. Encaminhar uma mulher para ser agredida para delegacia de mulheres, que tem muita. Você precisa lembrar que antes de levá-la para delegacia ela precisa de um acompanhamento psicológico. Porque não vai ser somente agressão física. A violência psicológica está ali, sabe? e é isso na coletiva Manas, nós vamos trazer essa cura. Acho que meu papel na vida é trazer cura. (Conversação, Mabe, Coletiva Manas)

No contexto dessa pluralidade e das adversidades que surgem no grupo Mabe percebe que para muitos casos será necessário um atendimento especializado. E neste fato, a coletiva seria um espaço de acolhimento e fortalecimento para encorajar essas participantes a buscar

essas ajudas. Jazz corrobora com essa ideia, quando também entende o grupo como fator protetivo.

Eu com as Manas acho que a gente convive muito próximo né? Às vezes as meninas dormem uma na casa da outra. Que é assim... a rede maior da Manas no *WhatsApp* são mais de setenta mulheres na rede Manas. Falando nada com nada! Ou falando tudo com tudo... mandando chá natural pra dormir, mandando como que faz um sabonete natural, incentivando o parto natural, é... chamando para conversar. Aí uma Mana desabafa aí entra várias mandando um conselho... sabe... (Conversação, Jazz, Coletiva Manas)

Quando essa integrante foi indagada sobre a gestão dos conflitos, que aparecem nessa diferença, e como a coletiva tem lidado com eles, comenta:

A maioria das tensões...que tem nas manas...às vezes é entre nós mesmas. É... ou com alguma situação de fora, mas, é no *WhatsApp*, é no grupo. É o famoso grupo. É o bendito grupo. E quando a gente se encontra na rua que acontece algum dia que todas as manas se encontram sem combinar, vai pro “pé de boi” [bar copo sujo⁶⁹ na Praça da Estação], toma uma cerveja porque as manas também é isso. E começa a trocar ideia. Aí uma vai apresentando o ponto de vista da outra até que a gente chega num... [consenso]... ou não! Ou, tipo assim... maturidade. É isso também! [Tem pontos de vista diferente e...] As manas também jogam muita verdade na sua cara. Assim, “ó gata... você tá errada!” porque Thaís é pra frente. Thaís é tipo assim... não gostei não, vai tomar no cu... entendeu? e a gente assim... assim, a gente vai aprendendo a lidar uma com a outra, mas a melhor forma que a gente tem é de conversar. Tem o *WhatsApp*, mas conversar pessoalmente. A gente conversa pessoalmente esperando o certo daquilo também, porque no sangue quente ninguém funciona. A gente procura diversificar. Porque é aquilo também.... falta muitas opções. É uma rede muito grande, mas você viu as mesmas mulheres na cena sempre! (Conversação, Jazz, Coletiva Manas)

Pelo percebido, nas tensões que surgem há também uma segurança em dizer dos chateamentos e aprender a conviver nessa diferença, ambas por meio do diálogo, em conversa presencial. E, como relatado, apesar de ser um grupo grande, acabam se conhecendo por estarem nas mesmas atividades.

É... então, depende. Se esse assunto foi puxado no grupo, por exemplo, a agente vai dar essa resposta e explicação no grupo. Até porque a gente já chamou a pessoa pra responder pessoalmente, mas a cede que ela já jogou no grupo fica para ser interpretada por outras pessoas que talvez nem tinha pensando naquilo e pode gerar um incômodo paralelo. (...) Então se for um incômodo jogado no grupo a gente fica no grupo, pra que nossa resposta também fique exposta como o posicionamento da pessoa. Se alguém, chegar pessoalmente, durante um evento e falar: oh tô me incomodando com isso aí em... não sei o que que é lá... acho estranho porque que tá sendo assim, algo assim e aí você chega e fala...porque a maioria de nós somos amigas pra além do trabalho entendeu. Então, sempre tem muita separação do tipo... tem uns incômodos sobre alguma coisa, aí na hora do... de fazer uma discussão, por exemplo, quando falo discussão, é diálogo. Não é discussão de briga. (Conversação, Bruxa, Coletiva Manas)

⁶⁹ Expressão frequentemente usada para bares populares de baixo custo.

Além disso, identificamos também informações sobre como o grupo tem eleito suas prioridades e quais demandas têm recebido no contexto de suas atuações. Vejamos

A gente entra em contato e responde aos convites que a gente recebe para projetos em escolas, em instituições, E em eventos. E a gente organiza isso, tentando bater uma meta de... ter uma quantidade boa de eventos por mês pra não... não, parar a coletiva. Então... A gente prioriza tipo assim, quando se trata de alguma coisa assim política ou algo que tem a ver com uma causa, que representa a coletiva ou que a coletiva apoia e tudo mais, é uma causa importante é... a gente prioriza isso e aí a gente seleciona as poetas que tem condição, por exemplo, é uma ato... aí a gente joga no grupo, Poetas que além de estarem interessadas vão estar mais perto de onde aquele evento vai acontecer é... então, depende. Se esse assunto foi puxado no grupo, por exemplo, a agente vai dar essa resposta e explicação no grupo. Até porque a gente já chamou a pessoa pra responder pessoalmente, mas a cede que ela já jogou no grupo fica para ser interpretada por outras pessoas que talvez nem tinha pensando naquilo (Conversação, Mabe, Coletiva Manas)

Sobre as atividades desenvolvidas, geralmente atuam a partir de convites externos, mas também promovem suas próprias atividades. Neste sentido, acontece um discernimento sobre essas participações, considerando não apenas o pró-labore, mas também os benefícios que aquela atividade pode produzir, como aparecido na conversação de Bruxa:

A gente avalia pela visibilidade. Por que as vezes, mesmo que a gente receba pouco, uma visibilidade que a gente ganha com aquilo, vale mais sentido que o trampo (...?) Então se avalia além do dinheiro a visibilidade, no que a gente topa. (Conversação, Bruxa, Coletiva Manas)

Por meio dessas conversações foi possível também perceber alguns desses dados relacionados às experiências das Pretas T. Com isso, ao pensar sobre sua funcionalidade entendemos que geralmente a entrada na coletiva Pretas T tem acontecido pela identificação de trans negras e em situações adversas, como enunciado por uma das integrantes:

[nesta semana] ficamos sabendo com uma trans havia sido agredida e começamos a nos organizar para tentar o contato dela e para saber como ajuda-la. Então, na vida que vamos nos conhecendo vamos nos fortalecendo e nos ajudando. Então, isso é uma forma de engajamento, por exemplo, né? (Conversação, Giovanna – Pretas T)

Pelo trazido, o engajamento acontece na medida que as participantes vão sendo acolhidas e vão conhecendo o que seja a coletiva. Dessa experiência, identificamos que também existem divisões de tarefas, em que, geralmente essas participantes avaliam a disponibilidade das pessoas e também a necessidade de acionamento de umas às outras, a depender da situação ou da atividade em que estão praticando.

Eu acabo ficando com as questões de comunicação, a Juhlia com essa coisa de atrações e ações para fazer. A Rebeka fica junto da Juhlia na produção (não como assistente de produção, mas como produtora), a Lana fica com essas coisas da logística. A Jô me ajuda nas questões de comunicação. (...) se tem uma Júlia sobrecarregada e tem uma oportunidade maravilhosa... Estou gostando, então,

acontece a vai entendendo de acordo com as demandas que chegam né? Tá ruim, a gente tá precisando de ajuda, manda ela no grupo, estão precisando de um material para trabalhar em tal lugar (...) Para dar uma palestra para poder ajudar projeto, quantos anos de alguém para poder conversar com Everton, por exemplo, para poder fazer alguma coisa específica. E aí a gente vai jogar isso no grupo do *WhatsApp* e nos canais de comunicação que a gente tem. E aí sim, a gente fica meio que o responsável cada uma. Vai falar que você tá de folga. Você tem disponibilidade que você tá afim de fazer isso sim. Vou ver com isso, entendeu? Aí você troca, mas também tem coisas específicas que a gente entende, por exemplo, que se tem uma performance artística que ela só da Juhlia. E aí que que a gente tem que atualmente quem faz é a Juhlia, mas a gente precisa de pessoas na fase de produção. (Conversação, Giovanna, Coletiva Pretas T)

Como visto, seu principal meio de mobilização tem sido o grupo de *WhatsApp*, ponto comum que também verificamos nas demais coletivas. Sobre as formas de representação encontradas na coletiva, vimos que, além da disponibilidade e do perfil mais adequado para a atividade, neste caso específico, as performances artísticas, há processos que não são possíveis de serem delegados. Uma ideia sugestiva para os aspectos da representação apresentados por essa pesquisa. Vejamos:

[sobre os critérios para representação da coletiva em outros lugares] isso depende da disposição de cada uma. Tem performances que só uma pessoa faz, como no caso da Juhlia. Nessa situação damos todo apoio à pessoa, colaboramos na produção, mas quem vai atuar é aquela pessoa. Em cada situação tem uma forma de lidar com isso. Mas, na maioria das vezes isso tem a ver com a disposição das pessoas mesmo. (Conversação, Giovanna, Coletiva Pretas T)

Além desses modos de atuação já apresentados, Rebeka elucida que, apesar de cada uma buscar responder suas demandas concretas para sobrevivência, as integrantes da coletiva também atuam naquilo com que cada participante se identifica mais.

Bom... eu acho que essa deliberação assim é muito surpreendente né? Cada uma ficou com uma área que se identificava, que achava que... o quê que achava melhor. Então assim, a gente sempre tá tendo movimento, tá tendo atividade assim, só que cada uma vai pra uma direção, sabe? porque todas estão buscando um emprego formal, e tal... e cada uma foi pegando as suas causas mesmo. Sabe? Acaba lutando por isso, e acaba que a gente tenta superar só que... é complicado né? porque... acho que pode acontecer tanta coisa. Depois do festival foi tão cansativo, foi uma semana inteira que a gente ficou, foi muito mais que uma semana, foi quase um mês pro festival acontecer, então acho que foi tempo de todo mundo respirar e falar... não... calma! sabe? Mas eu acho que é isso. (...) Eu acho que por experiência Juhlia é a mãe de todas e ela, pelo patamar que ela chegou, o lugar que ela chegou, querendo ou não, ela sempre soube que esse lugar era dela. Esse lugar é diferente. (Conversação, Rebeka, Coletiva Pretas T)

Rebeka compreende a importância da direção que cada uma vai dando à sua própria vida e, ao mesmo tempo, se inspira na trajetória de Juhlia, tida por ela como uma referência.

Conforme observamos, nesta coletiva a experiência de cada uma é considerada como aquilo que mobiliza os processos liderados, pelo desejo de atuação ou pelas facilidades que cada uma encontra nos relacionamentos e nas situações surgidas. Perguntada sobre o

funcionamento da coletiva e o papel das lideranças mais velhas em reconhecer as participantes mais novas, Giovanna partilhou:

Sebastião: Você e Júlia, por essa maturidade, acabam sendo referência para as outras meninas, não é? Acabam sendo lideranças, seria isso mesmo? Como você percebe essa coisa da liderança na coletiva? **Giovanna:** Nós trabalhamos de uma forma que não existe uma liderança. Existe muito respeito entre umas e as outras por essa questão da vivência. Mas, a Juhlia é muito mais a referência da coletiva, pois foi ela que nos reuniu, ela que mobiliza a gente, que vai dando o tom dos processos. Ela tem um papel mais proativo tanto nos nossos relacionamentos como naquilo que a coletiva vai fazer. A Juhlia também tem uma relação muito intimista com cada uma. Sabe? (Conversação, Giovanna, Coletiva Pretas T)

Além de reconhecer Juhlia como uma liderança que mobiliza a coletiva, Giovanna sinaliza que a aproximação e intimidade nas relações favorece uma boa convivência entre as participantes. Da mesma forma, Rebeka comenta, ao dizer das construções com grupos que pensam diferente, que a prática da liderança também passa por aqueles perfis com mais facilidade para dialogar.

[E, neste caso das lideranças] eu acho que é de quem está mais à frente e tem mais facilidade no diálogo, dependendo da demanda. (Conversação, Rebeka, Coletiva Pretas T)

Dessas experiências analisadas foi possível perceber que as coletivas constroem uma ideia de participação a partir de algum conhecimento prévio, numa produção de linguagem que se constitui e modifica continuamente, atuando no mundo sem ser estático, trazendo marcas individuais que se distanciam de leituras homogeneizadoras.

Nessa perspectiva, apresentamos abaixo a sistematização dessas lutas mais fortemente expressadas no acompanhamento de campo e nessas conversações analisadas.

Direcionamento das lutas	
MANAS	Defendem a solidariedade feminina contra o machismo através da escrita e recitação como forma de atuação política
	Denunciam a violação de direitos com sua participação em eventos públicos – (slams, saraus, ocupas, Ato do 8 de março, eventos Marielle Franco)
	Preocupam-se com a geração de renda – pró-labore nas participações

	Constituem interações para uma rede de apoio às mulheres do grupo
--	---

PRETAS T	Têm como pauta central a vida e mobilidade das trans/travestis – trazem as experiências pessoais em primeiro plano – buscam uma vida segura – e tentam romper como suas representações como “monstro”
	Primam e lutam pela independência financeira e inserção qualificada no mundo do trabalho.
	Têm como referência a ancestralidade negra, problematizam o patriarcado e denunciam o machismo no movimento LGBT. Não se sentem representadas pelos movimentos negro e feminista (nem o mov. Feminista negro), por esses movimentos e a esquerda de maneira geral invisibilizarem suas identidades e demandas
	Tencionam a universidade - não trazem uma ingenuidade acadêmica já que são autoridade de seu conhecimento e sempre participam como convidadas desses espaços.
DIVERCIDADE PL	Denunciam a necessidade de renovação o quadro representativo no sistema político local
	Problematizam o poder público com centralidade em determinados atores políticos (vereadores e prefeito)
	Lidam diretamente com o direito à cidade (valorização de sua história e importância da mobilização coletiva, qualificação dos espaços públicos)
	Defendem a diversidade popular, conjugada à denúncia pela sua negação de direitos
	Têm como recorrentes as pautas: Mobilidade urbana, diversidade sexual, legalização das drogas, atendimento a vítimas de violência doméstica
	Trazem as pautas e experiências em âmbito mais coletivizado (as demandas individuais são transversais e ficam em segundo plano)
	Produzem opinião em jornais e redes sociais para formação da opinião pública local

Da mesma forma, existe também uma lógica geográfica envolvida nessas atuações, que se mostraram localizadas, com espaços determinados e com sentidos alternados e dinamizados

conforme a orientação e a articulação de cada atividade dos grupos. Sobre isso, percebemos que muitas dessas participações só foram possíveis porque eram lugares próximos de casa, onde poderiam ir a pé ou de bicicleta, ou em regiões mais centrais, com maior facilidade de encontro e possibilidades de deslocamento. Em outras regiões mais afastadas e sem transporte direto, a participação não se mostrou tão possível.

4.2 OS LUGARES EM QUE AS COLETIVAS ATUAM

Durante o período de acompanhamento, estivemos atentos às interações e fluxos dos jovens durante os momentos de participação, especialmente àqueles mencionados nas conversações ou em que fizemo-nos presentes durante o trabalho de campo. Dessa observação, identificamos que as coletivas investigadas não atuavam em quaisquer lugares da cidade, mas em pontos específicos, tanto para realizar seus encontros e suas reuniões como para vivenciar o lazer e outras atividades menos institucionais.

Com isso, no cotidiano de suas ações as coletivas não utilizam espaços mais tradicionais, como as salas de reuniões e os ambientes institucionalizados, elegendos os espaços públicos como lugares de encontro, por serem mais abertos e com presença de outros públicos. Destacamos que esta característica é muito presente nos novos movimentos sociais, que buscam mais flexibilidade e evitam a institucionalização plena dos processos coletivos.

Sobre isso, verificamos que esses espaços possuíam algumas características comuns, como a facilidade de acesso, presença de um contingente maior de pessoas, por concentrar gente e serem passagem de outros grupos, além de serem considerados pela hegemonia social como espaços marginais (lugares mal cuidados, mal frequentados, sujos, feios). Assumindo-os como lugares em que gostam de estar e onde realizam várias das suas ações (eventos, reuniões da coletiva, intervenções, etc.), as coletivas transformam a ocupação destes espaços em resistência e conexão com esses outros grupos.

Ao pensar nessas experiências acompanhadas e nas disputas pelos espaços na cidade, lembramos Lélia Gonzalez (1984) quando reflete que as condições materiais de existência da comunidade negra – público relevante nessas coletivas investigadas – passam por certos condicionamentos, como aqueles que sugerem que o lugar natural do negro seria da senzala às

favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais”, tendo um critério simetricamente organizado: **a divisão racial do espaço**.

Na lógica da dominação e da produção econômica existente no Brasil, “são famílias inteiras amontoadas em cubículos cujas condições de higiene e saúde são as mais precárias. Além disso, aqui também se tem a presença policial, só que não para proteger, mas para reprimir, violentar e amedrontar” (GONZALEZ, 1984, p. 232). Por isso, ao concordar com Lélia, também entendemos que essa divisão racial do espaço se coloca como pano de fundo dessas opções das coletivas por ocupar lugares marginais. Encontramos um exemplo disso na peça de divulgação de um evento da coletiva DiverCidade PL na Praça da Estação, informando que a atividade seria “contra o uso de drogas”. Apesar desta coletiva assumir a prerrogativa antiproibicionista quanto o uso de drogas, baseada em uma larga discussão e interlocução especializada sobre o tema, o material de divulgação explicitou posicionamento contrário por causa dos ataques de moradores incomodados com os Slams promovidos na Praça da Estação.

Sobre isso, um dos integrantes comenta sobre os sentidos que estavam envolvidos. Vejamos:

Sebastião: Como que vocês lidam com isso? Que...ao mesmo tempo que tem a batalha que é criminalizada com o uso da droga, e aí precisa ir um enunciativo: “olha, é expressamente proibido”, na outra semana tá tendo uma discussão na praça ao lado (risadas) puxado também por vocês discutindo a legalização das drogas. **Otávio:** É aí que tá. Tipo assim, eis a questão (risadas). A sociedade é osso né? É uma luta né? Construir processos. Porque acho que é isso assim... a gente... é uma rolê que acaba que toda batalha tem fazer isso como uma forma de defesa, assim! Que pô...e que tem droga! Sempre tem droga lá. Tipo assim, a maconha é uma droga que precisa ser legalizada. Que eu acho que até... acho que a maconha ninguém vai falar contra, assim. Mas, o rolê mesmo... tipo assim... do loló... que tipo assim. Nó... já rolou uma treta lá na batalha por causa de gente baforando loló, gente que tava ficando muito broxão por causa de loló. E realmente são umas drogas que a gente tem que questionar sim o uso, sim. Acho que o rap sempre fez isso. Se você pegar sabotagem, o raciais sempre falou mal, principalmente de cocaína e crack, assim. Então, acho que também é uma resposta ao próprio contexto. Tipo... não tem quer ser hipócrita. Não tá lá só apenas, tá em todo rolê. Mas... a questão não é... sei lá...não dar um discurso antidroga, assim, mas é tipo assim...pô...igual a gente fala em toda batalha... “usa! Mas usa longe daqui véi”, se eles veem que tem drogas eles vão fazer de tudo pra lombrar. E polícia já pulou lá do nada. Escondido. Já dando pulão nos meninos que eram pretos, achando que ia ter droga assim. Então, a função é lombrar mesmo. E eles são doidos para achar drogas, porque assim... e a gente vai ser cobrado por isso né? A gente fica muito mais cobrado, muito mais visado. Quando a gente tá gravando um vídeo da batalha e aparece um menorzinho no fundo fumando. Nóó... Mas, o quê que o rap sempre falou sobre drogas, desde raciais até hoje. Sim... tipo... dessas drogas, tipo crack, loló, cocaína, que às vezes... até são criadas para matar a gente mesmo. Mas é... eu acho que é a gente tentar sobreviver mesmo. Porque a gente é a única rede da cidade que faz isso, assim. Nenhum rolê que tem droga adoidado fala sobre o uso de drogas na cidade. Nós somos o único né? A gente tem que fazer nossa parte né? Tamo fazendo. (Conversação, Otávio, Coletiva DiverCidade PL)

Pelo relato de Otávio, inferimos que esse incômodo se deve às diversas representações sobre a “aparição” dos jovens na cidade às imagens que produzem vigilância social, criminalizando esses sujeitos, os movimentos sociais e suas culturas marginais, além da associação recorrente entre violência, drogas e juventude.

Essa parece ser uma tática de preservação da imagem do grupo (representação do que é e o que pensa a coletiva) na relação com o “público”. Por isso, compreendemos que, ao adotar o posicionamento da maioria (contra as drogas – numa significação simplista), essa coletiva compõe um jogo aberto de sentidos. Por essa razão, interpretamos que essa estratégia da coletiva interaja com fatores demandantes de novas posturas, orientados por valores moralizantes e ideologias conflitivas, pelas tensões e conflitos que são colocados nesta situação.

Essas interações, que incluem os eventos previstos e os inusitados, aportam elementos para a construção coletiva dos usos desses espaços da cidade e dos sentidos de estar ali: a relação dos jovens com os espaços faz com que fiquem cheios de memórias e resistências:

A cidade, como obra humana, é gerada no contexto de relações sociais e, ao mesmo tempo, é geradora de outras tantas relações. Essas relações que configuram o espaço imprimem nele significados. As cidades são então construídas e reconstruídas “pelo pensamento e pela ação, criando outras tantas cidades, no pensamento e na ação, ao longo dos séculos. (PESAVENTO, 2007, p. 11)

É por essa razão que apelamos para uma interpretação da “cidade sensível”, onde os espaços são produzidos, mas também são produtores e agentes de subjetividade (PESAVENTO, 2007). Da mesma forma, à luz dessas experiências dos jovens pela/na cidade, sabemos que essa presença revela as relações de poder que estruturam a sociedade capitalista. Nesse sentido, o direito à cidade

não pode ser entendido como uma demanda por infraestrutura, equipamentos urbanos ou habitação social por si só. Esses “benefícios” podem muito bem ser proporcionados sem que nenhuma ruptura ocorra em relação ao modo de produção capitalista e, conseqüentemente, à maneira hierarquizante e segregadora como o espaço é (re)produzido e apropriado. Trata-se de muito mais do que a liberdade individual de acesso aos recursos urbanos. Nas palavras de David Harvey “é o direito de mudar a nós mesmos, mudando a cidade. O direito à cidade traz em seu núcleo a ideia fundamental de que as desigualdades e opressões – racismo, desigualdade de gênero e LGBTfobia – são determinantes e estão determinadas na produção do espaço. A imposição de padrões de segregação e violência a segmentos sociais específicos faz parte da constituição social e política dos territórios da e na cidade segundo o atual modelo de urbanização. Então a transformação radical conclamada pelo direito à cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo para reformular os processos de produção do espaço. Como fruto dessas lutas sociais, a ideia de direito à cidade está também em constante transformação. As conquistas e derrotas, e também a emergência de sujeitos coletivos antes invisibilizados, conferem outros sentidos a esse direito. Mas, assim como antes, o direito à cidade deve continuar carregando a

poderosa ideia de recriar a nós mesmos por meio da recriação e ressignificação da cidade. (INSTITUTO PÓLIS, 2020).

Podemos observar como alguns sujeitos se sentem rejeitados devido aos usos precários e/ou presenças inseguras nos espaços da cidade, resultantes da violência estabelecida nas relações de poder e dos preconceitos e estereótipos usados para justificar opressões, segregações e higienização nas formas de interação social. Pelo que analisamos, as experiências acompanhadas produzem lutas que se fazem socialmente vivas no uso desses lugares e na circulação dos jovens que participam dos grupos e, a partir deles, passam a ocupar a cidade. Daí entendemos que existe uma geografia da atuação, que pode ser visualizada nas imagens a seguir. Na primeira, identificamos uma forte demarcação territorial nas atividades da coletiva Manas, concentradas no centro e na parte baixa de Belo Horizonte, como são conhecidas as redondezas da Praça da Estação e do viaduto Santa Tereza.

Figura 27 – Lugares de atuação da Coletiva Manas



Fonte: O autor (2020)

A geografia da atuação mostra uma curiosa repetição de pontos de encontros e atuação comuns entre as Pretas T e a coletiva Manas. Este foi um achado interessante, porque essas coletivas atuam especialmente em Belo Horizonte e não se conheciam antes da pesquisa. Mesmo assim, estavam concomitantemente envolvidas num mesmo circuito, o que pode apontar uma forte relação entre os jovens com este perfil ativista e os lugares mencionados.

Figura 28 – Lugares de atuação da Coletiva Pretas T



Fonte: O autor (2020)

Ainda que atuando na Região Metropolitana e distante geograficamente das duas outras coletivas, percebemos que na DiverCidade existe um padrão muito parecido como aqueles notados no contexto de Belo Horizonte. Vejamos:

Figura 29 – Lugares de atuação da Coletiva DiverCidade PL



Fonte: O autor

Pelo verificado, o raio geográfico estabelece um circuito-padrão das experiências e demonstra a identificação dos jovens das coletivas com esses lugares, que são constantemente utilizados e ressignificados: num dia é um bar e no outro se transforma em espaço do sarau; a praça é lugar de convivência e, em outro dia, passa a ser local de encontro da Parada LGBT; a estação de trem se converte em palco do Slam, e assim por diante. Portanto, pelo que observamos, essas coletivas produzem diversos sentidos e interações relacionadas à mobilização dos integrantes entre si e com outros grupos da cidade, mas também conferem significado à operacionalização de suas ações coletivas, que constroem sentido de pertença aos lugares e deixam marcas subjetivas nessas territorialidades.

Para nós esses espaços ocupados pelas coletivas, todos nas regiões centrais de Belo Horizonte, configuram territórios claramente demarcados como ponto de encontro de vários grupos. Conforme trabalha Magnani (2000), a formação de uso e contatos interpessoais em determinadas regiões centrais da cidade, deterioradas e densamente povoadas, são “negociadas” nas formas de ocupação, servindo também para proteção, contato com outros grupos e, até mesmo, negociação dos horários diferenciados de utilização. Assim, podemos dizer que esses espaços se tornam também uma parte da vida dos jovens, tanto pelos encontros que estruturam uma rede de relações de amizade, afeto e companhias, como também pelos sentidos políticos

dos usos e da apropriação desses lugares, como acontece com o CRJ em Belo Horizonte, mais usado pelas Pretas T e Manas, ou a Praça Tancredo Neves, em Pedro Leopoldo, utilizado pela DiverCidade PL.

Concordamos com Magnani (2000, p. 15) que o pedaço é um ponto de aglutinação para a construção e fortalecimento de laços, porque não basta passar por esse lugar, na intermediação entre a casa (o privado) e o público, nem mesmo frequentá-lo regularmente; aí se constitui um processo com complexo jogo de trocas e alto grau de investimento pessoal. Neste sentido, os jovens não fazem parte do espaço “naturalmente”, mas sua apropriação resulta dessas trocas. Por isso, para “ser do pedaço”, como menciona o autor, é preciso mostrar presença, provar lealdade e exibir manejo do código comum.

Dessa percepção, descobrimos também motivações e formas como essas coletivas têm operado no espaço público, bem como as pautas que vêm discutindo para viabilizar sua incidência política sob essa ótica localizada. É isso o que veremos a seguir.

CAPÍTULO 5

QUESTÕES SOBRE REPRESENTATIVIDADE E A EXPERIÊNCIA DAS COLETIVAS

Como trazido em outras partes do texto, nosso problema de pesquisa está diretamente relacionado à ideia de crise de representatividade, que aqui conjuga os contextos sociais e políticos, e as relações socializadoras do cotidiano. Essa representatividade diz respeito à participação e reconhecimento de demandas próprias de parcela significativa da população no Sistema Político vigente. Mas, como veremos a seguir, não se trataria apenas disso, pois ainda num contexto de violação de direitos alguns grupos ainda ficam mais prejudicados ou são tidos como inexistentes na organização social ou trazem consigo estratégias não eletivas no âmbito dessas representatividades em disputa.

Portanto, nesta seção do texto teorizaremos a ideia de representação considerando a sua significação mais comum, enquanto “atividade política”. Seria, portanto, um exercício para a cidadania relacionada com aspectos da *legitimidade* e *autorização* para que essa representação seja possível; além de problematizar sobre as formas e fontes que autorizam e legitimam que elas aconteçam, sendo o “contrato social” o principal elemento deste primeiro ponto do debate. Essa discussão, embasará o que localizamos nas coletivas, especialmente na necessidade de aprimoramento e conjugação entre as concepções democráticas representativas e participativas, dentre outras possibilidades.

Diante dessa complexidade, nos desafiamos a pensar na categoria da representatividade, a partir da conjugação e saberes produzidos entre *estudos*⁷⁰ no contexto dos movimentos sociais e educação. Com isso, desenvolveremos este conceito de participação e de representação num sentido mais ampliado da vida pública, a partir das demandas por organização e negociação do comum, trazendo virtualidades e presencialidades; mas, também imagens geradas e construídas no imaginário social sobre essa temática, seus processos criativos e de atuação que estão para

⁷⁰ Como atividade política e relacionamento (YOUNG, 2006; GARCEZ, 2015; PITKIN, 2006; PITKIN, H. F. 1967; URBINATI, 2006; ALKMIM, 2013; MOURA, 2014; SAWARD, 2009; RIBEIRO, 2019; CARNEIRO, 2019.), “reconhecimento” (HONNEDTH, 2003; BUTLER, 2018; FRASER, 2006); e “identidades políticas” (CIAMPA, 2002; GOMES, 2017).

além do sistema político ou de grupos instituídos, sugerindo também outras alternativas de leitura e atuação contra-hegemônicas na cena pública.

Como mencionado, nosso problema de pesquisa está diretamente relacionado à ideia de crise/desgaste com as práticas de representatividade, e conjuga os contextos sociais, políticos e as relações socializadoras do cotidiano. Essa representatividade diz respeito à participação e reconhecimento de demandas próprias de parcela significativa da população no Sistema Político vigente. Mas, como veremos a seguir, não se trata apenas disso, pois, no contexto de violação estrutural de direitos, alguns grupos ainda ficam mais prejudicados ou são invisibilizados na organização social. Desta forma, a partir da experiência das coletivas, foi possível conhecer um pouco mais deste contexto colonial, no qual existe uma norma que exclui constantemente identidades sociais, mas também revela contestações das formas de poder.

Nesse sentido, consideramos a representação a partir de sua significação mais comum: a atividade política, relacionada ao exercício para a cidadania e aos aspectos da *legitimidade* e *autorização* para que essa representação seja possível, a partir do “contrato social”. Essa discussão ilumina o que localizamos nas coletivas, especialmente quanto à necessidade de aprimoramento e conjugação entre as concepções democráticas representativas e participativas. Para isso, buscamos articular saberes produzidos entre estudos⁷¹ que relacionam movimentos sociais e educação. Desenvolvemos este conceito de participação e de representação num sentido mais ampliado da vida pública, a partir das demandas por organização e negociação do comum, pelos significados da interação social, seus processos criativos e de atuação para além do sistema político ou de grupos instituídos, sugerindo também outras alternativas de leitura e atuação contra hegemônicas na cena pública.

5.1 A REPRESENTAÇÃO COMO ATIVIDADE POLÍTICA E CONTRATO SOCIAL

Conforme dissemos, elegemos aqui algumas apostas teóricas para uma leitura de contexto e das formas de pensamento sobre a representação como atividade política num

⁷¹ Como atividade política e relacionamento (YOUNG, 2006; GARCEZ, 2015; PITKIN, 2006; PITKIN, H. F. 1967; URBINATI, 2006; ALKMIM, 2013; MOURA, 2014; SAWARD, 2009; RIBEIRO, 2019; CARNEIRO, 2019.), “reconhecimento” (HONNEDTH, 2003; BUTLER, 2018; FRASER, 2006); e “identidades políticas” (CIAMPA, 2002; GOMES, 2017).

cenário jurídico-institucional focada na participação política institucional, conforme autores como Hanna Pitkin (1967;2006), Íris Young (2006), Urbinati (2006) e Alkmim (2013).

Em seus estudos, Hanna Pitkin (1967) relaciona a representação formal à significação do ato de representar, que, em sua formulação etimológica, seria *representare*, ou seja, tornar presente, manifesto; apresentar novamente ou trazer à presença. Este ato tanto pode ser interpretado como desdobramento da “persona” (representante, mandatário, lugar-tenente, vigário, advogado, deputado, procurador, ator), quanto como disfarce, aparência, imitação no palco. Nessa teoria, a *persona* é o representante da palavra ou da ação, tanto nos tribunais como nos teatros. Nessa concepção, o poder político do Estado vem de um contrato de associação ou de submissão, no qual a vontade política dos representados é transferida para o representante do Estado, de maneira irrevogável e irrestrita. A autora sugere a distinção entre duas categorias: pessoas naturais (verbalizam e agem por si só) e pessoas artificiais (verbalizam e agem por *outrem*). Aqui se encontra uma ideia de representação por autorização, na qual há uma transferência do poder do autor (representado) para o ator (representante). Portanto, o sistema de representação inclui diferentes motivações e interesses, por isso, sempre estará posta uma tensão entre o ideal da efetividade do sistema de representação e aquilo que é realmente alcançado.

Embora assumida esta relatividade e institucionalidade, a autora evidencia a legitimidade dos procedimentos democráticos para garantir o êxito e estabilidade do sistema político. Por isso, situa a disputa pelas diferentes concepções de representatividade na polêmica sobre o mandato e a independência: um povo ativo e com envolvimento político é livre, ainda que as instituições representativas, inicialmente projetadas para abrir domínio público, sirvam para desencorajar essa cidadania ativa. Pitkin (1967) considera impossível a igualdade neste tipo de relação contratual, visto que a vontade pessoal ou uma pessoa não podem se expressar plenamente através de *outrem*⁷².

Sobre isso, Urbinati (2006), ao relacionar a representatividade à tradição do debate sobre a questão eleitoral, considera a separação histórica entre sociedade e Estado, uma transição das relações entre os delegados e suas comunidades para formas de unificação totalmente simbólicas e construídas politicamente. Por outro, a dissociação dos candidatos de suas posições ou classes sociais, destacou o papel das ideias na política, idealizando o processo de

⁷² Pessoa que não participa do processo de comunicação ou cuja menção é imprecisa ou indefinida (Dicionário de língua portuguesa Houaiss).

representação, não reduzindo-a nem a um *contrato* (de delegação), firmado através das eleições, nem à *nomeação* de legisladores como substitutos do soberano ausente, visto que a natureza da representação consiste em ser constantemente recriada e dinamicamente ligada à sociedade. De modo geral, qualquer reivindicação que os cidadãos tragam para a arena política e queiram tornar um tema de representação será invariavelmente um reflexo da luta para redefinir as fronteiras entre suas condições sociais e a legislação. Portanto, nas disputas para inserir as condições sociais na agenda política, a autora compreende que:

A representação política invalida a opinião de que a sociedade é a soma de indivíduos dissociados que competem e se unem, votam e agregam preferências por atos discretos de livre escolha e cálculo instrumental. Ela se contrapõe a uma concepção da democracia como uma multidão numérica de unidades singulares ou associadas forçadas a delegar seu poder pela simples razão de que uma multidão não pode ter uma vontade, não pode exercer nenhum poder ou ser um governo. Uma política representacional concebe a sociedade democrática como uma malha intrincada de significados e interpretações das crenças e opiniões dos cidadãos a respeito de quais são seus interesses; crenças que são específicas, diferenciadas e sujeitas a variação ao longo da vida real das pessoas. A democracia é única porque extrai das diferenças a força para a união – as pessoas são capazes de se unir na diferença, sem se abstrair de suas diferenças. (URBINATI, 2006, p. 210)

Assim, atentando-nos para a necessidade da democracia como mediação dos interesses plurais e das diferenças existentes, demarcamos a ideia de que a representação não passa apenas pelo crivo de um representante. Por isso, Urbinati (2003) sugere que uma teoria da representação deveria ser capaz de explicar os eventos de continuidade bem como as crises, além de envolver a ideia de que o povo soberano conserva um poder (negativo) que lhe permite investigar, julgar, influenciar e reprovar seus legisladores. Para ela:

A representatividade consiste na norma em relação ao poder negativo dos cidadãos tanto como força revigorante quanto como um indicador que, à semelhança de um termômetro, sinaliza o status da “força integradora” que liga os eleitos e a assembleia que sedia a sociedade. Como oposto simétrico à comunicação enquanto “força socialmente integradora”, o poder negativo dos cidadãos combina as normas de comunicação deliberativa (reciprocidade publicidade) com a representatividade do representante. (URBINATI, 2006, p. 209)

Ao problematizar a necessidade de uma representação democrática, a autora pressupõe a democracia representativa como um fator de estabilidade. Nela, os eleitores não são meras quantificações, mas espelham a complexidade de opiniões e de influência política. Isso é importante porque, quando traduzimos ideias em votos, tendemos às vezes a nos esquecer dessa complexidade e assumir que os votos refletem preferências individuais, ao invés de representarem opiniões. Para a autora, o voto direto ou a “democracia imediata” não cria um processo de opiniões nem permite que elas se baseiem em uma continuidade histórica, pois faz de cada voto um evento absoluto e, da política, uma série única e discreta de decisões. Por isso

compreende a representação como a possibilidade da população se identificar politicamente e influenciar a direção política do país; sua natureza ambivalente – social e política, particular e geral – determina sua ligação inevitável com a participação. Assim, com a participação, essa ideia se transforma e expande a política ao permitir que o social seja traduzido no político e promover a formação de grupos e identidades políticas. Essa formação advém das divisões sociais, que se tornam políticas ou adotam uma linguagem política, e desenvolvem uma identidade na arena pública de opiniões e tornam-se mais inclusivas ou representativas de uma visão mais larga de interesses e opiniões. Portanto,

A representação política atesta o fato de que, embora a democracia possa ser explicada em termos de regras do jogo, a participação dos cidadãos não é um jogo neutro, mas uma forma concreta de se promover concepções e de se identificar com aqueles que as apoiam ou fazem alegações convincentes em sua defesa. É por isso que a representação é “problemática” quando analisada em relação à democracia. Ela é problemática porque não pode nunca ser corroborada por e concebida nos termos de representantes que saibam efetivamente o que as pessoas desejam, e porque as expectativas das pessoas e as realizações de seus representantes jamais irão corresponder com exatidão. Ao mesmo tempo em que desafia o cognitivismo, a representação democrática depende de muito mais do que simplesmente procedimentos eleitorais. Ela requer robusta autonomia local e liberdade de expressão e associação, bem como certa igualdade básica de condições materiais. (URBINATI, 2006, p. 224)

Esta complexidade está posta em nossa pesquisa, já que a representação e os desejos de que ela aconteça estão para além da presença e dos protocolos das instituições e suas tradições, na unificação e dissociação de interesses e identidades. Diante disso, buscamos identificar a existência e compreender a funcionalidade dessas representações dos movimentos contemporâneos, considerando a democratização de suas práticas.

5.2 A REPRESENTAÇÃO COMO *RELACIONAMENTO*

Quanto à representação política no âmbito institucional, vários estudos apontam a necessidade de inovações democráticas e a compreensão desta atividade como um relacionamento que precisa ter caráter contínuo, para além de um processo contratual ou eletivo.

Íris Young (2006) enfatiza que os representantes só poderiam expressar devidamente a “vontade do povo” se agissem e fizessem como se eles estivessem presentes. Nessa concepção, o representante substitui os eleitores, pondo-se com eles numa *relação* de identidade. Para a autora, não é possível a uma pessoa apresentar-se no lugar de muitas outras para falar e agir

como essas o fariam se estivessem presentes. É impossível captar os atributos essenciais dos eleitores, o singular bem comum que transcende a diversidade de seus interesses, experiências e opiniões. Assim, se a representação é necessária e, em simultâneo, requer a *presença de cidadãos*, então *a representação seria necessária, mas impossível*. Neste sentido, a representação política não pode ser pautada por uma lógica identitária, ou seja, não deve ser pensada como uma relação de identidade ou substituição, mas como um processo que envolve uma relação mediada *dos eleitores entre si* e com um *representante*, não reduzindo muitas vontades a uma única vontade. Portanto, a autora sugere conceituar a representação como *différence*, que significa o reconhecimento e afirmação de uma separação entre o representante e os representados, que mantêm sua pluralidade, sem requerer sua unificação numa identidade comum. Neste caso, são tidos como similares sem serem idênticos.

Nesta construção de pensamento, Young (2006) defende que o representante inevitavelmente irá se afastar dos eleitores, mas também deve estar de alguma forma conectado a eles, assim como os eleitores devem estar conectados entre si. Por isso, os sistemas de representação por vezes deixam de ser suficientemente democráticos não porque os representantes deixam de agir pela vontade dos eleitores, mas porque perderam a conexão com eles. Assim, nas democracias de massas modernas, as relações entre representantes e eleitores de fato se rompem facilmente, daí a dificuldade de mantê-las. Logo, “um processo representativo é pior enquanto a separação tende ao rompimento e melhor enquanto estabelece e renova a conexão entre os eleitores e o representante e entre os membros do eleitorado” (YOUNG, 2006, p. 152). Neste sentido, seria necessário conceber a representação como um processo diferenciado e mediado no espaço e no tempo, de maneira que propicie uma forma de pensar conjuntamente sobre esses diferentes aspectos, na qualidade de um relacionamento prolongado entre os eleitores e seus agentes, oscilando entre momentos de autorização e de prestação de contas.

Numa autorização eficaz, uma esfera pública de discussão define uma agenda de questões e os principais pontos de disputa ou de luta. Sobre isso, entendemos que as eleições são o meio mais comum e mais óbvio de autorizar representações, mas, às vezes, prevalecem outras formas de seleção delegatória de representantes para organismos de discussão e tomada de decisões. Pensando nisso, Young (2006) sugere a democratização dos espaços representativos, trazendo a inclusão e a deliberação como elementos fundamentais para o exercício participativo. Assim, “para que os processos parlamentares sejam efetivamente representativos, e não meramente uma etapa em que as elites desempenhem seu papel conforme

seus próprios roteiros, o processo democrático da autorização de representantes deve ser **tanto participativo quanto inclusivo em sua deliberação**” (YOUNG, 2006, p. 153 – grifo nosso). A autora considera que a responsabilidade do representante não é simplesmente expressar um mandato, mas participar das discussões e debates com outros representantes, ouvir suas questões, demandas, relatos e argumentos e com eles tentar chegar a decisões ponderadas e justas. Nesse sentido, todas as democracias representativas podem ser aperfeiçoadas, especialmente por meio de procedimentos e fóruns complementares que possibilitem aos cidadãos discutirem entre si e com os representantes suas avaliações acerca das políticas e das decisões que apoiaram.

O percurso feito indica que, além de uma necessária conexão entre os espaços representativos institucionais e as demandas e os tempos sociais, é fundamental estabelecer e manter processos de representação inclusivos e que estejam para além de elementos eletivos e votos quantificáveis. Relacionando essa discussão à nossa pesquisa, indagamo-nos se *essa representação política ou determinadas formas de representação vêm sendo substituídas por outras, tendo em vista o esgotamento de diálogo ou de representação nos espaços tradicionais de participação. O que as experiências investigadas nos revelam sobre isso?*

5.3 OS DIFERENTES NÍVEIS DA REPRESENTAÇÃO

Na produção de conhecimento que envolve o tema da representação/representatividade, identificamos alguns estudos que colaboram para perceber “possíveis” níveis ou modos em que essas atividades políticas podem acontecer.

Joana Moura (2014), ao analisar a representação política dos movimentos sociais no Colegiado Territorial do Mato Grosso/RN⁷³, considerou as lutas políticas pesquisadas ali como “campo de força relacional”. Sua pesquisa evidenciou que nem todos os representantes conseguiam ter o respaldo da base, necessário para serem legitimados na representação política dos movimentos sociais no colegiado. Para ela, essa legitimação se ancorava muito mais na experiência política do porta-voz de participação do que em outros espaços de discussão, o que levou à identificação das tensões mais presentes: a) quando as lideranças eram obrigadas a fazer negociações, muitas vezes não definidas pelo grupo; b) quando os membros do grupo não se

⁷³ Também denominado fórum ou conselho.

sentiam representados, portanto, a representação perdia a base na mesa de negociação. Com isso, concluiu que um dos dilemas representativos é a diferenciação entre as regras da mesa de negociações e as regras da base.

Ao estudar o discurso representativo no movimento social dos surdos, Rejane Garcez (2017) concluiu que a *autoridade representativa tinha fundamento na coletivização das questões*. Isso apareceu tanto na análise da representação em âmbito jurídico, na conferência de direitos, como também num grupo de lideranças no *Facebook*, contendo *ideias de amplo interesse* através de histórias comuns aos surdos. Nessa investigação, “falar em nome de” esses representantes lança olhares capazes de revelar a complexidade da representação, considerando os múltiplos fatores sociais, culturais e aspectos não apenas substantivos, mas também simbólicos. A autora adverte que não se trata de um “vale tudo” em que todos podem falar em nome de todos; a legitimidade e autoridade da representação deriva da conjugação dialógica entre elementos extraídos de *quem, o que e como representa*, bem como *entre audiência, representante e objeto representado*.

Enquanto considera que a coletivização de interesses, seja em grupo identitário ou em toda a sociedade, é uma importante fonte de autoridade, destaca por outro lado que *essa coletivização apresenta nuances distintas, estabelecendo diferentes concepções*. Diante disso, a autora sugere um conjunto de *fontes de autoridade* que legitimam a representação:

Quadro 1 – Fontes de autorização para representação
(conteúdo adaptado e reorganizadas nos objetivos desta pesquisa)

A.	história pessoal	experiências vivenciadas ou presenciada
B.	história de um grupo	Vivências comuns a surdos de todo o mundo, como a exclusão, proibição do uso da língua de sinais, criação de instituições escolares históricas, marcos e eventos importantes
C.	identidade adscritiva	características comuns a pessoas de um grupo, expressa nos corpos ou no modo de comunicar
D.	autodescrição	reforço da identidade adscritiva
E.	credencial	menção ao próprio cargo

F.	“expertise” científica	conhecimentos científicos sobre o tema
G.	expertise profissional	experiências e conhecimentos práticos, adquiridos por meio da profissão
H.	expertise legal	conhecimentos da legislação e de políticas públicas
I.	amplo interesse	interesse com a uma maioria
J.	ações desenvolvidas	ações políticas e resultados dessas ações

Fonte: o Autor, 2021

Sua pesquisa, portanto, evidencia que *nem sempre as fontes de autoridade são acionadas por mecanismos verbais*, mas podem também passar por outros aspectos como a presença física das pessoas, denominada pela autora como identidade adscritiva. Assim, considera que a inclusão é compreendida como princípio desejado por todos, mas, no caso estudado, a justificativa de que a educação deveria ser para todos provocou o apagamento das diferenças presentes no grupo, na contramão do fato de a escola bilíngue não ser segregadora, mas promover a inclusão e também uma educação de qualidade.

Relacionando esta discussão aos estudos de Young, essa coletividade dos interesses chama a atenção não apenas para o papel dos representantes, que não podem assumir a identidade dos outros, como também para as dinâmicas, os modos e os espaços dessa representação: “O representante não pode retratar nem a identidade de qualquer outra pessoa, nem a identidade coletiva de um eleitorado. (...) A democracia também pode ser fortalecida mediante a pluralização dos modos e espaços de representação.” (YOUNG, 2006, p. 157).

A autora defende que as diferentes formas de representação são um valor importante para a democracia, especialmente como expressão de vontades múltiplas, e enfatiza que os aspectos identitários e de afinidades são numerosos, por isso sugere pelo menos três modos gerais pelos quais uma pessoa pode ser representada: a) interesses; b) opiniões; e c) perspectivas. Em sua concepção, *uma pessoa pode ser representada de diversas maneiras*, num contexto político específico, *em cada uma dessas modalidades*. Vejamos:

Quadro 2 – Modos de representação

A.	Interesses	aquilo que afeta ou é importante para os horizontes de vida dos indivíduos ou para as metas das organizações. Um agente individual ou coletivo com interesse naquilo que é necessário ou desejável para que sejam alcançados os fins que se almeja.
B.	Opiniões	princípios, valores e prioridades assumidos por uma pessoa, que fundamentam e condicionam seu juízo sobre quais políticas devem ser seguidas e quais fins devem ser buscados. Essas opiniões podem ser religiosas, se basear em sistemas de conhecimento disciplinares, em opiniões políticas ou princípios normativos. A exemplo disso temos os partidos políticos que são o veículo mais comum para a representação de opiniões.
C.	Perspectivas	processo relacional ou modo como se vê os eventos sociais e seus condicionamentos. Neste caso, os grupos seriam lidos não apenas pela leitura dos outros, mas compreendidos a partir de seus próprios posicionamentos. A partir das suas posições, trazendo uma experiência ou um ponto de vista particular, principalmente por participar historicamente das questões em pauta.

Fonte: o autor, 2021

Essas contribuições teóricas de Garcez (2017) e Young (2006) possibilitam compreender essas diferentes posições e visões dos grupos investigados acerca da temática e da prática da representatividade.

5.4 A *INCLUSÃO POLÍTICA* COMO POSSIBILIDADE DE DESESTABILIZAÇÃO DOS PADRÕES DE PODER

Historicamente diversos grupos sociais e movimentos sociais vêm pautando questões sobre as presenças e ausências percebidas nos espaços de organização política e de interesse coletivo. Há uma razão importante para denunciar as estruturas de privilégios e demandar a esses espaços a inclusão de alguns sujeitos silenciados ao longo da história e vitimizados pelas desigualdades perpetuadas pelo sistema político e os demais sistemas de operação da vida social.

Como visto, essa prática da representação específica de minorias também pode ser controversa e alvo de muitas críticas. Há posicionamentos que ensejam a manutenção das diferenças sociais em vez de reduzir as desigualdades. Pensando nisso,

Os membros de um grupo de gênero, racial, etc. têm histórias de vida que os tornam muito diferentes entre si, com diferentes interesses e diferentes posicionamentos ideológicos. Assim, o processo unificador requerido pela representação de grupos buscaria congelar relações fluídas numa identidade unificada, o que pode recriar exclusões opressivas. (YOUNG, 2006, p. 164)

Conforme a autora, precisamos rever a hegemonia liberal, que busca certa unificação dos grupos, pois nenhum representante único poderia falar por qualquer grupo, já que os indivíduos que o compõem mantêm relacionamentos não lineares. Da mesma forma, somente com o aumento desta representação seria possível promover essa maior inclusão das pessoas na agenda pública, pois, mesmo que as propostas dos grupos sejam controversas, as exclusões estruturais que motivam tais propostas parecem permanecer em muitas sociedades, configurando um campo de embate:

Muitos duvidam que a representação específica de grupos sociais promova justiça ou tenha pertinência. Alguns afirmam que os indivíduos devem contar diretamente com as instituições políticas, sem a mediação de grupos, e que a agregação de votos individuais em distritos eleitorais para eleger representantes é a única forma de implementar tal individualismo político. Outros, como já aponte, consideram a representação de grupos suspeita de uma essencialização enviesada e equivocada. (YOUNG, 2006, p. 171)

Considerando a representação como atividade política, mesmo limitada, é importante reconhecer seu princípio de promoção da justiça. Em qualquer forma que assuma, essa prática não deve ser concebida somente como referência neutra e nem se ater aos formatos presentificados.

Todos os sistemas e instituições de representação agrupam indivíduos de acordo com certos princípios, e nenhum deles é inocente ou neutro. Qualquer forma ou sistema de representação coloca o problema de haver “um só para muitos” (...) Além disso, os indivíduos são mais bem representados quando os organismos de representação são plurais e quando os indivíduos têm relacionamentos plurais com os representantes, tanto nas associações civis quanto nas organizações políticas. (YOUNG, 2006, p. 173)

Como sugerido pela autora, garantir formas diferenciadas de representação pode estimular a participação e o engajamento político dos grupos e das pessoas subalternizadas, além de despertar para o próprio sentimento de estar representado. Essas múltiplas formas de representações podem colaborar para o aprofundamento da democracia, já que o encorajamento às atividades autônomas e plurais das associações civis propicia aos indivíduos e aos grupos sociais, em sua própria diversidade, uma inestimável oportunidade de serem representados na vida pública. Logo, a prática representativa não pode ser confinada aos organismos públicos oficiais, uma vez que a organização e a mobilização nas esferas públicas da sociedade civil estão entre os meios mais efetivos de manter as conexões e efetivar direitos.

5.5 OS MOVIMENTOS SOCIAIS COMO REPRESENTANTES *NÃO ELETIVOS*

Ainda neste campo institucional, outra questão importante em nossos estudos é o lugar dos movimentos sociais na gestão do conflito e no papel das representações/representatividades. Pelo que percebemos, essa natureza representativa, contida nas variadas ações coletivas e nos movimentos sociais, está estruturada em outra relação contratual ou de relacionamento com a legislação, ou o próprio Sistema Político⁷⁴. Algumas reflexões nos ajudaram a compreender que os movimentos sociais, de maneira geral, têm colaborado não apenas para dinamizar e aperfeiçoar essas práticas representativas, como também para qualificar o exercício democrático.

Considerando as possibilidades e limites da organização política, a representação se apresenta enquanto atividade engendrada e alicerçada numa perspectiva da democracia representativa. Deste modo, ela pode ser significada como uma conquista, mas também pode ser lida sob diversas perspectivas. Segundo Avritzer (2006), essa trajetória democrática traz valores como a liberdade de expressão e associação; de votar e de ser votado; de ter a igualdade como parâmetro para a constituição do poder político; e a importância de se ter regras objetivas

⁷⁴ O conjunto de organizações, normas e regras políticas/ burocracia pública/ em que se exerce a tomada de decisões ou influencia-se nos processos decisivos direta ou indiretamente (AVRITZER, 2006, p. 17).

e bem definidas, às quais todos, governantes e governados, devem respeitar. Porém, também sabemos que falta muito para que haja uma democracia social (participativa) e não apenas democracia política. Ao lidar com este fenômeno, verificamos que a participação e a representação não são necessariamente complementares e, em certa medida, pode até estar contrapostos, razão pela qual tanto a participação quanto os mecanismos de representação precisam ser democratizados.

Dialogando com essa perspectiva, assumiremos essa concepção de Rejane Garcez (2015), que considera os movimentos sociais como representantes não-eleitorais. Nesta ideia, a representação se daria fora dos movimentos eleitorais, englobando as perspectivas formal e informal da política. Essa concepção não se refere, exclusivamente, a uma ideia de representação de pessoas, mas também de perspectivas, valores ou discursos. Por essa razão, a representação política “discursiva” seria então um meio de conduzir aos processos de pertença e identificação, de forma muitas vezes conflitiva e estratégica, mas sempre interacional e dialógica, como meio de organizar internamente este grupo, mesmo que provisoriamente. Portanto, acreditamos que a representação exercida pelos movimentos sociais, enquanto organiza e delimita o grupo e as ações coletivas, constrói discursos para fora dele, no sentido de pluralizar essa prática nas diversas instâncias sociais. Uma das consequências de sua ação nesse âmbito é que os movimentos sociais têm desempenhado importante papel ao inserir novos temas e sujeitos na arena pública.

Nessa perspectiva, compreendemos que os movimentos sociais, ainda que não eleitos formalmente, têm se organizado a partir de fecundas dinâmicas representativas. Por isso, conforme Garcez (2015), essa abordagem supera as dimensões exclusivamente conflitiva ou estratégica dos movimentos sociais, o que nos demanda aprimorar o olhar sobre a ação e os atores engajados em uma política de significação, verificando seus processos e as lutas para (re)estabelecer novos enquadramentos da própria ação coletiva.

5.6 A REPRESENTATIVIDADE NUMA PERSPECTIVA *CONTRA-HEGEMÔNICA* E NO CONTEXTO DOS ESTUDOS *BIOPOLÍTICOS*

Ao contextualizar essa discussão, consideramos necessário valorizar outras insurgências acerca deste debate, principalmente a partir das seguintes questões: a) a temática da

representatividade precisava ser compreendida para além do sistema político; b) seria necessário garantir pontos de vistas distintos que colaborassem para a expansão do tema e de suas abordagens; c) para atualizar esse debate seria necessário considerar não apenas uma proposta de aporte teórico, como também lidar com as experiências e questões suscitadas no trabalho de campo.

Sobre isso, percebemos a limitação de abordar a representatividade enquanto questão da política institucional e a necessidade de levar em consideração sua estruturação no contexto eletivo. Além disso, por mais que fosse tratada pela via institucional, essa pauta convivía com outras formas instituídas que tanto precediam a noção institucional, na configuração da democracia a partir do Estado moderno, como também vinha sendo produzida na reflexão da própria condição humana, ainda que contida em outros significados. Nessa perspectiva, vimos como necessário reconhecer as heranças, as precariedades, as continuidades e a concentração de desigualdades, que demarcaram historicamente certas populações, apontando para nós quais sujeitos poderiam colaborar com nossa pesquisa, bem como os sentidos e chaves presentes em suas leituras de mundo.

Essa concepção do biopoder ou da biopolítica é bem recente e tem sobressaído na produção de estudos acadêmicos sobre as novas coletividades e agenciamentos dos atores coletivos, especialmente nos estudos do Direito. Nesta concepção, a vida social está em primeiro plano e é a partir da experiência social que precisamos teorizar o mundo e a relação dos sujeitos entre si. Essa abordagem sugere um olhar para uma racionalidade política da governança de um povo, que permita também identificar a capacidade de reação de populações intencionalmente vulnerabilizadas e problematizar as nomeações e sentidos construídos nas relações entre ser e não ser humano, ou ser e não ser reconhecido e ter voz ativa e validada na convivência social e na cena pública. A partir dessa capacidade de recriação e rebelião social, esses estudos revelam a possibilidade de rearticular e construir novas formas de luta pela sobrevivência, especialmente a partir dos estudos foucaultianos e da noção de que o poder se constitui nas relações concretas e que é na interação que os corpos produzem transformações.

Dentre essas posições teóricas, encontramos os estudos pós-coloniais, que tratam questões da modernidade e as relações de poder, reconhecendo as minorias e suas identidades sociais de forma contextualizada e focada numa história contada “pelos perdedores” ou “colonizados”, sobretudo numa vigilância e sobreposição do poder eurocêntrico. Estudos como esses anunciam novos pontos de vista sobre a cultura hegemônica, a partir da cultura local e da

ótica das identidades, em que a migração e diáspora aparecem como categorias fundamentais para observar os dilemas da representatividade, bem como para compreender as lógicas coloniais modernas no contexto da globalização (BALLESTRIN, 2013, p. 94).

5.7 DILEMAS DA REPRESENTAÇÃO E O SENTIMENTO DE REPRESENTATIVIDADE NAS COLETIVAS

Para compreender como as coletivas tratam a questão da representatividade e se suas práticas substituem outras formas de representação políticas, identificamos, ao longo do acompanhamento e nas conversações, alguns elementos discursivos e da interação que explicitam os dilemas da representatividade, incluindo as razões para se sentirem ou não representados pelos grupos, pessoas e dinâmicas políticas em que estão inseridos e a relação entre representatividade e identidades políticas.

Começando pela coletiva DiverCidade PL, uma integrante relata a importância da atuação da coletiva na cidade de Pedro Leopoldo, especialmente por buscar responder a questões concretas do território, como na campanha para baixar as passagens dos ônibus. Essas seriam qualidades para se sentir bem representada.

Na verdade, assim, é um único grupo que trabalha a questão social de verdade na cidade. Que trabalha com afinco, que corre atrás, que quer fazer, sabe? Os outros grupos sempre têm interesses por detrás. E a maioria desses grupos políticos acabam ficando no sentido de voto mesmo. Eu sei que essa bandeira de ter a passagem mais barata. O grupo... que a DiverCidade levantou não teve vereador nenhum que apoiasse. É porque é um monopólio né? Eles estão apoiando o prefeito, né? E já tem esse monopólio dentro da prefeitura e não tem interesse em mudar não. Eles não têm interesse de mudar. (Conversação, Adriana, Coletiva DiverCidade PL)

Sobre essa relação entre a representação da população e a política institucional trataremos melhor abaixo. Mas, voltando à discussão anterior, Gael expressa sua satisfação por os membros da DiverCidade se sentirem representados, mas aponta como satisfação maior o reconhecimento e afirmação da coletiva pela comunidade.

A DiverCidade, com todos os problemas que a gente tem, né?, de organização e tudo mais, a gente acaba sendo um vetor político muito importante e que de certa forma dá resultado aqui na cidade, saca? E tem uma representatividade mais coletiva. E hoje já é uma referência na cidade, com todos os seus problemas. Mas já é conhecida e a gente tá na construção. (...) O mais legal... não só a gente que tá na coletiva, mas, na minha opinião, a própria população se vê representada pela DiverCidade, saca? Virou uma certa referência. Por um lado eu acho sensacional né? porque tipo alguém está falando o que a população quer ouvir. O que a população quer falar. Mas eu acho ruim

no sentido de a gente, às vezes, ser mais ativo que o poder público, sabe? Parece que a gente tá tomando a responsabilidade pra gente. Então é meio que isso. (Conversação, Gael, Coletiva DiverCidade PL)

Gael chama-nos a atenção para o papel da coletiva na luta pela garantia de direitos e os bons retornos dados pela população, o que referenda o trabalho, mas não significa assumir as responsabilidades que cabem ao poder público. Ingryd, da mesma coletiva, destaca a importância de se ter bons processos e mediações para o sucesso de uma atuação grupal.

A coletiva me representa por ser um contraponto dentro da cidade, totalmente tradicional... é... me sinto muito representada e me sinto representante dentro dela, porque é um espaço aberto. Otávio que, para mim, é o principal idealizador, é uma pessoa de uma comunicação muito receptiva, muito educada. Então, esse espaço que ele abre... o que eu acredito que ele conseguiu colocar como ideologia dentro da coletiva e todos nós fomos construindo essa ideia de abertura mesmo. Tipo assim, você é e você é bem-vindo. E isso me representa. Claro que para mim que sou de esquerda... e... assim tenho identificação com as pautas. A gente é aberto também pra pessoas de direita. Isso nunca foi... isso ninguém chegou para fazer. Eu até já convidei pessoas que são de direita pra participar, mas elas se sentem acudadas, não se sentem com o espaço da palavra. Mas, pela tese, a pessoa imagina mais do que tenta, porque quem foi e tentou o diálogo foi bem recebido. E foi escutado e teve uma posição respeitada, porém pela maioria ser de esquerda, a maioria ter um posicionamento mais à esquerda, as pessoas de direita não se aproximam tanto. E não é como se a gente ficasse chamando... também e o tempo inteiro. Agora vai vir as eleições, uma coisa que a gente quer fazer é promover debates numa comunicação não violenta, uma comunicação bacana, uma comunicação que realmente constrói e desconstrói, mas né? Essas são metas a serem concorridas assim... complicado, mas tem que tentar né? (Conversação, Ingryd, Coletiva DiverCidade PL)

Ingryd reconhece os esforços de uma das suas lideranças que consegue aproximar pautas e grupos que pensam e agem diferente, colaborando para a consolidação de uma outra cultura menos violenta e com abertura e diálogo para convergir ideias e concepções diferentes em projetos comuns de transformação do mundo. Neste sentido, considera essa postura como aquilo que faz sentido para que ela se sinta bem representada. Ao mesmo tempo, lembra que a maioria do grupo tem uma ideologia de esquerda, o que acaba afastando outras pessoas. Estaria aqui um dos pontos de conflito sobre a diversidade no processo de trabalho coletivo, demarcando como uma tarefa política por excelência o desafio cotidiano da arte das relações.

Nessas análises, identificamos que a liderança passa pela coletivização do sentimento de representatividade, especialmente pelos valores que promovem a participação e o diálogo. Neste caso, a identificação das interlocutoras se deve à valoração positiva do perfil dessas pessoas que estão à frente dos grupos, especialmente por produzirem práticas na contramão de uma atuação autoritária; isso faz com que se sintam mais partícipes do processo, mais representados e também representantes de um projeto coletivo almejado, reforçando a motivação para participar, como outra colaboradora reforça:

O grupo funciona bem porque tem um líder com uma cabeça excelente, que é o Otávio, e ele trabalha na comissão também do LGBT. Tanto que teve o evento deles e foi o maior sucesso né? Acho que eles têm uma cabeça mais... como que vou falar? (pausa)... Não são muito abertos a aceitar mais sugestões! Agora, é... tem outras pessoas dessa comunicação, acho que a liderança deles é muito... ah, não sei... como dizer assim, sabe? É difícil você chegar e expor uma ideia, porque já tem uma ideia, já tem uns pensamentos... um percurso para seguir, entendeu? Igual quando eu falo de tá fazendo uma conversa com as autoridades, pra tá passando esses fluxos... nossa, tem horas que eu conversei aqui... sabe... pessoas que conversei, que tomei iniciativa... que eu acho que tenho que me controlar, que foi conversar com o sargento e expor o que aconteceu [essa interlocutora havia identificado violência de gênero], e aí ele poder marcar alguma reunião. Aí... quando eu conversei com esses agentes, nossa eles se prontificaram. Na hora que coloquei isso lá no grupo [Coletiva DiverCidade] e já passou... nó... acho que os passos não foram legais... com essa coisa das autoridades policiais. Nossa... massacrou, sabe? Então, assim, falta mais isso mesmo. Enquanto o grupo nas reuniões abertas... eu sei que na região aqui que eu moro, que é a área rural, eles foram muito abertos neste sentido. Igual eu te falei tem um grupo que eles são muito... o mais aberto do grupo da DiverCidade é o Otávio. Mas os demais eu acho que são mais fechados. Acho que são meio que donos do DiverCidade, sabe? É até difícil chegar e ter um diálogo mais aberto. Eu vejo essa dificuldade. (...) é um grupo de diversidade! Ué... tem que ficar mais aberto né? (Conversação, colaboradora, DiverCidade PL)

Essa dimensão e capacidade de lidar com o conflito é a grande potência do trabalho em grupo, conforme viemos desenvolvendo. Nesta passagem, essa interlocutora lembra-nos que um grupo vive experiências mais abertas ou fechadas, a depender de cada situação, mas, ao mesmo tempo, considera as boas relações pessoais, a aproximação e a reflexão do processo como uma tarefa de todos para qualificar a ação coletiva. Da mesma forma, Ingryd também trouxe ressalvas sobre os valores da liderança no grupo.

Acabamos tendo o consenso a partir de uma ideia coletiva. Então, decidimos as coisas mais pela questão da empatia e da coletividade. Esses são conceitos que trabalhamos na coletiva. Também coerência e participação. Como falei, o Otávio é uma figura que não é autoritário, a Silvia pode ser vista como uma boa liderança, muita garra e representante da história na cidade e também uma representação física. O Kelsen, por ser advogado, tem muita habilidade na oratória, eu posso ser vista por ter coragem, enfim... acaba tendo a ver com o reconhecimento e a atuação num processo coerente. Por isso, temos um núcleo de lideranças, um núcleo aberto. E, na medida que as pessoas vão participando mais, elas também vão fazendo parte deste núcleo naturalmente. (...) [porém, muitas vezes] as pessoas acabam ficando muito ligadas ao ego e voz que se sobressai mais. Quem tem a voz maior! Por isso, pra nós a horizontalidade é a desconstrução da posse. E acabamos nos educando aos poucos. (Conversação, Ingryd, Coletiva DiverCidade PL)

Ingryd lembra que existem diversas formas de lideranças no grupo e as habilidades de cada pessoa colaboram para o trabalho em conjunto. Numa dessas identificações, a coelaboradora compreende que muitas vezes as relações de poder e as vontades pessoais acabam destituindo alguns processos, mas percebe que, enquanto participantes da coletiva, vão se educando no contexto dessas relações e construindo consensos a partir do que experimentam.

Outra captura importante, nessa condição do reconhecimento, está relacionada aos conflitos e pontos de divergência sobre as demandas de cada participante do grupo nas lutas que desejam atuar na cidade. Vejamos,

Na Ocupação tem gente que entra, tá morrendo, sendo torturada. Estão acabando com nossos meninos. Estão matando nossos jovens. Veem a gente como pesado. Dá impressão que não tem amor. Não é! Sou legal e amo. Porém é um amor muito voltado pro povo. Não pra elite. Tô me sentindo muito cansada... sentindo sozinha (...) A gente conta uma história só pra servir. Nos emocionamos ao falar das nossas histórias como candidatos negros. Eles querem a gente na luta, no embate. Mas não dizem que a gente pode. Nem sei quanto um vereador ganha. Partidos fazem sentido junto com o povo. E essa é a voz que a gente quer. Voz enquanto mulher agredida – calada – para estar conosco na marcha das mulheres. Mulheres trans – não têm emprego, sem roupa, sapato. Fingem que não existem na cidade. Eles têm a preferência deles e eles deixam isso claro. Não quero trazer isso como divisor de águas, mas é meio que consequência de um racismo estrutural. Fazem de forma imperceptível. Acabamos vivendo um modismo de pauta. Vazia de sentido, pois não se pratica. Servir de laboratórios – não vive a experiência. É fácil dizer que tá. Mas, estamos neste processo... Ônibus, 7 km, kilombo – estrada de terra – a noite não tem ônibus, precisa ter estratégia de mobilização. Se saírem de lá perdem a terra. (...) Estou muito desiludida (...) . Algumas pessoas queriam que eu saísse pra maioria [eleições municipais], mas era lugar de homem branco. Aí a coisa deu uma esfriada. Nem querem saber se estou bem ou não. (...) O branco é assim. (...) Eu só sirvo para entrar no embate. (...) Quando pensamos algo, as pessoas respondem “quando quiser eu faço. Na hora do meu tempo”. Tem uma desautorização! (...). Mas acho que é falta de maturidade política. (Conversação, colaboradora, Coletiva DiverCidade PL)

Essa reflexão expressa certa desautorização e falta de apoio em momentos que se espera mais das pessoas. Nesta fala, inferimos questões sobre a qualidade das atuações e as disputas entre as identidades políticas, com consciência elaborada no contexto racial. Situações como essas evidenciam os conflitos como parte da vida em grupo, que podem gerar novas relações e promover rupturas da reprodução de estruturas hegemônicas, destituindo privilégios de alguns em detrimento de outros.

Para Gael, existe mesmo algum tipo de hierarquia no campo das relações de poder que passam pelas lideranças, sendo que

...a gente fica nesse dilema, tipo... o quê que é o militante da DiverCidade, sabe? É a pessoa que... por exemplo, quem tem mais voz também, sabe? meio que acaba que todo mundo tem a oportunidade de falar e tal. Entendeu, tipo, nas reuniões que a gente tem, tenta ter, periódicas, né? mas, tipo... acaba tendo esse rolê da influência também. né? A pessoa que está há mais tempo, ela acaba sendo mais influente no grupo. (Conversação, Gael, Coletiva DiverCidade PL)

Além das relações de poder e suas disputas, as conversações também apontaram questões da aliança para disputar a eleição no sentido de reunir diversas pessoas e concepções para fortalecer a estratégia de ocupação dos espaços da política institucional, conforme mencionam abaixo:

os corres das meninas, o corre de outra comissão, tudo passa pela política institucional. A gente tá querendo na verdade é construir junto, assim. Mas o sistema não permite. Não quer escutar. (...) Acho que esses movimentos de rua são importantes, porque são eles que estão na luta mesmo. Não é mandato que faz luta, assim. Mas a gente tem visto que, dependendo da necessidade, como a Câmara de Pedro Leopoldo, de 249 mandatos na história, teve só 4 mulheres. As 4 brancas, supostamente heterossexuais. A maioria lá é supostamente heterossexual, apesar de que a gente conhece que algumas não são... (risadas), mas acontece... E é isso assim... a predominância da velha política assim... de coronelismo, de gente que é de família, que consegue ir passando de pai para filho... e muito observando essas experiências de uma outra forma de fazer política... desde seu início... que tipo “não é um trem ser eleitoreiro!”... cheguei lá, vou fingir que sou diferente e vou continuar vendo. Tem coisas que acontecem na prática né? Então, a gente tem esperado e tentado construir algo, né? Agora... (...) a gente vinha muito pensando nessa questão da própria DiverCidade ser meio que um mandato, igual a Gabinetona. Só que também atualmente a gente enfrentou o problema que é tipo essa diferença partidária. E... enfim... Não pode mais dividir voto de legenda, tem que ser um partido único. E assim, quem constrói com PSOL quer construir com PSOL, quem constrói com o PT constrói com o PT, construir com PDT, com PDT... e isso é legítimo né? A gente tem... a gente tá meio que separado, mas a gente tá meio que criando uma forma de estar junto, assim. Acho que a DiverCidade vai acabar tendo um papel menor que a gente tava pensando nessa reunião da laje, que foi a que definiu os textos. Mas, da mesma forma, os partidos vão ficar mais presentes assim. Acho que ainda vai ter... eu não sei porque... tem coisas que ainda vão ser discutidas na reunião ainda. Já que teve esse embate, a gente tá meio que repaginando isso um pouco. Mas acho que vai continuar meio que uma ideia da DiverCidade ir pautando né... não sei como, mas vai continuar. (Conversação, Otávio, Coletiva DiverCidade PL)

A coletiva, apesar de considerar alguns grupos mais fechados e defensores de uma cultura política permeada de privilégios e heranças de poderes familiares, hegemonicamente centrados no masculino, têm atuado no diálogo “anti-raivoso” e sem impedir a construção com aqueles que pensam e agem diferente. Interrogado sobre como criar uma aliança tendo diferentes filiações partidárias, outro membro da coletiva DiverCidade, o Kelsen, comenta que estão com um grande desafio, mas têm realizado contato com o auxílio de grupos mais experientes, que já desenvolvem articulações desta natureza para ocupação da política institucional:

Esse é um diálogo difícil, mas temos tentado construir um diálogo respeitoso para ocupar a política. Aqui estamos dialogando com PT, PSOL, PV, PCdoB e PCO. Mas, neste momento, ficou mais difícil porque a legislação eleitoral mudou e não permite mais a construção de legendas em parcerias com outros partidos. As regras eleitorais não permitem mais isso. A grande questão é que uma candidatura enfraquece a outra. Estamos em diálogo entre movimentos de BH e Pedro Leopoldo, como no caso do “Nossa BH”, “Muitas pela cidade que queremos”, Mulheres do Sol de Sete Lagoas. Por aí... (Conversação, Kelsen, Coletiva DiverCidade PL)

Por meio da comissão “política na laje”, a coletiva chegou inclusive a realizar um seminário para discutir a formação dessa aliança.

Na verdade seria criar uma coligação da esquerda né? Tanto que teve uma reunião grande, até com o Partido dos Trabalhadores e o PSOL. Representantes que foi tipo uma... como é que eu falo... tipo um seminário..., né? e que foi muito bom. E depois deste seminário a cabeça mudou. Melhorou muito. E chegaram a um consenso, sabe? (...) uma comissão que é “Política na Laje”, que estão pensando possíveis candidatos da DiverCidade, na verdade, que serão os candidatos da DiverCidade e que se reúne para discutir o que vamos fazer né? E, nesse grupo também, só pra você ter uma ideia, tem um candidato do PT, que participa. Uma do PV, que tá participando. Tem candidato do... a maioria do PSOL... e eles estavam tentando fazer uma aliança, na verdade assim, se dentro da DiverCidade tem vários candidatos de partidos diferentes. Quem vai usar a DiverCidade? Entendeu? A avaliação era não usar a DiverCidade, ou ouvir e todos usarem a DiverCidade e tem vários impasses... eu sei pouco, mas eu ouvi que tem vários impasses porque o pessoal do PSOL queria só eles. (Conversação, colaboradora, Coletiva DiverCidade PL)

Como vimos no trecho acima, reunir uma diversidade de atores para concorrer às eleições não foi uma tarefa fácil. Falamos sobre isso em outro momento, mas percebemos aqui uma “cautela” no uso político da coletiva, mesmo que sua natureza seja de incidência política. Parece-nos haver um resquício da cultura tradicional dos movimentos sociais em não “misturar” o campo da política partidária e a luta nos movimentos sociais. Ao mesmo tempo, confirma pra nós que esta é uma das características dos “novos movimentos sociais”, que buscam atuar nos espaços políticos de forma híbrida, conjugando movimentos sociais e partidos políticos.

Além disso, as divergências são um bom termômetro para identificar o sentimento de pertencimento e representação. Neste caso, mesmo que a DiverCidade costume delegar as tarefas do cotidiano, com autonomia e autoconstrução de seus participantes, há situações que não estão livres da avaliação pelo coletivo. Por isso, perguntados sobre situações conflituosas, alguns participantes comentaram momentos que geraram estranhamentos ou que precisaram ser tratadas coletivamente. Vejamos:

Já aconteceu uma coisa chata, que foi a pessoa recebeu um convite que inicialmente foi desmarcado e depois, quando remarcado, a pessoa participou, mas nos informou depois. Isso foi chato porque a gente sempre fala que é importante a participação de pelo menos umas duas pessoas. (Conversação, Kelsen, Coletiva DiverCidade PL)

Vemos que as estratégias participativas da Coletiva passam pela dimensão pessoal, como o exemplo de um convite recebido em nome do grupo, mas também na implicação dos demais integrantes pela representação daquela pessoa. Assim, há uma “fusão” entre uma *concepção individual*⁷⁵ de representação e o pensamento “institucional/sistematizado” do grupo. Neste sentido, outra situação se localiza nessas circunstâncias. Vejamos.

⁷⁵ Essa situação também apareceu na análise da coletiva Manas, porém mais relacionada aos convites e pró-labores. Ver mais na página 143

(...) uma das membras da coletiva tava tentando puxar uma *live* né? pelo perfil da marcha das mulheres, que é um perfil, que é tipo um... braço da diversidade também né? e meio que ela fez muito de impulsividade, assim, ela meio que já fez o rolê e quando a gente foi na reunião para discutir sobre isso ela já tinha fechado tudo, então, sem consultar as outras pessoas. Aí uma outra integrante tipo questionou isso, né? mas que isso né... uma pessoa é mais impulsiva que as outras, não que elas são autoritárias e não respeitam a coletividade. É porque ela já estava encaminhada e foi, sabe? (sim) E foi... teve... um estranhamentozinho, assim, nada tão grave. (...) véi, tipo assim, acho que é até um erro nosso. De não fazermos um balanço depois de determinados ações. Porque assim, a gente não costuma... talvez vai depender do conflito, dependendo a gente vai resolver ali na hora e depois tipo, fica por isso mesmo. Sabe? (aham) Nada tão coletivo, assim, sabe? (Conversação, Gael, Coletiva DiverCidade PL)

Conforme trazido, nem sempre a iniciativa da pessoa é incoerente com o que representa o grupo, mas a forma como acontece ou o modo de envolver o grupo faz o conflito ser percebido como mais ou menos violento pelos demais participantes.

No âmbito das identidades políticas, essas questões também puderam ser percebidas, como no estranhamento de uma das participantes sobre a criação de uma comissão exclusivamente para mulheres negras. Vejamos:

Teve um grupo, que tem uma líder forte que ela já era também da coletiva antes de eu entrar... ela... é uma mulher... ela chegou perto de mim e falou assim... “Ah... tô querendo montar um grupo só de mulheres negras” e... só que assim ela falou, assim, ela é do PSOL e queria que essas mulheres fossem todas voltadas para o PSOL. Aí eu falei que não... para mim não rola, até mesmo porque eu sou filiada ao PT. Aí na hora que eu falei isso, acabou! (risadas). Tipo assim, foi como um balde de água fria. Entendeu? Então assim, o objetivo não é esse [de segregar politicamente o grupo por partidos políticos]. (Conversação, Colaboradora, Coletiva DiverCidade PL)

Pela própria dinâmica da DiverCidade, muitas vezes transbordam nas discussões questões específicas vinculadas a outros engajamentos e pontos de vista com diferentes formas de consciência envolvidas. Sobre isso, e na perspectiva desses estranhamentos identificados durante a pesquisa, essa colaboradora comenta:

Se tem um grupo de mulheres, por que formar um grupo de mulheres negras? Entendeu? [Entendi]. Foi por isso que perguntei, mas qual que é o objetivo de se formar um grupo de mulheres negras? Porque assim... a gente vai tá lutando pela mesma coisa. Eu acho que um grupo de mulheres poderia lutar também por questões da mulher negra... a segurança... por que fundar um outro grupo? Entendeu? [Entendi]. Isso não entrou na minha cabeça não. (...) Porque acaba criando assim, grupinhos que aí não têm coragem de chegar e expor... e também... acho que isso é uma dificuldade também lá, sabe? aí quando você... porque a pessoa que por isso e tem que dar um tempo, mas assim, você tem que expor também, uai, não tá legal do jeito que você tá fazendo. (Conversação, colaboradora, Coletiva DiverCidade PL)

Percebemos aqui uma divergência que problematiza não apenas a especificidade dos grupos criados, numa concepção normativa sobre a “unidade” das lutas e a concepção de que “estamos lutando pela mesma coisa”, ou, ainda, de significações diversas para a criação de uma

comissão específica para determinada pauta. É possível identificar resquícios da falsa ideia de que vivemos uma democracia racial, ou seja, “somos todos iguais”, ou ainda, traz um olhar crítico sobre a formação de subgrupos, entendendo que essas relações de poder e dispersão/fragmentação da luta coletiva, fragilizam certa coesão e a coletivização dos processos. Portanto, nesta fala fica explicitada a dificuldade dos participantes conseguirem se expor e avaliar as situações que incomodam, que não estão bem estruturadas ou precisam ser mais amadurecidas pelo coletivo.

No entanto, enquanto aprendizado, percebemos que nessa experiência, cada um também vai reconhecendo o seu lugar social no contexto das representações, como acontece no acionamento das lideranças para serem consultadas para “falar” ou “se posicionar” pelas variadas pautas que o grupo constrói. Sobre isso, Otávio lembra uma situação.

...teve uma vez que veio uma pessoa me perguntar sobre a comissão de mulheres. Eu falei: “Então, eu não sou mulher, então não sei o tá pegando” algo assim (risadas)... [neste caso] sugeri conversar com outra pessoa, tipo: “pergunta a mina ali”. (...) Mas eu boto fé que acaba que tem muito o lance de às vezes o corpo de uma pessoa branca no movimento político... do homem branco né... Mesmo eu sendo LGBT, assim, pobre e tudo... acaba que a fé das pessoas... talvez darem mais seriedade pra mim no movimento, do que pro Gael, por exemplo, do que pra Silvia, do que pra Tainá. Pra Nadí, que é mais jovem. Mas é... acho que são coisas que estão sendo pautadas, assim. E acho que vai nesse... a estrutura da sociedade é assim né? O povo mais radicalmente assim (pausa) meter uma prefeita lá... meter um trem assim... tá!!! (risadas). Ao aparecer acho que vai começando a mudar né? Na PL tem 4 vereadoras na história. Todas brancas. É uma cidade que não bota fé nas “muié”, assim! Literalmente falando né? (Conversação, Otávio, Coletiva DiverCidade PL)

Esta conversação nos ajuda a situar tanto o contexto estrutural da cidade, que desacredita nas mulheres em espaços de poder e reproduz uma história de exclusão dessas sujeitas na política institucional, quanto revela os esforços da coletiva em acertar e encontrar caminhos para reconhecer os lugares de fala e a valorização das experiências vividas pelas diversas identidades políticas que a constituem. Isso não significa desconsiderar que a eliminação das violências e opressões seja papel de todo mundo. Sobre essa discussão, Gael percebe a pluralidade da coletiva como algo que passa pela metodologia, enquanto um projeto de atuação, mas que tem limitações pelas experiências de cada um.

...muita gente com partidos diferentes né? tipo... paralelamente DiverCidade. E aí muitas vezes fica muito na metodologia, no método, na ação, em determinado projeto nosso. Aí, por exemplo, umas pessoas são mais radicais, outras são mais ponderadas. Outras são mais impulsivas, então, tipo assim, a gente tenta nivelar, tipo assim... um pouco, essa ânsia de cada um, sabe? (...) ... a gente fica nesse dilema, tipo... o quê que é o militante da diversidade, sabe? é a pessoa que... por exemplo, quem tem mais voz também, sabe? meio que acaba que todo mundo tem a oportunidade de falar e tal. Entendeu, tipo, nas reuniões que a gente tem, tenta ter, periódicas, né? mas, tipo... acaba tendo esse rolê da influência também, né? A pessoa que está há mais tempo ela

acaba sendo mais influente no grupo. Na coletiva, até mesmo eu aprendo demais cara. Sério mesmo. Porque por exemplo eu sou um cara que tipo eu sei falar mais sobre economia e política, assim. Aí tem uma pessoa que fala, não tem como falar sobre economia, política, e sei... tipo... como isso interfere na mulher negra. Assim, sabe? Ou então, na questão LGBTQI+, então velho eu acabo aprendendo muito com isso e vai agregando. Tem a Silvia, que é mulher negra e sempre traz esse debate pra mesa, porque eu, homem branco, não está na minha experiência né? Então, tipo assim, a DiverCidade acaba unindo a gente assim. E me ensina demais, porque, por exemplo, a gente acha que, sei lá... A gente tá tentando fazer um seminário de formação política mesmo pela DiverCidade e junta os partidos e tal e aí a gente estava tentando decidir o tema, sabe? Aí eu já lancei: vamos fazer sobre a reforma da previdência, que é um tema que tá... tipo... de agora e tal... que vai impactar muita gente e tudo mais. E eu estava falando na perspectiva da classe trabalhadora como um todo. Aí alguém veio e falou tipo... A gente tem que falar de outras coisas também, a gente precisa falar do impacto que vai ter, sei lá, do impacto da previdência pra juventude, ou pra juventude e mulher negra. Que a gente fala meio que no generico, mas que depois que a gente vai ver no real mesmo, quem vai sofrer mais é realmente essa galera que estão mais vulneráveis na sociedade, né? Então, eu acho que nessa... a diversidade que a gente tem é muito boa. Até porque... a gente aprende muito. Eu particularmente aprendo muito e todo dia, saca? (Conversação, Gael, Coletiva DiverCidade PL)

Pela fala de Gael, a diversidade é um valor do grupo, que faz com que aprendam uns com os outros, principalmente tornando pautas ampliadas e genéricas mais acessíveis e localizadas na experiência da cidade e nas relações concretas do grupo. Da mesma forma, Otávio lembra que existem parceiros e alianças possíveis nessa diversidade de ideias, e que a coletiva tem praticado isso. Mesmo que às vezes os conflitos que aparecem no grupo de *WhatsApp* não sejam tratados, existe uma afinidade em fazer parte, em se sentir representado e representante da coletiva.

Então, acaba que às vezes, quando alguém faz algum comentário [no grupo de *WhatsApp*], surge o assunto na reunião: “aquele lá fez o comentário”... “não sei o que...”, mas a gente nem se preocupa muito. Eu acho que a galera que realmente cola nas comissões, que diz que é da coletiva, que se apresenta como da coletiva. E... acaba que todo mundo tem muito... afinidade ali, mais ou menos, de pensamento, porque assim, igual... a comissão de transporte... tem muita gente lá que cola e rolê é outro... mas, tá colando e tal... na comissão LGBT tem um quadro, tem um rolê da parada né? Tem um cara que ajudou, muito, assim... que é essencial: o E.M [nome suprimido], que é evangélico, de direita assim, que é eleitor do Bolsonaro, inclusive (risos), mas um cara que foi essencial. Ele ajudou demais na pressão, meio que assim, ele é de uma única célula que é daqui de Pedro Leopoldo que é meio que LGBT, assim... o foco dela são pessoas LGBT's. Aí ele ficou lá com interesse dele assim, aí com o lance dele lá que se conectou com a gente e assim, é um cara de direita, mas que tá sempre com a gente. (Conversação, Otávio, Coletiva DiverCidade PL)

Então, pelo relatado podemos considerar que tem sido possível construir alguma unidade na diversidade no caso da experiência da Coletiva DiverCidade PL. E, apesar das divergências de ideias e posições políticas, existem também afinidades que colaboram para a solidariedade que orienta a atuação do grupo.

Noutro ponto de observação, na interação nas redes sociais, identificamos algumas situações que também nos saltaram os olhos, ambas com olhar especial às subalternidades e tensões envolvidas nas identidades políticas e/ou pautas insurgentes que trazem essa questão em sua prática. Essas situações-limite mobilizaram posicionamentos nas disputas ideológicas e de atuação das coletivas, conforme veremos a seguir.

Nas interações para a DiverCidade PL organizar a Semana da Consciência Negra , no grupo de *WhatsApp* PL em Foco, várias opiniões foram emitidas e embaladas por críticas do sentido da atividade. A este respeito, os integrantes explicitaram importantes posicionamentos, em 18 de novembro de 2019, no debate acerca da divulgação abaixo.

Figura 30 – Cartaz de divulgação da Semana de Consciência Negra – Coletiva DiverCidade

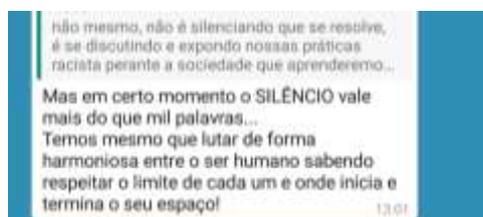
Nessas interações por *WhatsApp* uma das participantes questiona a atividade, dizendo: “Não precisamos ter consciência negra, parda, amarela... temos que ter 365 dias de consciência humana”.



Na sequência outra pessoa interagiu com essa enunciação: “O dia que parmos de nos preocupar com consciência negra, amarela ou branca e nos preocuparmos com Consciência Humana, o racismo desaparece”.

Ao observar essas duas mensagens, entendemos que há uma nuance com difícil interpretação do ponto de vista da intenção, isso porque nesta última mensagem há uma sensibilidade em sugerir o fim do racismo, percebendo todas pessoas como humanas; e na primeira acontece um reforço do apagamento da ideia de racismo, trazendo a consciência humana como mais importante, ou ainda, apontando para a ideia que essa discussão não deveria acontecer porque “somos todos humanos, logo, somos todos iguais”. Neste caso, também observamos um discurso recorrente que reforça a ideia de democracia racial, que atribui à população negra a responsabilidade de se diferenciar e a noção distorcida de se vitimizarem na relação com outras pessoas, proliferando uma certa desrracialização dos processos aqui observados.

Outra questão que apresenta discursos tênues nessa discussão decorre das posições sobre escuta e fala. Para um dos participantes: “não é silenciando que se resolve. É discutindo e expondo nossas práticas racistas perante a sociedade que aprenderemos”. Outro participante interage com essa fala dizendo que “em certos momentos o SILÊNCIO vale mais que mil palavras... temos que lutar de forma harmoniosa entre o ser humano sabendo respeitar o limite de cada um e onde inicia e termina o seu espaço”.



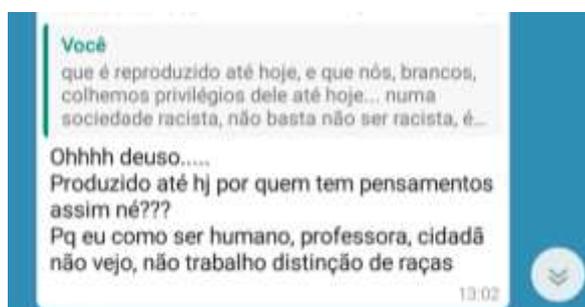
Neste sentido, ainda reforçando a ideia de “igualdade” de direitos e “harmonia”, o silêncio é defendido como potência, compreendido aqui como uma certa sabedoria. Porém, como abordado anteriormente, o direito de existir passa também pelo direito à fala (RIBEIRO, 2017, p. 64). Nessa mesma concepção, o sujeito subalterno, no contexto da produção colonial, não tem história e não pode falar (SPIVAK, 2010, p. 67). Para a autora, o processo de fala se caracteriza por uma posição discursiva, uma transação entre falante e ouvinte, num espaço dialógico de interação. Dessa concepção de que os subalternos não podem falar, a autora entende que a autorrepresentação do sujeito subalterno também não seria efetuada, pois não ocorre o ato de ser ouvido. Além disso, essa concepção é errônea por defender que os subalternos e grupos oprimidos se sintam contemplados pelo discurso hegemônico e tenham sua fala sempre intermediada pela voz de outrem. Nessa reflexão, Spivak compreende que

Não se pode falar pelo subalterno, mas pode-se trabalhar contra a subalternidade. (...) Cabe-nos criar espaços e condições de autorrepresentação e o questionamento dos limites representacionais, levando em consideração as posições ainda mais periféricas, para que os subalternos se articulem, especialmente sem agenciamentos, porque do contrário a ação seria validada institucionalmente, mas precisam de uma construção de um discurso de resistência fora dos próprios discursos hegemônicos. (SPIVAK, 2010, p. 29)

Portanto, o silenciamento, muitas vezes necessário na resolução de conflitos, não caberia nos casos de subalternização, criminais e de violação de direitos, uma vez que o mais importante é conseguir se posicionar para romper ciclos violentos, contra-argumentar falas reconhecidas como superiores, além de explicitar fatos e responsabilização diante de injustiças cometidas.

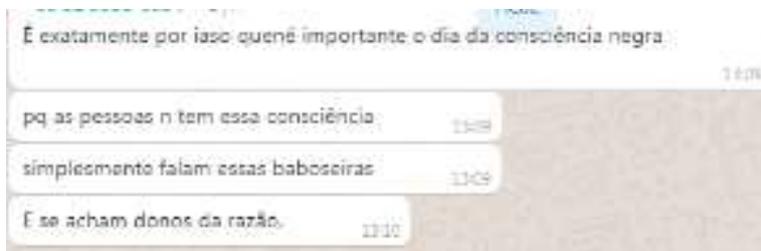
Neste sentido, ainda acerca da análise da Semana da Consciência Negra da cidade de Pedro Leopoldo, outra integrante avança com as interações, sugerindo posturas mais críticas e assertivas sobre uma sociedade estruturalmente racista. Sobre isso ela comenta: “nós, brancos, colhemos privilégios dele até hoje. Numa sociedade racista, não basta não ser racista, é preciso ser ‘antirracista’”⁷⁶. Essa discussão pauta a compreensão do lugar e atitudes próprias que estão em cada um de nós, e não apenas nos outros, além de convocar-nos para um olhar que está para além de uma consciência racial, mas um enfrentamento coletivo para sua erradicação.

Na sequência dessas trocas de mensagens pelo *WhatsApp*, uma professora questiona a ideia de divisão das raças, entendendo que a diferença racial seja algo ultrapassado. Com isso, conclui que “como ser humano, professora, cidadã, não vejo, não trabalho distinção de raças”.

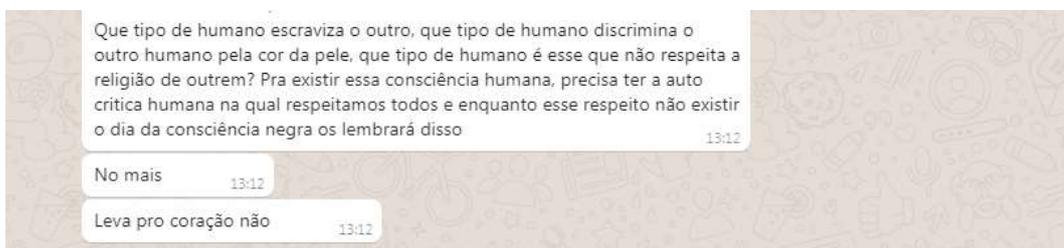


⁷⁶ Termo proferido por Angela Davis, numa das manifestações como integrante do movimento Panteras Negras em 1970. Uma concepção que não é nova e parece inspirada em lutas pelos direitos civis com base em movimentos abolicionistas dos Estados Unidos. Fonte: <https://www.ecycle.com.br/antirracista/>

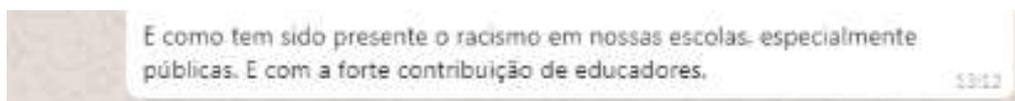
Uma das lideranças da coletiva menciona que “é exatamente por isso que é importante o dia da Consciência Negra, porque as pessoas não têm essa consciência. Simplesmente falam baboseiras e se acham donos da razão”:



Outros comentários seguiram concordando com essa posição da liderança. Neste caso, outra liderança do grupo externaliza: “Que tipo de humano discrimina o outro humano pela cor da pele? Que tipo de humano é esse que não respeita a religião de outrem? Pra existir uma consciência humana, precisa ter a autocrítica humana, na qual respeitamos todos. E, enquanto esse respeito não existir, o dia da consciência negra os lembrará disso. No mais: leva pro coração não”.



Seguindo o diálogo, outra pessoa enfatiza a importância de se trabalhar o tema racial, ainda que para alguns fosse desnecessário. Além disso, comenta o papel da escola no enfrentamento a essas violações de direitos, já que o racismo segue sustentado por algumas estruturas e “tem sido presente em nossas escolas, especialmente públicas. E com a forte contribuição de educadores”.



E diante das posições aparecidas na conversa, até então, surge outra enunciação sugerindo que “as pessoas precisam ser afrobetizadas”⁷⁷.



Ainda sobre essa discussão captada no *WhatsApp*, as conversações com as integrantes da coletiva DiverCidade PL possibilitaram que esse conflito fosse mais bem compreendido. Vejamos:

Sebastião: tem um emaranhado de concepções ali que, assim, são posicionamentos diferentes. E como você falou que não tem um pacto, não tem uma adesão... os modos como são mais alternativos... como que vocês lidam com essa diversidade? Como esses discursos, que também estão em disputa, né?, que nem todo mundo concorda com o que todo mundo traz, mas, assim, como se trata isso? Como é que respeita, como é que trata disso? A coletiva tem trabalhado com isso? Essas questões? **Otávio:** Que... tipo assim... é bom enfatizar que aquele grupão é o grupão da bagunça, assim, não é a galera da diversidade. Então é um grupão de bagunça, que quem tá interessado em mandar uma... encaminhar alguma mensagem importante, um bom dia, boa noite, falar da consciência humana, tens uns lances assim... Então, acaba que tem assim, meio que às vezes, quando alguém faz algum comentário assim, surge o assunto na reunião: “Não! Aquele lá fez o comentário, não sei o que...”, mas a gente nem se preocupa muito porque cada pessoa da coletiva... eu acho que, da galera que realmente cola nas comissões, que diz que é da coletiva, que se apresenta como da coletiva. (Conversação, Otávio, Coletiva DiverCidade PL)

Nessa experiência da DiverCidade PL, o grupo de *WhatsApp* é ao mesmo tempo o principal meio de mobilização e um espaço secundário do ponto de vista de outras questões da coletiva, conforme apresenta acima o interlocutor Otávio. Nesse sentido, os integrantes comentam também a necessidade de trabalhar melhor algumas demandas, como a coletivização das temáticas e qualificação das formas de participação para uma atuação mais eficaz da coletiva.

Sebastião: Teve um debate aí, que eu acompanhei, que foi a preparação da Semana da Consciência Negra. E eu vi que ali houveram alguns tensionamentos disso que você tá falando, né? [essa participante comentava anteriormente de coisas que precisavam ser pautadas] E aí havia um debate em que várias pessoas trouxeram, por exemplo, um falou... “Ah, eu namoro com uma mulher negra!” e o outro falou... “Ah, tem que ter é o dia da Consciência Humana, né?” Então, essa é uma temática que aparece, mas, então, ela não é tratada como deveria? (pausa) Seria isso?

⁷⁷ O termo aparece em trabalhos desenvolvidos pela psicóloga Vanessa Andrade, no desenvolvimento de uma pedagogia diferente com crianças negras das comunidades do Cantagalo e Pavão-Pavãozinho, na zona sul do Rio de Janeiro. Fonte: <https://www.geledes.org.br/afrobetizar-a-educacao-no-brasil/> Vale ressaltar que muitas concepções afrocentradas surgiram nos últimos anos, como a ideia de *pretuguês* desenvolvida por Lélia Gonzalez (1984).

colaboradora: E olha pra você ver, eu não fiquei sabendo do que o grupo estava preparando, só para você ter ideia, entendeu? [Entendi] Eu fiquei sabendo depois. Então, assim, acho que falta comunicação também. Eu acho que tem muita coisa para ser trabalhado lá sabe? Hã... a questão do racismo, a questão de trabalhar o direito dos negros, porque isso é meio falho. Eu acho que ainda falta muita coisa... pra... tá... pra tá... porque tem a turma sabe? Que tá pensando... Mas eu acho que precisaria mais união lá na DiverCidade, que realmente tivesse um resultado. (Conversação, colaboradora, Coletiva DiverCidade PL)

Além de uma necessidade de alinhamento no campo da comunicação, a colaboradora acredita que as pautas precisam ser mais coletivizadas para obterem melhores resultados. Entende que existe um núcleo que colabora mais com o pensamento das atividades estratégicas da coletiva, mas que elas deveriam envolver mais pessoas. Nesse âmbito surgiram também questões relacionadas ao sentimento de ser ou não representado, as relações de poder existentes no grupo e as diferentes formas de participação, que também são fontes de autoridade e chancelam processos grupais mais ou menos participativos, com maior grau de envolvimento ou diferentes níveis de pertencimento à coletiva.

Referindo-se aos níveis de comprometimento do grupo, Otávio, da Coletiva DiverCidade PL, lembra que “Às vezes a pessoa está mais distante e acha normal. Às vezes a pessoa pode dar um pouco e não pode. Mas fica até mesmo maluco”. Sobre o grupo de *WhatsApp* ele comenta que

Tem formas variadas de participação né? Uma galera que se identifica, mas não participa muito das reuniões. Tem uma galera que já é mais ativa. Aquele grupão é o grupão da bagunça, assim, não é a galera da DiverCidade. (Conversação, Otávio, Coletiva DiverCidade PL)

O participante considera que muitas vezes a pessoa participa das discussões postas ali, mas não se identifica como DiverCidade. E em outros casos, as pessoas se autoidentificam como participante da coletiva, mas sua atuação no grupo é questionável. Nesta concepção, o que se percebe é que ainda que exista uma articulação central pelo *WhatsApp*, o grupo de comunicação mais amplo (com todo mundo), não é tido como aquele mais ativo e que representaria de forma mais próxima o pensamento e a construção da coletiva. Noutras conversações, também apareceram como pauta os diferentes níveis de envolvimento das pessoas.

E também, assim, é justo também. As pessoas, nem todo mundo, vive pra militar. Alguns se doam mais, outros nem tanto, outros nem podem se doar tanto. Mas, sabe? eu não julgo também. (Conversação, Gael, Coletiva DiverCidade PL)

Perguntado se houve algum rompimento ou afastamento de pessoas da coletiva por causa dessas ou outras tensões, Otávio comenta:

(...) Mikaele? (risos) Não! Porque... tipo assim, Mikaele é uma pessoa que está desde o princípio. Ela tava em BH, morando em BH ainda. Então, estava muito difícil pra ela participar. E ela é uma pessoa meio assim impossível. Ela viu a treta lá, tipo no grupão... a gente só tinha o grupão ainda. Então, surgiu um sem noção lá dizendo “vamos fazer tal coisa, gente!” aí Mikaela, já tipo assim... saiu do grupo (risos). Ela não tava nem aí, véi. Rolava uma treta aí uma semana depois ela voltava assim. Aí eu: “ó Mikaele, sai não véi!”. Aí acabou que pela vida dela mesmo, pela correria, ela vazou. Mas agora ela voltou pra PL, né? Tem umas 3 semanas. Com o namorado dela e ela já tá animando de colar nos trem assim... mas, acho que de romper... o pessoal assim... alguém que era da coletiva e vazar porque tipo... de brigar... acho que nunca teve não. (Conversação, Otávio, Coletiva DiverCidade PL)

Pelo percebido por Otávio, existe uma oscilação natural no processo de engajamento de cada pessoa no desenvolvimento grupal, conforme seu perfil e disposição. Neste caso, consideramos que a desistência ou rompimento de laços entre os participantes ou de participantes com o grupo pode ser um bom termômetro para se pensar os limites da representatividade ou sentimentos de pertencimento presentes numa dinâmica social, para além dos perfis ativos e que compõem atualmente o grupo, sem se limitar a essa possível significação.

Ainda se referindo à problemática da Semana da Consciência Negra, uma das coelaboradoras refletiu sobre a forma como os conflitos aparecem e são tratados na coletiva DiverCidade PL:

Na verdade, estou pensando sobre isso [tratar os conflitos] agora. Não temos uma estrutura pensada pra isso. Nessas relações, como do grupão, tentamos ser mais gentis, um conceito também de nossa ação. Naquele grupo [*WhatsApp*] nem sempre as pessoas trazem as coisas com bom senso. Nesses casos, sempre cito o Otávio, o modo como ele traz os posicionamentos e como isso acaba sendo importante pra gente lidar com quem pensa diferente. O mais importante de tudo é não ter uma comunicação violenta. (Conversação, Ingrid, Coletiva DiverCidade PL)

Conforme mencionado, algumas pessoas conseguem lidar e se posicionar melhor com os conflitos de interesses presentes no debate sobre os temas e a diversidade. Mas, acima de tudo, a coletiva tem acreditado numa forma de comunicação que seja menos violenta e, neste espaço, nem sempre cabe a radicalidade frente à posição dos participantes.

Já em outra situação identificada, a coletiva DiverCidade PL traz questões sobre a problemática das representações na política institucional. Essa questão apareceu em várias conversações, sendo abordada aqui na reflexão sobre como as diferenças aparecem e são conduzidas. Adriana, por exemplo, apresenta a intenção da coletiva e o seu caráter de diversidade que vem inclusive sendo sustentado na atuação.

O grupo DiverCidade foi criado com intuito da questão política, né? Mas tinha pessoas de outros partidos de direita também, ou tem ainda e eu não sei, por causa deste grupo todo, né? (Conversação, Adriana, Coletiva DiverCidade PL)

De maneira geral, a coletiva tem buscado ocupar os espaços institucionais de fazer política. Nessa relação com o campo da representação na política institucional, Otávio relata:

E, em tudo, ele [o poder público], enrola a gente. Se ele puder enrolar, ele enrola. Adora enrolar. Então, assim, todo mundo... tudo que a gente faz a gente lida com esse povo assim. Mas, aí, por exemplo, nas eleições tá rolando que assim essa junção aí do PT, do PV, e a rede também a gente tá tentando se aproximar, nesse evento da parada. É uma radicalidade dialógica, assim... A gente é radical porque tipo assim, se você pega pauta identitária e... pô... tipo assim, eu não consigo falar de nada sem falar da questão LGBT, igual uma pessoa que é negra, igual a mina... não consegue... É essa questão de vida ou morte, inclusive. Então, a gente vai pautar... sei lá... quer escutar? Vamos conversar, vamos dialogar... tipo assim... eu não vou empurrar nada pro cê, mas eu vou pautar isso. Nunca vou deixar de pautar isso. E a galera não vai deixar de pautar as lutas deles, assim... então, acho que a gente tá sempre dialogando, assim, com gente conservadora... Igual eu... pessoalmente eu já sou envolvido em muita treta, né? (risadas) há muito tempo assim... na cidade assim, desde mais pequeno, aí acaba também que... sei lá... também sempre dialoguei com muita gente. Você deve ter acompanhado que tem uma parte que é do PT, tem parte que é do PSOL. A galera do PT tá colando agora meio que vendo qual é que é... assim... porque tem uma galera lá do meio centro esquerda, assim, mas que tá formando essa aliança pra propor alguma coisa. (Conversação, Otávio, Coletiva DiverCidade PL)

Otávio acredita nessa possibilidade de construir junto e dialogar com as pessoas como uma das saídas possíveis para a ineficiência dos poderes públicos locais em responder às necessidades das pessoas. Pelo enunciado, são inseparáveis o diálogo e a construção coletiva, pois ambas tratam do direito à existência e à sobrevivência, além de coalimentarem sistemas de opressão que são indissociáveis.

Muitos dos militantes da DiverCidade têm a militância pra fora da DiverCidade também, em outras escalas, sei lá... Estadual... tinha até nacional né... então a DiverCidade meio que ela converge, né? Só que pra Pedro Leopoldo, né? A DiverCidade acaba sendo uma referência municipal, puramente, sabe? de que enfim. E a gente está nessa conversa... porque eu faço parte do PT e muita gente lá faz parte do PSOL né? Então a gente tá tentando ao mesmo tempo que mantém o distanciamento do que é DiverCidade, do que é o Gael do PT, o que é o Otávio, na DiverCidade, por exemplo, que é Otávio no PSOL. (...) O processo coletivo é isso, você pode contar com aquela pessoa sempre. Tem muitas pessoas que falam que são da DiverCidade, que aparecem só nos eventos, mas falam que fazem parte da DiverCidade, mas elas não colam, tipo assim, no grupo que é da organização, quase não colam nas reuniões que são de organização. Muito por falta de grana, assim, às vezes. Porque não têm passagem mesmo para o busão e tal. Algumas pessoas, mesmo. Mas são da DiverCidade. (...) Aí tem outro grupo que tá na DiverCidade, que faz alguma coisa ali, tá ne alguma luta, mas também, tipo assim, não sei o quê... falta muito, eu acho que às vezes acho um senso mesmo, tipo da coletividade assim... pra ter tipo assim, realmente quem tá quem não tá. (...) Mas eu acho que praticamente todos os rolês nossos tá tendo meio que lidar com a diferença e com a personalidade... tipo assim, se você faz um evento você precisa conversar com a prefeitura e pedir coisas. E aqui você tem um rolê que... A gente acaba construindo alianças, mas entre nós. Entre quem pensa igual né... aí minha pergunta vai muito neste sentido. Tem que fazer aliança né? Você tem que fazer isso assim. É um trem que...eu acho que tem um pessoal que é do PSDB, que é um pessoal que a gente não conseguiria conversar, que são totalmente alucinados... Aliança pelo Brasil, Direita PL, tem grupos que... tipo assim... partido novo... tem grupo que nem se a gente [De direita né? – voz ao fundo] é... acho que não dá nem pra conversar. Eu conheço certas pessoas de família consciente, assim, que cola nos rolês, que até conversa assim, mas no geral eu acho

que assim, a diversidade tem que tá aí nesses um ano e quatro meses dialogando totalmente, assim. A gente nunca foi nada impositivo. Nunca foi um rolê meio que raivoso, conversação (Conversação, Otávio, Coletiva DiverCidade PL)

No diálogo sobre essas formas de atuação, fica claro o entendimento de que a coletiva não é apenas de uma outra pauta ou bandeira de luta, mas um agregado de várias delas. Kelsen, também liderança da coletiva, traz essa concepção:

Não é uma coletiva LGBT, de esquerda, ou racial, na verdade é um agrupamento disso tudo. Temos como objetivo ocupar os espaços, ocupar a política como primeiro plano. (Conversação, Kelsen, Coletiva DiverCidade PL)

Pelo relatado, uma das tensões do conflito está contida na concepção construída acerca da horizontalidade. Essa coletiva tem acreditado neste valor de participação através de uma experiência já existente, conforme elencado por Otávio, mencionando o trabalho da bancada ativista e da Gabinetona de Belo Horizonte. Para ele, o caminho em que tem atuado tem como base a horizontalidade e o diálogo, principalmente no tratamento da diferença e dos conflitos existentes. Segundo seu relato, o tratamento do conflito:

Vem muito da forma de atuação... de funcionamento né?... se a própria coletiva tenta se organizar de uma maneira, tentando ser mais horizontal, tentando as pessoas participarem, tentando agregar assim e tipo assim, que um trem que seja mais dialógico... quando você bate de frente com essa estrutura que é mais vertical possível, que o cara tá lá em cima, o cara não conversa com você, o cara te engana e tal. Acho que daí surge a necessidade de muita gente lá da coletiva que tá de... pô vamos ocupar esse espaço aí... e tem muita gente que já fez isso aí ó. Gabinetona, juntas, bancada ativista. Então, a gente tem dialogado muito sobre isso (Conversação, Otávio, Coletiva DiverCidade PL)

Além de demarcar esse interesse em ocupar espaços, percebemos uma sólida posição política da coletiva em lidar com temáticas sobre as representatividades, na contramão do senso comum que invisibiliza determinados sujeitos na cena pública. Isso é evidenciado em atividades e na análise dos discursos presentes em sua concepção. Destacamos mais uma situação limite, ocorrida diante de uma nota sobre a abolição da escravidão, em que a coletiva assumiu uma posição contrária à difundida pela “História oficial”, que problematiza a farsa construída em torno do dia 13 de maio. Vejamos:



13 de maio de 1888 e a abolição que foi uma farsa!

É com essa ideia que o coletivo #diverCIDADE propõe o POLÍTICA NA PRAÇA, um rolê para debatermos sobre os problemas que nos cercam e nossa capacidade para transforma-los - e, nesta edição de MAIO, vamos trocar uma ideia sobre o lugar do povo negro na história e na atualidade da sociedade brasileira! 🍌🍌🍌

 O LUGAR DO POVO NEGRO

 DOMINGO 19/05

 17:00H

 Rua José Viana Sobrinho, 127 - Centro // Pedro Leopoldo

// convidadas:

> Dona Dengo - Fundadora do Centro Espírita Pai Guiné, há 25 anos.

Um das fundadoras da Guarda de Moçambique de Pedro Leopoldo há 40 anos. Moradora de Pedro Leopoldo há 80 anos. > Maria Perpetua (Peta) -

Uma das fundadoras e Capitã da Guarda de Moçambique de Pedro

Leopoldo

Além da publicidade do evento trazer símbolos da luta antirracista e fazer referências a pessoas e grupos importantes para a causa, como Conceição Evaristo, Racionais, Lélia Gonzalez e Panteras Negras, a programação organizada pela DiverCidade PL estava munida de atrações que reconhecem a cultura tradicional e as lideranças com influências raciais na cidade.

Neste sentido, outra atividade que também pautou essa diversidade e constituiu uma unidade de enfrentamento às violências locais foi a Marcha das Mulheres de PL, que surgiu a partir de um diagnóstico sobre as principais formas de violação de direitos presentes no território e necessidades de melhoria no fluxo de atendimento às vítimas e responsabilização dos agressores e violentadores desses direitos. Vemos que a coletiva buscou garantir na peça de comunicação imagens da diversidade que traduzia a mobilização, com elementos e corpos negros e indígenas, com presença majoritária de mulheres com turbante, com braços erguidos e simbologias de enfrentamento ao machismo.

Figura 31 – Cartaz da Marcha das Mulheres, organizada pela Coletiva DiverCidade



Estratégias parecidas puderam ser observadas na produção dos sarau, onde as temáticas raciais e outras pautas insurgentes das identidades políticas ganharam grande destaque, seja nos versos, na condução dos mestres de cerimônias (MC's) ou, ainda, na imagem produzida para divulgar a atividade. Isso pode ser verificado na 7ª edição SARAU amor marginal.

Figura 32 – Cartaz do Sarau Amor Marginal, organizado pela coletiva



Nesta chamada do Sarau Marginal, o tema “Poetas Vivem” enfatizou que os poetas “vivem e escrevem linhas que nunca serão caladas”. O material de divulgação afirmava: “a galera carece de ouvir, mas também de falar, então, bora trombar! Sarau é nosso hino e o que nos mantém vivos!”

Além de reforçar a necessidade de lazer e de fala, a coletiva assumiu aqui outro traço da luta antirracista da atualidade brasileira, a ideia de Escrevivência proposta por Conceição Evaristo, uma das principais intelectuais negras de nosso país.

No entanto, ainda que existam essas iniciativas e uma posição pública da coletiva, percebemos também limites, especialmente por uma dimensão estrutural da representação, resultante da macroestrutura social. Neste caso, existe um apelo e uma crença na educação política das pessoas como uma forma possível de se reposicionarem diante dos temas que passam pelas experiências sociais, especialmente das identidades mais excluídas e das comunidades mais empobrecidas. Mas, pautam também a reconfiguração do sistema político brasileiro, acreditando que a representação altera o estado das coisas e, por isso, a inclusão tem sido fundamental para alterar a realidade.

Nesta seção foi possível perceber alguns elementos que favorecem ou não o sentimento de representação a partir da experiência da DiverCidade. Sintetizamos no quadro abaixo algumas dessas localizações, considerando que estes elementos sugeridos nas conversações não reduzem as possibilidades e implicações para além dessa estrita leitura.

DIVERCIDADE PL –SÍNTESE DA ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES
Potências – o que favorece o sentimento de representação
Atuação sem interesse em troca
Fala o que a população quer ouvir, ou, gostaria de falar e não consegue
Desenvolve contraponto na tradição da cidade
Inclusão física de pessoas negras
Identificação pelas pautas
Constituir-se como espaço aberto
Espaços participativos garantidos
Ser referenciados pelas pessoas no qual se fala por elas/com elas
Possuem lideranças democráticas
Integrantes que participam da história da cidade
Empatia e coerência na atuação
Acreditam que ao participar mais, tem mais conhecimento
Compreendem que as pautas são mais importantes que os grupos de direita ou esquerda
Criam oportunidades de fala
O reconhecimento das pessoas como participantes da coletiva
Riscos – o que favorece para o sentimento de “não” representatividade
Não abertura para aceitar sugestões
Considerar mais a formação política do que as ideias dos menos politizados
Ter um caminho já definido sem flexibilidade
Fechar as coisas coletivas sem consulta ao grupo
Assumir o papel como donos do grupo
Possuir posturas egóicas e autoritárias
Privilegiar um partido político numa atuação suprapartidária
Rejeição da natureza política como forma de “controle” de possíveis alianças
Reduzir-se na ideia de que ao participar mais se tem mais poder
Desautorização do seu papel político uns pelos outros

Depois de apresentadas as questões localizadas na Coletiva DiverCidade PL, abordaremos as questões da representatividade na Coletiva Manas. De maneira geral, verificamos que as latências expressadas na arte produzida pelas participantes trazem memórias e experiências pessoais diretamente relacionadas às vulnerabilidades de gênero, mas também influenciam na organização e funcionamento das atividades, como no discernimento sobre de quais deveriam participar ou não, ou quem melhor as representaria diante de alguma demanda específica.

Indagadas sobre a diferença entre essa coletiva e outros grupos e sobre se sentir representada, uma das interlocutoras enuncia:

eu me sinto representada porque são muitas mulheres, e elas são das formas mais diversas, das diversas mais diversas dessa coletiva. Então é bem amplo, tanto as mulheres assim dentro de um mesmo grupo. E... Apesar de ser a diversidade que une umas às outras, o principal seria a poesia, né? Que é o que me abriu as maiores portas da cidade, para hoje eu estar em volta das coisas que eu tô, e conhecer tanta gente que eu conheço e trabalhar com isso. E aí eu acho isso muito lindo e eu acabo tipo assim, me sentindo muito representada e quando não por uma coisa específica ou por outra específica, mas pelo conjunto da obra. (Conversação, Bruxa, Coletiva Manas)

Pela fala de Bruxa, a diversidade de mulheres unidas em torno de uma ação coletiva faz com que ela se sinta mais bem representada. Neste sentido, comenta que a coletiva Manas também traz inovação na cidade, especialmente por construir um sarau exclusivamente com protagonismo das mulheres.

Tem uma coisa muito única na Coletiva Manas, porque dentro da poesia... sendo um coletivo só de mulheres, o primeiro dessa cidade, dentro da poesia (...) não que não houvesse outros coletivos femininos ou feministas da cidade, mas dentro do ramo dos saraus, dentro da área poética, da área da literatura marginal mesmo, a Coletiva Mana (...) tem vários Slams, voltados para várias temáticas, mas não existe nenhum apenas de mulheres. E... quando eu falo de mulheres, e principalmente, a Coletiva Mana foi ser tipo uma coletiva de mulheres e de uma forma ampla de mulheres. Não com vertentes muito fechadas, apenas mulheres pretas ou apenas mulheres trans, apenas mulheres cis ou apenas LGBTs, são mulheres no geral, independente da forma e da vivência. E aí o quanto é aberto pra essa diversidade é uma das coisas que faz o coletivo muito único e muito bonito. (Conversação, Bruxa, Coletiva Manas)

Para Bruxa, uma característica relevante da coletiva é não assumir uma vertente única de identidade, o que a diferencia de outros grupos na cidade. Entende como positiva essa diversidade identitária, apesar de ser um grupo composto somente por mulheres. Neste caso, também chama a atenção para grupos que fixam identidades participativas e lidam com pautas muito fechadas.

Ao aprofundar algumas questões nas conversações na experiência das Manas, percebemos que existem formas de delegação e/ou orientação em tarefas de representação para fora do grupo. Sobre isso, identificamos que geralmente elas

organizam uma triagem e uma avaliação para aceitar ou não os convites para atividades externas que recebem. Consideram que alguns perfis sejam mais adequados, com isso acabam praticando uma forma de produzir coerência entre o que se pensa e o que se faz, além de definir qual participante está mais bem relacionada com aquela temática. Na verdade, é a primeira coisa que a gente avalia e depois de avaliar que vale a pena topar como coletiva... sei lá... de tal evento, de tal ação. Aí depois de avaliar se aquilo é válido para a coletiva participar, se condiz com a coletiva, com o grau da coletiva, alguns dos critérios são, por exemplo, voltados para a comunidade negra, são eventos voltados para este tipo de coisa. É... a gente criteriza sempre. Apenas poetas negras da coletiva pra poder representar. Até porque tipo é uma questão de lugar de fala. É uma questão de ser condizente, porque para além de ser mulheres existem vários outros subfatores. Então, a gente avalia esses subfatores sempre também. É pobre. Se se trata de LGBT, por exemplo, a gente procura LGBT's, por exemplo, mulheres trans, da coletiva, ou, mulheres lésbicas (...) sempre tomando muita cautela com o lugar de fala porque é uma coisa extremamente importante, assim como a gente luta pelo lugar de fala das mulheres para não terem homens tomando os nossos espaços. Então, isso é sempre a primeira coisa que a gente avalia. A gente não vai... eu, por exemplo, como uma mulher branca, eu não vou para um evento, mesmo que a coletiva é que tenha sido chamada, eu não vou para um evento, que fomos convidadas para um evento voltado para arte negra. Eu não vou atuar naquele espaço que não é meu. Porque sempre mulheres negras, não só prioriza, como também exclusiviza. A gente bota uma exclusividade, entendeu. Mais do que uma obrigação. Acredito. Por uma questão de consciência mesmo. Então, quando se trata de eventos LGBT's, vamos sempre chamar as mulheres LGBT's, como espaço, mas como bandeira também. Para além de sermos mulheres do grupo. Quando se trata do ativismo negro, a gente vai convidar! a gente vai... sempre as mulheres negras estarão representando a coletiva, porque a gente não tem pra quê não chamar essas mulheres se elas estão lá também. Por que a gente vai chamar uma mulher branca pra isso? E aí para várias outras coisas é dessa forma. Entendeu? É de acordo com a proposta assim, mas... essas coisas estão sempre na frente. Aí depois disso, localidade e tudo mais. (Conversação, Bruxa, Coletiva Manas)

Além dos aspectos elucidados por Bruxa, ela também relata que o trabalho coletivo nem sempre é tão tranquilo, muitas vezes é necessário se trabalhar junto com quem não deseja. Com isso, se percebe que, na prática, a construção de “alianças na/pela diferença” passa por uma necessária construção para além do familiar ou do ambiente mais confortável. Vejamos uma situação na qual a coletiva comenta que passou por isso.

[existe o desafio] de ter pessoas que a gente não gostaria de trabalhar junto, mas que a gente acaba trabalhando diretamente com aquela pessoa. Só estar no mesmo lugar. Só que também é um incômodo, né? mesmo que eu não esteja trabalhando diretamente para essa pessoa. E você tem que engolir a presença desta pessoa. Porque a gente vai porque acredita, como também dentro da cadeira do CRJ, que é o comitê gestor que a coletiva Manas tava compondo também, (...) e uma pessoa da cidade que a gente não gostaria de ter nenhum contato. Gostaria de não ter nenhuma ligação, mas que infelizmente em alguns rolês, às vezes a gente se depara em alguns momentos e não dá pra correr. A não ser que a gente escolha perder algo que a gente precisa, pra não trabalhar com a pessoa. (Conversação, Bruxa, Coletiva Manas)

Esse desconforto parece acontecer em nome do coletivo, como situações-limites que tornam necessário o reestabelecimento de laços, maturidade e estratégia. Conforme observamos, muitas vezes a orientação da atividade e os limites identificados são termômetros para contextualizar e, às vezes, recusar determinadas propostas apresentadas à coletiva; com

isso, expressam sentidos e condições sobre pertencimentos e projetos que atendem às expectativas pessoais e do grupo.

Para Mabe, também integrante das Manas, todas as pessoas deveriam ter acesso à informação e se sentirem representadas nos espaços de produção de conhecimento, mas reconhece os processos que excluem grande parte das mulheres desses movimentos de formação crítica fundamentais para seu empoderamento cidadão.

Eu sinto muita ausência de pessoas em geral, por exemplo, quando a gente anda na rua e vê uma coleguinha que tem a mesma quantidade de acesso que nós temos. Que não é muito, mas ainda temos. É reagindo e lidando de uma forma triste! Vamos dizer triste. Que eu me sinto triste quando vejo agindo de uma forma que não agrega, que não representa essa massa de mulheres que estão lutando, e você não precisa ser militante para você ser feminista. Feminismo é no mundo da política, mas você precisa ser mulher e aceitar que você é mulher e lutar pra você ser mulher e para poder ser quem você é, sem limitações. E quando eu vejo uma mulher desmerecendo toda essa luta que a gente faz há muito tempo, que não é de hoje. Que não é atual, não é contemporânea. Ainda assim, as mulheres, muitas, fazendo coisas que entristecem e não trazem evolução. Me deixam abalada. Me deixam muito abalada. Então acredito que isso é a coisa que mais me abala assim, psicologicamente. (Conversação, Mabe, Coletiva Manas)

O estranhamento trazido pela participante, ao perceber que muitas mulheres não se veem representadas pelos movimentos feministas e/ou de garantia de seus direitos, sinaliza uma dificuldade sistêmica de formação da consciência crítica dos oprimidos para reagir diante da injustiça. Uma abordagem complexa que passa pela formação política da sociedade, mas também pelas relações de poder que geram dúvida e desconhecimento para desmobilizar o poder popular.

Lembra Mattos (2018, p. 24) que “feminismo não é uma teoria abstrata e descolada da realidade e das experiências. Não é possível nomear de feminismo ou de não feminismo qualquer prática ou experiência sem incluir no diálogo as mulheres que a vivem. Esse é um princípio central do feminismo interseccional, antirracista e decolonial”. Além disso, o pensamento feminista não é uma teoria sobre as mulheres, mas uma teoria e ação sobre a sociedade, a partir do lugar e experiência das mulheres (AMORÓS *apud* MATOS, 2018, p. 25).

Sobre isso, Lélia Gonzalez, uma importante intelectual negra brasileira, aborda o discurso do poder dominante sobre as mulheres negras e sobre o direito às suas histórias e memórias; ao comentar a identificação do dominado com o dominador, em problemas propostos pelas relações raciais, considera que:

A gente tá falando das noções de **consciência** e de **memória**. Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do

esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória, a gente considera como o não-saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. Consciência exclui o que a memória inclui. (...) **a consciência faz tudo prá nossa história ser esquecida.** (...) Os diferentes índices de dominação das diferentes formas de produção econômica existentes no Brasil parecem coincidir num mesmo ponto: a reinterpretação da teoria do “lugar natural”. (GONZALEZ, 1984, p. 226)

Consideramos apropriada a correspondência entre a citação de Lélia Gonzalez e a fala de Mabe, e compreendemos que exista uma naturalização e um esquecimento cultural que possibilita que experiências coletivas e de luta por direitos não sejam bem reconhecidas. Neste sentido, ainda quanto aos dilemas da representatividade, no caso de Mabe, captamos que a sua realização no grupo está naquilo com que ela se identifica mais. E, neste caso, revela uma dimensão ativa de sua participação, que se faz ao viver a experiência na coletiva, trazendo o que considera importante de ser debatido.

Então eu tento trazer o que eu me identifico. Quero pôr pra fora o que eu me identifico e não tô a fim de chamar atenção pra isso. Eu vim pra falar sobre cura, sabe? e é isso. E é isso que a gente tenta transmitir. Eu só não sei, não tenho certeza se é isso que chega com tanta clareza entre as outras pessoas. Essa identidade que vem sendo construída. E aí negociar essa identidade, porque na medida que você vem, aí cada um pensa de uma forma, cada um traz uma expectativa, cada um [traz uma vivência], um tipo de violência diferente, que muitas vezes não aparece né? Eu não sei quanto às meninas assim... mas, dentro da rede eu vejo muito pedido de ajuda também. Muita falta de respeito dos outros com as mulheres, são coisas que não dá pra gente negligenciar, sabe? e vê muito. (Conversação, Mabe, Coletiva Manas)

Essa dinâmica da ação coletiva passa também por tensões que dizem respeito aos movimentos sociais e às expectativas que as pessoas trazem sobre suas identidades enquanto “Manas”. Neste sentido, as interlocutoras lembram que há uma demanda externa para que a coletiva tenha exclusividade em algumas identidades políticas. Vejamos:

Muitas vezes a Manas é enquadrada numa coletiva que deveria ser preta, que deveria ser LGBT (...) já esteve bem no começo.... Eu e a Casa começou a pensar sobre o que a Manas representava internamente para as outras pessoas, né? E com isso a gente tentou deixar uma coisa bem clara: que a Manas não é um coletivo só de mulheres! Não é uma coletiva só de mulheres pretas! Não é uma coletiva só de LGBT's! As Manas, no caso, é uma coletiva para todas as mulheres, independente de raça, credo ou sexualidade. Assim, a ideia também é essa, sabe? (Conversação, Mabe, Coletiva Manas)

Reforçando essa posição anterior, Jazz também faz suas considerações:

De fato as Manas. As Manas não são um coletivo de mulheres negras. Então às vezes eu até me assusto quando as pessoas vê as manas e eu falo que a Thaís é a produtora das Manas e eu sou a Slam masters. E as pessoas olham e... “uma branca”, mas é uma branca mesmo gente! Isso aqui não é um coletivo de mulheres negras. Tá certo? Tem várias coletivas aí maravilhosamente, admiravelmente de mulheres pretas... Ah! Jazze, então por que você não está no coletivo de mulheres pretas? Por que não! Por

que não... Eu sou uma mulher preta ambulante na cidade. Porque não! Sabe? Porque eu não quero. Se um dia surgir uma oportunidade eu vou tá linda, no rolê com o mesmo gás! Mas eu gosto da diversidade. Eu gosto do encontro junto. Sabe? Da gente se tratar. A gente se gladiar com opiniões diferentes e é isso que as manas é interessante porque cada uma pensa de um jeito. É coletivo! As questões sociais... de abuso... disso e daquilo, mas em assuntos e em conversas você vê que às vezes uma é mais ignorante. A outra é mais calma. Uma é mais sensata. A outra é mais escondida. Uma é tímida. A outra é mais pra frente. Uma é insegura. Sabe? Então, assim... é diverso. Na arte também... uma faz designer. A outra canta. A outra recita. A outra manja de fazer zine. A outra faz tatuagem. A outra projeta. É diverso. (Conversação, Jazz, Coletiva Manas)

Nessa reflexão, Mabe acredita que a coletiva não pretende dar conta de todas as pautas e demandas, mas deve ser considerada como uma coletiva para todas as mulheres, independentemente de suas diferenças. Além disso, acredita que o sentido da ação esteja naquilo que cada pessoa vai criando ao participar do grupo.

Esses espaços que representam a gente são esses espaços que nós criamos. Não só as Manas, sabe? Mas também todos os artistas que às vezes têm essa disposição. Que fazem arte por amor e pra criar o amor e pra trazer acesso. Então, acaba que... esses lugares que nos representam, ou que nos agregam ou que chamam a nossa atenção, são espaços que nós mesmos, que nós artistas de BH, criamos. Para que nos sintamos acolhidos e menos ameaçados também. Porque acredito que é isso é uma coisa que acontece frequentemente, não só comigo, mas é a ameaça. (Conversação, Mabe, Coletiva Manas)

Mabe entende o grupo como resultado de um processo criativo, mas também lugar de proteção. Para ela, a participação e também na vivência cotidiana, existem algumas ameaças, pelas vulnerabilidades das identidades políticas, que ao serem identificadas, produzem busca e sentimento de pertença quando se encontra lugares e pessoas que transmitem segurança, sendo este um papel percebido no âmbito da coletiva.

Você está sempre se sentindo ameaçada, seja por um homem na rua, seja por ser trans, e aí quem vai te ameaçar de novo será um homem. Seja por um policial. Sabe? Por você ser negro. E todas essas coisas. Foi necessário criar esse lugar aonde a gente se sinte à vontade. Se sinte bem. Pra poder criar e pra poder curar também, sabe? (...) Eu só estou nas Manas porque elas me representam. E eu fico feliz toda vez que eu lembro que eu fui uma das primeiras pessoas que a Thaís foi chamar para as Manas. Eu estou com as Manas desde que começou. Desde de que este CRJ aqui [local da entrevista] estava em ocupação, saca? (Conversação, Mabe, Coletiva Manas)

Mabe, além de se sentir representada pela coletiva, entende que o grupo é um lugar no qual as participantes se sentem bem, podem criar laços afetivos e se curar; enfatiza ainda alguns marcadores que deixam algumas populações mais vulneráveis e expostas a situações de violência, como ser mulher, ser LGBT, morador da periferia, ser negro ou sofrer violência policial. Sobre a diferença desta coletiva com relação a outros grupos, Mabe entende que as opiniões são diversas e nem sempre vão contemplar plenamente as pessoas. Com isso, compreende que a unidade e a diversidade são plásticas no contexto grupal.

A gente não é assim... parecido, sabe? Parece que ali cada uma tem um universo bem único. E ao mesmo tempo que tem coisas bem similares, bem parecidas, também tem coisas que são bem... que não... se conversam, sabe? E claramente vão ter muitos discursos aí, durante a minha vida, seja de pessoas próximas ou nem tanto, que não vão me agregar em nada. Que não vai me representar em nada! E vice e versa, sabe? (...) Porque eu lembro também [de uma participante] trazendo essa questão dela ser negra, favelada e que isso tinha um marcador no grupo. Você traz a questão LGBT, que é mais um marcador. (...) Teria coisas que marcam as diferenças entre nós, teria? Acho que não, parando assim pra pensar. Que assim... Bruxa, Giu, Jazz, eu, Thaís, as cinco são faveladas. (...) As cinco são faveladas, as cinco são LGBT's, as cinco são mulheres, as cinco são... (risadas)... Assim, Bruxa e Thaís são brancas, eu não sou retinta, nem posso dizer que sou e se eu falasse eu estava mentindo pra mim também. Mas acredito que só isso. De resto, sabe?, tudo contempla. (Conversação, Mabe, Coletiva Manas)

Neste caso, além de considerar alguns traços comuns entre as participantes que estão mais à frente da coletiva, Mabe também enuncia a interseccionalidade presente na constituição de suas identidades.

Diante dessas enunciações de Mabe, conforme sustenta Daniele Kergoat (2010), podemos dizer que aparecem aqui relações consubstanciais, coextensivas ou coexistentes, que se reproduzem e coproduzem mutualmente. Isso porque as mulheres que compõem a coletiva Manas são derivadas de múltiplas condições e identificações de vida, como condição econômica, orientação sexual, identidade social, dentre outras.

Da mesma forma, ainda relacionada a essa fala de Mabe, pensar nessa dimensão consubstanciada das relações implica entender que essas condições não podem ser argumentadas por uma única relação, pois geralmente o que se vê é que os conflitos de classe, gênero e raciais tendem a ser concebidos, interpretados e enfrentados isoladamente. Diante dessa discussão, concordamos com Lélia Gonzalez (1984, p. 232) que seria por concepções como essas que a gente compreende a resistência de certas análises que, ao insistirem na prioridade da luta de classes, se negam a incorporar as categorias de raça e sexo, ou sejam, insistem em esquecê-las.

Nessa consideração, Kergoat (2010) retoma o conceito de consubstancialidade e coextensividade, que vem sendo mobilizado desde os anos 1970 nos campos de estudos feministas e da sociologia do trabalho, e acredita que tais práticas analíticas não se deixam apreender por noções geométricas como imbricação, adição, interseção e multiposicionalidade, pois elas são móveis, ambíguas e ambivalentes, pois não excluem a existência de contradição entre elas.

Ao recuperar esse conceito, a autora compreende que a ideia de interseccionalidade tornou-se recentemente uma espécie de “receita”. No entanto, enfatiza a importância do conceito desenvolvido por Kimberlé, que se refere à maneira como o posicionamento de mulheres negras, na interseção de raça e gênero, reconhece a experiência concreta da violência conjugal, da violência sexual e das medidas para remediá-las qualitativamente, diferente da experiência concreta das mulheres brancas. Neste caso, para Kergoat (2010), trata-se, portanto, de apreender a variedade das interações das relações de gênero e raça⁷⁸, mais próximas possíveis da realidade concreta das mulheres afro-americanas. Para ela, 1). Gênero, raça e classe são relações de produção onde se entrecruzam exploração, dominação e opressão. 2) as relações sociais são dinâmicas, devem ser historicizadas, mas nunca em detrimento de outras. 3) é necessário definir invariantes que a fundamentam, por exemplo, a partir de dois organizadores, o princípio da separação e o princípio da hierarquia; e 4) a subversão só pesa sobre as relações sociais se for coletiva.

Esses são elementos que vão nos ajudando a aprimorar nosso olhar, especialmente ao entender que as experiências sociais são dinâmicas e devem ser historicizadas e compreendidas não apenas nas vivências pessoais, mas também de forma coletivizada no âmbito de suas opressões e violências. Assim, ao que vinha sendo falado sobre a alteração de nomes da coletiva Manas, Jazz fala que ao trabalhar com esse termo:

Era no intuito de acolher essas pessoas. E a gente ainda está aberta pra monas, as manas, as migues; então, vir fazer parte com a gente, sabe? mas é muita demanda isso, né? (...) Era pra dar essa abertura mesmo pras gays. Mas não tava contemplando, sabe? Por que que a gente coloca monas se todo mundo vai olhar pra todo mundo e vai ver um tanto de mulher cis, sabe? Tipo assim... Que passa batidão. Sabe? Tá ligado? É você assumir um rolê que você não tá no meio dele, sabe? Aí não tem essa necessidade. Mas era uma preocupação em ter né? (Conversação, Jazz, Coletiva Manas)

Como vimos acima, o imperativo da inclusividade na atuação social parece ter permeado um processo inicial que precisou ser repensado pelo grupo por sua incoerência entre o que se falava e a forma como estavam organizadas. Assim como trazido por Jazz, observamos que essa reconfiguração do público alvo e também a renomeação das coletivas aconteceu nas três experiências acompanhadas por nós. Essa dimensão diz um pouco daquela ideia que viemos tratando de que as coletivas vão se fazendo à medida que vão atuando.

⁷⁸ Para Daniele Kergoat, (2010, p. 94) o termo “raça” não é utilizado aqui no sentido biológico, mas político: assim como classe ou sexo, é uma categoria socialmente construída, resultado de discriminação e produção ideológica.

Noutra consideração, ao abordar o sentido das razões para se sentir representada pela coletiva, Jazz enunciou que a coletiva a representa porque consegue se ver e se reconhecer em vários elementos do grupo, por exemplo, a maioria ser artista, preta, além da força maternal e a cura grupal para superar as dificuldades.

[as Manas representam] Total!... O que é representatividade, né? Acho que é você olhar pro outro e se reconhecer. Nem que seja um pouquinho. Então, eu olho para as mulheres que são todas artistas, a maioria. Mulheres, a maioria preta. E... me representa... me representa, Sebastian! Me representa sim. Sabe? Porque é isso. Eu consigo olhar e me ver um pouco ali. Eu consigo olhar e ver a força que é maternal. E assim... as Manas com toda dificuldade elas vêm se curando. (Conversação, Jazz, Coletiva Manas)

Ao comentar sobre o processo de cura, Jazz fala sobre sua facilidade em lidar mais com ambientes masculinos, sendo essa uma das principais dificuldades encontradas na atuação junto às Manas. Além disso, revela traumas que estão envolvidos na dificuldade de lidar com alguns ambientes femininos.

Eu tinha muita dificuldade de trabalhar com mulheres. Eu sou mil vezes mais trabalhar com homens. Com um tanto de macho escroto. Incrível isso né? Eu adoro ficar no meio dos machos escrotos. Mas me curou muito. Por causa de... também ausência maternal. Me causa muito trauma. Então, às vezes vem aquele bando de mulher falando asneiras que me mostrou... aí foi falando cada coisa... aí os tabus de várias coisas, sabe? Eu convivi com a fraternidade, com 20 mulheres freiras dentro de uma casa. Aquilo me incomodava tanto, porque era um tanto de mulher. E era muito alquimia. Era muito maternal e... tem alguma coisa masculina também aqui dentro de mim⁷⁹, sabe? Dentro de toda mulher tem. Assim como dentro de todo homem tem um sagrado feminino. Nossa... até... mas, as Manas acho que a representatividade maior veio nisso, assim. Ela veio... ela tem a comunhão maternal. Ela tem a comunhão do sagrado feminino. Do entender o sangue que jorra pela minha buceta. E falar bu-ce-ta livre assim! Oh buceta lá lá lá lá... Sabe?... Elas sentam pra conversar, aí você vê que... aquela coisa de um bando... você pode falar assim... um bando de cachorra louca (risadas). Tigresa, neta de onça! Tudo conversando, sabe? Aí tem hora que eu fico olhando... e às vezes elas falam alto... a maioria das meninas das Manas fala alto e aí eu falo alto com elas por impulso. Aí elas falam alto, aí eu... nó, cês falam alto demais... que mulher nojenta. Cês falam alto. Aí elas me xingam e não sei o quê... não sei o quê... aí às vezes eu tenho falta disso. (Conversação, Jazz, Coletiva Manas)

Essa contradição entre ser mulher e ter mais dificuldade em atuar com mulheres parece tensionar a noção que em grupos tomados como pares, os elementos compartilhados – como ser de um mesmo gênero – tenha correspondência ou fluidez nas vinculações ou interações da mesma maneira. Da mesma forma, a participante compreende que na coletiva vive uma experiência de liberdade que colabora para algumas buscas no mundo.

Noutra abordagem, ao falar sobre o modo como as diferenças são tratadas no grupo e se já foram percebidas situações de silenciamento ou falta de atenção no caso de alguma

⁷⁹ Essa participante fez a transição de sua identidade de gênero logo após nosso trabalho de campo.

participação ou em determinada manifestação conflitiva no dia a dia da coletiva, Bruxa, outra coelaboradora, reflete:

Olha, na verdade, eu não percebo isso [pausa]. Eu não vejo isso acontecendo, porque provavelmente quando algum assunto é puxado as pessoas que queiram entrar naquela conversa e tudo mais, respondem lá no grupo. Sempre que aparece algo no grupo e tudo mais, eu sou uma pessoa comunicativa, por exemplo, eu sempre respondo, não ignoro nada, só que como muitas pessoas, que são como tudo mundo, nós somos humanos, não conversa sobre nada. Quando algum assunto é puxado no grupo elas não respondem porque elas não estão interessadas naquela temática. Mas eu não vejo ninguém silenciado não. Talvez se essa pessoa não for ouvida é porque ela não manda [fala] mesmo. Quando manda [fala] tá sempre sendo respondida lá dentro. (Conversação, Bruxa, Coletiva Manas)

Apesar de não considerar que existam silenciamentos nas relações entre as integrantes, percebemos em todos os grupos acompanhados um sentimento de abertura para o diálogo e igualdade de oportunidades para que as pessoas se posicionem. Além disso, vale ressaltar que, quando Bruxa fala em se posicionar, está dizendo do Grupo de *WhatsApp*, espaço primordial para entrosamento e fortalecimento da unidade de atuação. Uma interação que também tem suas limitações, conforme dito por uma delas.

Eu não dou conta de grupo [*WhatsApp*]... é muita falação! É muita coisa. Tem hora que perde o foco. A pessoa manda uma coisa... e [setenta pessoas no grupo... então, certamente...] eu não... funciono assim, sabe? É... assim... é ansiedade... assim como eu também tenho. É tempo. Tempo é dinheiro né, Sebastian? (Conversação, Jazz, Coletiva Manas)

Conforme já analisado, existem diferentes formas de engajamento e de participação nas coletivas, por exemplo, em formatos *online* e *offline*. De qualquer maneira, esse apontamento reflete a qualidade dos meios de comunicação, bem como problematiza o tempo necessário para cada tipo de interação frente às demandas pessoais das participantes. Uma inegável condição confirmada por nosso trabalho de campo é que esses novos movimentos sociais têm se mobilizado e interagido fundamentalmente pelos meios de comunicação e redes sociais. Além disso, é inegável também que nessas experiências existe um forte ativismo digital, com formação de opinião e difusão de atividades nas plataformas digitais e redes sociais.

Questões latentes sobre a representatividade e as vulnerabilidades de gênero também apareceram durante a Oficina feminina de rap⁸⁰, tendo as Manas como parceiras, para estimular participação feminina dentro do hip-hop. Neste dia, Jazz comentou que não gostava quando a

⁸⁰ Projeto aprovado pela lei de incentivo à cultura em 2018, que acontece desde 2015 e que teve as integrantes da coletiva Manas, como parceiras. Essa edição aconteceu no Centro Cultural de Venda nova.

vinculavam a único grupo, uma identidade, porque nem sempre no grupo se tem a mesma visão. Para ela, temos que superar nossas feridas pra gente conseguir caminhar.

Figura 33 – Trabalho de campo: Oficina de rap no Centro Cultural Venda Nova



Fonte: O autor

Na ocasião, aspectos sobre as violências em torno das identidades políticas ficaram muito demarcadas. Após uma das oficinas, que foi a oficina de dança de rua, durante uma roda de conversa para finalização, Jazz comentou com o grupão que tinha medo de expor o corpo, que não ficava à vontade, além de enfatizar que nos espaços do hip-hop sempre estavam homens dando aulas. Neste dia, entendeu como positiva a proposta, dizendo da vontade de dançar e a descontração construída. Segundo Jazz, isso tem a ver com autoestima: “Se eu não tivesse complexo minha poesia já estava na rua há muito tempo...” Emocionada, ao final, Jazz pediu novamente a palavra e chorando disse: “A coletiva vai aonde nos chamam. Poesia cabe em todo

lugar... a palavra é em todo lugar!” Em seguida, recitou a poesia “De freira passei a macumbeira” [uma poesia autobiográfica].

Na ocasião, outras expressões também apareceram em poesias recitadas por outras integrantes da coletiva. Das ressonâncias, podemos destacar aquelas que mais nos chamaram a atenção, como na poesia recitada por Bruxa: “*Preto veio pra incomodar... sim!... Não é na senzala que eu quero ficar!*”, ou ainda, “*As palavras muitas vezes não sentem. Eu... sinto muito! (...) pode o que não cabe para que suas raízes te fortaleçam*”, esta a partir de uma poesia recitada por Mabe.

Ainda nesta oficina, observamos na ambientação uma sensibilização pelas organizadoras que expressava: “tire seu padrão do meu corpo”. Naquele dia, com forte sentimento de reciprocidade entre muitas mulheres reunidas, Nega Thé, arte educadora e uma das idealizadoras desse projeto de oficina Feminina de Rap, comenta que a cultura hip-hop tem recorte para as mulheres, mesmo assim passam por muitas coisas nos espaços do hip-hop. Por isso, comenta que fazem esses projetos que as move. Neste sentido, terminou sua partilha recitando: “Não toleremos mais seus ‘xiiiiss’” (sinal de silêncio no rosto). Do mesmo modo, Lana Black, outra educadora do projeto, também comentou que na oficina de rima recebeu muitos pedidos de socorro. De estupros, agressões... Portanto, na tarefa de levar para casa essas poesias para lê-las, algumas vinham escritas: “Não leia!”. Emocionada, comentou que algumas dessas rimas ela não conseguia mesmo levar para casa.

Para mensurar o poder das palavras no contexto das representatividades e a qualidade das denúncias construídas a partir da rima, Bruxa nos presenteia com a apresentação de uma de suas artes.

Poesia

Estupro. CULPOSO.

Não houve intenção...
 Não houve intenção de...
 Não houve intenção de olhar pela dor de mais uma mulher rompida
 pelo falo da vida.
 Pra cada estuprador livre,
 Mulheres do mundo inteiro têm suas vidas desprezadas,
 Onde a cama vira cova,

O sono não vem, as chaves que já estão nas mãos a 500 metros do
portão agora são pegadas dentro do ônibus!
E eu que sempre tô de navalha na mão, sinto que nem todos os
santos do mundo me trazem proteção.
Porque há um homem atrás de mim, um homem ao meu lado, e um
homem a minha frente,
E eu não tenho como saber qual deles me alcança primeiro, e antes
de ter certeza se ele vem com soco ou carinho, o desespero
já me puniu o bastante.
Porque promotores esqueceram seus livros de direito na estante e se
já não era justo antes,
Estupradores agora tem ainda mais certeza de que tudo podem por
serem homens.
Nascer mulher é ter que carregar a vida e a morte no ventre!
E ainda ter que descobrir que nessa imundície de mundo, os juízes
são cegos e surdos,
Porque o assobio pelas ruas não foi intencional,
As mãos que nos apalparam, nos ônibus lotados, não são intencionais.
Os colos de homens velhos com suas mãos violadoras e suas genitais
maldosas que inúmeras meninas têm como seu maior medo não são
intencionais.
O grito e o tapa do marido dentro de casa não foram intencionais.
“Pai, perdoe-os, porque não sabem o que fazem”
Mas Deus não perdoa porque eles não sabem o que estão fazendo, e
sim porque ser mulher nesse mundo cão é ter atestado de óbito
antecipado,
E eu me pergunto pra quem eu devo rezar, se Deus também é
homem, e pastores e padres com bíblias em suas mãos ensinam que
sermos submissas e benevolentes enquanto nos enfiam facas e nos
culpam pelo que fizeram com a gente é o caminho da salvação.
Mas se nunca estamos salvas, eu não posso pedir misericórdia a
Deus, eu não posso pedir socorro ao homem mais próximo, porque
no segundo que antecipa nossa morte, pedimos por intervenção
divina e Deus já está ocupado porque as preces dos homens chegam
primeiro lá em cima.
Se eu não rasgo meu violador na faca, ele sorrindo me aniquila.
Então mulheres endureçam sim, e aprendam a matar,
Porque a vida de um agressor significa o fim das nossas.
(Bruxa)

Pelo que vimos, a estrutura machista é fortemente denunciada nessa poesia de Bruxa. O apelo pela proteção e a crítica aos ensinamentos religiosos, por uma salvação que valorize mais as mulheres e que clama por um Deus que atenda ao seu pedido de socorro, é marca dessa poesia, que faz da luta individual uma tarefa coletiva, trazendo chamado máximo ao endurecimento contra os agressores e convite para “matar” toda forma de aniquilamento e intenção de morte contra as mulheres. Uma radicalidade vista como necessária para solidariedade e sobrevivência entre mulheres.

Conforme capturamos, existem evidências objetivas dos sentimentos que colaboram para que as Manas se sintam ou não representadas. Mais que isso, existem processos criativos que proliferam para denunciar e construir novas relações e laços afetivos e de rompimento de ciclos violentos.

Das três coletivas analisadas, esta foi a única que ainda não lidou diretamente com disputas nos espaços institucionais de política. Mas, de modo geral, apontou para a participação em organismos das políticas públicas e de controle social, como o comitê gestor do Centro de Referência da Juventude, na representação como membro da sociedade civil dos grupos de jovens. E, diante dessa experiência, organizamos um quadro-síntese que nos ajuda a observar esses elementos identificados.

MANAS – SÍNTESE DA ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES
Potências – o que favorece o sentimento de representação
Luta enraizada na história – continuidade de um processo e não o começo
Fazer no grupo o que se identifica mais
Reunião de diferenças em torno de um propósito comum
Criar seus próprios espaços
Lugar de cura e onde se sente bem
Ressignificação das violações de direitos em arte
União das pessoas pela poesia
Escolha de qual atividade participar
Discurso que agrega e é cheio de sentido
Liberdade para se posicionar (ou não) diante de conflitos
Se enxergar nos elementos do grupo e se identificar com as pessoas que o compõem
Inovação na cidade, com sarau construído exclusivamente por mulheres
Garantir diversidade de características no grupo
Participação coerente de pessoas específicas para atuar em atividade/convite
Valorização do lugar de fala (garantir exclusividade, mais que obrigação)
Riscos – o que favorece para o sentimento de “não” representatividade
Fazer uma tarefa a contragosto
Mais valorização sobre “o quê” ou “como” devem ser pelos outros
Violências e ameaças estruturais do cotidiano
Silenciamento por causa de conflitos
Excesso de conversas e interações exaustivas pelo grupo de <i>WhatsApp</i>
Ser enquadrado numa identidade fixa
Participar de espaços não desejados com pessoas indesejadas
Identidade fixada ou experiência coletiva fechada numa pauta restrita
Não ter coerência entre o que se diz e o que se faz
Achar que precisa ser feminista para garantia de direitos de gênero
Construção de respostas individuais a processos que são coletivos

Depois dessa análise das Manas, passamos então para a coletiva Pretas T, com apresentação das conversações e as situações-limites que exemplificam um pouco dessas teorizações aqui organizadas. Nesta experiência das Pretas T, os achados iniciais também estiveram relacionados à sua nomeação, lidando especialmente com a demanda de composição inclusão de homens trans na coletiva. Mas, também reforçaram na denúncia de ausência de representatividade ou de solidariedade de inclusão de suas pautas nos movimentos sociais, mesmos os mais progressistas. Desta maneira, essas interlocutoras expressaram fortemente a demanda por proteção diante da dinâmica social que elimina concretamente suas existências, elemento mobilizador que percebemos ser fundamentam para as suas participações políticas.

A exemplo disso, na aproximação para adesão à essa pesquisa, Giovanna demarcou a importância de se compreender os seus objetivos e em que medida estavam relacionadas com suas experiências. Sobre isso, após apresentar a proposta de nosso trabalho e deixado um espaço aberto para retirada de alguma dúvida ela comenta:

(...) eu queria comentar sobre essa questão de a gente ser pesquisada, objeto de pesquisa. Mas, acho que na sua fala você já me contemplou. Parece que já conversou isso com a Juhlia também (...) porque eu também tenho um grande receio do caminho que a universidade nos vê. Eu também tenho um grande carinho pela universidade, penso em fazer uma carreira acadêmica. Então, era isso que eu queria discutir com você, mas seria neste sentido que já me deu uma aliviada, pois isso passa pelas nossas vivências (Conversação, Giovanna, Coletiva Pretas T).

Conforme já trouxemos em alguns momentos do trabalho, os movimentos por nós investigados sempre trouxeram posicionamento sobre a crítica à *pesquisa universitária* e como estão envolvidos nela⁸¹. Num post pessoal em sua rede social, essa colaboradora explicita um pouco melhor sobre essa crítica.

Figura 34 – Post no Twitter da participante – 22/06/2020



Fonte: @TravaSensata

⁸¹ Ver mais na página 86

Essa situação expressa, como já dissemos, um sentimento de não representatividade sobre a cultura científica na relação com as identidades políticas. Mas, assim como enunciado por Giovanna, no caso dela, por mais que haja certa rejeição e também um resultado violento em assumir essa identidade política da transexualidade, revela também desejos de adentrar e fazer diferente. Abaixo veremos que Giovanna tem sido uma importante formadora de opinião, reconhecida em muitos espaços acadêmicos e de comunicação de massa locais e nacionais.

Essa discussão apresentada por Giovanna dialoga muito com a noção feminista dos saberes localizados (HARAWAY, 1995), uma teoria feminista que sugere um projeto de ciência que ofereça uma explicação mais adequada e crítica em relação às práticas de dominação nas ciências, conforme menciona a autora, para ressignificar a doutrina, com a proposta de uma objetividade corporificada⁸² que acomode os projetos científicos, simplesmente, a partir de saberes localizados. Deste modo, para a autora,

Há um sério perigo em se romantizar e/ou se apropriar a visão dos menos poderosos, ao mesmo tempo que se alega ver desde a sua posição. Ter uma visão de baixo não é algo não problemático ou que se aprenda facilmente: mesmo que “nós” “naturalmente” habitemos o grande terreno subterrâneo dos saberes subjugados. Os posicionamentos dos subjugados não estão isentos de uma reavaliação crítica, de decodificação, desconstrução e interpretação; isto é, seja de modo semiológico, seja do modo hermenêutico da avaliação crítica, de decodificação. As perspectivas dos subjugados não são posições “inocentes”. Elas têm ampla experiência com os modos de negação através da repressão, do esclarecimento e de atos de desaparecimento – com maneiras de não estar em nenhum lugar ao mesmo tempo, ao mesmo tempo que se alega ver tudo. (HARAWAY, 1995, p. 23)

Além de reconhecer o saber presente nas experiências de opressão, para a autora, nessa perspectiva da objetividade científica feminista, a ciência torna-se assim o modelo paradigmático, não do fechamento, mas do que é contestável e contestado. E, por isso, compreende que “reconhecer a agência do mundo no conhecimento abre espaço para algumas possibilidades; desestabilizadoras” (idem, p. 38).

Nesse sentido, a proposta de conhecimentos situados de Haraway teria a ver com o caráter sempre situado, parcial e localizado do conhecimento. Uma constante interrogação da responsabilidade e posicionalidade de “quem diz conhecer” e das dimensões éticas e políticas envolvidas em tal processo, conforme aborda Rodrigues (2015). Para o autor, um conhecimento considerado “racional” deve envolver um processo contínuo de crítica, sempre aberto à

⁸² Essa concepção também lembra muito da reflexão de Sueli Carneiro sobre o epistemicídio, numa produção de ciência que nega o sujeito e exclui saberes.

contestação, e a noção de que qualquer conhecimento parta sempre de uma perspectiva situada, parcial e localizada. Conforme trabalha, a objetividade só é atingida reconhecendo a nossa situação, a localização onde nos encontramos e partimos – desde logo, o nosso próprio corpo – e nunca de um “lugar nenhum” transcendente e capaz de uma pretensa “visão infinita”. Essa seria uma retórica que procura esconder a forma como “a ciência seria realmente realizada”, e (re) produzir desiguais relações de poder, conforme vem trabalhando Haraway. Um questionamento daquilo que são as atuais formas de legitimação e reconhecimento do que “conta” como conhecimento e quem o produz

Portanto, pensar nessa ideia de produção científica através dos conhecimentos localizados torna-se o nosso grande e necessário desafio, como pesquisadores e pesquisadoras. Nessa tarefa, voltando à análise das questões representativas surgidas no acompanhamento à coletiva Pretas T, veremos agora situações concretas na qual as integrantes da coletiva puderam construir formas de incidência, ou, ganharam reconhecimento na luta construída em torno das suas pautas.

Neste sentido, como parte da história da Cidade, Giovanna, elucida sua participação na campanha de uso do nome social promovido pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Em seu post pessoal menciona:

Quem é esta atriz na campanha do uso de nome social da Prefeitura de Belo Horizonte? REPRESENTATIVIDADE TRANS E PRETA IMPORTA SIM! Gratidão aos envolvidos e em breve material será veiculado em diversos espaços da cidade. (Análise documental, Giovanna, instagram @transpretas, 23 de outubro de 2018)

Figura 35 – Cartazes publicitários da PBH, campanha iniciada em 2018



Neste sentido, pelas conversações Giovanna também retoma conosco sobre o porquê se sente representada pela Coletiva e que caminhos foram possíveis diante da configuração neste tempo de construção.

(...) a coletiva me representa com certeza. Tanto porque ela traz um contraponto na cidade, que passa pela identidade [e] tinha uma preocupação inicialmente que era reunir mulheres negras, travestis e transexuais, por entender que a gente tinha uma demanda muito específico mesmo, sabe? Então viemos compreendendo a dinâmica da coletiva para tentar acolher outras pessoas. E tem, por exemplo, o último projeto que a gente fez que tínhamos a presença do Alê, que é um homem trans. Mas, é uma questão que a gente ainda não resolveu. Sobre as entradas, nesta semana mesmo ficamos sabendo com uma trans havia sido agredida e começamos a nos organizar para tentar o contato dela e para saber como ajuda-la. Então, na vida que vamos nos conhecendo vamos nos fortalecendo e nos ajudando. Entendendo a dinâmica da Coletiva e como a gente poderia inserir outras pessoas [para um festival que desejávamos realizar], aí a gente pensou em encaminhar [uma proposta de projeto] para a virada cultural, entendeu? Que a gente queria muito trabalhar com o Alê, que era um momento pronto! E aí a gente falou... olha... ele [um homem trans que é amigo da coletiva] pode participar de ações e não significa que ele não pode fazer parte da coletiva, mas também que ele pode ter relação. Ele não está diretamente porque a gente não entendeu essa dinâmica ainda. Eu estou falando por mim: não tem coletivo⁸³, mas eu acho que isso é uma questão da gente ainda, que tá a definir. Quais são os nossos planos? nossos projetos? para a gente pensar sobre e como pessoas que realmente, se a necessidade de mostrar, os despertadores para determinados projetos. Mas, boa parte das vezes que a gente fez para as meninas, que foram enviadas junto com ele, tinha ali enquanto coletiva uma abertura para todas as pessoas transexuais que quisessem participar. (Conversação, Giovanna, Coletiva Pretas T).

Nesse registro vemos a posição das participantes no conflito posto sobre autoidentificação, especificamente sobre a participação de homens trans, uma questão surgida

⁸³ Por mais que a coletiva esteja em atividade, com suas características e modo peculiar, existe aqui uma expectativa para um projeto mais elaborado para essa experiência.

no início dos diálogos com as interlocutoras da pesquisa. Portanto, conforme também aparecido nas outras conversações, neste caso, vimos que quando a coletiva foi criada ela pretendia atingir um público mais amplo, sendo que, com o amadurecimento no processo foram aperfeiçoando esse olhar. Desta análise, a partir da fala de Giovanna, fica nítida a solidariedade e abertura para participações esporádicas de qualquer pessoa trans, sendo ainda objeto de reflexão, a natureza da coletiva. Giovanna, compreende que estão no meio de um caminho, tentando se entender como grupo e saber como ficarão compostos. Para ela, essa definição de um projeto comum ainda está por vir.

A posição foi bem parecida na indagação com outra colaboradora da pesquisa. Quando retomada essa questão da composição do grupo, recebemos o seguinte retorno:

Sebastião: vocês parecem que foram um pouco questionadas no início da coletiva, por ser só uma coletiva de mulheres trans né? E aí tinha um questionamento de talvez ter um homem trans, também... O quê que você pensa sobre isso? **Rebeka** ah, eu não tenho nada contra. Mas, eu acho que na coletiva tinha, começou entre amigas e isso que eu acho que levou a levar no que chegou: um coletivo só de mulheres. E eu acho que foi uma iniciativa nossa. Nós como irmãs (ou irmanas), uma no dia-a-dia a gente juntou e falou: vamos fazer isso. A gente não tinha, pelo menos não tinha ninguém tão próximo assim, homem, negro, trans, tão próxima assim pra gente chegar na coletiva. Mas, foi falta de oportunidade. Então, não foi uma coisa “ah não, só gente assim”, Não! foi uma coisa que aconteceu naturalmente. Até porque no festival [transvivas] a gente viu assim um amigo da Juhlia que tava caminhando com a gente ohh, qual quê é o nome dele mesmo? [A.L. nome suprimido] (Conversação, Rebeka, Coletiva Pretas T).

Rebeka menciona sobre o laço de amizade que motivou a construção da coletiva, além da mesma situação anterior que diz respeito à participação pontual do A.L. [nome suprimido - homem trans] durante o Festival TransVivas.

Nesse caminho de autocrítica e também reflexão sobre a atuação da coletiva e seus movimentos mais amplos, Giovanna, comenta enfaticamente que não se vê representada até mesmo nos movimentos LGBT's, pois geralmente não são vistas ou suas questões nunca são pautadas por esses movimentos. Vejamos:

Essa situação é dos movimentos de esquerda como um todo e não apenas os movimentos LGBT, Racial e Feminista, pois de maneira geral, não reconhecem as transfeministas ou transexuais. Esses movimentos, enquanto estão pensando no acesso ao ensino superior, por exemplo, pouco se interessa com a nossa evasão escolar no ensino fundamental. Enquanto o movimento trabalhista está pensando em redução de jornada de trabalho e já estão discutindo a qualidade de vida no trabalho, nós ainda estamos tentando nos inserir no mercado de trabalho. Enquanto os movimentos feministas estão pensando em amor, em poder casar e não casar, nós estamos na luta para não ser mortas. Existe o feminicídio e o transfeminicídio! Então, eu não acho que existe uma comunidade LGBTI+, não estou convencida disso, pois acredito que este movimento é formado por uma supremacia de homens, o movimento Gay. (...) **Sebastião:** quanto anos você tem, Giovanna? **Giovanna:** 23 anos. **Sebastião:** Nossa,

ocê é bem jovem e traz uma maturidade impressionante. **Giovanna:** Eu costumo dizer que para uma trans que vive até os 35 anos, eu já estou mais velha. (risos), sempre brinco com isso porque nossa expectativa de morte é muito grande. (Conversação, Giovanna, Coletiva Pretas T).

Em diálogo com essa fala de Giovanna, apresentamos abaixo um registro fotográfico na qual a participante enfatiza a defesa do afrotransfeminismo, interrogando os demais grupos sobre essa sub-representação ou apagamento de suas pautas na cena social.

Figura 36 – Ato unificado no Dia Internacional da Mulher em Belo Horizonte (2019)



Fonte: Instagram da participante - fonte @[transpreta](#)

Por meio da participação numa atividade formativa, na PUC Minas, capturada nos registros do Festival TransVivas, Giovanna reforça essa dimensão da transfeminilidade, dizendo:

Eu não faço questão de representar ou ter a feminilidade de uma mulher que tem uma vagina e que traz isso consigo. Isso não me torna nem mais nem menos mulher do que vocês, outras mulheres cis. (Análise Documental, Giovanna – palestra PUC Minas – Coletiva Transpretas)

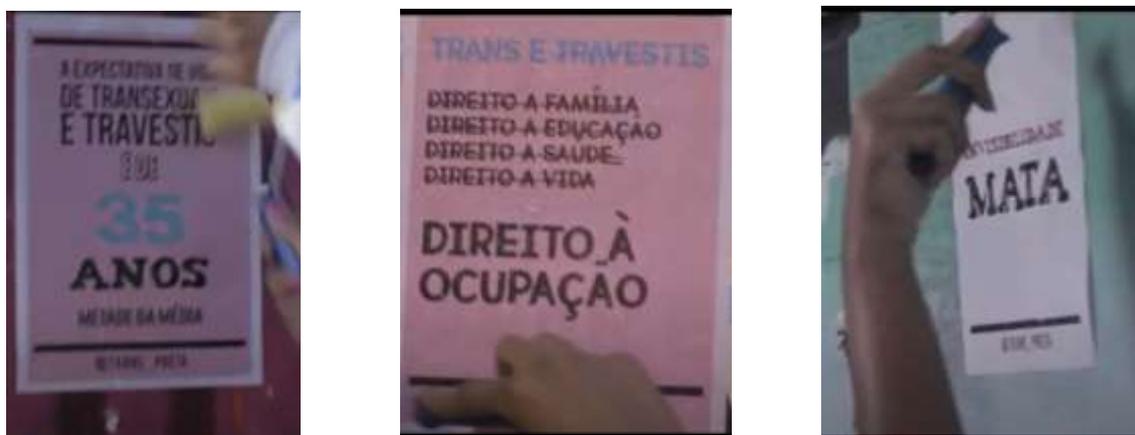
Esse sentimento de não pertencimento à algumas lutas e não representação nos espaços de garantia de direitos, ainda que pelos movimentos progressistas, também surgiu na conversação com outra integrante da coletiva.

Sebastião: Então umas das coisas que apareceram também é de que muitas vezes vocês não se veem representadas pelos movimentos LGBT's, mesmo pelos

movimentos racial, ou, movimento de mulheres, ou esquerda como um todo né? Como é que você vê isso? **Rebeka:** Eu vejo. Eu não me vejo realmente representada nesses movimentos de nenhuma forma. (...) Acho que na verdade eu não me lembro se chegamos a ter esse debate com outros movimentos muito distintos. Acho que ficamos mais onde nos identificamos mesmo, mesmo porque muitas vezes não existe diálogo com certos movimentos. (Conversação, Rebeka, Coletiva Pretas T).

Conforme elucidado noutros momentos da pesquisa, existe uma latência no direito à vida que passa pela vivência dessas participantes de maneira sobressaída que nas demais experiências investigadas. Durante o festival, em técnica de lambe-lambe, na qual as integrantes da coletiva fixaram cartazes pela cidade dizendo, termo como : “Eu quero que (ex: nome de uma trans) volte para casa hoje”; ou ainda, “invisibilidade mata”, “a expectativa de vida de transexuais e travestis é de 35 anos, metade da média”, alguns direitos listados e riscados e abaixo o direito à ocupação, fazendo uma alusão aos direitos negados e, por isso, o direito à ocupação como uma alternativa para o direito a ter direitos. Além disso, como essas imagens foram capturas no vídeo institucional do festival, observamos também, durante a veiculação das imagens dos cartazes, um fundo sonoro, repetido diversas vezes, dizendo “Eu não vou morrer”.

Figura 37 – Capturas do vídeo institucional do Festival TransVivas



Pela conquista de lugares e por reconhecimento em espaços de formação de opinião, essas participantes da coletiva vêm construindo um ativismo com coerentes posicionamentos políticos, que denunciam a luta das trans pretas, especialmente para equidade e valorização de sua humanidade. A exemplo disso, ao participar do Programa Rolê das Gerais, da Rede Globo, Giovanna fala da resistência preta no contexto das cidades e das periferias, e comenta sobre os

sentidos da africanidade presente no cotidiano e nas histórias silenciadas, mas vivas na cena social.

As histórias das periferias, em si, tratam do que a urbanização e o centro não deram conta, e foi ficando para a margem né? Falar de periferia também é falar de África. São múltiplas as histórias e múltiplos movimentos que vai construindo isso. Que é a diáspora que vai construindo que é a maior resistência que é a nossa cor. Que é o ser preto. Assim como a gente também tem o ritual de fazer a comida, né? Que é um ritual. Lá em casa é... o almoço, sobretudo no fim de semana ele só sai por volta das três ou quatro horas, é um cheiro que ele me traz toda uma história. De onde vem essa cor? Porque desta cor? O que esse símbolo significa? As vestimentas são fundamentais para a construção do nosso empoderamento hoje. Pra construção da nossa identidade, da nossa ancestralidade. Eu acho que, eu costumo dizer que o turbante é muito além de um turbante. Quando eu coloco um turbante na cabeça não é porque eu estou querendo esconder o cabelo, não é porque eu quero tampar alguma coisa. Um turbante me remete, me traz uma história, uma sensação, um poder, que talvez, boa parte das vezes nos foi negligenciado. Os contadores de história cumpriam um papel fundamental que era do ensinar, do compreender e aprender. Da troca do conhecimento. Perpetuar o conhecimento por trás da história. A gente utilizava, inclusive, dessas narrativas ou da contação em busca de tentar romper com o escrito, que se tinha né? As escrituras que nos faltavam elas foram reconstruídas por meio dessas narrativas. Dessas trocas. São muitas as histórias, são muitos movimentos que vai construindo isso, que é a diáspora, que vai construir essa nossa essência, a nossa cor. Que é o ser Preto. Eu enquanto mulher trans, travesti, negra, é o mais importante para mim ... para contar a história dos meus, a história da diáspora africana, é pensar que dessa vez quem está construindo essa narrativa sou eu. (Análise documental, Giovanna, Programa rolê nas gerais Rede Globo, Coletiva Pretas T)

Conforme vimos, Giovanna assume seu protagonismo na contação dessas histórias subalternizadas, trazendo a diáspora africana como centro de sua atuação e formação de consciência crítica.

Conforme trabalhado por Jaqueline de Jesus (2017), ao abordar os saberes e a autoria das pessoas trans, entende que geralmente as pessoas tendem a personalizar demais essa questão, senão transformar em exótico sem considerar sua produção e a pesquisa. Para ela, geralmente a produção das pessoas trans é tida como se fosse uma coisa fantástica, como se fosse coisa de outro mundo falar de si próprias. E como se não tivessem condições de refletir a complexidade da vida, para além de suas realidades particulares. Para ela,

Isso é muito reducionista. (...) as pessoas pensam a partir de reflexões que a gente colocou, mas que na rede se pluralizam, não tem referência e não remetem às origens. (...) transfeminismo é um olhar, é um óculos com que se vê outros ângulos do mundo, valorizando a história de luta das travestis, os direitos reprodutivos de mulheres trans e homens trans. Há um déficit afetivo a ser resolvido. O trabalho com a discriminação é complexo. Falta muita leitura feminista, mas às vezes a pessoa tem informação, mas não consegue de alguma forma elaborá-la e incluir certos indivíduos no seu ideário de humano, e particularmente no ideário que tem de ser mulher. E não é uma questão só para as mulheres trans, é importante dizer (...) porque se não a gente reforça o discurso de que as mulheres trans precisam ser validadas pelas mulheres cis. (...) [por fim, considera que] a empatia depende da convivência. (JESUS, Jaqueline, 2017)

Além de sugerir a ressignificação sobre a compreensão dos saberes das pessoas trans, ao problematizar a *violência contra a população LGBTQI+*⁸⁴, entende que existe um problema, por exemplo, no uso do conceito de LGBTfobia; onde observa um problema de não se falar de conceitos, mas de uma sigla que agrupa vários conceitos, que não são explicados. Da mesma forma, lembra que não termos legislação que garanta de fato os direitos humanos da população trans, como a retificação do nome e sexo no registro civil sem necessidade de judicialização, medicalização e psiquiatrização.

Para a pesquisadora, o grande desafio dos novíssimos movimentos sociais seria aprender a lidar na prática com a interseccionalidade e converter demandas pessoais em processos que alteram o curso da história coletiva.

Recentemente fiz uma reflexão sobre o “**eutivismo**”. É como algumas pessoas intitulam ativismo a partir dos relatos pessoais, que não passam disso. Eu vejo de forma muito positiva, até como psicóloga social, que as pessoas façam do pessoal o político. Porém, há falta de ação coletiva nesta perspectiva individualizante. Torna-se um rosário de relatos pessoais que não se aprofundam em discussões conjunturais. Tenho olhar atento ao racismo, porque o racismo é, repito, um eixo estruturante da sociedade brasileira. Em qualquer aspecto, mesmo quando não tem nada a ser com pessoas negras, o racismo se faz presente. E essa lógica de segregação de determinados grupos com a ideia de que existe um grupo de humano ideal, é determinante de nossas relações sociais e nos assujeita em vários níveis. (JESUS, 2017)

Nessa perspectiva, de desenvolvimento da cidadania das pessoas trans, para a autora, um desafio seria reconhecê-las “como sujeitas e sujeitos que produzem conhecimento, não só como pessoas que têm saberes”. Essa segue como uma orientação necessária para qualificarmos nossas relações no campo das diversidades e no contexto dos saberes localizados, conforme viemos discutindo.

Portanto, retomando a análise⁸⁵ da experiência das pretas T, outra questão elementar que surgiu teve a ver com a concretude de referências afetivas que fundamentam essas representações, ou ainda, que geram reflexões sobre os caminhos desejados em determinadas atuações no contexto das lutas sociais. Vejamos.

Aí eu me lembro de uma referência minha da infância, da adolescência e até mesmo da juventude que era uma vizinha da minha tia que se chamava Juhlia e é uma mulher preta, maravilhosa, forte e que todos aqueles processos que a gente via num lugar muito distante eu comeci a analisar que eram muito próximos, mas que eu não dava muito conta. Era uma mulher que foi deixada pelo marido, que criou os filhos sozinha

⁸⁴ Ver mais sobre isso no texto “Por onde andam as políticas públicas para a população LGBT no Brasil” Luiz Mello, Rezende Bruno de Avelar, Daniela Maroja, Sociedade e Estado, 2012

⁸⁵ Outras análises sobre o depoimento de Juhlia podem ser verificadas na Página 144

e que foi mãe tardia e já quase que mãe solo. Já experimenta ser mãe solo depois de três filhos ela tem mais uma filhinha, com este mesmo marido, mas que logo a deixa. E ela sozinha foi assim se reinventando, se reinventado e tocando...e a força dessa Júlia, que eu falei: tem que ser Júlia [escolha do seu nome social]. Uma das primeiras mulheres pretas que eu vi ficar careca. Né? E olha que isso lá atrás, era inconcebível. E por opção, assim, ela tira os cabelos e assume aquela mulheridade negra, careca, assim, e foi muito maravilhoso conviver com ela. E era a dona dos melhores bolos da vizinhança e uma das costureiras mais maravilhosas. E ela traz assim pra gente uma aproximação à cultura, à arte...e é muito louco isso assim, pensando aqui...ela pintava panos de prato. Eram panos de pratos belíssimos, eram verdadeiras telas, assim, obras de arte...e aquilo a gente ficava horas vendo ela pintar e algumas das vezes ajudando assim em alguma medida (Análise documental, Série Sofá Azul, Juhlia Santos, Coletiva Pretas T).

Assim como Juhlia tomou consciência do valor de sua vizinha que se tornara referência em sua vida, também compreendeu privações de direitos e extraiu dessa leitura de mundo elementos para pensar as teorias construídas nos movimentos sociais, além de assumir aquela referência no significado de seu nome social.

Aí eu vejo uma mãe solo, muito foda. Que não tinha acesso à discurso racial, não tinha acesso a discurso feminista, mas foi uma das primeiras feministas que eu tive contato sem saber que era feminista. Todo esse discurso em ser gay, em ser trans, não chegava dentro da minha casa. Ela preferia não dar conta dessas questões, porque é muito comum né? Muitos pais, hoje preferem não dar conta dessas questões. Não é que não aceitam os filhos e as filhas, é porque eles não dão conta dessa discussão, né? uma das primeiras fugas talvez é a igreja! Né? Aí eu vou me valer também desse lugar, mas aí mais uma vez eu tive uma sorte porque eu caí numa galera muito massa. Uma galera que não tinha esse discurso de ódio, que não tinha esse discurso violento que a gente vê nesses últimos tempos. E era uma galera muito massa, antenada e artista. Então, eu conheço e caio num grupo de teatro. Da igreja. É... ali eu pude experimentar, experienciar várias prosopopéias cristãs artísticas (risadas). (Análise documental, Série Sofá Azul, Juhlia Santos, Coletiva Pretas T)

Neste trecho percebemos que o apagamento de questões que estava vivendo, mas ainda não tinha conseguido nomear é expressado nesta fala de Juhlia, que também sinaliza as saídas que veio dando, por exemplo, buscar a religião como aconchego e como espaço não violento. E, dessa experiência de proteção e busca de respostas para seu lugar no mundo, acaba se deparando com um grupo de teatro, que marcou profundamente sua vivência e perspectiva de futuro, desde então.

O sentimento de não reconhecimento, também veio sendo percebido e produzindo lugares e não lugares na vivência dessa participante da coletiva Pretas T, como no caso da não representatividade no teatro, como tantos outros lugares. Sobre isso, ela relata:

... aquele corpo gay, preto, talvez fosse mais comum. Mas, que aquele corpo já trans, uma travesti preta performando, não tinha em Belo Horizonte. [Entendi]. Hoje já tem várias outras né? Mas, eu acredito assim, talvez de forma pretenciosa, mas pensando rapidamente aqui, não tinha outra travesti preta produzindo. (...) É... eu fui entendendo que teatro não tinha espaço. Não tinha espaço pra mim enquanto preta, não tinha espaço enquanto periférica, não tinha espaço pra mim enquanto travesti. Então, não

era cara as minhas questões. Ou se era cara as minhas questões era para que outras pessoas dissessem da minha trajetória, das minhas narrativas, das minhas vivências, não que fosse interessante que a minha corpa estivesse presente. Que a minha corpa estivesse vocalizando. E eu...e isso eu via em várias outras corpas. (...) E eu comecei a entender que olha...não dava para viver de arte, então eu precisava do meu trampo formal. A maioria das minhas são abatidas aos 35 anos. E quando eu completei 36, eu falei (respirou fundo) eu passei dessa expectativa. Levando em consideração e dando conta de uma forma muito tranquila de que possivelmente eu só ultrapassei essa expectativa de vida porque eu transicionei tardiamente. Se eu tivesse dado conta de externar minha transição mais cedo, possivelmente eu não acessaria a educação formal, eu não acessaria o trabalho formal, eu não acessaria socialmente. Então, esses acessos eu só dou conta que tive e tenho por essa transição tardia. E são esses acessos que me constituem Juhlia. (...) Hoje eu sou assessora parlamentar por que? Porque hoje eu dou conta de uma movimentação política, porque dou conta de estar em espaços sociais. Porque eu sou feita desses meus acúmulos. Desses meus acessos que eu só tive por essa transição tardia. Então, hoje as pessoas tem que dar conta desta travesti preta, falando. A travesti preta estando. Transitando em todos os lugares. A gente tem dado conta dos nossos discursos. A gente tem dado conta de estar nos espaços. De vocalizar de fato os nossos anseios, os nossos atravessamentos, as nossas questões como um todo. E é muito importante ocupar todos os espaços. E cada vez mais a sociedade em si tem dado boas respostas. Né? hoje nós temos três deputadas. É... eu fui candidata nas últimas eleições pra deputada e eu lembro que eu comentava assim....até no período lá na hora da apuração, com a Andreia de Jesus, né? que foi eleita. Aqui em Minas gerais né? (foi eleita deputada estadual, mulher preta, de Neves) [fala enfatizada]. No qual eu estou assessora com muito orgulho, com essa mulher preta que vem de Neves. (Andreia de Jesus...parabéns Andreia! Aurea Carolina que também está lá...lá em cima...né? em Brasília...então, foi uma movimentação muito importante, assim, mas diga...) e eu e a Andreia ali na hora da apuração e eu dizia: Andreia e Lauana (aham) e eu dizia assim, ai eu que eu queria ter pelo menos 1000 votos pra eu não passar vergonha. (risadas) E foram quase cinco mil votos. (olhaaa) e foi uma loucura... de pensar que quase cinco mil pessoas acreditaram na possibilidade da minha corpa estar naquele espaço vocalizando. Né? então, assim, pra mi foi muito importante, muito emocionante e até hoje eu me emociono. Quando eu cruzo com as pessoas pela cidade elas falam eu votei em você. Eu acredito em você. É muito gratificante. Entender que a sociedade tem se movimentado, tem nos enxergado. É... tem nos notado. É... tem entendido, principalmente da necessidade. Das nossas corpas pertencer socialmente de uma forma natural. Porque muitas das vezes quando eu encontro macho, cis, que ele estende a mão pra mim: “tudo bem? (estendendo a mão pro Evandro), Eu dou a mão e já puxo e abraço. Eu falo: venha! Acesse esse corpo aqui. Acessa essa corpa, que é uma corpa comum. Sabe? É uma corpa constituída como uma...como todas as outras. Talvez numa configuração que você não esteja acostumado. Porque essa corpa tem peito e pau. Mas, a diferença é essa. Tem um coração pulsando, um sangue correndo, saca? E muitttaaa melanina. (muita melanina). (...) eles vão ter que dar conta! (vão sim) da nossa existência! E o recadinho que eu falo é...vamos naturalizar cada vez mais as nossas corpas diversas, em todos os espaços é...deixa o outro com a liberdade do outro. Deixa a outra com a liberdade da outra. Deste outrem com a liberdade do outrem, porque isso não interfere na sua existência. (Análise documental, Série Sofá Azul, Juhlia Santos, Coletiva Pretas T).

Retomando a fala de Juhlia, a mesma nos apresenta processos de sua transição e partilha sobre a difícil entrada no campo da produção cultural e das artes. Ao refletir sobre a não representatividade no teatro, encontramos uma notícia que apresenta uma importante incidência promovida por Juhlia no âmbito desta discussão, uma matéria jornalística com o título “Atriz travesti é chamada para estrelar Madame Satã após manifesto”.

Figura 38 – Imagem da peça Madame Satã



Fonte: <https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/atriz-travesti-e-chamada-para-estrelar-madame-sata-apos-manifesto/attachment/atriz-travesti-e-chamada-para-estrelar-madame-sata-apos-manifesto>

Conforme mencionado na matéria,

“Madame Satã”, que estreou em 2015 com direção dos mineiros Rodrigo Jerônimo e João das Neves, finalizou recentemente sua primeira temporada paulista, com uma substituição no elenco que alterou não apenas a composição da equipe, mas carrega em si uma reflexão e uma prática política, social e, sobretudo, de cidadania. “Me deparei com um manifesto contra o trans fake que reivindicava a representatividade nas artes, na publicidade etc. Quando estávamos prestes a começar os ensaios para a temporada paulista, retomei o manifesto e comecei a problematizar minha personagem, que era travesti. Depois de muitas conversas, decidimos que o melhor seria chamar uma trans para me substituir”, comenta Jerônimo que, além de dirigir, interpretava. Primorosa, uma travesti que foi apaixonada por Madame Satã. A peça, que parte da biografia daquela que carregou a alcunha de ser a primeira travesti do país, para, então, abordar temáticas caras à atualidade, como a homofobia e o racismo, conta, agora, com a presença de Juhlia Santos em cena. “Logo no primeiro dia, percebemos o peso que a presença da Juhlia traria para o espetáculo. Ela veio com propostas e uma leitura própria sobre a Primorosa e os diversos contextos em que a personagem aparece em cena”, conta Rodrigo. Além de ser uma resposta a um movimento ativista, a substituição foi também a materialização de um pensamento que permeia o espetáculo, assim como a poética e a vida de Rodrigo, refletindo sua vivência na criação artística, em sua maioria, pautada por uma postura política diante de temas como a homoafetividade e o negro na sociedade brasileira, entre outras lutas. (Análise documental, site <https://observatoriog.bol.uol.com.br>, matéria produzida em 25/06/17 acesso em 06 de janeiro de 2021)

Situações como essas e também a construção trazida na fala de Juhlia revelam a importância de ocupação dos lugares sociais e de se disputar os espaços de poder. Sobre isso, numa das postagens nas redes sociais⁸⁶, vimos a evidência dessa pauta que busca a naturalização

⁸⁶ @transpretas 20 de fevereiro de 2019

as pessoas trans em espaços sociais, puxada pelas integrantes da coletiva, noutra matéria jornalista que dizia: “vai ter travesti no mercado central”.

Conforme mencionado no post, a ideia dessa mobilização foi despertar para que essa população esteja representada nos mais diversos espaços, contando com uma reparação histórica e necessária de sua presença enquanto sujeitas sociais.

Figura 39 – Matéria jornalística com Thaís Pimenta – 20.02.2019



Fonte: Jornal G1

Além disso, dessa experiência foi possível perceber que as coletivas têm desenvolvido formas criativas de denunciar silenciamentos, e construir novas consciências críticas e resistência por meio de suas iniciativas. Numa de suas propostas, por exemplo, Juhlia juntamente com uma amiga, elaborou um projeto de Sarau erótico. Esta proposta promoveu algumas edições, nas chamadas “quartas eróticas”, com objetivo de tratar de assuntos necessários no campo da sexualidade e transexualidade, mas também poetizar o erotismo. Essa

atividade veio sendo realizado no Bar Nesganega Africando, numa dos espaços mais badalados de Belo Horizonte, no famoso Edifício Malleta.

Vejamos um pouco da divulgação e de alguns registros que apresentam essa experiência:

Figura 40 – Imagens da Quarta Erótica



"QUARTAS ERÓTICAS"

Convidamos a todxs, com seus corpos envolvidos em sentidos e palavras para participarem da nossa 1ª Quarta Erótica, poetizando o erotismo e ampliando os sentidos dessa palavra. Performance, cantoria, poesia e muito mais.

Um convite despretenso para o dia dos namoradx, 12/06 a partir das 19h.. Vamos ressignificar essa data com todos os sentidos e palavras de um gozar amplo da licença poética. ♥



"QUARTAS ERÓTICAS"

Sentido e palavra - Um projeto de sarau erótico elaborado por: Júlia Elisa e Juhlia Santos.

Convidamos a todxs, com seus corpos envolvidos em sentidos e palavras para participarem da nossa 1ª Quarta Erótica, poetizando o erotismo e ampliando os sentidos dessa palavra. Performance, cantoria, poesia e muito mais.

Um convite despretenso para o dia dos namoradx, 12/06 a partir das 19h. Vamos ressignificar essa data com todos os sentidos e palavras de um gozar amplo da licença poética. ♥



Fonte: Facebook pessoal da Juhlia. Fotos de Mayara Layla, Bar NesgaNega Africando.

Acerca desse processo criativo das coletivas, através do pensamento de Butler (2018) compreendemos que a exclusão de grupos fora da norma social é com frequência naturalizada e constitui-se como “o estado de coisas”, sem que seja tratada como problema. Experiências como essas da coletiva Pretas T, que utilizam a arte para sensibilizar sobre suas questões vividas, são exemplos de processos que interferem nessa normativa, para produção de novos posicionamentos sociais e humanização de olhares acerca de suas subjetividades.

Pensando nessas experiências, concordamos com Butler, para quem a inclusividade não seja o único objetivo da política democrática, especialmente da política democrática radical, pois a questão não é simplesmente estender o reconhecimento igualmente a todas as pessoas: a revolução da política democrática está na ação corporificada. Segundo seus estudos, as palavras não exaurem a importância política da ação plural e corpórea. Nessa ideia de *performatividade* corporificada, ou seja, de muitas vezes ter que representar um gênero, reconhece o Corpo vivo. Neste sentido, enquanto organismo vivo está exposto, exibindo o seu valor e a sua liberdade na própria manifestação, representando, pela forma corpórea da reunião, um apelo ao político. Nessa concepção, não existe fala sem que o corpo signifique alguma coisa, e algumas vezes o corpo significa alguma coisa bastante diferente do que uma pessoa realmente diz. Portanto, para Butler, os corpos reunidos “dizem” não. Sendo assim, sua fome, sua necessidade de abrigo e proteção contra a violência – se torna uma importante questão política. Para a autora, quando o corpo “fala” politicamente não é apenas na linguagem vocal ou escrita, ou seja, são eles mesmos vetores de poder por meio dos quais o direcionamento da força pode ser revertido. Diante disso, entende que reuniões silenciosas, incluindo vigílias e funerais, muitas vezes significam mais do que qualquer relato, escrito ou vocalizado, sobre aquilo de que elas tratam.

Conforme a reflexão de Butler, dizer que o gênero é performativo é dizer que ele é um certo tipo de ação e de representação. Conforme pensa, somos obrigados a representar o gênero. Em sua teoria, acredita que questão é não encarar o corpo apenas como um instrumento para fazer uma reivindicação política, mas deixar esse corpo, essa pluralidade de corpos, se tornar a precondição de todas as reivindicações políticas subsequentes. Por isso, ao pensar sobre a representação, a autora compreende que embora o gênero seja representado, repetidamente, a representação nem sempre está em conformidade com determinados tipos de norma, e com certeza nem sempre em precisa conformidade com a norma. Assim, quando esse campo de normas se rompe, mesmo que provisoriamente, vemos que os objetivos estimuladores de um

discurso regulatório, como ele é representado corporalmente, têm consequências nem sempre previstas, abrindo caminhos para formas de viver o gênero que desafiam as normas de reconhecimento predominantes. Assim, para Butler a performatividade seria uma maneira de agir a partir da precariedade e contra ela, por isso, sugere que:

A questão do reconhecimento é importante porque se dizemos acreditar que todos os sujeitos humanos merecem igual reconhecimento, presumimos que todos os sujeitos humanos são igualmente reconhecíveis. (...) Ser radicalmente privado de reconhecimento ameaça a própria possibilidade de existir e persistir. (...) Existir nesse limite significa que a própria viabilidade da vida de uma pessoa está em questão, o que podemos chamar de condições ontológicas. (...) Somente quando corpos se juntam na rua, na praça ou em outras formas de espaço público (incluindo os virtuais), eles estão exercitando um direito plural e performativo de aparecer. (...) Nenhum corpo é realmente possível sem aqueles outros corpos, ligados. (BUTLER, p. 47)

Assim, a precariedade não pode ser dissociada da dimensão da política que aborda a organização e a proteção das necessidades corporais. Nesse sentido, a precariedade expõe a nossa sociabilidade, as dimensões frágeis e necessárias da nossa interdependência. E diante do fato de termos, visões conflitantes de justiça essa situação requer novas formas de solidariedade na rua e fora dela. Assim, para combater a precariedade, precisamos de outra organização das relações econômicas e sociais, da presença ou ausência de infraestrutura e de instituições sociais e políticas de apoio.

Dessas conflitualidades, segundo Butler, “não podemos entender a convivência sem entender que uma condição precária generalizada nos obriga a nos opor ao genocídio e a defender a vida em termos igualitários”. Segundo sua concepção, “Existem muitos modos de agir fisicamente sem causar danos, e esses são modos que certamente deveríamos buscar” e “Não existe maneira de alcançar a não violência sem cultivar, de maneira tática e baseada em princípios, a agressão em modos corporificados de ação”. Para ela, a não violência se estabelece não apenas pelo que fazemos, mas também por como que fazemos aparecer, e estaria aqui a liberdade que só pode existir com um suporte, entendido algumas vezes como uma condição material que torna esse exercício possível e poderoso.

Vale ressaltar que o Bar NesgaNega Africando, como relatado anteriormente, é um espaço de resistência e de encontro da população artista e militante da cidade de Belo Horizonte. Nele, tem sido realizados diversos eventos que trabalham com a questão da representatividade. Além disso, na ambientação, há também um registro de diversas personalidades negras belorizontinas ou não, que são importantes referências na luta

antirracista. Conforme apresentamos abaixo, no painel construído há uma dedicatória destinado à Juhlia Santos, com inclusão de seu desenho entre essas importantes personalidades. Vejamos.

Figura 41 – Bar NesgaNega Africando, espaço de encontro de artistas e militantes de Belo Horizonte e Região Metropolitana, no Edifício Maletta, centro de BH



Fonte: O autor (2020)

Dessa construção pelas representatividades, também recuperamos os conteúdos da Campanha de Juhlia, para disputa às eleições estaduais de 2018. Neste material, também fica evidente a necessária representação de suas identidades políticas no ambiente político institucional.

Conforme enfatizado por Juhlia, uma de suas principais pautas de campanha foi a defesa da inegociável humanidade presente nas identidades políticas. Da mesma forma, lembra que muitas vezes o reconhecimento negro é um direito roubado pela branquitude. Por isso, como corpo dissidente, às margens da sociedade, entende que os espaços de poder também são espaços de direito dessas populações.

Eu sou Juhlia Santos, pré-candidate a deputada estadual em Minas Gerais. Por volta de uns 14 anos eu conheci o Quilombo Manzo e ali eu pude me reconhecer enquanto negra. E a minha trajetória começa aí neste ativismo, na militância, a partir do reconhecimento enquanto negra, porque muitas vezes a branquitude nos rouba até esse reconhecimento. E de lá pra cá, junto com mulheres de Manzo eu venho traçando uma história na cidade. E logo mais tarde eu me reconheço enquanto trans. E a partir de então eu começo a entender que para além do movimento negro eu tinha outra coisa e outras questões que me atravessavam. Esses corpos dissidentes, esses corpos tidos às margens da sociedade que cada vez mais passam a ocupar o hipercentro, que passa a ocupar lugar que também nos pertencem, então nós entendemos que é a partir daí os espaços de poder também são os nossos espaços. Foi onde eu decido, junto com outras pessoas, outras parceiras, outras irmãs, a colocar o meu corpo à disposição para mais essa luta. (Análise documental, Juhlia Santos, Campanha Muitas pela cidade que queremos, Coletiva Pretas T)

Por meio dessas conversações, também foi possível perceber como que os mecanismos governamentais, por ora desacreditados pelos movimentos sociais, aqui aparecem como recurso legal capaz de mobilizar e dar suporte a ações coletivas que se comprometem com essa pauta dos direitos humanos e diversidade sexual, como no caso da Lei de incentivo à cultura, que possibilitou a realização do Festival TransVivas, iniciativa da coletiva das Pretas T, ou, mesmo na candidatura para ocupação dos espaços institucionais de se fazer política, como na campanha eleitoral onde Juhlia se disponibilizou participar como candidata.

Lembramos também que durante as conversações essas participantes sinalizaram a necessidade da universidade reconhecer potentes pensadoras sobre as questões transexuais. Para Juhlia, por exemplo, temos que publicar essas referências, além da arte como forma de convencimento para construção de outros pensamentos. Dessas indicações, ela compreende como fundamentais autores como

JOTA MOMBAÇA. Rumo à uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência. São Paulo: Fundação Bienal (32a. Bienal de São Paulo – Incerteza Viva) e OIP – oficina imaginação política, 2017.

FILME BIXA TRAVESTY - <https://www.papodecinema.com.br/filmes/bixa-travesty/>

JUP DO BAIRRO

<https://revistamarielaire.globo.com/Cultura/noticia/2021/02/jup-do-bairro-nega-rotulo-de-musica-lgbt-e-defende-que-artistas-trans-nao-sao-onda.html>

BRUNA KURY – que trabalha com o conceito de desperformance - <https://brunakury.weebly.com/>

SUZY SHOCK – <http://susyshock.blogspot.com/> - multiartista que nos apresenta, “o direito de me reconhecer enquanto monstro”, em forma de poema:

“Eu, pobre mortal, equidistante de tudo; eu, Cartão de Cidadão nº 20598061; eu, primeiro filho da mãe em que depois me tornei; eu, velha aluna dessa escola dos suplícios, amazona do meu desejo; eu, cadela no cio do meu sonho vermelho: eu reivindico o meu direito a ser um monstro. Nem homem, nem mulher, nem XXY ou H2o. Eu, monstro do meu desejo, carne de cada uma das minhas pinceladas, tela azul do meu corpo, pintora do meu caminho. Eu não quero mais títulos para carregar, eu não quero mais cargos nem armários onde me encaixar, nem o justo nome que me reserve nenhuma Ciência. Eu, borboleta alheia à modernidade, a pós-modernidade, à normalidade, oblíqua, vesga, silvestre, artesanal. Poeta da barbárie com o húmus do meu cantar, com o arco-íris do meu cantar, com o meu esvoaçar: reivindico o meu direito a ser um monstro! E que outros sejam o normal, o Vaticano normal, o credo em Deus e virgíssima normal e os pastores e os rebanhos do normal, o Honrável Congresso das Leis do Normal, o velho Larousse do Normal. Eu só trago a luz dos meus fósforos, a face do meu olhar, o tacto do que é ouvido e o jeito vespal do beijar. E terei uma teta da lua mais obscena na minha cintura e o pênis ereto das cotovias galdérias e 7 sinais; 77 sinais; que raio estou eu a dizer...! 777 sinais da endiabrada marca da minha Criação. A minha bela monstruosidade, o meu exercício de inventora, de rameira dos pombos. O meu ser EU, entre tanto parecido, entre tanto domesticado, entre tanto “até à ponta dos cabelos”. Um novo título para carregar. Casa de banho:

das senhoras? Ou dos homens? Ou novos cantos para inventar. Eu: trans... pirada, molhada, nauseabunda, germe da aurora encantada, a que não pede mais permissão e está raivosa de luzes maias, luzes épicas, luzes párias, Marias Madalenas menstruadas, bizarras. Sem bíblias, sem tábuas, sem geografias, sem nada! Só o meu direito vital a ser um monstro, ou como me chame, ou como me saia, como me permita o desejo e a fuckin' gana! O meu direito a explorar-me, a reinventar-me, fazer da minha mutação o meu nobre exercício, veranear-me, outonar-me, invernar-me, as hormonas, as ideias, o cu e toda a alma. Amém.” (Susy Shock, Reivindico mi derecho a ser un monstruo)

Dessas indicações, durante as conversações, Juhlia comentou sobre essa leitura que o mundo tem de si, que muitas vezes a vê como monstro. Neste momento comenta “quero mesmo ser conhecida como monstro!”. Vale lembrar que diante das condições da pesquisa infelizmente não conseguimos qualificar essa inclusão das autoras sugeridas, mas seguem como registro para futuros trabalhos e interrogações neste campo de estudos.

No quadro abaixo apresentamos um pouco da síntese que organiza os nossos achados, lembrando que isso não deva ser um impeditivo para outras leituras possíveis.

PRETAS T – SÍNTESE DA ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES
Potências – o que favorece o sentimento de representação
Laço de amizade entre as participantes
Grupo atua como fator de proteção
Respondem demandas concretas da vida
Possuem saberes e são produtoras de conhecimento sobre si, mas também sobre a complexidade do mundo
Consciência crítica transfeministas
São formadoras de opinião e protagonizam discursos contra hegemônicos
Abertura da coletiva à todas as pessoas transexuais Participam de significativos espaços na mídia
Trazem a disposição para disputar lugares de poder
Criatividade para desenvolvimento da luta e desejo de ocupar a política institucional
Possuem referências significativas que orientaram suas formações políticas
Têm a arte como mobilizadora das pautas insurgentes
Leis de incentivo e reparação de condições sociais desiguais
Riscos – o que favorece para o sentimento de “não” representatividade
Expectativa externa sobre quem deveria participar da coletiva
Angústia diante da condição concreta de poder morrer jovem
Ausência de suas identidades e proteção na cena pública
Invisibilidade de suas pautas nos espaços sociais e nos movimentos progressistas
Violência concreta que eliminam suas identidades políticas
Modo como são consideradas e usadas nos textos acadêmicos
Redução de suas falas e participações apenas relacionada às suas identidades de gênero
Reconhecidas como monstro
Falta de oportunidade
Redução da condição de ser mulher pela vagina
Falta de conhecimento sobre suas identidades políticas, como um fator de risco que gera mortes
São consideradas exóticas ou lidas apenas pelo viés da sexualidade
Vivem a necessidade de judicialização, medicalização e psiquiatrização para assunção de suas identidades
Pelas emergências, correm o risco de atuar somente no eutivismo
Pretendem ser mais do que são, consideram que estão num projeto a se definir

Nesta análise, a partir de nossa ótica, percebemos um pouco como a temática da representatividade passa pelas coletivas, bem como a capacidade que elas têm gerado para interferir em situações-limite e promover incidências no campo das representações e representatividades.

Do trabalho de campo, foi possível perceber que a ideia de representatividade esboçada pelas coletivas passa primordialmente por questões identitárias, mas estão muito além dessa dimensão. Com isso, percebemos que essa pauta da representação ou das representatividades se faz bem presente, mas sofre mutações, apresentando ambivalências e divergências internas nas coletivas acompanhadas. E, por mais que na crítica à ausência de oportunidade e inclusão de determinados sujeitos no sistema político, dirigem sua crítica a todos os espaços sociais.

Assim, trabalham para enfretamento a um processo desigual de oportunidades, como desenvolvido no capítulo anterior. E, com isso, podemos dizer que essa noção da representatividade aparece muito mais focadas numa ideia de justiça, pelas experiências de exclusão vividas, do quê de uma universalização dos direitos, vazia de sentido. Assim, essas coletivas questionam justamente uma perspectiva de suposta identidade unificada, detentora de privilégios, construindo novas alternativas para o que percebem que não tem funcionado, como no acesso aos direitos e da própria perspectiva hegemônica de representação. Por isso, como nos revelou a análise das situações-limites, essas coletivas acessam, produzem e qualificam seus discursos, aprimorando e complexificando conceitos, criando também novas tecnologias da ação coletiva, introduzindo novos sujeitos e temas nos embates sociais. Com isso, há um reinventar e uma redescoberta de si em processos vivenciados socialmente.

Ao refletir se essas experiências investigadas vêm substituindo outras formas de representação, compreendemos que, de modo geral, elas são atravessadas por muitas motivações, e produzem lutas expressas como respostas a um “aqui” e “agora”; desenvolvendo formas mais compartilhadas para tensionar e atuar sobre os limites institucionais, com práticas menos personificadas, trazendo novas maneiras de atuação para o campo institucional. Portanto, chegamos à conclusão que não há uma substituição, mas coexistência de diferentes cooperações, conflitos e formas de representação entre as coletivas, as instituições sociais e o Estado.

No caso dessas experiências investigadas, essas coletivas acompanhadas não rejeitam a democracia representativa, mas buscam outras maneiras de viabilizá-las e concretizá-la a partir de suas experiências políticas locais. Fazem isso, por meio da ideia de “ocupação dos espaços de poder”. Relativamente, dialogam com algumas características também evidenciadas por Castells (2017, p. 121), por possuírem uma auto-organização (são independentes às instituições políticas e econômicas) e por desenvolverem práticas de “contrapoder”, como na criação de processos de comunicação como espaços para falar de si, de modo que, ao falar, esses sujeitos geram contradições. Destas contradições, pelo que observamos, buscam não propagar uma ação coletiva mediada pela violência e por meio desses valores cultuados ou praticados, esses movimentos também desafiam o discurso hegemônico. Parecem justificar a não violência, conforme traduziu Castells, no sentido de que envolver em violência, ainda que justificada, contradiz o processo pautado e lembra velhas táticas de ação em favor da expressão de ódio.

Tendo a democracia como um princípio de suas atuações, acionam sempre a conjugação entre prazer e luta, tidas como necessárias para “desarmar o jogo do autoritarismo” (FREIRE; BRITO, 1988). Por isso, procuram impregnar de sentidos as suas práticas tornando-as menos arbitrárias e mais coletivizada do ponto de vista das funções e responsabilidades. Ainda que não considerem centralizadas numa liderança, apontam seus processos para o “lugar de fala”, com implicações para romper com uma fala única, já que alguns sujeitos são mais silenciados que outros, como defende Djamilia Ribeiro.. Por isso, nessa proposição, essa discussão não propõe o silenciamento do outro, mas permite condições para que grupos não privilegiados acessem a cidadania.

Sabemos que em cada situação- limite ou conflito social as pessoas vão procurar saídas e criar campos de oportunidades para superar seus desafios. Essas buscas estão condicionadas, contextualizadas num dado momento e tempo; e por mais que pareçam repetição, são sempre experiências únicas e irrepetíveis. Neste sentido, com a insurgência de novos atores, concordamos com Melucci (1989) que os atores nos conflitos são cada vez mais temporários e sua função é revelar os projetos. Para ele, esses movimentos anunciam para a sociedade o problema em determinada área. Eles não lutam apenas para por bens materiais ou para aumentar sua participação no sistema, mas para orientações diferentes da ação social. Nessa concepção, a ativação de resultados depende mais de fatores conjunturais e históricos, e essa seria a novidade dos movimentos emergentes.

Com isso, acreditamos que educar para direitos humanos pressupõe reconhecer limites, mas também os avanços na inclusão das agendas políticas e lutas vivas que se fazem presentes no campo das disputas por direitos. No desejo de comunidade de convívio, a violência não pode ser o principal caminho de radicalização, ao ponto que diferentes grupos se eliminem uns aos outros, mas busca de alternativas para aprender a conhecer e a conviver com a diversidade presente, bem como as demandas próprias de suas culturas e crenças e os processos mais amplos da vida social.

Uma teoria dos direitos, como nos lembra Bauman (1925, p. 125-128), requer uma política de reconhecimento que proteja a integridade do indivíduo nos contextos da vida e em que sua identidade se forma. Por isso, a universalidade da cidadania é condição prévia para qualquer “política de reconhecimento”, com isso, a segurança é uma condição necessária do diálogo entre culturas. Sem ela, há poucas chances de que as comunidades venham a abrir-se umas às outras e manter uma conversa que venha a enriquecê-las e a estimular a humanidade de sua união.

Diante, dessas aprendizagens, compreendemos que a educação tenha um papel fundamental para colaborar para esses deslocamentos necessários para que a representação democrática e para uma educação pela convivência na diversidade sejam fortalecidas. Neste sentido, como nos lembra bell hooks, (2017), temos que reconhecer que nosso estilo de ensino precisa se qualificar cada vez mais, aprendendo com outros movimentos de mudança social, na compreensão que nossa luta será longa e com disposição para permanecermos pacientes e vigilantes. Desta forma, a autora nos motiva a praticar uma pedagogia engajada como expressão de um ativismo político, para desenvolvimento de uma educação para consciência crítica. Sendo assim, uma educação inclusiva, que colabore para outra realidade possível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos neste estudo compreender questões sobre representatividade na perspectiva das identidades políticas em espaços de participação social, com análise de três experiências coletivas. Este estudo adveio do problema das tensões e desgastes na ideia contemporânea de representatividade, justificada na ausência de representação de alguns sujeitos em espaços de decisão; pelas limitações democráticas e tensões na participação que culminam numa produção intencional desses sujeitos como inexistentes, além de sua negação como produtores de conhecimento numa hegemonia social; numa orientação para uma emergência de novas representatividades a partir dos atores coletivos. De modo geral, no desenvolvimento deste estudo, chegamos aos seguintes resultados:

Dos dados analisados, a participação política, mais crítica e intencional, foi uma grande descoberta para essas colaboradoras. Sendo que, pelo observado, essas inserções fizeram sentido quando foram afetadas diretamente por algum problema ou foram motivadas por alguma razão concreta. Da mesma forma, essas descobertas parecem acontecer com as questões da representação e representatividades, demandando contextualização.

Conforme vimos, a representação como atividade política, mesmo limitada, é reconhecida pelas coletivas como discurso que promove a justiça. No entanto, a representatividade ficou aqui endereçada na necessidade do reconhecimento da dessas identidades silenciadas pelo Estado e pelas instituições sociais, numa interação e ação comunicativa que se desenvolve de maneira desigual, na qual a reciprocidade não existe, bem como a valorização de suas humanidades. Vimos nessas experiências a necessidade de valorizar o conflito e recriar formas deliberativas de resolução das divergências sobre a compreensão das leituras de mundo e de diferentes maneiras de resoluções dos problemas sociais. Como identificado, parece fazer sentido que quanto mais democrático e afetuoso for os espaços de atuação, mais tendem a se sentirem representados. Do contrário, naquelas experiências que não se veem satisfeitos, têm buscado disputar e construir contrapoderes para ocupá-los e transformá-los.

Nessas experiências as lideranças foram tidas como fundamentais e são reconhecidas como necessárias para o funcionamento e até mesmo para um sentimento de pertença a essas coletivas. Sendo assim, em sua forma de organização, elaboram continuamente a reflexão sobre

“quem pode decidir” e “como chegam coletivamente a uma decisão”. Com isso, o poder de lideranças existe, mas ele aqui fica distribuído ou redirecionado de acordo com cada situação-limite ou vocação necessária as atividades em curso. Não tem sido uma pessoa que decide em nome do grupo. Neste caso, distinguem de outros movimentos sociais, já que reconhecem suas lideranças ou porta-vozes, ainda que tratem com desconfiança esse papel, sugerindo que eles aconteçam com valores não autoritários.

As interações e formas dessas coletivas se comunicarem, ou se apresentarem publicamente, foram potências percebidas para identificar seus contrapontos e denúncias da não representatividade. De maneira geral, essas experiências vêm sendo organizadas principalmente pelas redes sociais, como o *WhatsApp*, que apesar de sua frequência no uso, demonstrou insuficiente para responder a demandas de pertencimento e prática cotidiana na ação proposta, sendo ressaltadas e tidas como insubstituíveis as participações presenciais, além da problemática da disponibilidade de tempo das pessoas para efetivamente participarem das atividades e de suas construções.

Diferente de grupos tradicionais, não observamos estratégias de eleição de coordenadores ou diretorias. Em alguns casos como das Manas, em que a liderança estava sobrecarregada ou foi necessário alterar a *Slam Master*, o grupo construiu uma deliberação coletiva sobre as novas estratégias. Essa situação de campo parece dialogar com os estudos que apontam que a representação não deve ser reduzida a aspectos contratuais por delegação através de eleições. Talvez estejam mais vinculadas às práticas da deliberação do que o voto pela maioria, apesar dessa noção ser mais comum e sempre aparecer.

Pelo que observamos, as coletivas aqui coelaboradoras, vêm compreendendo que a prática representativa não fica restrita aos espaços institucionais, por isso, trazem valores que potencializam ou são mais favoráveis a essa demanda, com noções que passam não apenas na delegação ou substituição de pessoas nas suas atividades cotidianas, mas também ideologias valores ou discursos, no desenvolvimento de performatividades e inventividades para reordenamento dos modos de vida, para denunciar suas exclusões do sistema vigente e para sensibilizar as pessoas sobre suas demandas e identificações. Além disso, também percebemos que em algumas experiências a delegação é impossível não porque não exista uma participação democrática, mas porque a natureza da atuação passa por outras formas de organização, como em casos artísticos, em que alguns papéis são autorais e só podem ser exercidos por uma mesma pessoa.

Pelo que verificamos, praticam o que aprenderam sobre democracia e participação ao longo da vida, mas diante dos conflitos, buscam novas saídas pelas circunstâncias e valores da situação-limite, a partir da mediação de seus interesses. Durante a convivência com as coletivas, percebemos também uma cautela no uso do termo “político” como receio de um não “misturar” as coisas como a política partidária, a religião, os interesses pessoais, etc. Além disso, essas coletivas têm problematizado a ideia de “dar” voz ao invés de “ter” voz reconhecida, na superação de um discurso e de uma noção passiva *sobre* eles, com demanda de “autorrepresentação discursiva” no campo dos direitos. Trazem o que talvez seja central para a política, ou seja, aquilo que falta para a representação existir, problematizando a fala de si por outro sem sua autorização. Portanto, problematizam “quem são” nessa representação, dizendo respeito ao direito de existir, uma dimensão que precede a qualquer outro interesse, e, como já enunciamos, esse direito à existência não está dado.

Parecem também deslocar a relação de conflito com Estado; em que conseguem se localizar na submissão social, mas se propõem a disputar a entrada para esses lugares na crença de construir junto e dialogar com as pessoas como uma das saídas possíveis para a ineficiência dos poderes públicos. As coletivas contestam a colonialidade da política institucional e rebatem a ideia de esvaziamento deste sistema, bem como reinvidicam seus espaços legítimos na arena do poder. Neste sentido, pelo que viemos compreendendo, ainda que insuficiente, a via institucional segue como procedimento importante para estabilidade social, bem como as instituições e suas normativas. Sustentar essa concepção parece importante para os avanços da democratização e radicalização da representação.

Portanto, pelo que observamos, não produzem em suas práticas um tipo de democracia formal, com documento contratual ou delegações pré-definidas e pactuadas, já que variam seus modelos organizacionais, desenvolvendo variadas formas de chegar a uma decisão, sem que essa questão seja unilateral, ou com regras fixas e imutáveis. Vimos que essas coletivas, produzem, então, espaços de consulta e construções autônomas, como através de comissões, onde o grupo se organiza por afinidade e trabalha as pautas, remetendo as decisões aos espaços de encontros ampliados com o maior número de participantes, numa certa noção de assembleia, ou, no caso das coletivas, com diálogos e repasses dessas pautas e suas deliberações nas reuniões e pelos meios de comunicação grupais.

Também foram significativas as questões sobre as nomeações dos grupos e das ações coletivas contemporâneas, que revelam potências e também denunciam desagregações sociais,

inclusive, com não identificações e significados de existência para além daqueles possíveis de serem capturados. Constatamos uma reflexividade contínua sobre suas nomeações, o que parece um traço dessas experiências do tempo presente, com tendências para que não sejam abreviadas ou reduzidas, por um ou outro elemento constitutivo. Suas nomeações não podem ser consideradas categorias fixas, porque como acontece na constituição das identidades sociais também estão constituindo suas identidades políticas. Ao demarcar suas diferenças na identidade grupal, buscam também responder a um contexto em que essa pluralidade parece ser politicamente mais aceitável ou desejada, sugerindo mais riquezas e valoração para os movimentos contemporâneos.

As três coletivas vêm constantemente buscando uma coerência e também diferença na sua identificação e sua forma de atuação, em conformidade com uma constante necessidade de “responder” a um imperativo dos próprios movimentos sociais, em correspondência com determinados valores da solidariedade e da não exclusão. Essas questões podem ser lembradas naqueles pontos que apareceram no levantamento de campo e também em situações como as que evidenciaram se caberiam ou não ter gays e monas na coletiva Manas, ou, se diante de transmasculinidade, seria o caso de permanecer como parte de um grupo de mulheres; se os homens trans poderiam ser inseridos numa coletiva de pretas trans; ou ainda se, seria viável uma construção de alianças na diversidade para diálogo dentro da política institucional, mesmo com desconfiança pela inefetividade desses espaços.

Desta forma, o conflito parece se localizar justamente na variação das identidades, já que contestam a norma. Este estudo também revelou que o mais importante não seja encaixá-los em classificações e nomeações homogeneizantes, mas perceber suas demandas, desconfianças e a capacidade de solidariedade e ação diante dos poderes instituídos, no desenvolvimento de seus marcadores de diferenças e contrapoderes. Sua alteração ou movimento de uma ideia à outra não deve ser compreendida como característica negativa, de desorganização, mas como movimento vivo, complexo e que diz muito de como vêm agindo e se reconhecendo no tempo presente. Além disso, reconhecemos que esses sujeitos estão dinamizando essas posições que tentamos lidar, sugerindo processos que não conseguem ser medidos e observados a curto prazo.

Compreendemos também que a pesquisa militante foi assertiva para chegar a essas coletivas, e pensar de maneira mais sensível os diferentes contextos desse problema comum. Com isso, conseguimos identificar elementos que favorecem para que essas coletivas tenham

ou rejeitem as representações, numa concepção que passa por diferentes níveis, desde a experiência vivida até outras fontes e credenciais para legitimidade e autorização para que as representações aconteçam de forma democrática. Por meio dessas descobertas e estudos, vimos a necessidade de uma expansão sobre a temática, para além de uma ideia de presença ou de imagem hegemônica, como dispositivos de poder ou condição de fim da representatividade em si mesma.

Vale lembrar que não desenvolvemos um estudo comparativo, mas capturas e associações sobre essa temática, a partir de “zonas de sentido”, com foco nas estratégias de atuação, questões sobre as identidades e pertencimento, e questões próprias da representatividade nessas experiências investigadas. Da pretensão metodológica, não conseguimos realizar o grupo de discussão, especialmente para aprofundar e trazer mais da constituição dessas dinâmicas representacionais, devido ao contexto da pandemia e limitações nas formas de comunicação remota. Nessa perspectiva, realizamos interações com os resultados da pesquisa de forma processual, porém, ainda muito cunhadas no texto acadêmico. Por isso, sentimos falta de enlaçar mais essas vinculações entre a universidade e essas coelaboradoras da pesquisa. Com isso, ficamos com o desejo de conhecer mais sobre os deslocamentos que constituem essas identidades, bem como as orientações institucionais e expectativas para além dessa concepção de contratos sociais, ou seja, dos caminhos que levam os indivíduos a produzirem ações coletivas, e que orientam as pessoas a se organizarem de determinada maneira ao invés de outra.

Dessa problemática, tivemos como hipótese que as novas gerações parecem reconstruir outras possibilidades destas representatividades, por meio de suas ações coletivas. Em resposta à nossa questão inicial, evidenciamos que coexistem dinâmicas de participação e também de representação, sendo que algumas seguem preceitos dos espaços institucionalizados, com dinâmicas de revezamentos e inclusões da diversidade nos espaços tradicionais, mas existem também novas performatividades que inauguram novas maneiras de representar e de questionar a ausência de corpos e existências sociais nas dinâmicas normativas.

Portanto, verificamos que as coletivas da pesquisa têm ocupado a cidade, trazendo posicionamentos políticos e produção de determinadas formas de convivência, num contexto de precarização no direito de “existir”. Pelo que analisamos, essas coletivas demonstraram negociar e criar táticas de superação das precariedades em que vivem, defendendo suas existências. Colaboram para a desconstrução de hierarquias e o monopólio da verdade. Desta

maneira, reinventam suas existências, confrontando as normativas vigentes, sugerindo uma convivência atenta a outros sujeitos. Não menos importante, precisamos lembrar que essas são coletivas juvenis, que trazem uma ação que passa por uma vigilância e uma funcionalidade à luz das expectativas de um modelo adulto.

Como vimos, essas experiências produzem desvios que problematizam suas representações e as necessárias inclusões no campo dos direitos. Diante disso, concepções como a universalidade e direitos humanos não devem ser abandonadas, mas reconhecidas como resultado de lutas históricas, que precisam ser qualificadas e desenvolvidas tendo em vista saberes localizados e populações subalternizadas. Nessa complexidade, seguimos engajados e atentos a necessárias alterações desses pontos de vistas, para conhecimento e valorização de outras leituras para além das hegemônicas e insurgência de novas universalidades. Por fim, concordamos com Paulo Freire que história seja tempo de possibilidades. Diante das desigualdades e violências estruturais, precisamos reconhecer que a representatividade importa, sendo que a educação pode ter um papel fundamental para essa temática, os sentidos que estão em jogo, bem como no cultivo da utopia pelo bem viver.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ALKMIM, Antônio Carlos. O paradoxo do conceito de representação política. In: **Revista de Ciência política Teoria e Pesquisa**, v. 22, n. 1, pp. 56-71, jan./jun. 2013;
- ALVAREZ, Lucia. **Disciplina sobre movimentos sociais e educação**, ministrada na Pós-Graduação em Educação, FAE, UFMG, 2018.
- APPADURAI, Arjun. **O medo do pequeno número**. Ensaio sobre a geografia da raiva. São Paulo: Iluminuras; Itaú cultural, 2009.
- ARROYO, Miguel. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- ARROYO, Miguel. Pedagogias em movimento. O que temos a aprender dos Movimentos Sociais? In: **Currículo sem Fronteiras**, v.3, n.1, pp. 28-49, Jan/Jun 2003
- ASAD, Haider. **Armadilha da identidade: Raça e classe nos dias de hoje**. São Paulo: Veneta, 2019.
- AVRITZER, Leonardo. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2016.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**, [S. l.], n. 11, p. 89–117, 2013. DOI: 10.1590/s0103-33522013000200004.
- BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: A busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: Entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BECKER, Howard Sal. Outsiders. **Estudos de sociologia dos desvios**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- BERLATTO, Odir. A construção da identidade social. In: **Revista do Curso de Direito da FSG**, Caxias do Sul, ano 3, n. 5, jan-jun 2009 – p. 141-151.
- BIXA TRAVESTY**. Direção: Kiko Goifman e Claudia Priscilla. Produção: Evelyn Mab. Paleotv, Canal Brasil, Válvula Produções. 2019, 1h15m.
- BOFF, Leonardo. *Ekklesia* – democracia radical. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 24/06/2005, Outras Opiniões, p. A11.
- BRINGEL, Breno. Com, contra e para além de Charles Tilly. In: **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 43–67, 2012. <https://doi.org/10.1590/2238-38752012v233>

BRINGEL, Breno. Miopias, sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013. In: **Insight Inteligência**, n. 62, pp. 42-5. Disponível em https://www.academia.edu/8526539/_2013_Miopias_sentidos_e_tend%C3%A7%C3%A3o_do_levante_brasileiro_de_2013 Acesso em 20 jan. 2022.

BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrev. Junho de 2013... dois anos depois. Polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 30, n. 88, 2015. Disponível em https://rosa.ehess.fr/service/home/~/?auth=co&loc=fr_FR&id=2561&part=3 Acesso em 20 jan. 2022

BRINGEL, Breno; SPÓSITO, Marília. Apresentação do dossiê Movimentos Sociais e Transformações do Ativismo Contemporâneo. In: **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 41, 2020, p. 1–9.

BRITO, Fausto Reynaldo Alves de. **Utopia e paixão: A política do cotidiano**. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: Notas para uma crítica performativa da assembleia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?** 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Polén livros, 2019.

CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues. Jovens na Cidade. In: **Trabalho e sociedade**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, agosto, p. 15-22, 2001.

CARRANO, Paulo; DAYRELL, Juarez. In: Brasil. Secretaria de Educação Básica. Formação de professores do ensino médio, etapa I – caderno II: O jovem como sujeito do ensino médio. Curitiba: UFPR/Setor de Educação, 2013.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da internet**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

CIAMPA, Antônio da Costa. **A estória do Severino e a história da Severina: um ensaio de psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 2009.

CIAMPA, Antônio da Costa. Identidade. In: LANE, Silvia; CODO, Wanderely. (Org.) **Psicologia social: O homem em movimento**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989, pp. 58-78.

CIAMPA, Antônio da Costa. Políticas de identidade e identidades políticas. In: DUNKER, C. I. L. & PASSOS, M. C. (Orgs.). **Uma psicologia que se interroga: ensaios**. São Paulo: Edicon, 2002, pp. 133-144.

COELHO, Beatriz de Almeida. **A eficácia do direito às mulheres a partir da experiência das moradoras do Morro do Horácio, sob uma perspectiva do feminismo decolonial**. 2020.

Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2020.

COLLING, Leandro. **Teoria queer.** Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/maisdefinicoes/TEORIAQUEER.pdf> Acesso em 30 dez. 2020.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que é Participação Política.** Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1983.

DAY, Richard J. F. Gramsci is dead: anarchist currents in the newest social movements. Londres, Pluto Press, 2005.

DAYREL, Juarez; OLIVEIRA, Sebastião Everton. **Construindo uma metodologia de trabalho com jovens:** A experiência do Programa “Proteger é Preciso” em Minas Gerais – PEP/MG. Belo Horizonte: Fundação Vale, 2017.

DAYRELL, Juarez. A cidade se fecha para a juventude, analisa Juarez Dayrell. In: **Notícias da UFMG**, Belo Horizonte, 8.4.2011. Disponível em: <https://www.ufmg.br/online/arquivos/018862.shtml> Acesso em 26 jul. 2013.

DOMINGUES, Leticia Brichal. **Junho de 2013 [manuscrito]:** atores, práticas e gramáticas nos protestos em Belo Horizonte. Faculdade de filosofia e ciências Humanas, UFMG, 2009.

DUBAR, C. **Para uma teoria sociológica da identidade. A interpretação de uma mutação.** Editora Porto, Edições Afrontamento, Porto Editora, 1997.

FARIA, Ederson; SOUZA, Vera Lúcia Trevisan de. In: **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 15, n. 1, pp. 35-42, jan./jun. 2011.

FARIA, Flavia. Epistemologia emancipatória de coletivos políticos. In: **Simbiótica**, Vitória, v. 7, n. 3, jul.-dez./2020.

FERNÁNDEZ-SAVATER, Amador. Guy Debord e a crítica da sociedade do espetáculo. Entrevista com Luis Navarro. **Revista IHU Online.** UNISINOS, São Leopoldo/RS, 2014. Disponível em: <https://ihu.unisinos.br/170-noticias/noticias-2014/538184-guy-debord-e-a-critica-da-sociedade-do-espetaculo-entrevista-com-luis-navarro> Acesso em: 05 jan. 2021.

FERRARI, Marian. O papel da diferença na construção da identidade. In: **Boletim de Psicologia**, v. LVI, n. 124, 01-082006.

FERREIRA, Vitor Sérgio. **Pesquisar jovens:** Caminhos e desafios metodológicos. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2017.

FESTIVAL TRANSVIVA, PBH, 2018 - Disponível em - <https://www.youtube.com/watch?v=zsc96DmJyI4> acesso em 22/01/2022 às 21:14

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011. (Coleção Cibercultura).

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas. In: **Cadernos de campo**, São Paulo, n. 14/15, pp. 231-239, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

FURLIN, Neiva. Sujeito e agência no pensamento de Judith Butler: contribuições para a teoria social. In: **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 16, n. 2, p. 395-403, jul./dez. 2013.

GADOTTI, Moacir. **Pensamento e ação no magistério**. Convite à leitura de Paulo Freire. 2. ed. São Paulo: Editora Scipione, 2004.

GARCEZ, Regiane Lucas de Oliveira. **Representação política discursiva e movimento social dos surdos**: coletivização de questões como fonte de deliberação. 2015. Tese (Doutorado em Comunicação Social). Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. In: **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, Universidade Estadual de Campinas Universidade Nove de Julho, v. 16, n. 47, maio-ago. 2011.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: Saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: **Revista Ciências Hoje**, São Paulo, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS, 1984, p. 184-244.

GONZÁLES REY, Fernando. **Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2005.

GROPPO, Luís Antonio. **Ocupações secundaristas no Brasil em 2015 e 2016**: Formação e auto-formação das/dos ocupas como sujeitos políticos. Alfnas, 2018.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. São Paulo: DP&A, 2006.

HALL, Stuart; WOODWARD Kathryn. **Identidade e diferença**: A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2012.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, Universidade Estadual de Campinas, v. 5, 1995, pp. 7-41.

HARVEY, David. **O direito à cidade**. Disponível em <http://olhorua.wordpress.com/2013/07/09/> Acesso em 20 jan. 2022.

HONNEDTH, Axel. **Luta por reconhecimento**: A gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade.** 2. ed. São Paulo: WFM Martins Fontes, 2017.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo: Políticas arrebatadoras.** 6. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2019.

HOOKS, Bell. **Olhares negros, raça e representação.** São Paulo: Elefante, 2019.

INSTITUTO IDENTIDADES BRASIL. *ARAÚJO, Carla.* 15 de novembro uma reflexão sobre a republica da desigualdade-racial.: <https://simaigualdaderacial.com.br/site/e-preto-ou-negro> acesso 06/01/2021 às 15:52

INSTITUTO PÓLIS. **O que é direito à cidade.** Disponível em: <https://polis.org.br/direito-a-cidade/o-que-e-direito-a-cidade/> Acesso em 05 ago. 2021.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Jaqueline Gomes de Jesus fala sobre ativismo intelectual, literatura, transfeminismo e feminicídio trans.** Entrevista ao portal Desacato. 14.09.2017. Disponível em: <http://desacato.info/jaqueline-gomes-de-jesus-fala-sobre-ativismo-intelectual-literatura-transfeminismo-e-femicidio-trans/> Acesso em 20 jan. 2022.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Psicologia social e movimentos sociais: uma revisão contextualizada. In: **Revista Psicologia e Saber social**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, pp. 163-186, 2012 Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/psi-sabersocial/article/view/4897> Acesso em 20 jan. 2022.

KARHAWI, Issaaf. Influenciadores digitais, celebridades da internet e “blogueirinhas”: uma entrevista com Crystal Abidin. In: **Intercom - RBCC**, São Paulo, v. 44, n. 1, p. 289-301, jan./abr. 2021.

KERGOAT, Daniele. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. In: **Novos estudos**, São Paulo, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, n. 86, 2010. p. 93-103.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LABORNE, Ana Amelia de Paula . Branquitude em foco: análises sobre a construção da identidade branca de intelectuais no Brasil. <http://hdl.handle.net/1843/BUOS-9TDHHVQ/> Tese de Doutorado, UFMG

KURY, Bruna. **Desperformance.** Disponível em <https://brunakury.weebly.com/> Acesso em 27 dez. 2021.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemony and socialist strategy: Towards a radical democratic politics.** Verso Trade, 2014.

LEÃO Geraldo; MOREIRA, Igor Oliveira. Horizontes juvenis da luta por transporte: o Movimento Tarifa Zero em Belo Horizonte. Dossiê: Jovens e ativismo em (des)construção:

socializações e (in)ações políticas. In: **Praxis educativa**, Ponta Grossa, Universidade Estadual de Ponta Grossa, v. 14, n. 3, pp. 1007-1026, 2019.

LEITE, André Luis. **Quais as diferenças entre os termos militância e ativismo**. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/academico/2019/02/27/Quais-as-diferen%C3%A7as-entre-os-terminos-milit%C3%A2ncia-e-ativismo> Acesso em 27 fev. 2019.

MACHADO, Ricardo. **Manifestações, ativismo e militância: Novas formas de compreender a democracia**. Entrevista com André Luis Leite. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/595114-manifestacoes-ativismo-e-militancia-novas-formas-de-compreender-a-democracia-entrevista-especial-com-andre-luis-leite> Acesso em: 20 jan. 2022.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Da periferia ao centro: pedaços & trajetos. In: **Revista de antropologia**, São Paulo, Universidade de São Paulo, v. 35, p. 191-203, 1992.

MANNHEIM, Karl. **Diagnóstico de nosso tempo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica y sobre el gobierno privado indirecto**. Espanha: Melusina, 2011.

MELUCCI, Alberto. “Juventude, tempo e movimentos sociais”. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 5, maio/ago. 1997; n. 6, p. 5-14, set./dez. 1997.

MELUCCI, Alberto. **Challenging codes: collective action in the information age**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MELUCCI, Alberto. **O jogo do Eu: A mudança de si em uma sociedade global**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2004.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 17, jun. 1989.

MIGLORIN, Cezar. **O que é um coletivo**. Disponível em: <http://www.teia.art.br/textos/down/68> acesso em 30/12/2020 às 20:00

MIRANDA Shirley, AVELAR Rezende, JESUS Jaqueline de. **Banca de Avaliação do Relatório de Qualificação ações coletivas e formas de representatividade juvenil**. Universidade Federal de Minas Gerais, 30 de abril de 2021.

MIRANDA, Shirley Aparecida; FLEURY Daniely Roberta dos Reis. JESUS, Rodrigo Ednilson de; CORREA, Lycinia Maria; VAGO, Tarcísio Mauro. **Mas, afinal, do que estamos falando quando o tema é heteroidentificação racial?** Boletim UFMG 17.2.2020

MOMBAÇA, Jota. **Rumo à uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência**. São Paulo: Fundação Bienal (32a. Bienal de São Paulo – Incerteza Viva) e OIP – Oficina Imaginação Política, 2017.

MOUFFE, Chantal. **Sobre o político**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

MOURA, Joana. T. V. A representação política dos movimentos sociais: um estudo no Colegiado Territorial do Mato Grande/RN. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, Gramado/RS, v. 9, pp. 282-306, 2014.

OLIVEIRA, Ana Caroline Amorim. Lélia Gonzalez e o pensamento interseccional: uma reflexão sobre o mito da democracia racial no Brasil. **Interritórios: Revista de Educação**, Caruaru/PE, Universidade Federal de Pernambuco, v. 6, n. 10, 2020.

OLIVEIRA, et. al. Rev., Maceió, v.5, Número Especial, p. 13-24, fev. 2018 13 doi: <http://dx.doi.org/10.21452/23580763.2018.5ne.13-24>

OLIVEIRA, Igor. **Uma praia nas alterosas, uma antena parabólica ativista**: configurações contemporâneas da contestação social de jovens em Belo Horizonte. 2012. 246 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

OLIVEIRA, Lucian; MOREIRA, Ana Paula; GUZZO, Raquel. Ampliando o conceito de situação-limite de Martín Baró: diálogos com conceitos de crise. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v. 5, n. 2, p. 96-105, jul./dez. 2014.

OLIVEIRA, Marcelo; VIANA, Igor. **Políticas da performatividade**: Conferências. Conhecimento Livraria e Distribuidora, 2019.

OLIVEIRA, Sebastião Everton. **Participação social e política de jovens**: percursos e experiências educativas. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

PEREIRA, Marcus A; CARVALHO, Ernani. Boaventura de Sousa Santos: por uma nova gramática do político e do social. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, (73), 2008.

PEREIRA, Marcus A; CARVALHO, Ernani. Por uma nova gramática do político e do social. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, (73), 2008.

PEREZ, O. C.; SOUZA, B. M. GT11 Entre as Ruas e os Gabinetes: institucionalização e contestação nos movimentos sociais. Velhos, novos ou novíssimos movimentos sociais? As pautas e práticas dos coletivos. **41º Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambú, 2017.

PERONDI, Maurício. **Narrativas de jovens**: experiências de participação social e sentidos atribuídos às suas vidas. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

PICHON-RIVIÈRE, Enrique. **O processo grupal**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

PITKIN, Hanna Fenichel. Representação: palavras, instituições e ideias. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, São Paulo, n. 67, pp. 15-47, 2006;

PITKIN, Hanna Fenichel. **The concept of representation**. Berkeley: University of California Press, 1967.

POLLACK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, p. 200-212, 1992.

PORO – Intervenções urbanas e ações efêmeras. Belo Horizonte, [2002?]. Disponível em: <http://poro.redezero.org/>. Acesso em: 25 de julho de 2013.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017 (Coleção feminismos plurais).

RODRIGUES, Nuno. Danna Haraway e a proposta de conhecimentos situados. **LES online**, vol. 7, nº 1, 2015.

SAFATLE, Vladimir. **Medo, esperança, desamparo:** por uma política dos afetos. USP, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/19081> Acesso em 09 jan. 2021.

SAWARD, Michael. Authorization and authenticity: representation and the unelected. **The Journal of Political Philosophy**, v. 17, n. 1, pp. 1-22, 2009.

SHOCK, Suzy. **Reivindico o meu direito a ser um monstro.** Disponível em: <https://vaginamente.wordpress.com/2016/10/18/reivindico-o-meu-direito-a-ser-um-monstro/> Acesso em 27 dez. 2021.

SILVA, Adriana Ferreira da. Jup do Bairro nega rótulo de música LGBT e defende que artistas trans não são onda. In: Marie Claire, n. Disponível em: <https://revistamarieclaire.globo.com/Cultura/noticia/2021/02/jup-do-bairro-nega-rotulo-de-musica-lgbt-e-defende-que-artistas-trans-nao-sao-onda.html>- Acesso em: 27 dez. 2021.

SMITH, Sharon. A política da identidade. **International Socialist Review**, [S. l.], v. 57, n. Online edition, 2008. Disponível em: <http://www.isreview.org/issues/57/feat-identity.shtml> Acesso em: 25 jan. 2020.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SPOSITO, Marília Pontes (Coord.). **O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira:** educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006). V. 1. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

SPOSITO, Marília Pontes. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. **Tempo Social**, São Paulo, v. 5, n. 1-2, p. 161-178, jan./dez. 1993. DOI: <https://doi.org/10.1590/ts.v5i1/2.84954>

TEIXEIRA, Analba Brazão; SILVA, Ariana Mara da; FIGUEIREDO, Ângela. Um diálogo decolonial na colonial cidade de Cachoeira/BA. Entrevista com Ochy Curriel. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, vol. 3, N. 04 - Out. - Dez., 2017. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv> Acesso em 17 jan. 2022.

URBINATI, Nádia. Desfiguração da democracia: democracia desfigurada: opinião, verdade e povo, 2014

URBINATI, Nádia. O que torna a Representação democrática? **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 67, pp. 191-228, 2006.

VALIENGO, Caio Becci. De volta à cena: teses e dissertações sobre movimentos sociais entre 2013 e 2018. **19º Congresso Brasileiro de Sociologia**. Universidade Federal do ABC, Florianópolis/SC, 2020.

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova**, São Paulo, n. 67, pp. 139-190, 2006.

ZANELLA, Andréa Vieira; PEREIRA, Renata Susan. Constituir-se enquanto grupo: a ação de sujeitos na produção do coletivo. Universidade Federal de Santa Catarina. **Estudos de Psicologia**, Florianópolis, 6(1), p. 105-114, 2001.